

Fabiana Miqueletti

Discursividades contemporâneas sobre política: o discurso sobre a mutação da política

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem,
da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção
do Título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

Campinas

2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

M66 9d	<p>Miqueletti, Fabiana Discursividades contemporâneas sobre política: o discurso sobre a mutação da política / Fabiana Miqueletti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Sírio Possenti. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Análise do discurso. 2. Discurso relatado. 3. Formula (Linguística). 4. Linguística. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p>tjj/iel</p>
-------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Título em inglês: Contemporary discourses on politics: the discourse of mutation of politics.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse analysis; Discourse circulation; Formula (Linguistics); Linguistics.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

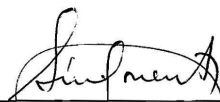
Banca examinadora: Prof. Dr. Sírio Possenti (orientador), Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Profa. Dra. Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira, Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa, Profa. Dra. Flávia Millena Biroli Tokarski, Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi (suplente), Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (suplente), Profa. Dra. Edvânia Gomes da Silva (suplente).

Data da defesa: 02/12/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:


Sírio Possenti



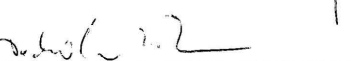
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



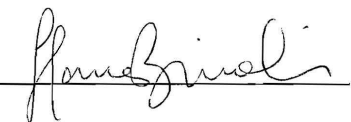
Fernanda Mussalim Guimarães de Lemos Silveira



Pedro Luis Navarro Barbosa



Flávia Millena Biroli Tokarski



Suzy Maria Lagazzi

Roberto Leiser Baronas

Edvânia Gomes da Silva

IEL/UNICAMP
2009

Agradecimentos:

Ao **CNPq**, pela concessão da bolsa de pesquisador.

Ao professor Sírio Possenti, pelo incentivo à autonomia intelectual, pela orientação e pela convivência.

À professora Flávia Biroli, por orientar a elaboração do artigo de qualificação Geral, pelas leituras das não poucas versões do texto, pelas discussões e debates de idéias, por me apresentar a autores e perspectivas teóricas.

A Fernanda Mussalim, pelas acolhidas, em Uberlândia e em seu “Círculo de Estudos do Discurso”.

Aos professores Pedro Navarro e Fernanda Mussalim, pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores Eduardo Guimarães, Fernanda Mussalim, Pedro Navarro e Flávia Biroli por estarem na banca de defesa.

Aos professores Eduardo Guimarães e Luis Felipe Miguel, pela leitura do artigo da qualificação Geral.

Ao professor Roberto Baronas, pelas contribuições teóricas, pelas leituras sugeridas e enviadas.

Aos professores Suzy Lagazzy, Roberto Baronas e Edvânia Gomes da Silva, pela leitura deste trabalho.

À Coordenação da Pós-graduação do IEL, pelo parecer favorável à realização do exame de qualificação Geral em Ciência Política.

Aos professores e funcionários do IEL/Unicamp.

Aos meus familiares.

Aos queridos amigos-pesquisadores do grupo de estudos QTAAD – “Questões de Teoria e Análise em Análise do Discurso” (Unicamp/CNPq) – pelos momentos compartilhados: Ana Raquel Motta de Souza, Gustavo Conde, Érika de Moraes, Jauranice Rodrigues Cavalcanti, Luciana Salazar Salgado e Marcela Franco Fossey.

RESUMO

O presente trabalho acompanha o tratamento da temática da mutação da política, considerada relevante para a área de Ciência Política, em diversos gêneros textuais do discurso político jornalístico e do discurso político de natureza teórica. Considerando um *corpus* constituído de enunciados, articulados em torno de uma opinião comum, e enunciada de maneiras diversas, segundo a qual a política está se transformando em outra coisa, ou tomando outras formas, interessamo-nos pela circulação de *significantes* formalmente heterogêneos (sintagmas nominais e frases sentenciosas) que são um “referente social” (Krieg-Planque, 2003), isto é, condensam neles um conjunto de formulações que remetem às teses filosóficas do declínio e do fim da política. Em termos bakhtinianos, são significantes “habitados” de um discurso, socialmente representado, no campo erudito, como doxa. Estes significantes são, assim, candidatos a “fórmulas”, porque apresentam certas características ou propriedades próprias das fórmulas: são formas mais ou menos cristalizadas, autônomas, breves, polêmicas, que resumem um discurso, acionam um arquivo etc. Tendo como fundo teórico a noção de fórmula (Krieg-Planque, 2003, 2009), analisamos o modo como estes significantes saturados de significações circulam em textos do domínio acadêmico que fazem a crítica da visão substancialista da política. Assim, a análise privilegiou as diferentes formas de representação de um discurso outro no discurso. Buscamos compreender o modo como estas formas ocupam a linearidade textual a partir das formulações de Bakhtin ([1929] 1994) e Authier-Revuz (1982, 1998) sobre as formas do discurso relatado, e do conceito de “enunciação aforizante”, elaborado por Maingueneau (2006, 2007).

Palavras-chave: Análise do discurso francesa, Ciência Política – Filosofia, Circulação discursiva, Fórmulas, Heterogeneidade discursiva.

ABSTRACT

This thesis deals with different angles brought to the theme of transformation of politics in the contemporary world, analyzing a relatively wide range of texts from media to theoretical discourse. The selected texts support a common opinion that politics is developing into something else and getting different meanings. Our analysis focus on discourse circulation, more specifically on circulation of terms whose the main role is to comprise a variety of formulations concerning the thesis of “decline” or “end” of politics. In Bakhtin's terms, it means that the heterogeneous discourse of mutation in politics, which is represented as formulation of doxa, it has previously occupied those expressions. One of the purposes of this study is to support the hypothesis that these signifiers constitute linguistic and discursive units, i.e. formulas. Such terms share some of the main general linguistic and discursive characteristics of formula, basically a standard and short form, independent from a text, which summarizes a discourse. The theory of formulas developed by Krieg-Planque (2003, 2009) provides the theoretical background of the study of the nature of formula. In addition to this conceptual discussion of formulas, we also analyze the way these forms are integrated in the surface of journalistic and academic texts that specifically criticize the essentialist view of politics. We examined different linguistic forms based on Bakhtin's and Auhtier-Revuz's studies on discourse representation and on the concept of “*enunciation aphorisante*” formulated by Maingueneau.

Keywords: French discourse analysis, Political Science – Philosophy, Discourse circulation, Formula, Heterogeneity of discourse.

SUMÁRIO

Notas introdutórias	13
PARTE I: a construção de um corpus para a pesquisa	19
Dando-se conta de uma opinião comum.....	19
A transformação da política na grande mídia: algumas ocorrências.....	28
Comentários sobre a transformação da política nos gêneros do domínio acadêmico	37
Algumas diretrizes para a construção do corpus da pesquisa.....	57
<i>Os temas</i> : significantes relativamente estáveis e significados incertos.....	57
Tese filosófica e lugar-comum	72
As “condições de produção” explicam a recepção do discurso como “conservador”	83
A história se repete	91
A origem da crítica e da crise política	123
A crítica à modernidade	130
A crítica à política na contemporaneidade na sua relação com Arendt e Habermas.....	142
Próximos encaminhamentos	150
PARTE II: Estabelecendo relações com o corpus e tomando decisões.....	153
Unidades tópicas e não-tópicas.....	153
Entre formação discursiva e percurso.....	188
PARTE III: Análise do percurso	211
Estabelecendo o corpus: construção da coerência entre os dados e a noção de percurso	211
Os encadeamentos	230
Apurando o conceito de fórmula: a noção em Krieg-Planque.....	232
Fórmulas ou slogans ideológicos?	262

Encadeamentos conceituais	268
Rótulos metadiscursivos e verbos que introduzem opinião	268
O discurso relatado	284
Discurso relatado, enunciação aforizante ou participação?.....	298
Notas finais	325
Referências bibliográficas	329

Notas introdutórias

Em uma sequência de notas explicativas mais ou menos breves, procuramos esclarecer a organização do presente do trabalho de modo a orientar os leitores.

Aqui, não há uma separação rígida, como no formato tradicional das teses, em que se espera encontrar uma *Introdução*, onde apresentamos o trabalho como um todo, com todas as questões (o estabelecimento do assunto, o levantamento da “natureza” do tema, a definição dos objetivos, da finalidade em estudá-lo, o método etc.) definidas. À medida que avance na leitura, nosso leitor poderá compreender esta “rebeldia epistemológica”, de construir a tese a partir de três ensaios que giram em torno do corpus da pesquisa. Também poderá o leitor indagar se nossa opção de conceber a tese neste formato alternativo faz ou não parte da produção dos seus resultados. Os ensaios correspondem a três momentos distintos da relação do analista com o seu corpus de trabalho e se dividem em Partes I, II e III.

1. O primeiro ensaio (Parte I) trata da construção do corpus. Abordamos os procedimentos de coleta dos dados, e construção de um arquivo de enunciados provenientes de diferentes gêneros de discurso. Chamamos a atenção para os critérios de construção do arquivo, que não foram pensados de antemão, mas se estabeleceram no decorrer do próprio percurso, conforme fomos avançando na compreensão do assunto que nos interessava e estabelecendo a sua delimitação. Algumas análises pontuais do corpus em constituição já aparecem neste primeiro momento. Na realidade, servem apenas para sublinhar algumas características lingüísticas e discursivas do material.

Sobre os enunciados do nosso arquivo, algumas observações preliminares: os enunciados pertencem a gêneros discursivos dos domínios jornalístico e acadêmico, basicamente, “textos que dizem sobre política”, e foram *destacados* porque pressupõem uma *mutação* ou *transformação da política* na contemporaneidade. Os textos tratam,

assim, de um conjunto variável, mas não indefinido, de fenômenos políticos, vistos como sintomas de *mudança* ou então de *ausência* ou *declínio* da política.

Apresentamos os enunciados destacados e o que se encontra em seu entorno (apenas o suficiente para sua compreensão, ou seja, a sua identificação a um lugar discursivo, a um posicionamento). As citações de autores que participam do nosso *corpus de enunciados* são apresentadas, do ponto de vista da formatação, em corpo menor, espaçamento simples, e acompanhadas de notas de rodapé nas quais informamos a sua referência completa.

Para deixar, desde já, menos opaco o gesto do analista de *destacar* enunciados dos textos, faremos uma breve referência ao conceito de “destacabilidade” de Maingueneau (2006a) – detalhado em outro momento do trabalho. Este conceito especifica *o que é esta* ação de destacar um fragmento de um texto “dizendo que ele é mais que os outros”:

Antigamente, agora não se faz mais, nas escolas, nos colégios, era uma prática escolar sistemática: o aluno tinha um caderno e devia copiar no caderno as frases que pareciam importantes no texto. A idéia era que se podia reutilizar essas frases dentro de uma dissertação, de uma conversação etc. era um circuito. Isso desapareceu, mas essa prática poderia voltar, porque acho que é uma boa prática didática, pois obriga o aluno a ler, a ler sabendo que todas as frases têm importância e que tem algumas que são mais importantes. O jornalista contemporâneo está sempre fazendo isso, porque ele está sempre recortando, recortando... Recorta os textos da Agência Expresso, de Voltaire, depois recorta o texto para fazer o título, uma legenda, um intertítulo; estamos sempre fazendo isso, recortamos onde nós temos a impressão que o enunciador nos diz: “você pode recortar aqui”. Na verdade é mais complicado, porque muitas vezes recortamos onde ele não quer (risos), mas... (...) Isso não é objetivo, mas é verdade que tem sinais nos textos, por exemplo, a posição da frase (na primeira linha ou na última), conectores, o ethos, as metáforas, o paradoxo...¹

Na concepção do autor, a *destacabilidade* não é uma propriedade de qualquer material verbal, mas daqueles que se apresentam, pelas suas propriedades lingüísticas e discursivas, como “destacáveis”. Para os analistas de discurso que se debruçam sobre um *corpus* constituído, o *destacavel*, no caso, pode corresponder ao que costumeiramente chamamos de *entrada no corpus*. Para afirmar que um determinado enunciado é

¹Entrevista com D. Maingueneau. *Linguasagem*, n. 10, set. 2009. Disponível em: http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao10/entrevista_maingueneau.php. Acesso em: 31 out. 2009.

representativo de um posicionamento conservador, machista, racista, feminista, de esquerda etc., devemos, segundo Maingueneau, nos apoiar no material verbal. A partir daí, pode-se identificar uma entrada “mais lingüística” (por exemplo, um conector, uma estrutura sintática, o léxico). Não se pode simplesmente dizer, segundo Maingueneau, “Isso é racista”, através do conteúdo, de definições socialmente constituídas do que é o racismo, o conservadorismo etc., ou, então, por meio da associação do dito a um “lugar” no sentido sociológico do termo, do pertencimento do enunciador a uma instituição, a um grupo ou classe social específicos. Maingueneau fala da necessidade de o pesquisador encontrar no corpus uma “entrada modesta”, de base lingüística: “através de uma fórmula, de um conector, de uma metáfora, de uma frase, da tipografia, uma coisa que parece humilde (...) porque é uma maneira de ver o texto não através do conteúdo”.²

Para Maingueneau:

o problema não é somente o corpus, é a entrada no corpus, que pode ser por um conector, uma fórmula, um texto, uma metáfora, mas você tem de achar uma entrada que permita ao mesmo tempo ir ao, digamos, ao conhecimento lingüístico e também ser representativo do que se está buscando, e cada vez é um desafio, e cada vez você tem de achar a entrada que ao mesmo tempo seja significativa ao tema e ao mesmo tempo permita trabalhar e não somente fazer a interpretação, porque o problema é as pessoas que dizem “Isso é assim”, “Isso é racista”, já numa forma segura, porque na verdade você já tem uma definição do racismo e você está ilustrando a definição.³

Neste primeiro ensaio, já antecipamos estas formas lingüísticas, modestas, que podem garantir entradas no nosso corpus. Em um primeiro momento, elas não foram percebidas como tal. Ao invés de entradas converteram-se em um princípio unificador para um corpus disperso. Neste início, também não nos demos conta inteiramente do nosso ponto de partida para a construção do corpus: a materialidade.

2. O segundo ensaio focaliza outro momento do analista com o seu corpus, o de aproximação. Na Parte II, apresentamos diferentes maneiras de tratar o corpus constituído, passando pelas vantagens e disvantagens de vários conceitos teóricos e categorias de análise do aparato da Análise do Discurso (doravante AD). Conforme o olhar do analista, o

² Ibid.

³ Ibid.

seu objeto poderá ser visto como uma unidade tópica ou não-tópica. Ao contrário do que possa sugerir, não analisamos propriamente todos estes possíveis objetos de pesquisa. O projeto original era narrar aos leitores as experiências vividas no momento crucial de delimitar as fronteiras do discurso, de assumir uma destas formas, e seguir adiante. O ensaio, porém, frustra, fica na fronteira entre a narrativa, em um sentido peculiar, e a tese no sentido mais convencional.

3. E, por fim, no terceiro ensaio, o momento da análise de um recorte do corpus. Na Parte III, elaboramos as hipóteses de trabalho, formulamos as questões norteadoras das análises discursivas. As discussões de base teórica, como a problematização de alguns conceitos e categorias de análise, desenvolvem-se em meio às análises. A construção do corpus de análise articula-se à metodologia de construção do corpus (Parte I) e a uma forma específica de lidar com ele (o percurso), que comentamos na Parte II. Assim, a análise que apresentamos não poderia se justificar sem que tivéssemos percorrido estas etapas prévias e, então, articulado certas formas lingüísticas a um estatuto discursivo, considerando, para isso, a sua circulação no interdiscurso e uma noção teórica particular, a noção de “fórmula”.

4. Na seção “Notas finais”, dirigimos ao trabalho um olhar retrospectivo, procurando destacar estes elementos de cada ensaio que se articularam para desembocar no conceito de fórmula e no seu regime de citação em um domínio restrito. Em que medida as questões levantadas em um foram assimiladas (e retocadas) nos demais? A percepção de cristalização de uma temática específica em formas lingüísticas (Parte I) pôde ser justificada teoricamente a partir do contato (infelizmente, tardio) com os trabalhos da analista de discurso francesa Alice Krieg-Planque sobre “percursos” (Parte II) e “fórmulas” (Parte III). Neste ensaio, assumimos que o “percurso” de uma questão desembocou nas “fórmulas”.

A partir de uma configuração pouco ortodoxa do corpus, porém não incomum, a tese assumiu um viés epistemológico, ao refletir basicamente sobre atitudes e modelos de constituição de *corpora* e suas implicações na definição do objeto de pesquisa e, posteriormente, na análise. Talvez, devêssemos ter alterado o título da tese, pois este conduz a uma falsa expectativa. Aqui, as “discursividades contemporâneas sobre política” não constituem o objeto, em sentido estrito, da tese, mas servem a um levantamento de

problemas teórico-metodológicos decorrentes da pesquisa empírica no confronto com conceitos e abordagens da AD.

PARTE I: a construção de um corpus para a pesquisa

Dando-se conta de uma opinião comum

O nosso interesse pela política, como tema ou assunto central da pesquisa, explica-se, inicialmente, pela circulação, no espaço das mídias e no âmbito da academia, de uma opinião, às vezes, pressuposta e, em grande medida, consensual a respeito da política contemporânea: a *de que ela não é mais o que era*, manifesta em enunciados bastante variados, do ponto de vista das formas lingüísticas que *cristalizariam* ou *corporificariam* esta *opinião*, e dos aspectos da política em transformação focalizados.

No início, a impressão era de que, por um lado, tratava-se de uma discussão corrente na atualidade, nos meios de comunicação e acadêmicos, mobilizando esforços de intelectuais e jornalistas (que recorrem a estes discursos competentes não-jornalísticos) na produção de significações para as novas formas que a vida política tomava na sociedade contemporânea. Por outro, tratava-se de uma opinião fragmentada ou desdobrada em questões políticas de natureza diversa e em abordagens teóricas distintas, que não poderiam ser unificadas ou constituir um discurso homogêneo ou uma única tendência, por se tratar de uma opinião que pertence a mais de um posicionamento discursivo. Neste momento, não nos preocupamos com esta oscilação de autores, abordagens analíticas, fenômenos sócio-políticos, gêneros discursivos, posicionamentos etc., que realizam a crítica de certos aspectos da política contemporânea. Obviamente, tal construção do corpus, pouco estruturada ou consistente, trouxe problemas adiante, no momento de construir o próprio objeto da pesquisa. Muitas das possibilidades testadas (ou das visões do pesquisador dirigidas ao objeto) exigiam a contenção desta dispersão de autores, análises, posições, gêneros e fenômenos enfocados, em função dos conceitos e categorias de análise em destaque – uma concessão ou um modo de olhar e de se relacionar com o objeto que não estávamos dispostos a empreender. Por isso, as nossas primeiras intervenções no material foram no sentido de caracterizar ou *contrastar* as diferentes discursividades ou tendências

segundo diferentes *modos de dizer* (o que explica nossa passagem pelos conceitos de ethos e padrão discursivo). Sem dúvida, este *impasse* ou conflito entre certos conceitos e abordagens da AD e as nossas pretensões de manutenção do caráter fragmentário deste discurso, deslocou o foco da análise dos discursos propriamente ditos para questões de ordem teórica e metodológica. E o resultado foi este, uma espécie de *metatese*.

Por um bom tempo, o nosso interesse foi por uma *constatação repetível*, sob diferentes formas, que aparecia ou circulava em circunstâncias ou condições mais ou menos determinadas – em geral, relacionada a eventos ou a tópicos de discussão específicos. Assim, nossa “metodologia” para constituir um *corpus* e, posteriormente, delimitá-lo, estudá-lo, resumiu-se a “acompanhar”, nos meios de comunicação, preferencialmente, textos que tratassem desta temática ampla, que é a da mutação da política, então identificada por nós a um vocabulário prototípico. Intuitivamente, relacionamos determinadas *expressões* a este *discurso fragmentário sobre a transformação política*, que mobiliza diferentes concepções de política para se constituir (porque é enunciado de diferentes posições discursivas) e que, em geral, é convocado a propósito de “questões específicas”, em referência a fenômenos ou problemas políticos específicos no mundo extralingüístico.

Não houve, portanto, neste início, qualquer “recorte” prévio para a construção do *corpus*. Por exemplo, algum critério que estabelecesse relações mais ou menos estáveis entre esta *constatação* da mutação da política, *comum* a diferentes enunciadoreis, mas não *homogênea* (dada a não-coincidência de seus lugares de produção), e condições comunicativas e sócio-históricas “controladas” de sua produção (referimo-nos, aqui, à noção de *posicionamento discursivo*). A própria *nomeação* de determinados “eventos históricos” (*o esgotamento do socialismo real, a crise do Estado de bem-estar, o recuo do Estado, o ocaso das ideologias...*) constituía, para nós, um *índice* de que, naquele texto, poderíamos encontrar uma opinião manifesta sobre a condição *cambiante* da política na atualidade. Na tese, esta relação entre discursos e história aparece desta perspectiva, tal como *tematizada* nos textos que comentam o estado da política na contemporaneidade.

Assim, aleatoriamente, em múltiplos sentidos (em relação a gêneros e tipos de discurso, a publicações, a autores, a momentos históricos, a posições sócio-institucionais ou

enunciativas, a suportes etc.), passamos a destacar dos textos aqueles enunciados que, em função de certas *marcas*, aludissem a este diagnóstico de mutação ou metamorfose da política. Alguns exemplos:

*Elle [Ségolène Royal] a compris que la politique avait changé de nature. Que les électeurs ne croient plus aux grandes constructions idéologiques – c'est l'individualisme qui les guide.*⁴

Antes a política era feita de casa em casa, distribuindo-se panfletos, e não nos espaços privilegiados da TV. Há uma anedota de um livro de ficção científica, acho que "A Guerra dos Mundos" [de H.G. Wells], que é muito pertinente: no fim, levava a melhor quem ainda sabia fazer contas de cabeça. Quem não necessitava de nenhum artefato. No momento político atual, é imprescindível recuperar a comunicação direta, pois os meios estão corrompidos. É preciso ir de casa em casa e, se possível, com a imaginação, o entusiasmo e a liberdade dos velhos anarquistas.⁵

*Martin Luther King and Bobby Kennedy didn't change the world by asking people to join their Facebook crusades or to download their platforms. Activism can only be uploaded, the old-fashioned way – by young voters speaking truth to power, face to face, in big numbers, on campuses or the Washington Mall. Virtual politics is just that – virtual.*⁶

O relativo fracasso da candidata Ségolène Royal nas eleições presidenciais deste ano mostrou que também os políticos socialistas acima de 55 anos não têm mais lugar. O Brasil não está muito longe dessas mudanças. Com exceção de um ou outro nome, **a velha guarda de políticos está dando lugar a uma nova geração que se orgulha de seu pragmatismo e da ausência de referenciais ideológicos.**⁷

Os anos 1990 apresentaram aos teóricos sociais um aspecto particularmente contraditório. Por um lado, o clima ideológico foi dominado pelo colapso da União Soviética e suas extensões na Europa oriental. Enquanto isso, as tendências intelectuais de maior notoriedade assumiram diferentes formas – por exemplo, o anúncio do Fim da História, por Fukuyama, e o entrincheiramento do pós-modernismo como ortodoxia reinante em extensas zonas da academia – todas elas fizeram a mesma inferência: o capitalismo liberal definitivamente triunfou sobre qualquer alternativa factível (...) Agora, era o Liberalismo que fornecia a moldura compreensiva em que ocorria o debate político, social e econômico. Onde, outrora, tal debate tivera que considerar os méritos de sistemas rivais, agora, na melhor das hipóteses, a escolha se dava entre diferentes tipos de capitalismo (Albert, 1993). Até aqui, o assunto é familiar. Mas, para além da academia e do mundo dos formadores de opinião, as sociedades capitalistas avançadas continuaram a apresentar as mesmas deficiências que haviam originalmente motivado a busca por algo melhor. / É difícil não ver isso [todos os problemas transformam-se em questões de avaliação de risco] como, na verdade,

⁴ Bertrand Le Gendre. Ségolène Royal, candidate hypermoderne. **Le Monde**, 09 abril 2007.

⁵ Gianni Vattimo. O adeus à verdade dos fatos. **Folha de S.Paulo**, 29 fev. 2004.

⁶ Thomas Friedman. Generation Q. **The New York Times**, 10 out. 2007.

⁷ Marcos Nobre. Photoshop na política. **Folha de S.Paulo**, 28 ago. 2007.

uma *des-ideologização da política*, na medida em que esta é reduzida a uma forma de solucionar problemas.⁸

A "política" *tende a reduzir-se de forma cada vez mais aberta e unidimensional à política econômica*. Do mesmo modo que nas sociedades pré-modernas tudo tinha de ser fundamentado religiosamente, assim também tudo deve hoje ser fundamentado economicamente. Basta ouvir como o termo "economia de mercado" adquire um tom litúrgico na boca de todos os idiotas históricos desde 1989, do presidente norte-americano aos ex-comunistas russos, passando pelo Partido Verde alemão.⁹

E não nos apercebemos, como se para isso não bastasse ter olhos, de que **os nossos governos**, esses que para o bem ou para o mal elegemos e de que somos portanto os primeiros responsáveis, *se vão tornando cada vez mais em meros "comissários políticos" do poder econômico...*¹⁰

Em suma, o critério inicial para a reunião dos textos e construção do futuro corpus de trabalho foi, portanto, o que podemos chamar de uma opinião bastante comum, sob formulações distintas (em termos de enunciados), segundo a qual a política *mudou*. Os enunciados participam de diferentes discursivizações que comentam o atual estado da política, as diferentes formas que assume, a partir da análise de fenômenos ou eventos sócio-políticos variados, muitos deles reconhecidos como próprios da contemporaneidade (ou da pós-modernidade), para então relacioná-los a suas causas ou origens sócio-históricas; também comumente estabelecem referências cronológicas e discursivas retrospectivas (com uma memória interdiscursiva), para constatar, a partir do confronto com as experiências do presente, que *esse tempo da política* ou definitivamente passou ou apenas se modificou.

As discursividades lidam, assim, de algum modo, com o "passado" (com uma memória): os acontecimentos ou fenômenos sob análise são inscritos em temporalidades determinadas (do ponto de vista do discurso, no espaço da memória das representações da política já produzidas); aludem, direta ou obliquamente, a *outra forma de fazer política* (que pode ser *a velha e boa política, a grande política, a política arcaica, tradicional, romântica, verdadeira...*). Conseguimos, por exemplo, reunir um conjunto de textos que

⁸ Alex Callinicos. A teoria social e o teste da política: Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.1. Brasília, jan./jun. de 2009, p.255-286.

⁹ Kurz, 1994

¹⁰ José Saramago. Este mundo da injustiça globalizada. Texto lido no encerramento do Fórum Social Mundial 2002.

identificam na política *propriedades* que estariam *ausentes* na contemporaneidade, *características essenciais da política* que *se perderam* ou *se modificaram*. Nesse sentido, veicula-se uma série de *implícitos* acerca do “referencial” política (no sentido de Foucault).

Uma das tendências a que corpus dá relativa visibilidade afirma que política vem se *deteriorando* ou sendo *esquecida*, tornando-se *irrelevante* ou *impotente*. Em certo sentido, tal diagnóstico reconhece a *perda* do poder da política (e dos políticos) de viabilizar outras experiências, e, para tal, põe em relevo aqueles que seriam os problemas centrais da *política* nas sociedades contemporâneas. Desta perspectiva, confluiriam para esta *crise ou saturação da política* múltiplos fatores (ou uma profusão de *causas*), tais como: a estetização da política (a influência dos meios de comunicação de massa e do marketing na comunicação política); a perda do ethos do cidadão (o contexto do individualismo moderno, em que a felicidade é bancada no âmbito individual e não no coletivo, dispensando a intermediação da política); a especialização da política (é na direção da tecnociência que nos voltamos primeiramente para solucionar problemas); a “naturalização” da política (a supressão do seu caráter polêmico, conflituoso e passível de intervenção); a “colonização” da política pela economia (a redução do político à mera administração das coisas do dia-a-dia, a cargo dos “especialistas”); o “desaparecimento” do grande sujeito da política (no caso, o movimento operário), decorrente das transformações nas relações de trabalho; a “descrença” nas utopias, no idealismo, na revolução (o melhor que se pode esperar é “o Welfare capitalista”); o “enfraquecimento” da esfera pública etc. Todas estas expressões definidas, de algum modo, cristalizam esta tendência ou perspectiva crítica.

A “transformação da política”, de um ponto de vista disfórico, não tem, portanto, o que se poderia grosseiramente chamar de “estabilidade”, no sentido de que pode fazer referência a acontecimentos e comportar temas muito variados (mas de algum modo encadeados): para *atestar* este estado de *deterioração* ou de *falta* da política, fala-se, por exemplo, da hegemonia de políticos com perfis pragmáticos (os “gerentes”); da falta de identidade dos partidos políticos, sobretudo os de esquerda; da apatia política dos eleitores; da convergência de agendas políticas à esquerda e à direita; da reorientação do pensamento de esquerda no mundo contemporâneo; da prevalência da personalidade, da imagem dos

candidatos, sobre as suas opções políticas; das estratégias do marketing político, que pasteurizam os candidatos e tornam as campanhas (e a política) “insubstanciais”; da privatização do espaço público; da anulação da política pela economia etc.

Como, desde o início, dispúnhamos de um critério pouco específico, ou instável, para a constituição do *corpus* – uma profusão de *temas* (no sentido comum), convertidos em *um vocabulário* relacionado, via de regra, a discursividades críticas de certos traços da política nos dias de hoje –, acabamos previsivelmente nos deparando com textos provenientes de outras tradições, ou posições sociais e institucionais, de crítica política, nas quais estas expressões circulavam sob outra condição: como palavras de outrem.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

O fim da política

TARSO GENRO

Não é ao fim da política que estamos assistindo, mas à sua recomposição democrática num plano superior

A TESE do "fim da política", ou da ditadura do economicismo sobre a vida pública, teve sua elaboração mais coerente no chamado Consenso de Washington, que pretendia extinguir a subjetividade política como momento de construção do mundo social. A mesma tese volta agora em novas roupagens de direita e também tingidas por posições de "esquerda". O niilismo não sem dignidade de uma parte da intelectualidade do país constata que a política se tornou inútil ante o novo sistema global de poder financeiro, ao qual todos se renderão...¹¹

¹¹ Tarso Genro. O fim da política. **Folha de S.Paulo**, 03 set. 2006.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Imagem não é tudo

CORRIDA ELEITORAL NOS EUA DESMENTE TESE
DA ESPETACULARIZAÇÃO E REAFIRMA
PLATAFORMAS POLÍTICAS

*Apesar da conjuntura desfavorável,
parcela ponderável dos americanos
não se dispõe a eleger um "negro",
como não elegeria uma mulher,
para a Presidência*

Tornou-se banal nos dias de hoje dizer que, nos países democráticos, as eleições se transformaram num exemplo da sociedade de espetáculo. Os partidos pouco ou nada representariam, importando, sim, a imagem veiculada nas campanhas, sobretudo quando este ou aquele candidato se destaca por seus dotes carismáticos. Essa visão é em parte verdadeira, mas apenas em parte, e as próximas eleições americanas são um exemplo eloqüente da constatação. Sem dúvida a força positiva ou negativa das imagens tem um papel importante na disputa, e não é por acaso que se fala no carisma de Barack Obama, na suposta arrogância de Hillary Clinton, no gestual nada desenvolvido de John McCain. Porém, como é sabido, há uma nítida *distância programática*, e de opções diante dos fatos, entre os dois candidatos nesta altura em confronto. (...) nas eleições americanas deste ano, os princípios e as opções políticas contam muito. (...) Diante de tanta diversidade e de tantas questões, as eleições americanas estão contribuindo para desmentir não só algumas "*verdades sabidas*" como, principalmente, os arautos da irrelevância da política.¹²

Em suma, o corpus inicial reuniu: textos, escritos por profissionais de mídia e por intelectuais, que comentam, analisam certos aspectos da *política contemporânea*, isto é, da condição da política *após a queda do "Muro de Berlim"* – "*acontecimento*" que, nas

¹² Boris Fausto. Imagem não é tudo. **Folha de S.Paulo**, 13 jul. 2008.

palavras de Courtine¹³, “encerrou uma época histórica na qual os regimes de discursividade política estavam organizados, conforme as linhas divisórias do confronto ideológico Leste/Oeste”. Os textos, em geral, procedem à análise de uma série de “questões” desencadeadas pelas mudanças do contexto político, das condições objetivas da política, que servem para legitimar diferentes leituras ou apreciações (ora complementares, ora conflitantes) da condição da política no presente: fala-se, por exemplo, em *fim, esgotamento, despolitização, esquecimento, irrelevância, dessacralização da política*, ou na *sua recomposição democrática num plano superior, transfiguração, reinvenção, renascimento não institucional* etc. Estas diferentes expressões, com condições de produção distintas, não convocam os *mesmos discursos sobre a mutação da política*.

E estas mesmas *expressões, quando ditas*, costumam designar, indiretamente, ou fazer referência a um conjunto mais ou menos *estável* (o que não quer dizer *homogêneo*) de *referentes e tomadas de posições* no interior deste debate, o que nos leva a estabelecer as suas relações com a “exterioridade lingüística”. Na realidade, estamos falando, aqui, da construção discursiva do referente, ou seja, “de um objeto imaginário (do ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (Pêcheux, [1969] 1997a, p. 83). Que “acontecimentos” ou “fenômenos histórico-sociais” (ou que *enunciados*, acolhidos nas discursividades como *sintomas, causas* ou *conseqüências*) decorrentes desta transformação da vida política estas expressões *sintetizam*?

É possível chegar a estes supostos *referentes extralingüísticos* a partir dos contextos de ocorrência destas unidades lexicais específicas e de suas correlatas (o seu entorno específico) nos textos jornalísticos e teóricos, e do contexto, da proliferação de enunciados parafrásticos que põem em circulação significações destas expressões.

Por exemplo, no texto de apresentação de sua conferência “A colonização da política”, proferida no Ciclo “O Esquecimento da Política”, realizado em 2006, o sociólogo Francisco de Oliveira associa determinadas significações (ou uma questão ou problema

¹³ Courtine, 2008, p.11

político específico) à expressão “*irrelevância da política*”. A sua crítica à política contemporânea remeteria a uma condição objetiva da política na atualidade.¹⁴

O capitalismo contemporâneo, globalizado, vem tornando a política irrelevante. Trata-se de um fenômeno relacionado à sua nova modalidade de acumulação, à dominância financeira (como afirmou François Chesnais), que subordinou as finanças nacionais à mundial, e tornou, portanto, os Estados nacionais incapazes de fazer política econômica e, no limite, qualquer política, até a social, que por isso assume cada vez mais as formas do assistencialismo. (...) Essa nova situação é de alta relevância, pois a política que o Ocidente inventou, desde a Grécia clássica, tem sido o meio que a cidadania tem usado para contrarrestar e até anular a assimetria de poderes inerente a um sistema privado e concentrador como o capitalista. Quando a política torna-se impotente para tanto, a cidadania e a democracia tornam-se dispensáveis. Esse é um fenômeno mundial que na periferia capitalista tem efeitos devastadores; daí que, ao invés de se concordar com a irrelevância da política, deve-se mais do que nunca ressaltar a sua importância, a importância de reinventá-la, e por isso os caminhos são muito parecidos, na essência, com os

¹⁴ A “colonização” da política pela “ciência” (ou pela Racionalidade) econômica aparece reiteradamente como explicação para a crise contemporânea da política, sobretudo porque procura subverter a natureza conflituosa ou controversa da política. O esvaziamento ou o desmanche da política pode significar, em alguns casos, o seu preenchimento (ou saturação) pelo discurso econômico neoliberal (Oliveira, 2007). Oliveira analisa os impactos do neoliberalismo sobre o campo da política para construir o seu diagnóstico de indeterminação, ou de impossibilidade da política no contexto contemporâneo. Para o sociólogo, os efeitos da “financeirização mundializada do capital”, entre eles, a perda da centralidade do trabalho (o “adeus ao proletariado”), as formas desorganizadas do trabalho, a desregulamentação e desqualificação dos atores (os sindicatos), novos modos de produção, absolutização do mercado, ou sua autonomização, produziram o estado de indeterminação na política. O amálgama ideológico que caracteriza a política institucional, especialmente nas eleições, também fragiliza as identificações políticas: “todas as candidaturas aspiram agregar a todos, como se não houvesse classes, suas divisões, seus antagonismos, interesses, às vezes, irreconciliáveis” (Oliveira, 2007, p.40). Para o autor, também é provável que este estado de indeterminação na política explique a ação do marketing: a “imagem” substitui a ideologia, torna-se o fator decisivo na ausência do conflito entre posições político-ideológicas e programas, que também ficaram, nas palavras de Oliveira, “parecidíssimos” (pautados pelas pesquisas de opinião e pelo discurso neoliberal): “não há na crítica mais freqüente, mesmo no programa dos partidos de oposição, nenhuma proposição alternativa ao capitalismo, nem sequer comendo-o pelas bordas, como se toma sopa” (p.45). Trecho de um artigo do jornalista Reinaldo Azevedo (“O movimento dos Sem-Bolsa”. Rev. *Veja*, ed.2020, 08 ago. 2007) parece ilustrar, às avessas (isto é, de outra perspectiva; aqui, o consenso econômico constitui também uma evidência, mas não um “problema”), essa dinâmica da subordinação do político ao econômico. Azevedo se queixa da “quietude” das oposições no Brasil, que se esqueceram de “como se faz política sem crise econômica”, ou seja, perderam (porque o modelo econômico está fora de discussão) o “terreno” no qual se contrapunham à situação. O desafio das oposições (no caso, cita explicitamente os tucanos) é encontrar outros temas de controvérsia para fazer política (em outros termos, para discordar). Na sua visão, o campo da economia na contemporaneidade estaria a salvo de controvérsias ideológico-partidárias, o que obriga a transferir a política para outros âmbitos. “Desde a redemocratização, é a tal crise, ou a ameaça dela, que pauta o debate. Ela tem sido o elemento redutor de todas as divergências e demandas. Ora, catorze anos de aposta na estabilidade, já caminhando para quinze, expulsaram esse fantasma (...) Ocorre que não adianta mais anunciar nem o apocalipse nem a redenção. Quem quiser tomar a cadeira do PT vai ter de redescobrir a política, que pauta os debates e divide opiniões nas outras democracias.”

propostos por Evo Morales e Hugo Chávez. As formas particulares vão ser dadas pela situação e pela correlação de forças de cada país. Ou retomamos a política, ou estaremos condenados à velha situação de satrápias do Império ou dos Impérios.

Na sequência, detalhamos um pouco destes movimentos que nos conduziram a uma determinada configuração do *corpus* da pesquisa, com base na qual teríamos de construir então o nosso objeto de investigação (Cf. Parte II).

A transformação da política na grande mídia: algumas ocorrências

Le Grignou (2003) apresenta os seguintes enunciados jornalísticos (correspondem a manchetes e títulos) para ilustrar o que considera ser “o tom” de *lamento* e *nostalgia* com que se fala frequentemente de política televisiva na França:

*Le petit écran est-il allergique aux politiques?
On en parle toujours mais finies les grands-messes!
Les politiques au rancart
Les hommes politiques en mal d'amour*

Sua análise de veículos de comunicação franceses mostra que os artigos dos jornalistas apresentam, em geral, a seguinte estrutura: primeiramente, fazem uma constatação (em geral, de um problema); em seguida, apontam os responsáveis e, por fim, fazem um prognóstico alarmista ou otimista. Le Grignou identifica dois tipos de crítica: a das pessoas comuns, e a especializada, dos atores competentes politicamente. É a proliferação deste segundo tipo que produz, segundo a autora, a impressão de “atualidade” da “retórica do declínio” da política, além de uma visão profundamente idealizada do passado.

*Le propos des journalistes se structure schématiquement autour de trois points. D'abord un constat: la disparition aux heures de grande écoute des émissions politiques sur les chaînes généralistes; ensuite la recherche des responsables: sont alors successivement mis en cause, les hommes politiques (adeptes de la langue de bois, asservis à l'Audimat...), la “**crise de la politique**” (et notamment l'absence de “**projets politiques forts**”), les journalistes de la télévision (dilettantes, amateurs d'anecdotes, alternativement complaisants et polémiques), les responsables des chaînes, les “**experts chargés de mesurer l'audience**”; enfin, un pronostic dont la tonalité alarmiste ou optimiste varie en*

fonction de l'analyse des causes profondes: soit les "Français boudent la parole politique" et ce désintéret est la manifestation irrémédiable d'un phénomène irréversible, soit "les Français pourtant" veulent participer, être informés, consultés, et l'on peut espérer, au prix d'efforts et dans des délais qui restent à préciser, les "ramener" devant ces émissions. (LE GRIGNOU, 2003, p.131)

A temática da *transformação da política*, desenvolvida mais ou menos conforme esta *configuração* descrita por Le Grignou, também alimenta parte das críticas cotidianas da imprensa à política. No jornalismo impresso, as críticas aparecem vinculadas à cobertura de eventos da vida política nacional e internacional (em geral, a campanhas eleitorais), em artigos de opinião de colunistas ou colaboradores das publicações, em editoriais ou em matérias, reportagens e entrevistas com especialistas ou intelectuais. Também aparecem nos textos publicados nos suplementos de Cultura, em análises refinadas de assuntos relevantes na sociedade contemporânea (fazer circular o discurso acadêmico é um modo de a mídia legitimar o seu lugar social, ao mesmo tempo em que confere legitimidade aos discursos que difunde).

Estas análises das modificações da política, bastante difundidas em épocas de eleição no espaço midiático, foram aleatoriamente reunidas no que se refere a sua periodização, às publicações pesquisadas (em geral, jornais e revistas da grande imprensa), e aos gêneros que participam do discurso jornalístico (artigos de opinião, reportagens, notícias, entrevistas, editorial etc.). Também os enunciados *representativos* foram destacados do texto e do para-texto, correspondendo aos títulos¹⁵, ao olho¹⁶, às legendas etc.

É possível, então, determinar alguns “contextos” imediatos propícios para os diversos atores sociais discutirem na mídia o que acontece com a vida política na sociedade contemporânea. Em nosso material, os acontecimentos privilegiados para desencadear tais reflexões estão relacionados especialmente à cobertura de eleições democráticas em geral.

¹⁵“El marketing político iguala la derecha con la izquierda” lo dice el politólogo Martínez Pandiani. *La Nación*, 27 ene. 2007.

¹⁶“El aspecto cosmético está por encima de la coherencia de un proyecto. Es la inexorable decadencia de la política” (Entrevista con Christian Salmon. *Foreign Policy Edición Española*, jun./jul. 2008)

No início, o que nos chamou a atenção foi a ocorrência generalizada (mas que não chega a constituir um “martelamento”), na grande mídia, especialmente no período da campanha eleitoral de 2006 à presidência da República, de certa crítica à maneira de fazer política nos dias atuais – que estaria em profunda contradição com determinados elementos que caracterizaram a política no passado (*passseatas, ideologia, discussão, idéias, projetos, substância, idealismo, utopia, audácia, espontaneidade, autenticidade, vibração, paixão* etc.). Estas representações da política, sedimentadas em uma memória, em um imaginário, do que foi ou é a política, são produzidas tanto nos textos dos teóricos da política quanto nos textos dos jornalistas que comentam sobre política. O tópico é geralmente destrinchado em análises das condições históricas que explicariam esta transformação dos discursos políticos (nos conteúdos e na expressão).

A temática da transformação das formas da política na grande imprensa, via de regra, aparece vinculada à exploração de um conjunto de questões mais ou menos recorrentes: *o absenteísmo, ou o número crescente de abstenções em eleições democráticas*¹⁷; *a apatia dos eleitores; o desinteresse pela política; o desengajamento democrático; a desmobilização social; os perfis dos líderes políticos envolvidos nas*

¹⁷ Para o analista político David Clark (Placebo Politics. *The Guardian Online*, 03 jun. 2004), não há uma explicação “simples” e “única” para a tendência de redução da participação eleitoral na Inglaterra, assim como em outros países da Europa (na eleição geral de 1997, na Inglaterra, a participação foi de 71,5% dos eleitores registrados; em 2001, 59,4%). Entre as explicações possíveis, descarta a da “política do contentamento”, segundo a qual as pessoas não participam porque estão satisfeitas econômica e politicamente. A não-participação eleitoral também não significa que as pessoas não estejam engajadas em outros tipos de ação política (como boicotar um produto, por exemplo). O que houve, segundo Clark, foi uma mudança das formas de participação política “coletivas” (tradicionalmente associadas ao processo eleitoral) para formas mais “individualistas” de participação. Ele também cita dados que demonstram que a abstenção é substancial entre eleitores que enxergam “pequena” diferença entre os principais partidos políticos (a ausência de “alternativas”) e sugere um nexos entre a falta ou o enfraquecimento da identificação partidária e a não-participação eleitoral: “*The absence of radical alternatives denies voters the sort of electoral choice a healthy democracy requires. As we have seen, British people increasingly regard elections as a choice between different brands of essentially the same product*” (Clark, 2004, p.8). Para Clark, a abstenção torna-se um problema quando associada a um aumento do número de eleitores que não acreditam mais que a política (no caso, o governo) possa melhorar suas vidas. Para ele, é “particularmente corrosiva” esta correlação, que se explica pela crença quase hegemônica na supremacia do “mercado” (e nas soluções “de mercado”, de caráter “técnico-administrativo” para os nossos problemas) e na limitação do escopo de ação dos “governos”: “*The political parties often talk as if the differences between them were simply question of administrative competence and efficiency. Ideology has become a dirty word and political debate proceeds on the assumption that all the great questions have been settled and all that remains is a matter of detail*” (Clark, 2004, p.9). Conclui que é necessário renovar o “sentido” de que a “política conta” (“*politics matters*”); e os partidos precisam encontrar formas de se distinguir para que a política recupere sua capacidade de “mobilizar”.

*disputas eleitorais (o político de verdade, o tecnocrata, o político anacrônico, o político moderno)*¹⁸; *as campanhas eleitorais propriamente ditas (os temas, as estratégias do marketing político, a propaganda eleitoral, os debates televisivos, a influência dos meios de comunicação na política, a “desideologização” das campanhas, a*

¹⁸ Um tópico privilegiado de certos diagnósticos são as mínimas diferenças de “estilo” dos atores políticos como condição de sua sobrevivência eleitoral. Nesta circunstância bem específica, seria imposto ao sujeito político um mesmo “perfil”, construído por uma série de índices (o modo de falar, de se expressar, o tom de voz, a maneira de se vestir, o tipo de linguagem, os temas do discurso), que deixariam todos muito parecidos. A televisão, às vezes, aparece como principal responsável por alterar a natureza da política. Em “*Corps et discours: elements d’histoire des pratiques langagieres et expressives*”, Courtine (1989) analisa as formas contemporâneas de comunicação política, confirma a mudança da política (de uma velha para uma nova) e a relaciona, em parte, ao emprego das novas tecnologias de comunicação audiovisual. O novo suporte do discurso político tem influência nas transformações da linguagem política, mas não explica tudo (têm de ser buscadas as motivações históricas!). De acordo com Courtine (1989), essa nova forma de fazer política (pelo meio televisivo) transforma radicalmente o estilo de eloquência pública (o estilo verbal assim como o corporal). A era da televisão não é mais a da eloquência. Courtine diagnostica uma “pacificação do corpo” (os excessos, a amplidão dos gestos foram reduzidos à “justa medida”) e uma suavização da voz, um abrandamento do “tom” (doce, suave, manso). As vozes fortes (hoje associadas ao “arcaísmo” político) perderam o seu charme, talvez, pela “percepção” de descontrole, de “des-razão”: “a intensidade foi reconduzida a uma medida mais adequada, as tonalidades se abrandaram, a curva melódica desceu de suas alturas. Os efeitos de arrebatamento pela voz, que o orador popular sabia causar, a eletrização vocal das massas que os ajuntamentos fascistas ecoavam, as opressoras ameaças de uma voz descontrolada foram pouco a pouco dissipadas num registro mais monótono. As manifestações vocais do discurso político entraram na era dos cochichos” (Courtine, 1989, p.28). Estes diagnósticos parecem sugerir que estamos diante de uma espécie de clivagem no mundo ético (das representações) da política, de uma redefinição dos estereótipos verbais, de caráter e de comportamento aos quais o sujeito político está submetido. Assim, as expectativas contemporâneas em relação ao caráter e ao comportamento dos atores políticos e a sua linguagem referendam e excluem simbolicamente atores da cena política. Este tipo de julgamento ou apreciação da política em termos de estilos, de atitudes ou de personalidades não corresponde a uma exclusão formal da vida política, mas a uma marginalização ou exclusão simbólica, na medida em que certos atores pelo seu estilo são desqualificados, não são reconhecidos como agentes políticos responsáveis. Um artigo de Simons Jenkins, publicado no jornal britânico *The Guardian* (e, posteriormente, publicado no Brasil pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 08 dez. 2005), a respeito do novo líder do partido conservador inglês, parece ilustrar bem esta clivagem do mundo ético da política, isto é, a divisão entre as representações da velha política e da nova política: “Cameron não deu nenhum passo em falso [na convenção] (...) se esforçou ao máximo para ser agradável e acessível mesmo quando atormentado além do razoável por um repórter da BBC (...) Como Tony Blair, ele usou as palavras como cadência musical para indicar visão e sinceridade. Seu discurso de aceitação foi um mero som de fundo para sua linguagem corporal (...) Uma acusação substancial é que ele pouco fez nesses anos (...) *Mas essa é uma conversa ultrapassada. A época em que os líderes “precisavam fazer alguma coisa” já passou (...)* A proposição única de Cameron é bastante diferente e uma proposta que hoje em dia triunfa sobre quaisquer antecedentes. Ele oferece plausibilidade, ligeiramente empoada de charme. As ferramentas do seu ofício não são manifestos nem políticas “diagnósticas”, mas um rosto agradável, um sorriso cativante, um certo contato visual e respostas prontas e cordiais. Isso transmite mais convicção do que um livro de promessas (...) Brown [secretário do Tesouro de Blair e possível rival de Cameron] e Cameron oferecerão um encontro fascinante. Eles são completamente diferentes, brandura e biles, doçura e acidez. Brown representa *a velha política* (...) Ele é todo números, a natureza humana embrulhada num abrangente exame dos dispêndios. Cameron é jovem. Sua política é digital, oferecendo caminhos ao subconsciente que Brown ainda precisa descobrir.”

personalização/estetização da política, a inexistência de confronto de propostas, de idéias); a convergência política entre partidos; a falta de identidade dos partidos políticos contemporâneos; a homogeneização dos partidos políticos; a convergência de posições políticas; o desaparecimento do antagonismo entre esquerda e direita; a neutralidade discursiva que iguala esquerda e direita; a relação entre política e economia; a falta de autonomia do político; a falta de vigor da política diante dos mercados; a ausência de divergência quanto às decisões políticas e econômicas mais fundamentais etc.

Estes assuntos aparecem ora como *problemas*, ora como *acontecimentos* (no sentido de *atos consumados*), minimamente contextualizados em relação as suas origens. No espaço das mídias, entre as explicações mais comuns da transformação da política, destacam-se: *o desaparecimento das clivagens ideológicas; a ausência de sentido da divisão política entre esquerda e direita; a crise dos projetos de esquerda; a obsolescência das utopias; a eliminação da perspectiva revolucionária; o desaparecimento de projetos utópicos; o desaparecimento do idealismo político; o colapso da fé nas mudanças revolucionárias; o fim das grandes esperanças coletivas; um retorno ao “realismo”; o pragmatismo; o determinismo econômico; a hegemonia do neoliberalismo econômico; a transformação do discurso político pelo mídiun (as exigências da linguagem televisiva); a modificação das relações entre o público e o privado; a privatização do espaço público (que, no contexto eleitoral, destrói a discussão e o debate sobre projetos e programas de governo e submete o campo da política aos procedimentos da sociedade de consumo e do espetáculo: a personalidade dos candidatos sobrepõe-se aos temas substantivos da política); o individualismo; o obscurecimento do conflito de classes etc.*

Um exemplo de “gênero jornalístico” pode ser reportagem “O sonho acabou”, publicada na revista *Época*¹⁹. No contexto da pré-campanha eleitoral de 2006 à Presidência da República, a publicação constrói a escolha de Geraldo Alckmin como candidato do PSDB, em detrimento de José Serra, como um acontecimento no sentido de que “representa um marco na história política do Brasil” (uma virada de página): “pela primeira vez desde a

¹⁹ Leandro Loyola. O sonho acabou. *Época*, n° 411, 03 abr. 2006, p.37-38.

redemocratização não há entre os candidatos alguém que tenha combatido o golpe de 1964 e participado da luta nos Anos de Chumbo da ditadura”.

ÍNDICE	
Bastidores	
26	História: Livro de memórias de FHC vira peça de defesa de Lula
Brasil	
32	Eleições: José Serra (PSDB) se candidata em São Paulo e reforça palanque de Alckmin
37	Política: Na troca de gerações, sai o grupo dos anos 60 e entra a turma do pragmatismo

Figura 1 - Revista *Época*, n. 411, 03 abr. 2006, p.6.



Figura 2 - Revista *Época*, n. 411, 03 abr. 2006, p.37.

Na matéria, *o acontecimento* é em parte explicado pelos cientistas políticos – segundo Chauí (2007), os meios de comunicação tornam-se cada vez mais “o campo dos discursos dos especialistas”, onde “os fatos cedem lugar a declarações de personalidades autorizadas e de formadores de opinião” (p.28).

“Vivemos um momento de transição: o fim da geração de políticos que cresceu na oposição aos militares e o surgimento de uma outra, que nunca empunhou armas contra o autoritarismo”, diz o cientista político Leôncio Martins Rodrigues.

Pela ausência de marcas de discurso relatado, o texto que vem na seqüência corresponde à fala do jornalista: “O jeito de fazer política da geração de 1964 foi gestado e moldado no mundo bipolar da Guerra Fria. Era um mundo mais simples, dividido entre socialismo e capitalismo”.

Mesmo após a transição para a democracia e à abertura da economia, ainda de acordo com o texto, “o debate sempre foi *contaminado* por um abismo ideológico”.

Na campanha de 1989, Leonel Brizola atacava o Fundo Monetário Internacional (...) Nas eleições seguintes, discutia-se se o país deveria continuar dono de empresas de aviação, siderúrgicas ou telefônicas. *Hoje, esse debate está totalmente superado*. Esse tipo de questão não diz nada ao eleitor. A nova geração tem outro estilo. Tanto Lula quanto Alckmin procuram se distanciar do debate ideológico para tratar de questões práticas cotidianas.

O que é dito pelo jornalista, na seqüência, é corroborado pela fala de outro cientista político:

A campanha deste ano sepulta o ciclo da luta pela liberdade, do confronto socialismo versus capitalismo, diz o cientista político Gaudêncio Torquato. “*O eleitor está menos sonhador, quer saber de coisas concretas.*”

O que vem, na seqüência desta fala de Torquato, aparece sem aspas. “*Pontos que antes provocavam conflitos*, como controle da inflação e/ou a responsabilidade fiscal, *hoje são consenso.*”

O jornalista explica que “*a transição para o pensamento pragmático*²⁰ acontece em todo o mundo”. No Chile também “os debates se concentram em temas práticos”. No Brasil, “a nova geração [de políticos] parte do princípio de que o caminho está dado pelo resto do mundo e a questão é como encaixar o Brasil no mundo globalizado. Não pensa em discutir e mudar modelos, mas em fazer reformas e crescer.” E conclui:

Discutir idéias grandiosas sem entrar nos detalhes deixando de explicar exatamente como as coisas serão feitas não cola mais como antes” (...) *O desencanto com os políticos* é outro motor desse processo. Primeiro foi o PSDB. Nos oito anos de governo FHC, o partido prometeu que a liberalização da economia levaria o país ao crescimento. Não foi bem o que aconteceu. (...) Depois,

²⁰ “Você acredita que o que mudou nos últimos dez anos foi *o deslocamento das maneiras idealistas, utópicas, de pensar para uma forma mais pragmática?*” (“Vivemos na época do cinismo e do retiro”. **O Estado de S.Paulo**, 06 maio 2007. Cultura, p. D2. Entrevista com Russel Jacoby).

foi a vez do PT. O sonho de mudança *vendido* pelo partido também naufragou. Os petistas mantiveram a política econômica dos tucanos, que tanto criticaram.

Carlos Augusto Montenegro, do Ibope, explica a correlação: “Como as pessoas estão desiludidas com a classe política e com os partidos, vão fazer as escolhas de acordo com propostas palpáveis”.²¹

Conclusão (do jornalista):

É verdade que os políticos forjados no combate à ditadura, como Fernando Henrique Cardoso, José Serra ou José Dirceu, ainda estão por aí. *Mas as discussões e os debates fortemente ideológicos sobre o papel do Estado na economia e sobre os modelos econômicos que marcaram a geração de 1964 estão cada vez mais saindo de cena.*

Outro exemplo de análise da conjuntura eleitoral que convoca *o discurso sobre a transformação da política*:

O recado das urnas²² parece claro: **acabou a era das campanhas de opinião e de debate de idéias, tão efervescentes em 1988**, e impõe-se a “política como serviço”, como define Paulo Delgado. Em resumo, o eleitor não vota mais em quem pensa o país e o futuro, mas em quem faz - ou pode, ou promete fazer- algo concreto para melhorar a sua vida já. Às favas as idéias, as políticas estratégicas. O momento é do individualismo. Cada um por si, e seja o que o eleitor quiser.²³

²¹ Luc Ferry (2008) explica que esta decepção com a política e com os políticos “já vem programada no software”. Correlaciona a idéia da decepção e desencantamento com a política ao discurso de transformação da esquerda, que estaria em dissintonia com os constrangimentos efetivos (de ordem econômica) à ação política: “Na esquerda, apesar de morta e enterrada, a idéia revolucionária continua animando como um ectoplasma os últimos fantasmas da ‘Outra política’. Sabe-se que, uma vez ‘nos negócios’, é preciso enfrentar a lógica da economia de mercado, com a qual não se pode brincar muito tempo. Mesmo assim, gostam de fazer os eleitores acharem que ‘alternativas’ radicais existem, que o ‘pensamento único’ de haver obrigações ligadas à globalização não passa de um mito liberal. Deixa-se entender, desse modo, que uma gestão ‘socialista’ das transferências de mão-de-obra ou dos mercados financeiros pode trazer mais humanidade e justiça do que o horrível ‘capitalismo selvagem’ de que se acusa a direita. A decepção, assim, já vem programada no software: pois quando se chega lá, como a selvageria imputada ao adversário não passa de um espantalho para passarinhos, a diferença entre direita e esquerda parece infinitesimal aos próprios militantes. O discurso da extrema esquerda, que interminavelmente se alimenta dessa decepção – interminavelmente porque ela é estrutural -, dá provas suficientes disso, sendo inútil insistir” (Ferry, 2008, p.111).

²² Refere-se à não eleição de parlamentares “expoentes da Constituinte de 1988, à direita e à esquerda, respeitados pelos adversários e pela imprensa (...) Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento na ditadura, Paulo Delgado, sociólogo e professor universitário, José Thomaz Nonô, advogado e procurador que cumpriu seis mandatos consecutivos, Roberto Freire, que atravessou legislaturas e reformas partidárias no partido comunista e seus sucedâneos, Sigmaringa Seixas, ex-advogado de presos políticos e de estudantes, ponte segura entre tucanos e petistas”.

²³ Eliane Cantanhêde. A política como serviço. **Folha de S.Paulo**, 19 nov. 2006.

O nosso propósito aqui não é fazer uma análise discursiva do texto de *Época*. Também não nos preocupamos com a sua parcialidade em relação às candidaturas de Lula e Alckmin, que é evidente no destaque do léxico (o mesmo em relação ao texto de Cantanhêde que desqualifica o resultado da eleição ao *constatar* uma *mudança de natureza ou de qualidade da política*). Trata-se, por ora, de ilustrar o “tipo de texto” de mídia e a configuração dos enunciados que constituem uma parte do corpus: em geral, os textos chamam atenção para algum aspecto revelador da transformação da política (motivado por um evento determinado) que é relacionado a “fenômenos sócio-políticos” mais amplos, que então confirmam uma série de pressupostos ideológicos – “já-ditos”, “formulações”, “lugares-comuns”, que pertencem a discursos anteriores (como a idéia de consenso generalizado em torno de questões econômicas)²⁴. Nos enunciados destacados, nota-se a presença de embreantes ou dêiticos temporais (*hoje, em 2006*); de elementos da dêixis discursiva, indicadores de um tempo (*agora*) ideológico (*Vivemos um momento de transição*); de referências fora do contexto, ancoradas em coordenadas de tempo especificadas, num momento anterior (*nos anos 60*); de expressões que funcionam como “designantes” – isto é, constroem objetos de discursos ou referentes (acontecimentos, fatos, fenômenos sócio-políticos que concernem ao universo da política *concreta*: as *nominalizações* “*a transição para o pensamento pragmático*”, “*o desencanto com os políticos*” são pressupostas como verdadeiras); de sentenças generalizantes e assertivas,

²⁴ Na grande mídia conservadora, as avaliações sobre as ações dos governos e, sobretudo, sobre as “personalidades” dos líderes políticos (algo que, em princípio, não teria a ver com política ou ideologia, mas com “caráter”) são balizadas invariavelmente pelo discurso econômico. A apreciação dos “estilos” de líderes considerados modernos e democráticos e dos “quixotescos” pauta-se em decisões de ordem econômica. Os “sentidos” de certos qualificativos (como moderado, por exemplo), aos quais se recorre com frequência para se referir a “personalidades” remetem ao discurso econômico. Ou seja, o crivo da rejeição ou da apreciação é orientado pelo econômico. Explorando uma série de textos jornalísticos, que analisam o quadro político na América Latina, observamos a ocorrência de qualificativos como sensato/moderado para se referir àqueles políticos que conciliam políticas macroeconômicas, como o controle de gastos públicos, com políticas sociais focalizadas. Já os políticos que se opõem ou desafiam o discurso econômico hegemônico, são chamados de radicais, de esquerda carnívora, de populistas. Assim, desfazendo a opacidade destes qualificativos, é possível desvelar não somente as representações de política que os textos jornalísticos opinativos reiteram, enfim, as semânticas polarizadas que as organizam, que descrevemos como “a da confrontação” x “a da conciliação”, mas uma das formas assumidas pela apregoada colonização do político pelo econômico. (Cf. Miqueletti, F. XXIX Annual ILASSA Student Conference, 2009, Austin. Concepções de política em confronto no “continente da esquerda”. Austin: The University of Texas, 2009.)

que também criam efeitos de realidade e de certeza bastante contundentes, de *fato consumado* (*Hoje, esse debate está totalmente superado*).

Comentários sobre a transformação da política nos gêneros do domínio acadêmico

Na mesma época em que reuníamos os enunciados na grande mídia, em meio às atividades regulares do doutorado (disciplinas do programa e reuniões de grupo de pesquisa QTAAD), (re)lemos textos cruciais da AD, de teoria, de crítica e de análise, que vieram a influenciar na constituição (ampliação) do *corpus* e, posteriormente, na construção ou delimitação de um *objeto* de investigação.

Uma das leituras da disciplina “Seminário em Análise do Discurso” (2005) foi o livro “*Inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*” (2003), em que Denise Maldidier conta a história de uma disciplina (AD) que se confunde com os pensamentos de seu fundador. Trata-se de uma narrativa, menos ao sabor da conjuntura, do que de um *sujeito*, e que obedece à cronologia dos acontecimentos: “do tempo das grandes construções e tentativas, depois ao da desconstrução lentamente operada até o fim, em 1983” (2003, p.16).

O projeto de Michel Pêcheux nasceu de uma conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e psicanálise. Ele, progressivamente, o amadureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada da conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de um lado. Retorno ao sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. **Deslizamento da política para o espetáculo!** Era a grande quebra. Deixávamos o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar no do “debate”. Neste contexto, Michel Pêcheux tentou, até o limite do possível, re-pensar tudo o que *o discurso*, enquanto conceito ligado a um dispositivo, designava para ele.²⁵

No início dos anos 80, na última fase de desconstrução da teoria sob o comando de Pêcheux, a perda de hegemonia do discurso político, no interior da AD, se explica pela

²⁵ Maldidier, 2003, p.16

mudança de práticas no campo da política, que, desde a sua fundação, influenciaram o aparato teórico-metodológico da disciplina.²⁶

É sugerida uma tese, que Michel Pêcheux desenvolve, sensivelmente na mesma época, no texto que ele escreve para prefaciar o livro de Jean-Jacques Courtine sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos: “O estranho espelho da análise do discurso”. Ele aborda a idéia de uma relação “em espelho” entre o dispositivo da análise do discurso, centrado sobre a paráfrase e a repetição, e o objeto privilegiado que se deu a análise do discurso: o discurso político, mais precisamente o discurso do aparelho; melhor ainda o discurso comunista. Haveria uma relação constitutiva entre a análise de discurso e seu objeto? Em outros termos, a elaboração da disciplina no fim dos anos 60 não seria só um artefato conjuntural? A questão merece ser posta. “No horizonte das práticas da análise do discurso, pergunta-se Michel Pêcheux em 1980, não haveria a emergência de uma ortopedia de leitura, tendendo a formar a prótese para um pensamento político que falha?”. Não podemos ler estas linhas esquecendo a ferida política ainda muito próxima, a ruptura da união da esquerda, **o desaparecimento de uma certa maneira de fazer política**. Longe de levar à renúncia, a reflexão crítica de Michel Pêcheux vai produzir uma “mexida” nos próprios objetos da análise de discurso. Ele chama para a saída do estudo doutrinário, a voltar-se para o formigamento dos discursos ordinários, o exame das falas anônimas, o conversacional.²⁷

Mas não foi somente a AD que renovou as suas problemáticas e os seus objetos de investigação com a midiaticização da política (com as novas condições de produção do discurso político).

Em “*Depois da Teoria*” (2005), de Terry Eagleton (texto que discutimos nas reuniões do grupo de pesquisa QTAAD), são as humanidades que se voltam para as questões culturais em detrimento de questões políticas. O autor se refere às discussões que se desenvolvem no campo cultural, sobre a afirmação de identidades, em substituição a outras, centradas na reestruturação da organização econômica de base das sociedades. A divisão entre política, cultura e economia parece fundamentar a crítica de Eagleton e de outros intelectuais, como Russell Jacoby, ao pós-modernismo, que compreendem como uma forma de cultura política cuja característica marcante seria o esquecimento das questões sócio-econômicas (e da política). Desta perspectiva, critica-se a aparente

²⁶ Mazière observa que, “por vezes, a AD também é citada, *com desdém ou nostalgia*, como exemplo de uma época passada, que preconizava o engajamento e a inquietude do sentido político, *sem eco em nossa modernidade, que estaria testemunhando o fim das ideologias*” (2007, p.8). Em relação à dispersão do grupo intelectual que se reuniu em torno de Michel Pêcheux, após o seu suicídio em 1983, registra que “alguns pesquisadores não-lingüistas ainda se vinculam à AD; outros juntaram suas disciplinas e a partir disso evoluem para outras configurações, sempre mantendo a referência à AD; outros ainda, *na atual onda de rejeição dos engajamentos políticos*, consideram esse tempo encerrado” (p.47). (grifos nossos)

²⁷ Maldidier, *op.cit.*, p.74

hegemonia dos embates culturais, insuficientes para a superação de todos os tipos de desigualdade.

A estrutura econômica da sociedade – seja ela identificada como sociedade industrial, avançada, capitalismo ou economia de mercado – permanece como o elemento invariável; poucos seriam capazes de imaginar um projeto diferente econômico diferente. O pacto silencioso diz muito sobre o multiculturalismo. Nenhuma visão política ou econômica divergente dá vida à diversidade cultural. Dos mais militantes afrocentristas às mais ardorosas feministas são muito semelhantes em todos os setores as crenças sobre trabalho, igualdade e sucesso. O segredo da diversidade cultural é sua uniformidade política e econômica. O futuro fica parecendo o presente com mais opções. **O multiculturalismo é mais um indício do fim da utopia.**²⁸

Carentes de idéias, os esquerdistas e liberais celebram entusiasticamente o pluralismo cultural para preencher o vazio. Enfileiram palavras mágicas como *autenticidade, identidade cultural, contra-hegemônico, representação, transformador e desestabilizador*, enquanto os seguidores balançam a cabeça em aprovação; e adicionam um ou dois slogans políticos surrados para mostrar como são politicamente corretos. Toda esta vasta literatura é movida por uma visão das mais ralas. **A falência da utopia abre caminho para a festa dos multiculturalistas.**²⁹

As idéias de multiculturalismo, pluralismo cultural e diversidade tornaram-se sacrossantas, cheques em branco resgatáveis por qualquer um em qualquer valor, carentes de significado ou conteúdo. Não só indicam uma política a ser seguida como quase sempre *substituem a política*. Mas que política afinal designarão, mesmo acompanhadas de adjetivos como *radical e transformador*? A parte o desejo de integrar um número cada vez maior de vozes ao currículo ou rostos no escritório, não existe uma visão que oriente o multiculturalismo. *Inclusivismo*, um termo volta e meia brandido nas discussões sobre multiculturalismo, dá uma idéia de conformidade. O documento elaborado por ativistas para uma reforma da educação política no estado de Nova York intitulava-se *Um currículo pela inclusão*. O objetivo de integrar maior número de pessoas à sociedade estabelecida pode ser louvável, mas dificilmente poderia ser considerado radical. **A ascensão do multiculturalismo está relacionada ao declínio da utopia, um indicador do esgotamento do pensamento político.**³⁰

Eagleton critica, da perspectiva marxista, a influência das idéias pós-modernistas nos mais diversos meios, mas em especial no âmbito acadêmico, os chamados “estudos culturais”, onde prevalecem objetos de estudo que considera exóticos ou “mais agradáveis”, como o corpo ou o sexo:

O socialismo perdeu lugar para o sadomasoquismo. Entre estudantes da cultura, o corpo é um tópico imensamente chique, na moda, mas é, em geral, o corpo erótico, não o esfomeado. Há um profundo interesse por corpos acasalados, mas não pelos corpos trabalhadores. Estudantes de classe média e de fala mansa amontoam-se diligentemente nas bibliotecas

²⁸ Jacoby, 2001, p.62

²⁹ Ibid., p.94

³⁰ Ibid., p.54-5

para trabalhar com temas sensacionalistas como vampirismo e arranca-olho, seres biônicos e filmes pornôs. (EAGLETON, 2005, p.15)

Em “*As Ilusões do Pós-modernismo*”, Eagleton (1998) afirmava que os seus tópicos preferenciais (gênero, sexualidade, etnia), que passaram a fazer parte da agenda política, têm, na realidade, uma função substitutiva “para formas mais clássicas de política radical” (p.31). O autor enfatiza que o pós-modernismo não constituiu “um desvio da política para outra coisa”, haja vista que os temas que introduziu na agenda de discussão pública são políticos “até a raiz dos cabelos” (p.33), apenas deixou “para trás algumas questões políticas clássicas, tais como por que a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para comer” (p.33).

Nós nos sentiríamos, por exemplo, forçados a afirmar que sua única conquista mais duradoura – o fato de que ajudou a colocar questões de sexualidade, gênero e etnicidade com tanta firmeza na pauta política, a ponto de não concebermos sua retirada sem uma luta tremenda – nada mais foi que um substituto para formas mais clássicas de política radical, que trabalhava com classe, estado, ideologia, revolução, modos materiais de produção. Que os tópicos políticos privilegiados do pós-modernismo têm, de fato, entre outras coisas, função substitutiva parece-me inegável. (EAGLETON, 1998, p.31)

Entre outras coisas, a cultura havia sido uma maneira de manter aquecida a política radical, sua continuação por outros meios. Cada vez mais, todavia, ela passaria a ser um substituto. De algumas formas, a década de 1980 foi como as de 1880 e 1960 sem a política. ***À medida que se desfaziam as esperanças políticas, os estudos culturais ganharam proeminência.*** Sonhos de ambiciosa mudança social eram denunciados como “grandes narrativas” ilícitas, mais inclinadas a levar ao totalitarismo do que à liberdade. ***De Sidney a San Diego, de Capetown a Tomsö, todo mundo estava pensando pequeno.*** A micropolítica eclodiu em escala mundial. Uma nova fábula épica sobre o fim das fábulas épicas espalhou-se por todo o globo. De um extremo a outro do planeta doente, havia chamados para abandonar o pensamento planetário.³¹

O que chama de “estudos culturais” desenvolveu-se em um momento histórico específico, de “arrefecimento” das “energias revolucionárias” e de paralisia da própria política.

O que começou nas décadas de 1960 e 1970 como uma crítica ao marxismo acabou sendo, nos anos 80 e 90, ***uma rejeição da própria idéia de política global. (...) Em toda a parte, pensadores até então radicais estavam ajustando suas velas aos novos ventos, raspando as***

³¹ Eagleton, 2005, p.74

costeletas e recolhendo as armas. Os políticos militantes da década de 1960 tinham sido altamente otimistas: se desejasse com intensidade suficiente, você poderia conseguir o que quisesse. A utopia jaz logo abaixo dos paralelepípedos de Paris. (...) Após a *débauche* do final dos anos 60, a única política possível parecia ser uma resistência apenas pontual, no varejo, a um sistema que havia chegado para ficar. Ele poderia ser perturbado, mas não desmontado. Enquanto isso era possível encontrar um tipo alternativo de utopia em outros lugares: em intensidades eróticas, nos suaves prazeres da arte, na deleitável sensualidade dos signos. Todas essas coisas prometiam uma felicidade geral mais ampla. O único problema era que, na verdade, ela nunca chegou.³²

O que se depreende destas causas conjunturais, destas reviravoltas históricas que favoreceram a produção de novos discursos, o surgimento de novas problemáticas, e o aparente abandono de outras, na AD e nas Ciências Humanas em geral? Que outra conjuntura sócio-histórica remodelou o campo da política, os discursos, as instituições, e os objetos de estudo no campo teórico?

Ao incorporar estes textos, de algum modo, *afins* à temática da transformação da fala política, e de aspectos sensíveis ao universo do político, não tínhamos em mente descrever as diferentes concepções de política que estariam implicadas nestas apreciações de Malidier, Eagleton e Jacoby (promover uma leitura litúrgica, nos termos de Bourdieu), mas minimamente interrogar a *historicidade* destas leituras (trata-se de des-absolutizar estes discursos, ou seja, de historicizá-los, remetê-los a suas condições sociais de produção).

Neste caso, faz sentido pensar que estas críticas são deflagradas ou constituídas em função de rupturas ou de deslocamentos de certas noções de política num contexto histórico determinado. Talvez, hoje, uma divisão bastante em evidência, em torno da qual as críticas são formuladas, seja em relação à idéia de política como *transformação* das bases materiais (que opõe as políticas de reconhecimento e as de redistribuição econômica), o que não exclui a consideração de outras formas de cisão, que também pontuam as discussões, como a divisão público x privado (a invasão do público pelo privado). Mas para compreender estes deslocamentos, no interior do próprio discurso teórico, é necessário levar em conta o funcionamento do campo intelectual, no que diz respeito à dinâmica de suas disputas discursivas internas pelo estabelecimento da “verdade” – nos termos de Foucault (2008,

³² Ibid., p.80

p.13), “em torno do estatuto da verdade” – ou pela “justa” representação da “realidade”, num dado momento histórico.

Aqui, não assumimos este projeto, conforme será explicado na Parte II, apenas chamamos a atenção para aquela que seria a leitura “correta” (ou uma das) deste discurso ou desta forma de crítica a certas mudanças na ordem do político. Trata-se de uma leitura autorizada, prevista no interior de um campo disciplinar (a Ciência Política), que se encarrega de historicizar este discurso e denunciar a inconsistência (e por que não dizer “conservadorismo”) de certas “idealizações” que promove, como, por exemplo, de uma esfera pública de debates “racionais”, em contraposição à estetização da política, ou *o esquecimento* de que o debate passa pela reorganização do que se depreende como politicamente relevante (a ação no nível dos discursos, na denúncia de representações estereotipadas). Critica-se especialmente a polarização que estaria na base dos atuais discursos sobre a mutação da política, uma forma de crítica política orientada teoricamente por perspectivas dicotômicas. A consideração desta leitura “autorizada” implicará na consideração da recepção deste discurso, aspecto que comentamos mais adiante.

Pois bem, estas caracterizações conjunturais pretendem também representar o *deslizamento da política para o espetáculo, o desaparecimento de uma certa maneira de fazer política, o arrefecimento das “energias revolucionárias”, a paralisia da própria política, o esgotamento do pensamento político, o declínio da utopia* como verdades (uma constatação). Estas *designações* correspondem, em geral, a um acontecimento “extradiscursivo” (em tese, “um estado de coisas” passível de verificação na realidade). O efeito de evidência, de existência material (e, por extensão, de verdade) da *extenuação da política no mundo contemporâneo* é construído, em parte, pela descrição da conjuntura do presente que contrasta (antagoniza) com a descrição de uma época anterior. Logo, estes textos teóricos são assumidos como corpus.

Outro autor de destaque na AD (re)lido nesse período foi Courtine, cujo trabalho sobre o discurso comunista dirigido aos cristãos (1981) antecipa críticas aos dispositivos teóricos e analíticos da AD, que o autor aprofunda em textos posteriores. Alguns, recentemente reunidos e publicados no Brasil, com o título de “Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública” (2006), oferecem uma boa descrição da realidade política

contemporânea (e neste sentido, tornam-se também corpus). Courtine registra acontecimentos e transformações da conjuntura sócio-histórica que produziram a metamorfose do discurso político, em crise nas sociedades ocidentais (trata especificamente da mutação dos estilos de fala pública).

Aqui, interessa a descrição que Courtine faz do quadro político (a partir dos anos 1980) para mostrar como a sua transformação intervém ativamente na(s) (re)formulações do campo teórico – a perda de hegemonia do discurso político³³ (*é passada a época detestável em que tudo era política*), o abandono da perspectiva histórica nas análises discursivas, desinteressadas em estabelecer alguma conexão entre a materialidade lingüística e as circunstâncias históricas. “*Veremos a inicial dimensão histórica e crítica se apagar em proveito da descrição empírica ou da construção de procedimentos formais; e, paralelamente, veremos o aspecto lingüístico recobrir quase totalmente as considerações históricas*” (2006, p.46).

Em “*Crônica do esquecimento ordinário*” (Courtine, 2006), destaca acontecimentos e transformações da conjuntura sócio-histórica que deslocaram a atenção da AD para outros objetos e transformaram certas maneiras de trabalhar (Courtine critica o respeito pelas fronteiras disciplinares, a territorialização ou delimitação da AD, a perda de sua função crítica a partir do que considera o esquecimento do texto como “objeto político”).

A conjuntura política, sem dúvida, se modificou consideravelmente: ela é dominada há alguns anos pelos **temas do recuo ou do refluxo do político**. Esses signos são múltiplos: despolitização do corpo social, “desideologização” de certos partidos políticos em nome da modernização, mas também declínio do militância e da sindicalização concretas e realistas; a esquerda no poder descobre o pragmatismo político. Outros signos ainda: o “silêncio” dos intelectuais, a indiferença, a apatia da maioria deles, o recolhimento de cada um em si mesmo, a renovação do individualismo, que se desenvolve em um espaço considerado como politicamente vazio, retoma com fascínio modelos econômico e cultural da América de Reagan. As ideologias morreram: o declínio espetacular do marxismo, tanto no pensamento político quanto na Universidade, marca o fim das “grandes narrativas”. (...) A representação do político se transformou, assim, profundamente nos últimos anos. Não se trata aqui de se conder ou de se

³³ A predominância do discurso político como objeto de análise (o que Courtine classifica de “efeito massivo”) não é fortuita. Explica-se, segundo o autor, pela conjuntura teórica e política da França nos anos 70 (com o maio de 68 e o fluxo intenso de discursos políticos), no contexto de uma época de militância, de engajamento, na qual “tudo era político”.

encantar com essa mutação, mas de compreender o que está em jogo. E tirar algumas conclusões quanto à existência de uma análise do discurso, como tentativa de se esforçar em apreender as formas textuais das representações do político. Nesse campo, quais são os efeitos desse desejo comum, hoje, quando não se tem mais política? A chegada do “fim da política” marca a emergência de um duplo apagamento: o mascaramento da relação de dominação política, que nunca deixou, portanto, de existir, e formas novas que essa relação pode tomar; mas também o esquecimento desse movimento de pensamento que, desde o início dos anos 60, se esgotou na análise da dominação política, por ter feito disso um objeto único, deixando-o cego para qualquer outro.³⁴

Courtine também busca as causas do *declínio do discurso comunista francês* “num ambiente histórico [...] consideravelmente transformado, em particular, desde os anos 1960” (2006, p.102). Mas não lhe parece razoável atribuir exclusivamente ao mídium a homogeneização das formas discursivas na cena política.

Desse modo, é quase irresistível ver na própria estrutura do discurso comunista um dos elementos de sua identidade, na qual se lêem as causas de seu declínio. É tentador localizar, em sua estrutura, o signo de uma inegável marginalização: a assimilação da discursividade a uma territorialidade, de uma circulação a um lugar; o fato de conceber a “luta ideológica” como uma guerra de posições nas quais se enfrentam feudos discursivos, enquanto as linhas de fraturas ideológicas se deslocaram consideravelmente e, sob alguns aspectos, se atenuaram; a rigidez lexical e sintática, a imobilidade do discurso, **num momento em que as identidades políticas se recompõem. A oposição entre direita e esquerda, certamente, não desapareceu, mas sua percepção está mais frouxa; as posições estão mais flutuantes, os programas mais similares, os antagonismos menos delimitados.** Num contexto caracterizado pela instabilidade e pela fluidez das palavras políticas, por sua circulação acelerada, e, às vezes até mesmo, por sua intercambialidade, o discurso comunista se fechou sobre suas bases sociais, culturais e geográficas.³⁵

Courtine também discute aspectos da vida política americana que inquietam os franceses, como a grande importância que os americanos atribuem a questões de personalidade, ao comportamento privado dos políticos. O autor pergunta “*por que a fronteira entre vida privada e vida pública nos parece tão frágil, tão frouxa e, em certa medida, indistinta?*” (2006, p.127). Propõe, então, pensar esta questão como um fenômeno ou um tipo de problema não necessariamente típico da vida política nos EUA, mas que tende a se tornar central na política contemporânea.

Intrigados pelos costumes americanos, os franceses dão a eles freqüentemente duas explicações complementares. Vêm nesses costumes a ilustração de uma tradição religiosa radicalmente diferente da esfera pública de um país católico e latino. Um folclore puritano. Ou ainda identificam neles os malefícios da televisão do outro lado do mundo Atlântico: esse modelo de espetáculo

³⁴ Courtine, 2006, p.31-2

³⁵ Ibid., p.107

político [americano] logo contaminaria nossa vida política nacional, não sem o atraso que, habitualmente, se atribuí à difusão das modas e das invenções americanas na Europa. Tudo isso não é falso, mas simplesmente demais e insuficiente, se quisermos explicar alguns traços da vida pública nos Estados Unidos. Tampouco é certo que esses recentes desenvolvimentos nos sejam tão radicalmente estranhos como se supõe, ou que seja incorreto tratá-los como a lúdica condescendência que geralmente lhe é concedida. Eles me parecem, ao contrário, colocar, além da especificidade, **questões políticas gerais e essenciais: aquelas concernentes às mutações da percepção das pessoas públicas no interior de um antigo processo de dessacralização e de psicologização do político na esfera pública das democracias ocidentais.**³⁶

O homem público se dirige diretamente a cada um, sob a forma de uma conversação privada. Parece-me que esta é a vertente discursiva do que Richard Sennett chamou de “o declínio do homem público”, para designar a transformação, no decorrer do século XIX, das relações entre esfera pública e a vida privada. Seu equilíbrio oscila: a fronteira que, até o século XVIII, delimitava os dois domínios tende a se tornar menos distinta, toda vida pública é pouco a pouco absorvida pelo espetáculo do eu e todas as relações sociais psicologizam. As análises de Sennett permitem compreender de que modo essa redefinição das relações entre o privado e o público vai afetar profundamente as formas de recepção dos discursos políticos. Ela vai fazer com que cada vez mais a crença política dependa estreitamente da percepção psicológica da autenticidade do orador, do espetáculo de sua sinceridade, da encenação de seus sentimentos. Certamente, isso não é próprio dos Estados Unidos.³⁷

Em sua conferência no I Colóquio Internacional de Análise do Discurso, realizado em julho de 2006, na Universidade Federal de São Carlos, Courtine volta a alguns textos publicados em *Metamorfoses do discurso político* para introduzir a reflexão acerca das transformações da fala pública:

Foi profunda a reviravolta das condições de produção dos discursos no espaço ocidental que me conduziu à escrita dos textos que se encontram na terceira parte das *Metamorfoses* e é dessa reviravolta que eu gostaria de tratar agora. Esses textos constituem, à sua maneira, uma resposta ao tema que dominava a vida intelectual na França e alhures, ao longo dos anos de 1980: o do “fim das ideologias”. Sempre pensei que essa temática não significava nada daquilo que ela mesma proclamava, mas que ela assinalava, antes, a entrada numa era em que, a partir de então, *a ideologia do apagamento da ideologia* começava a dominar. Eu via nessa dominação um certo ressurgimento europeu dos fundamentos do pensamento neoliberal norte-americano, uma das conseqüências inevitáveis, no universo das idéias e dos discursos, da invasão do domínio político pelas lógicas e dispositivos do mercado: o recobrimento da fala pública pelas estratégias discursivas da sociedade de consumo. Estudar seus efeitos supunha uma dupla mudança de terreno: geográfica, inicialmente, visto que esses textos foram escritos ao longo da segunda metade da vida acadêmica que passei ensinando na América do Norte, de modo que foi possível observar, sobre seu próprio solo, detalhes antropológicos dessas mutações; e disciplinar, em segundo lugar, visto que esses trabalhos abandonam o domínio da Análise do Discurso, deslocando-se para o da Histórica cultural do campo da fala pública. Parecia-me, com efeito, que a fonte dessas transformações devia ser buscada menos no agenciamento das palavras do que na história das reviravoltas dos estilos retóricos, das posições

³⁶ Ibid., p.131

³⁷ Ibid., p.133

do enunciador, das mídias de transmissão, dos modos de circulação e de recepção, dos dispositivos de espetacularização dos discursos políticos. Parece-me, portanto, que a fala pública foi progressivamente incorporada pelo irrestível apetite de crescimento do mercado e da ideologia que lhe subjaz, o consumismo. É um dos efeitos do que se nomeia por “globalização”, ou seja, o efeito de acelerar, em escala planetária, a anexação de setores inteiros da esfera cultural, reapresentando-os como produtos de consumo. É assim que o cidadão se apaga sob o consumidor, que o discurso político tende a se tornar uma mercadoria como outra qualquer e que seu enunciador não seja nada mais do que o simples detentor de um “capital de celebridade” ou de “aprovação”, no grande mercado da bolsa de valores políticos (...) Concebemos seus efeitos [do que Zygmunt Bauman designa como *a modernidade líquida*] no campo da fala pública (...) **Lá onde o debate público podia, às vezes, deixar entrever horizontes políticos de longo prazo, as promessas de prazo imediato visam à satisfação instantânea do consumidor-cidadão: a argumentação degrada-se em fórmulas ou se dispersa em imagens, o sentido comum fragmenta-se na multiplicidade das esperanças e dos desejos (...)** A campanha presidencial francesa, longe de colocar no centro de seus debates questões políticas cruciais, as quais o país não poderia mais evitar por muito tempo, restringe-se, neste momento, à concorrência quase comercial das imagens...³⁸

Apoiando-se nestes ensaios anteriores, Courtine procura detectar um ponto de origem para o “apagamento” da “consistência” dos enunciados políticos dos quais a AD se ocupava no final dos anos 1960:

A reviravolta na história iria conduzir ao apagamento dessa consistência discursiva. Ao longo dos anos de 1980 e 1990, o declínio da classe operária tradicional e, com ela, do Partido com o qual ela estava historicamente ligada, o recuo do marxismo no universo intelectual, a falência do regime soviético e a onda propagada pela queda do muro de Berlim fizeram desses discursos, condenados à repetição do idêntico, menos uma fala viva do que um verbo morto, portador de uma memória em ruínas. Basta dizer o quanto é inútil, para qualquer projeto de Análise do discurso, sacrificar a história e as forças que obscuras que a atravessam, em proveito das palavras e das regras formais que as organizam sob a forma de enunciados. (COURTINE, 2008, p.13)

Embora insistamos no fato de que a reunião dos textos que compõem o corpus tenha se dado, ao menos no seu início, de modo intuitivo, e heterodoxo, da perspectiva de uma metodologia científica, devido à ausência de critérios de “restrição” ou “delimitação” (como *misturar* gêneros com status tão diferentes?), comumente estabelecidos *a priori* para orientar a coleta de dados “rentáveis” (Cf. Possenti, 2004), podemos sustentar a existência de alguns critérios difusos, que foram adquirindo coerência aos poucos. Estamos constituindo o *corpus* com base em um *conjunto de temas*, supostamente *temas próprios de um discurso*.

³⁸ Courtine, 2008, p.14-15

Pode-se dizer, assim, que buscamos reunir um conjunto de textos, a grande maioria de intelectuais, com diferentes suportes (jornal, revista noticiosa, livro, revista científica), relacionados a *temas* específicos (ou enunciados onde ocorrem os designantes dos temas). Os textos reunidos desenvolvem, a seu modo, estes *temas* que Courtine classifica “*do recuo ou do refluxo do político*” (ou então da “*crise da política*”, conforme Le Grignou), que ora aparecem como o assunto principal, ora como o pano de fundo, em textos que tratam de outros assuntos da atualidade que, por alguma razão, favorecem o seu aparecimento, como bem ilustra este editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*, “*A pior de todas as campanhas*” sobre a ausência debates racionais na esfera pública, fenômeno parcialmente explicado pelo *contexto* histórico, caracterizado pela convergência de posições políticas, pela ausência de conflitos ideológicos etc.

O debate de quinta-feira na Rede Globo foi o fecho apropriado para a mais esquálida campanha presidencial que se viu na história do Brasil democrático (...) nunca uma temporada eleitoral se caracterizou por tamanha pobreza de idéias e pela inexistência de qualquer coisa parecida com um confronto substantivo de propostas para o País. Mesmo as três últimas eleições indiretas da ditadura militar tiveram mais vida inteligente do que esta: graças ao ‘anticandidato’ Ulysses Guimarães em 1973, ao militar dissidente Euler Bentes Monteiro em 1977 e ao opositorista afinal vitorioso Tancredo Neves em 1985, elas pelo menos serviram para fazer avançar a causa da democracia com justiça social. Agora, dois fatores se combinaram para produzir o torpor que foram esses intermináveis meses de anticampanha, culminando com o melancólico espetáculo de anteontem, que, como não podia deixar de ser, se resumiu numa sucessão de rajadas contra o alvo ausente, o presidente Lula. Um dos fatores da dormência é de natureza estrutural: o sistema de propaganda eleitoral e as regras dos debates de televisão. (...) É certo que na era da videopolítica, conforme expressão do pensador italiano Giovanni Sartori, a telegenia dos candidatos, o maior ou menor appeal de sua figura e de sua personalidade – uma coisa e outra construídas pelos marqueteiros –, tem um peso desmedido nas decisões do eleitorado. **E, apesar da relativa convergência de posições políticas, no mundo que já não se divide em torno de grandes e conflitantes concepções sobre a organização da economia e o funcionamento da sociedade**, nos países amadurecidos o eleitor é capaz de identificar programas próprios nas diversas correntes partidárias.³⁹

Em sua coluna semanal, o *publisher* do jornal *Folha de S.Paulo* critica, na campanha eleitoral de 2006, o que considera a “getulização da imagem de Lula” por meio do slogan “Lula de novo, com a força do povo”, e identifica uma série de semelhanças entre os governos de Lula e Vargas: “ambos compraram a gratidão popular via concessões sociais. Ambos tiveram seus governos associados a corrupção e aparelhamento do Estado.

³⁹ A pior de todas as campanhas. *O Estado de S.Paulo*, 30 set. 2006. Notas e informações, p. A3

Ambos se disseram vítimas de um complô de elites”. Novamente, a referência ao contexto sócio-histórico (em outras palavras, aos *fatos*) destaca certas transformações que explicam esta nova condição de exercício da política na contemporaneidade:

Também a "frustração" com o governo Lula se inscreve numa sólida tradição brasileira: a das transições mais aparentes, de fachada, do que reais. Independência, República, 1930, 1945, 1985, todas as rupturas foram antes acordos em que a ordem velha sobreviveu à nova, dissolvendo-se nela. Numa campanha política anódina, sem novidade, um livro clássico pode oferecer esclarecimento. Mais exatamente, uma intuição escondida nas páginas finais de "Raízes do Brasil" (1936), do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que vale citar. "A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse num instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. (...) Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz." O historiador falava da revolução burguesa no Brasil, aquele processo que estabelece a universalidade dos direitos e a impessoalidade da lei. Processo histórico que tantas décadas depois continua em curso, incompleto, gradual, exasperante. Mas existe agora uma diferença importante. **O mundo não está mais dividido entre duas visões antagônicas que reclamavam uma tomada de partido. Foi-se a era das revoluções, a grande política está extinta, a vida pessoal adquiriu um relevo cada vez maior e a mentalidade pragmática impera em todos os sentidos.** Ou seja, nas mais retrógradas tradições da política brasileira desponta um surpreendente elemento contemporâneo: consenso em vez de polaridade política, melhoras "incrementais" em vez de soluções drásticas, "avanço" em vez de revolução.⁴⁰

Nesta fase de coleta do material, também não nos preocupamos em distinguir os textos em relação ao tratamento semântico dos temas – evidente que não é homogêneo, mas divergente, em função da “origem” diversificada dos textos, dos posicionamentos e dos respectivos sistemas de restrições semânticas que constroem os temas.

Assim, certas expressões sintagmáticas (em geral, *nominalizações*) podem corresponder a *designantes* mais ou menos prototípicos destes *temas do recuo do político*, e certas formulações (comumente, frases sentenciosas) podem corresponder a enunciados paráfrásticos de um conjunto de expressões sintéticas que remetem ao temário da transformação da política. Estas *formas* representam boa parte dos nossos destaques nos textos: *o encolhimento do espaço público; a destruição da esfera da opinião pública; a destruição da discussão e do debate públicos sobre projetos e programas de governo; a submissão da política aos procedimentos da sociedade de consumo e do espetáculo; a privatização da figura do político; o fim das campanhas de opinião e dos debates de idéias; o desaparecimento das ideologias; a indistinção dos discursos de esquerda e de*

⁴⁰ Otavio Frias Filho. Brasil inzoneiro. **Folha de S.Paulo**, 07 set. 2006

direita; a homogeneização dos partidos políticos no mundo todo; a dissipação da dimensão pública; a ausência de alternativas possíveis; a autonomização da esfera econômica; a perda do controle dos estados nacionais sobre suas economias; o deslocamento das maneiras idealistas, utópicas, de pensar para uma forma mais pragmática; a falta de participação, engajamento na política; o desengajamento democrático; o desinteresse pela política; o fim das grandes esperanças coletivas; as diferenças sutis entre as propostas dos candidatos; a convergência programática; o desinteresse crescente da população por política; o fim da divisão clara entre esquerda e direita; a pragmatização da política; o negócio é realismo e pragmatismo; o desaparecimento do conflito social e político; a evanescência do conflito social e político; o esvaecimento do espírito crítico autêntico; a retração geral no conformismo; a atrofia completa da imaginação política; o empobrecimento mental absoluto dos meios dirigentes; a ausência de crítica; a impotência dos dirigentes; “desideologização” de certos partidos políticos em nome da modernização; Todos os partidos estão de acordo em considerar que a “política” consiste em administrar o sistema existente; a dissipação do conflito social e político nos países ricos; Já, agora, não existem mais verdadeiras discussões, não há crítica mais freqüente, mesmo no programa dos partidos de oposição, nenhuma proposição alternativa ao capitalismo; los perfis programáticos de los distintos partidos son cada vez menos distintos; os nossos governos, esses que para o bem ou para o mal elegemos e de que somos portanto os primeiros responsáveis, se vão tornando cada vez mais em meros “comissários políticos” do poder econômico; la debilitación del antagonismo entre la derecha y la izquierda; o estreitamento das alternativas políticas; o colapso dos horizontes e ambições intelectuais etc.

Em 2006, assistimos às conferências do ciclo “O esquecimento da política”, organizado pelo jornalista Adauto Novaes em São Paulo. “O esquecimento da política é o segundo ciclo de conferências de uma trilogia sobre cultura e pensamento em tempos de

incerteza. O primeiro procurou desvendar os mecanismos culturais e políticos que levaram ao silêncio dos intelectuais” (Novaes, 2006).⁴¹

No texto de apresentação do Ciclo, intitulado “Elogio da política”, Novaes (2006) situava a atividade política no fluxo de transformações sem precedentes em diversas áreas da atividade humana como o objeto privilegiado de um “esquecimento”. “Todos, ou quase todos, concordam com o diagnóstico: vivemos um momento de incerteza e desordem. Em qualquer domínio da atividade humana – esferas do saber e do poder, costumes, mentalidades, sensibilidade ética, valores –, notamos transformações sem precedentes. A política é parte dessas mutações e desse caos.”

Na Introdução do livro que resultou deste circuito de palestras, Novaes (2007) explica que o que se esquece é a própria “origem” da idéia de política, e apresenta três diferentes formas de esquecimento da política hoje, que subsumem questões específicas, como os entraves à ação política, a sua submissão à racionalidade técnica, o domínio do econômico, o princípio liberal que define a política como consenso, a privatização da vida, o enfraquecimento ou esvaziamento da esfera pública, as práticas dos meios de comunicação que transformam a política em “espetáculo”, o predomínio da moral etc.

O livro põe em evidência também as várias formas de esquecimento através da análise daquilo que se põe no lugar da política: a eficácia técnica, o moralismo, a servidão voluntária, a palavra, a religião, o marketing, o econômico, a revisão da idéia de república e outras formas.⁴²

De acordo com Novaes:

A primeira forma do esquecimento é a privatização da vida – o esquecimento da coisa pública em proveito do privado. (...) Não é difícil constatar hoje, na prática, uma desilusão no coletivo e a crença de que “a felicidade e o bem concentram-se no casal, na família e, quando muito,

⁴¹ Em 2007, o jornalista Adauto Novaes organizou o ciclo de conferências “Mutações – Novas Configurações do Mundo”, o último da trilogia. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Novaes explicou a proposta que fez aos conferencistas convidados, de abandonar o conceito de crise para pensar as intensas transformações a que estamos assistindo em diversas áreas da atividade humana (a política, entre elas). Segundo Novaes, estas mutações ocorrem “no vazio do pensamento”, ou seja, o nosso saber instituído tem dificuldade de explicá-las: “vivemos uma época prodigiosamente vazia, na qual concepções políticas, crenças, idéias, sensibilidades, enfim, formas de existência e visões de mundo que antes pareciam dar sentido às coisas perderam o valor”. Novaes também não se mostra otimista em relação ao tempo presente: “se analisarmos todas as áreas de atividade, concluímos que tudo está de cabeça para baixo. É assustador”. (“Mutações: o assustador mundo novo da evolução radical”. **O Estado de S. Paulo**, Caderno 2, 11 ago. 2007, p. D3)

⁴² Texto que aparece na contracapa do livro “O esquecimento da política”, organizado por Novaes (Editora Agir, 2007).

no pequeno grupo”, como nos lembra Wolff. (...) O elogio do individualismo e a desilusão do coletivo, hoje, problemas universais, ganham força peculiar no Brasil.⁴³

Um segundo esquecimento da política é a fraqueza da esfera pública. (...) Os acontecimentos recentes da campanha eleitoral à presidência da República servem de exemplo: sem debate público sobre projetos e programas de governo, assistimos mais uma vez à produção fantasiosa da política. O marketing procurou não apenas vender a imagem do político como pessoa privada, dotada de atributos pessoais, mas também transformar o cidadão na figura de “empresário”. “Somos 180 milhões de patrões”, dizia a propaganda oficial do Tribunal Superior Eleitoral, e vamos escolher o nosso trabalhador. Pior: o que conta são os hábitos cotidianos do político, sua vida em família etc., e não possíveis concepções políticas. A privatização das figuras do político e do cidadão privatiza também o espaço público.⁴⁴

Em sua conferência, proferida no mesmo evento, Francis Wolff explorou cinco diferentes formas que o esquecimento atual da política assume, assim como suas causas e conseqüências. A substituição da comunidade política pelos indivíduos e pela comunidade religiosa, que nada esperam do poder político a não ser a simples administração, ou “o gerenciamento das contingências”, constituem duas formas de ausência do espaço público. São correlatas a elas, outras duas formas que tornam a política – a discussão, a confrontação de opiniões – inútil. As reduções da política à técnica e à economia impossibilitam a discussão ou o questionamento das ações políticas, então apresentadas como apolíticas porque conformes às leis da economia (que teria o estatuto de ciência) e ao *know-how* técnico. Deixar a política aos profissionais (“peritos”) é também uma maneira de esvaziar a esfera pública, porque resulta em uma espécie de “doxofobia”, “a idéia segundo a qual o saber pode tudo e as opiniões são vãs” (2007, p.74).

Outra maneira de esquecer a política é tratar questões que são políticas como morais⁴⁵. A conduta dos dirigentes políticos e as políticas de Estado são julgadas segundo critérios morais; no primeiro caso, julga-se, segundo Wolff, a “virtude dos homens e não o valor de um projeto ou a eficácia de uma ação” (p.76); no segundo, a adoção de critérios

⁴³ Novaes, 2007, p.15

⁴⁴ Ibid., p.18

⁴⁵ O declínio da política da perspectiva moral tem como temas preferenciais o declínio da confiança das sociedades nas elites políticas, o ceticismo em relação às instituições políticas, a insatisfação com os políticos: “Os integrantes da elite política, aqueles que ocupam ou almejam ocupar os cargos de poder da estrutura de Estado, são vistos como auto-interessados, oportunistas, inconfiáveis, desprovidos de princípios, egoístas e, mesmo, corruptos. Na atividade política, encontram vantagens pessoais, prebendas, mordomias.” (Miguel, 2008, p.250)

morais para se avaliar uma política reforça o conceito negativo de política: “O esquecimento da política em proveito da moral ocorre porque não se espera da política que ela realize boas ações, politicamente falando; somente que ela não cometa más ações, moralmente falando. Espera-se que ela faça o menos possível...” (p.76).

O que existe no espaço, ontem, ocupado pela política? Quais são as formas de esquecimento? Existe, inicialmente, o debruçar-se sobre si mesmo, ou melhor, sobre o “si mesmo”. Deixamos de acreditar que a política pode trazer felicidade; esta agora deve ser buscada, sem entusiasmo, na vida privada, na realização (ou fuga) individual, no casal, na família, ou às vezes nessas identidades ambíguas como o “gênero”, o solo, a nação. Há também o esquecimento dos valores políticos em prol dos preceitos morais; mesmo a vida social é julgada em nome da Moral: a corrupção passou a ser o pior vício em escala nacional e a assistência humanitária, o único programa em escala internacional. A terceira forma de esquecimento do político é o refúgio no sagrado: o apelo ao socorro da transcendência substituiu o desejo de uma salvação imanente e, nas mesmas mentes e espíritos, a esperança de uma Cidade de Deus tomou o lugar da cidade dos homens. Mas se a alma é entregue aos Céus, se a única salvação é a transcendente, o que nos resta de vida aqui em baixo? O viver em sociedade? Nada disso. O viver bem em comum? De forma alguma. Somente o viver mesmo, frequentemente o sobreviver: a troca de bens e serviços, as árduas necessidades do mercado contra as quais todos são impotentes; e no lugar da ação política, voltada para os amanhãs que despontam, restam apenas as atividades do cotidiano do *homo economicus*, indivíduo isolado, precário, no “livre” mercado de trabalho. Pois – e é esta a quinta forma do esquecimento político – os utopistas de ontem foram substituídos pelos especialistas da atualidade. Não disputamos mais os fins, políticos, discutimos, sim, os meios, e esses são técnicos: são tantos “dossiês”, “comissões”, “consultorias”, encarregadas de produzir “relatórios” sobre meios de aprimorar o sistema educacional, a eficácia da defesa nacional, a produção da pesquisa, a confiabilidade dos transportes etc! O que sobra para os políticos, senão justamente os sorrisos forçados das campanhas eleitorais?⁴⁶

O que alguns destes “sintomas” da dissipação da política no mundo contemporâneo descritos por Wolff e Novaes parecem ter em comum é a homogeneização da política, a negação da política como um território de disputas (de opiniões, de pontos de vista, de discursos). Segundo Novaes (2007), “é o conflito que permite dar sentido à política”: “consideremos a política como dissenso e não consenso, como a tomada de posição em relação à divisão social” (p.14). Estas críticas demandam da política o dissenso, a batalha de idéias, a pluralidade de valores, de posições.

Em outra conferência do ciclo, Marilena Chauí destacou, entre os muitos aspectos que determinam o esquecimento da política, aqueles associados à privatização e destruição

⁴⁶ Resumo da conferência “Esquecimentos da Política ou desejos de outras políticas?”, proferida por Francis Wolff no Ciclo “O esquecimento da política”.

do espaço público. A autora diagnostica a tomada da política pela cultura televisiva, quando se refere ao processo de “privatização” do homem público, cujo efeito é a despolitização da própria política (lançamos mão de uma citação extensa para melhor compreensão da sua argumentação):

Muitos são os aspectos que determinam o esquecimento da política. Desses, gostaria de destacar aqueles que produzem a privatização do espaço público e o destroem:

- o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado sob a ação da economia e dos governos chamados neoliberais, uma vez que se definem pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados da classe dominante, ou seja, do capital;
- a destruição da esfera da opinião pública, que deixa de ser o campo onde se exprimem opiniões divergentes sobre a vida econômica, social, cultura e política. Opinião pública, na origem, era a manifestação em público da reflexão realizada por grupos e classes sociais na defesa de seus interesses, os quais, por sua vez, determinavam decisões e ações políticas, isto é, concernentes à coletividade. Hoje, a opinião pública tornou-se a manifestação pública de gostos, preferências e sentimentos individuais, que outrora pertenciam ao campo da vida privada;
- a destruição da discussão e do debate públicos sobre projetos e programas de governo e sobre as leis – destruição produzida pelo surgimento do marketing político, sob os efeitos da ideologia pós-moderna, que aceita a submissão da política aos procedimentos da sociedade de consumo e do espetáculo. O marketing político busca vender a imagem do político e reduzir o cidadão à figura privada do consumidor. Para obter a identificação do consumidor com o produto, o marketing produz a imagem do político como pessoa privada: características corporais, preferências sexuais, culinárias, literárias, esportivas, hábitos cotidianos, vida em família, bichos de estimação. A privatização das figuras do político e do cidadão privatiza o espaço público;
- a ideologia da competência, segundo a qual a sociedade se divide entre os competentes, que possuem conhecimentos científicos e técnicos e por isso têm o direito de mandar e comandar, e os demais, que, não tendo tais conhecimentos, são tidos como incompetentes e com a obrigação de obedecer. Sob o efeito da ideologia da competência, a política é considerada uma questão técnica, que deve ficar nas mãos de especialistas competentes, cabendo aos cidadãos reconhecer a própria incompetência, confiar na competência dos técnicos e reduzir a participação política ao momento do voto nas eleições;
- a ação os meios de comunicação de massa. Sob o impacto da ideologia da competência, as ondas sonoras do rádio e as transmissões televisivas tornam-se cada vez mais o campo dos discursos dos especialistas que nos ensinam como viver;⁴⁷

Se, por um lado, as conferências do Ciclo constituem, para os que estão de acordo com o diagnóstico, uma amostra das múltiplas formas contemporâneas de esquecimento da política, da impossibilidade de uma explicação unívoca para as suas transformações, e especialmente de um estado de insatisfação com o que está acontecendo (a redução da

⁴⁷ Chauí, 2007, p. 27-8

heterogeneidade, da pluralidade na política), por outro, são também representativas daquilo que mais tarde compreendemos ser, entre outras, uma tendência teórica crítica à política. Sinteticamente, o que a caracteriza é a *idéia* de que a política está em “crise”, no sentido de que experimenta *um momento de ruptura ou descontinuidade*, cujas implicações levam a uma espécie de *degeneração* (ou *perda*) de sua qualidade. Assim, este tipo de crítica faz *eco* a perspectivas teóricas que identificam a política a alguma *substancialidade*, e que procuram, por diferentes vias, submetê-la a algum tipo de controle. (Da perspectiva de sua argumentação, estabelece uma relação com o passado a partir da comparação das formas contemporâneas da política com visões específicas da política pré-moderna e moderna.)

Este aspecto “negativo” (ou disfórico) da crítica, às vezes, é destacado pelos seus comentadores de maneira bastante peculiar, quando a descrevem como uma reação subjetiva (ou comportamental) dos autores em relação aos fenômenos que analisam. Para citar um exemplo: ao mesmo tempo em que introduz a fala de Novaes, o jornalista Sérgio Augusto faz referência a uma “ação lingüística” realizada pelo entrevistado, faz apelo ao seu ato comportamental por meio do emprego do verbo “lamentar”. Neste caso, o verbo que introduz da opinião de Novaes funciona como comentário deste traço *emocional decepcionado, desapontado* desta perspectiva crítica, que se apóia em valores do passado, em uma visão moderna de esfera pública.

“Vivemos uma época prodigiosamente vazia, na qual concepções de políticas, crenças, idéias, sensibilidades, enfim, formas de existência e visões de mundo que antes pareciam dar sentido às coisas perdem valor”, constata e *lamenta* Novaes...⁴⁸

Em “*Le dépérissement de la politique: généalogie d’un lieu commun*”, a filósofa francesa Myriam Revault d’Allonnes (1999) investiga a produção de discursos teóricos sobre o desaparecimento da política para mostrar como, via de regra, pressupõem uma visão de política desconectada da realidade. Certas tendências filosóficas relevantes projetam uma idéia de política, na opinião de Revault D’Allonnes, simplesmente inatingível e se distanciam do mundo real, daí, são levadas a diagnósticos pessimistas sobre

⁴⁸ “Mutações: o assustador mundo novo da evolução radical”, **O Estado de S. Paulo**, Caderno 2, 11 ago. 2007, p. D3.

o déficit de política na contemporaneidade. Mesmo os que se apresentam como discursos de resistência ou de esquerda estão equivocados na crítica que fazem à política, porque partem de uma concepção de política profundamente idealizada. Para autora, o equívoco está nas expectativas demasiadas que certas correntes depositam na capacidade da política:

À demander à la politique le confort des certitudes qu'elle ne peut donner, à attendre d'elle le remplissement des espérances qu'elle ne peut combler, on se voue aux illusions perdues. À vouloir s'emparer du réel, à vouloir tenir le monde 'couché à ses pieds', la philosophie témoigne d'une volonté d'omnipotence qui se trouve à chaque instant démentie par la 'vérité effective' de la politique. D'où le divorce – prononcé dès la mort de Socrate et sans cesse renouvelé – de la philosophie et de la politique. (REVAULT D'ALLONNES, 1999, p.245)

Para a autora, a idéia de desaparecimento da política, repetida a exaustão, não é evidente e não constitui o horizonte intransponível do nosso tempo (fenômenos típicos das democracias de massas, como o absentismo eleitoral, o desinteresse dos cidadãos pela política, não são contemporâneos; na Grécia antiga, também se reclamava da falta de consciência cívica dos cidadãos).

Para Revault D'Allonnes, o discurso filosófico sobre o desaparecimento da política constitui um lugar-comum. De uma perspectiva historiográfica, propõe em seu livro investigar a gênese deste clichê filosófico, descrever os contextos que tornaram ea idéia de desaparecimento da política possível.

A autora defende que “o desaparecimento da política” é um lugar-comum híbrido: resulta do encontro da doxa, do discurso do senso comum, e do discurso filosófico. Em outras palavras, situa-se no entrecruzamento do senso comum ordinário (o registro da opinião) com o senso comum filosófico (o registro da “verdade”, do “conhecimento”), e, portanto, alimenta-se tanto da experiência vivida (dos índices materiais deste suposto “desaparecimento”), quanto de conceitos teóricos. Por trás deste diagnóstico, há uma tradição filosófica com uma falsa idéia do que é a política. Portanto, a tese central da autora é que o desaparecimento da política não tem a evidência que muitos lhe atribuem: é ao mesmo tempo um topos da consciência comum (cf. Miguel, 2008) e um lugar-comum da filosofia.

Ce lieu commun hybride qu'est le dépérissement de la politique se situe à la croisée des chemins. En lui se rencontrent la doxa du discours ordinaire et, s'il est permis de la qualifier ainsi, la doxa de la philosophie. Et la preuve en est que lorsqu'on s'efforce de déchiffrer les signes disparates de notre temps, ceux à travers lesquels on a cru – et on croit encore – pouvoir lire le dépérissement de la politique, on s'aperçoit qu'ils renvoient à une sorte de mixte quasi indémêlable du registre des « opinions » et de celui de la « connaissance » et de la « vérité ». Qu'il s'agisse par exemple de la « fin des ideologies », du discrédit des politiques, du rapport entre le devenir démocratique e la mondialisation, on s'aperçoit que la généalogie qui se découvre à leur lecture est ambivalente : elle tient à la fois au concept et à l'expérience vécue. (REVAULT D'ALLONNES, 1999, p.13)

Au terme de ce parcours, qui a voulu à la fois revenir sur les conditions de sa – ou de ses – naissance(s) et retracer les chemins par ou la politique ne cesse de s'évader hors d'elle-même, Il s'avère que le dépérissement de la politique est loin d'avoir l'évidence qu'on lui prête: il est à la fois un topos de la conscience comune et un lieu commun de la philosophie, au moins dans certaines de ses orientations majeures. (REVAULT D'ALLONNES, 1999, p.245)

Não nos interessa discutir se a autora tem ou não razão. A AD não pretende confirmar ou infirmar as outras ciências, ou interpretá-las mais adequadamente. Consideramos a leitura da autora como uma destas leituras “verdadeiras” ou autorizadas, e, portanto, necessária à compreensão dos modos de circulação destas discursividades no interdiscurso. Como procuraremos demonstrar adiante, este “clichê” filosófico reúne pelo menos duas visões, a da desnecessidade da política (com a formulação de teses sobre o fim das ideologias e da história), e a da falta da política, que identifica no mundo contemporâneo uma redução da pluralidade dos sentidos e das posições em conflito. “Disse” desta última que se vincula a uma tradição de crítica à modernidade.

Até o momento, oferecemos ao nosso leitor uma idéia parcial dos textos reunidos a partir do interesse por uma temática específica, a da mutação da política. Também chamamos a atenção para a nossa metodologia (ou para a ausência dela), que simplesmente foi em busca dos temas do “recuo do político”. Na sequência, procuraremos constituir o nosso corpus de trabalho, estabelecendo as relações possíveis (ou previstas) entre textos de estatutos (e suportes) tão diferenciados, que devem ir além da temática comum.

Algumas diretrizes para a construção do corpus da pesquisa

Os temas: significantes relativamente estáveis e significados incertos

A inclusão no *corpus* de alguns textos teóricos ou gêneros do domínio acadêmico (produzidos sob outros regimes de *genericidade*) deveu-se, portanto, ao desdobramento desta relação percebida entre os discursos eruditos (que comportam *gêneros de discurso autorais*) e os ordinários (dos quais participam os *gêneros rotineiros* – “os prediletos nos estudos dos analistas do discurso”).⁴⁹

Os discursos sobre política que circulam na mídia estabelecem conexões com discursos produzidos fora do campo jornalístico (compreendemos que aludem a um debate de longo prazo, envolvendo autores identificados à crítica à modernidade, ao declínio da esfera pública; em outros termos, repetem ou atualizam discursos anteriores).

Entendemos, assim, como “*crítica contemporânea à política*”, determinadas análises do seu estado atual, desenvolvidas em diferentes espaços de produção do pensamento político, que constroem a transformação da política como produto do período histórico, e constataam esta transformação a partir do exame de fenômenos da atualidade bastante heterogêneos (da espetacularização da política à hegemonia dos embates culturais, entre outros tópicos).

Assim, o *corpus* da pesquisa naturalmente se encaminhou para reunir *textos* que desenvolvessem este conjunto relativamente estável de temas concernentes à dinâmica da política contemporânea, provenientes de dois espaços onde tradicionalmente se fabrica o pensamento político (onde o político torna-se *objeto de análise*): o mundo erudito da academia e o mundo das mídias.

⁴⁹ “Os analistas do discurso interessam-se mais pelos gêneros que designamos acima como “rotineiros”, deixando os gêneros “autorais” aos especialistas em literatura, filosofia, religião etc. Assim agindo, retornam à divisão imposta pela estética romântica entre textos “intransitivos” – expressão da “visão de mundo” de uma individualidade criadora, e textos “transitivos”, de prestígio bem menor, que estariam a serviço das necessidades da vida social.” (Maingueneau, 2006b, 239)

Pelo menos duas leituras nos autorizavam a circular pelos campos do jornalismo impresso e das ciências humanas sem obrigatoriamente hierarquizá-los ou unificá-los (como se constituíssemos *corpora* complementares).

Charaudeau (2006, p.40) distingue três lugares onde tradicionalmente se fabrica o pensamento político: “um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento, um lugar cujo sentido está relacionado ao próprio ato de comunicação, um lugar onde é produzido o comentário”. Sobre o discurso político como comentário, o autor explica tratar-se de “um discurso a respeito do político” que está fora do campo de ação da política. Neste espaço, Charaudeau inclui também os jornalistas que comentam a atualidade política.

Bourdieu (2007, 2008) divide o trabalho político entre “profissionais” e “profanos”. O autor chama a atenção para: de um lado, a produção de discursos políticos e de opiniões políticas legítimas como prerrogativa de grupos sociais específicos, os profissionais da política que concentram os meios de produção dos discursos (jornalistas da área de política, intelectuais, ideólogos profissionais, partidos etc.); e de outro, uma demanda de consumidores destas opiniões, desprovidos da competência para formular os problemas políticos. Sua concepção de trabalho alcança uma multiplicidade de instâncias (como a intelectual e a jornalística) que têm autoridade para produzir discursos sobre a política, o que quer dizer, elaborar as categorias de percepção e julgamento do mundo social.

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com possibilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 2007, p.164)

Os meios de comunicação, como uma das instâncias de produção de julgamentos e de opiniões políticas legítimas, integram o corpo de profissionais da política, participam da apreciação e da produção do dizível e pensável politicamente – dos conteúdos, modos de expressão legítimos, expectativas de comportamento e de perfil psicológico ideal para o desempenho da função política etc.

Assim, para constituir o corpus de referência da pesquisa, consideramos ambas as propostas de divisão do trabalho político: dos três lugares de fabricação do discurso político

de Charaudeau, privilegamos dois (mas, como se verá, sem qualquer compromisso com a definição que o autor dá destas instâncias): o sistema de pensamento, os discursos que engendram “saberes de conhecimento e de crença”, e que se distinguem, segundo o autor, em teorias, doutrinas e ideologias, e o comentário (a instância das mídias); ambos podem convergir com os “profissionais” de Bourdieu.

O discurso político como sistema de pensamento é resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. É em nome dos sistemas de pensamento que se determinam as filiações ideológicas, e uma análise do discurso deve se dedicar a descrevê-los a partir de textos diversos. [...] O discurso político como comentário não está necessariamente voltado para um fim político. O propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco político. [...] Ouve-se frequentemente o discurso de comentário político no bar, em família ou entre amigos, mas ele inclui também aquele que é mantido – com mais seriedade e espírito de análise – pelos jornalistas que comentam a atualidade política. (CHARAUDEAU, 2006, p.40-1)

Propomos, então, construir o *corpus* com textos de “profissionais”. E o procedimento, para constituir nosso arquivo de trabalho, obedeceu a um *percurso de natureza temática*, ou seja, reunir textos que desenvolvessem os temas preferenciais “*do recuo ou do refluxo do político*”.

No entanto, a reunião dos gêneros acadêmicos se deu em moldes híbridos, combinando a presença dos *designantes dos temas do recuo na textualidade* e um *saber prévio*, que nos levou a complementar o *corpus* com textos que participam de um debate teórico-acadêmico anterior, em torno de um objeto institucionalizado, *a tese controversa de declínio da política* (trata-se de uma questão até hoje bastante incômoda na AD, porque remete a sua subordinação a outros campos de saber ou, nos termos de Mazière, à “pluridisciplinaridade”, as relações privilegiadas que estabeleceu com outras disciplinas desde a sua constituição, especialmente a sociologia e a história⁵⁰). Nota-se que tal

⁵⁰ No início, quando as análises discursivas focalizavam o vocabulário, as proposições em torno de termos-pivô, os *corpora* eram constituídos em função da presença de palavras então definidas pelo analista, que baseava sua escolha em um conhecimento político, sociológico, histórico, produzido em outros campos disciplinares, e, portanto, ele próprio “historicizável”. Os resultados das análises poderiam então apenas confirmar este saber anterior. “No centro do dispositivo de análise, os autores instituem ‘termos-pivô’, que é a

repertório de temas (“do recuo”) predispõe à mobilização de um *já-dito*, de um discurso anterior, ou, pelo menos, favorece a sua atualização ou retomada (sob outras perspectivas, inclusive).

Assim, de um lado, buscamos proximidade com alguns autores que privilegiaram em algum momento da sua produção científica esta temática do recuo, sem nos preocupar com o seu pertencimento ou filiação a uma corrente ou doutrina, em distinguir a sua posição (o que amplia a possibilidade de que os temas sejam abordados ou desenvolvidos de pontos de vista diversos).

A *localização* destes autores se deu segundo procedimentos muito variados: alguns constavam da bibliografia de textos lidos ao longo do doutorado (por exemplo, Courtine faz referências a um conjunto de textos e autores que desenvolvem esta temática do recuo; entre eles, cita Pierre Birnbaum e seu livro “*La fin du politique*”); outros foram citados nas conferências do *Ciclo* (Richard Sennett, por exemplo); de outros, tomamos conhecimento por meio da leitura cotidiana dos jornais (através de entrevistas ou artigos publicados, ou resenhas de suas obras). Por meio de colunas publicadas no jornal *El País*, chegamos ao filósofo espanhol Daniel Innerarity e ao seu ensaio premiado “*La transformación de la política*”. Outros autores foram recuperados da bibliografia do nosso Mestrado (Anthony Guiddens). Alguns autores nos chamaram a atenção pelos títulos de seus livros (foi o caso de *A transfiguração do político*, de Michel Maffesoli; e de *Em busca da Política*, de Zygmunt Bauman). Um dossiê da Revista *Cult* (ed.118, ano 10) sobre a renovação do pensamento de esquerda chamou nossa atenção para autores como Chantal Mouffe e suas obras *On the political* e *The return of the political*, em que critica especialmente Ulrich Beck (2005). Mouffe associa as idéias de Beck à visão pós-política liberal, inscrevendo-o também na mesma tradição dos teóricos que “proclamaram” o fim da era ideológica nos anos 60. Na definição de Mouffe (2005), uma visão de mundo “pós-política” corresponde à idéia segundo a qual o atual estágio de desenvolvimento político-econômico alcançado

palavra escolhida, instituída como pivô de uma ‘classe de proposições’ que a ele se referem. Não se trata de uma invariante gramatical formal, percebida porque repetida, trata-se de um signo cuja pertinência semântica em discurso foi determinada pela competência sociolinguística, do politólogo, do historiador, ao longo de sua construção do *corpus*. Essa seleção de pivôs não pode ser linguística. Ela é ditada ao analista pelo objetivo da análise. A dependência da análise em relação ao saber anterior do analista será uma questão central na colaboração entre linguistas e historiadores” (MAZIÈRE, 2007, p.39).

constitui um grande progresso na evolução da humanidade, cujas possibilidades devem ser celebradas. Em uma busca no Google da expressão “fim da política”, encontramos o ensaio “O fim da política” (a tradução em português europeu) de Robert Kurz. Também o curso “Discurso e Poder”, do programa de pós-graduação em Ciência Política, do IPOL-UnB, que frequentamos em 2008, contribuiu para ampliar a lista de autores pesquisados. No final, até conseguimos reunir um conjunto, não muito extenso, de textos representativos de posicionamentos discursivos (e discursividades) que estruturam na contemporaneidade uma vertente desta discussão sobre a política no campo erudito.

O acesso aos textos (gêneros de discursos constituintes e não-constituintes) pela temática do recuo (pela investigação da circulação de *designantes* dos *temas* típicos do recuo) produziu um corpus heterogêneo quanto a posicionamentos discursivos. Em outros termos, a constituição do corpus se deu por meio do *léxico*. *De um léxico caracterizador de um lugar discursivo*, mas não a ele restrito.

A relativa amplitude dos dados, resultado deste projeto de constituição do coprus apoiado no vocabulário, nos deu acesso a abordagens conflitantes dos mesmos temas – o tratamento semântico dos temas não é uniforme, o que não anula esta impressão ou percepção de que existam temas próprios ou historicamente associados a um discurso anterior, identificado como o do “declínio da política”.

Conforme adverte Maingueneau (2005), a noção de tema é de manuseio delicado, pois, em princípio, não há temas que sejam exclusivos ou originais de um discurso; o importante não é o tema em si, mas o seu “tratamento semântico”, o que significa, no interior da teoria deste autor, que o conjunto da temática do discurso é desdobrado segundo um sistema de restrições ou uma grade semântica específica (os mesmos temas podem circular em múltiplos outros discursos e posicionamentos e serem tratados semanticamente de maneira bastante heterogênea). Maingueneau não exclui a possibilidade de o discurso possuir os seus temas preferenciais, próprios ou prediletos – estes seriam aqueles que mantêm uma relação privilegiada com o sistema de restrições do discurso, e que podem ser impostos a outros discursos (pode-se, ainda, identificar temas classificados em compatíveis e incompatíveis com o sistema de restrições). O mesmo se aplica ao vocabulário. De acordo com Maingueneau (2005, p.83): “não há muito sentido em falar do vocabulário de tal ou tal

discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio. De fato, o mais freqüente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos.” (Em tese, toda palavra corre o risco de ter outro sentido justamente porque as palavras não são exclusivas de um discurso.) Mas, ainda segundo o autor, as palavras tendem a adquirir “o estatuto de signos de pertencimento” (p.85).

Entre os vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. Conhece-se, por exemplo, a voga extraordinária que teve uma palavra como *estrutura* na crítica literária dos anos 1960 em contextos em que *sistema*, *organização*, *totalidade*, ou, mais trivialmente, *plano*, teriam dito a mesma coisa. É que a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência. (MAINGUENEAU, 2005, p.85)

De maneira geral, a co-ocorrência dos mesmos temas não é um critério suficientemente seguro para se definir identidades discursivas (ou lugares de enunciação). Os temas (ou, da perspectiva lingüística, *designantes*) podem, assim, ser partilhados por discursos antagonistas. Por exemplo, nem sempre servem para abordar a mutação da política como um “problema público” ou de um ângulo negativo⁵¹, como sinônimo de declínio. Como nos exemplos extraídos do nosso *corpus* de mídia, as nominalizações que sublinham a transformação da política são assumidas como verdade de uma perspectiva pretensamente “neutra”, supostamente indiferente a propósito da *qualidade* da mudança; em suma, encontram-se interpretações controversas para os “fenômenos” que os temas do recuo designam. Tendo no horizonte certa concepção de política, pode-se *negar o desaparecimento* da política para *constatar* que toma outras formas (*ainda se concebe e se pratica a política, mas de outra maneira*), ou simplesmente *constatar a mutação* para outro tipo de política sem julgamentos ou apreciação evidentes, ou ainda *contrapor* os ganhos e perdas decorrentes desta transformação.

⁵¹ Esta citação de Sennett (2006) oferece uma caracterização mínima do que entenderemos aqui como “diferentes perspectivas”: “Os apóstolos do novo capitalismo argumentam que sua versão a respeito desses três temas – trabalho, talento e consumo – redundava em mais liberdade para a sociedade moderna, uma liberdade fluida, uma “modernidade líquida”, na excelente formulação do filósofo Zigmunt Bauman. Meu motivo de disputa com eles não está em saber se sua versão do novo é real; as instituições, as capacitações e os padrões de consumo efetivamente mudaram. O meu ponto de vista é que essas mudanças não libertaram as pessoas. (SENNETT, 2006, p.20)

É possível dizer, simplificando um pouco as coisas, que o corpus se constituiu a partir do léxico ou de temas identificados, no domínio teórico, a lugares discursivos determinados. Palavras e expressões que disparam opiniões ou pontos de vista que são próprios de certos grupos, comunidades intelectuais ou lugares discursivos do campo erudito.

Assim, na perseguição de um vocabulário ou de temas, o corpus reuniu enunciados de dois tipos básicos e pode ser assim dividido: de um lado, os enunciados que tem como referente um acontecimento ou a realidade, cuja análise leva às conclusões de esquecimento, irrelevância ou transfiguração da política, por exemplo. De outro, enunciados que tem como referente um discurso, uma formulação cujo comentário é em geral reativo. Enunciados que questionam as bases epistemológicas deste tipo de formulação, e não a sua conformidade ou adequação ao real. Nestas circunstâncias, os “temas” ou o vocabulário do recuo compõem na textualidade como *palavras do outro, marcadamente* (ou não) mantidas à distância (cf. Parte III).

Em suma, o “tema” no sentido mais convencional – “aquilo de que um discurso trata” – deixa evidente a instabilidade dos sentidos. Os temas “do recuo ou do refluxo do político” podem aparecer desdobrados em um conjunto de proposições heterogêneas, cujos sentidos variam conforme a formação discursiva onde circulem. Ou seja, a presença de tais proposições nos textos do corpus deve ser distinguida segundo *o modo de relacionamento* das mesmas com o discurso/FD onde circulam: podem ser acolhidas ou recusadas, de onde se pode detectar a convivência entre “vozes” com diferentes *entonações* (*um concerto de vozes dissonantes*) ainda que haja uma relativa estabilidade do *significante*. Em outras palavras, as mesmas expressões (ou enunciados) estão investidas de “apreciações” distintas conforme os “lugares” (campos, posicionamentos) onde aparecem. Os mesmos temas ou temáticas se apresentam através de maneiras de dizer específicas e distintas entre si, podendo ou não corresponder a um mesmo posicionamento discursivo. Há algo comum a este conjunto de dados: são *reações* à transformação de diversos aspectos da prática política, o que é insuficiente para homogeneizá-los.

Um exemplo. Na apresentação “*A era do vazio*” ([1993] 2005), de Gilles Lipovetsky, Juremir Machado da Silva faz uma observação interessante a propósito do

título do livro, que, segundo ele, “engana”. A expressão “a era do vazio” faz, no caso, referência à “pacificação política” (aqui, sema positivo) ao invés de apatia, desmobilização ou despolitização – lexemas negativos pelas suas próprias “virtudes semânticas em língua” (Maingueneau, 2005, p.84), e pelo seu “pertencimento” a certo discurso (a expressão tende a *marcar* um posicionamento no campo filosófico e a autorizar certa leitura ou interpretação, de “crise” da política).

Gilles Lipovetsky é um autor inclassificável. Até mesmo os títulos de alguns dos seus livros dificultam o trabalho dos que adoram rotular sem tomar o cuidado de examinar a fundo o conteúdo de uma obra. **A era do vazio, por exemplo, remete, num primeiro instante, a algum inventário catastrófico e apocalíptico dos tempos atuais.** Na terminologia intelectual, **parece o título de um “frankfurtiano”**, um daqueles pensadores da chamada Escola de Frankfurt – cujas estrelas foram Theodor Adorno e Max Horkheimer – que **denunciaram** a “indústria cultural”, a manipulação das massas pelo entretenimento, a diluição da arte e o poder devastador da mídia. Ainda são muitos os intelectuais que, inovando a Escola de Frankfurt, vêem no estado atual da cultura o pior dos mundos: uniformização, alienação (embora essa palavra esteja fora de moda), perda da capacidade de criticar, crise de identidade, desconstrução da cultura erudita, triunfo da baixa cultura, vitória do lixo da mídia, dominação simbólica dos indivíduos pelo espetáculo da televisão. **Gilles Lipovetsky felizmente não se encontra entre esses pessimistas acostumados a ver na nostalgia de um passado que nunca existiu a imagem de um futuro melhor.**⁵²

Assim, os *temas que enganam* mostram que a transformação da política é tematizada sob diferentes focos. A própria expressão “fim da política” – ou “ditadura do economicismo sobre a vida pública”⁵³ – costuma ser associada, nos meios intelectuais, a uma discussão específica: o Mercado toma as decisões ao invés do Estado⁵⁴, a economia torna-se uma esfera autônoma e desloca a política para a periferia, a política teria perdido sua capacidade de dirigir a sociedade, a política torna-se desnecessária... Formulações que remeteriam, invariavelmente, a uma visão conservadora (em um sentido que tentaremos esclarecer), independentemente de sua enunciação poder ser, ao invés de uma *constatação* ou *celebração*, uma *queixa* ou uma *denúncia* (ou seja, independentemente da “ação” que seus enunciadores realizam ao proferi-la), pois, nestes dois últimos casos, a política que se

⁵² In: Lipovetsky, 2005, p.x

⁵³ Tarso Genro. O fim da política. **Folha de S.Paulo**, 03 set. 2006.

⁵⁴ Em certas discursividades, a “colonização da esfera política pela economia” ou a “subordinação da política ao econômico” adquire a condição de “causa” de uma “patologia da política”, no sentido de que procura subverter a sua natureza conflituosa, controversa. A reação ao “totalitarismo economicista” (expressão emprestada de Maffesoli) seria essa percepção (ou leitura) mais ou menos generalizada de desaparecimento da “autenticidade” da política no nosso tempo, de seu enfraquecimento ou impotência, de sua irrelevância.

tornou irrelevante seria a política burguesa (bem entendida, segundo o filósofo Paulo Arantes⁵⁵, como “forma histórica de igualação de interesses e direitos correlatos”, e que nada tem de emancipatória).

Conforme fomos avançando na compreensão dos temas “do recuo do político”, ou melhor dizendo, na compreensão do tratamento da temática do declínio da política (*um discurso anterior*) nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Ciência Política, tornaram-se evidentes certos controles em relação à recepção do discurso.

Esta discussão bastante foucaultiana sobre comentários e controles pode servir a uma abordagem que não se contenta ou se limita a estudar as propriedades formais de um discurso, a dissecá-lo como se fosse um inseto, mas que considera fundamental apreender de que modo um discurso se integra no espaço discursivo.

Desde o nosso primeiro contato com os “comentadores” do esquecimento, da irrelevância, do fim da política, nos pareceu que havia um modo de compreensão hegemônico deste discurso (um modo deste discurso circular).

Na medida em que estas discursivizações atuais ou contemporâneas aludem, retomam, dialogam, opõem-se, enfim, estabelecem relações diversas com discursividades anteriores sobre o declínio da política, era necessário compreender as bases epistemológicas iluministas deste discurso.

Entre as leituras que inscrevem estes enunciados contemporâneos sobre a política em uma tradição de crítica conservadora (que pretende *revigorar* a política no mundo contemporâneo), destacam-se as seguintes apreciações: “apego melancólico ao passado”, “lamenta a perda dos traços essenciais da política”, “mantém firmes os fundamentos da modernidade”, e, neste sentido, constitui uma forma de crítica sem qualquer rebeldia epistemológica, mas realizada no interior mesmo da própria tradição da modernidade.

Para os analistas de discurso, as discursividades baseadas em visões desencantadas da política, ou em perspectivas otimistas, reconciliadas com o mundo contemporâneo, ou ponderadoras, podem eventualmente constituir diferentes posicionamentos discursivos, que

⁵⁵ Entrevista concedida ao boletim **CEPAT Informa**, n. 137, set. 2006.

não são homogêneos, mas admitem *variações coerentes* (para Maingueneau, só é possível pensar em variação em relação a um mesmo modelo semântico⁵⁶).

Maingueneau (2007b) fala em uma relação essencial entre o modo de dizer e os conteúdos. Especificamente sobre o discurso filosófico, Cossuta (2001, 2004) também reforça que há um modo de expressão específico associado ao posicionamento no campo. Assim, não nos parece que alguns dos intelectuais que Novaes reuniu no ciclo de seminários sobre "o esquecimento da política" sejam “conservadores”, não do mesmo modo que Daniel Bell (o formulador do fim das ideologias) e Francis Fukuyama (do fim da história), mesmo que também digam que a ação dos governos se enfraqueceu, que os antagonismos internos à política desapareceram etc. *Dizer de outro modo (em outro tom) é dizer outra coisa* (considerando a recepção do discurso, o *tom* pode ser percebido por meio dos verbos que introduzem o discurso de outrem e que descrevem diferentes ações linguísticas ou atitudes dos enunciadores diante daquilo que constatam). O que também não quer dizer que não possam ser enunciadores de teses conservadoras, mas ao menos o são de maneiras (temperamentos) diferentes (que devem ser apreendidas no nível da textualização). O conservadorismo das constatações costuma ser explicado (conforme algumas análises) pelo tom de lamúria, pela atitude de desgostar do mundo contemporâneo que estas críticas comportariam.

Por meio destes procedimentos pouco ortodoxos para constituição de um corpus teórico-especulativo, chegamos a uma espécie de heterogeneidade mais ou menos estabilizada em dada conjuntura histórica, ou seja, parece haver alguma regularidade nessa dispersão de discursividades na contemporaneidade em campos discursivos autônomos: podem ser caracterizadas como, ora apocalípticas, ora harmonizadoras, ora ponderadoras. É o que se chamaria de uma *tipologia* das discursividades sobre o estado atual da política. Na sequência, citamos alguns enunciados representativos destas variedades enunciativas.

⁵⁶ “Pensa-se espontaneamente que os moderados de um discurso são vizinhos dos extremistas de um discurso antagonista, ou, inversamente, raciocina-se como se fosse possível organizar os diversos discursos sobre a continuidade de uma mesma escala. Na realidade, a versão extremista de um discurso não é contígua à versão moderada de um outro; cada discurso constitui um universo semântico específico e a ‘moderação’ só tem sentido se relacionada a esse universo (...) sem a construção de um modelo que apresente uma coerência semântica máxima, seríamos completamente incapazes de atribuir um conteúdo minimamente preciso a noções como ‘moderação’ e ‘extremismo’.” (MAINGUENEAU, 2005, p.61)

A sociedade moderna era conquistadora, acreditava no futuro, na ciência, na técnica. Ela se instituiu em meio à ruptura com as hierarquias de sangue, a soberania sagrada, as tradições e os particularismos em nome do universal, da razão, da revolução. **Esse tempo se dissipa diante dos nossos olhos**, é em parte contra esses princípios futuristas que se estabelecem as nossas sociedades, por isso pós-modernas, ávidas por uma identidade, por uma diferença, por conservação, por diversão, pela realização pessoal imediata; **a confiança e a fé no futuro se dissolvem, ninguém mais acredita nos amanhãs radiosos da revolução e do progresso**, atualmente todos querem viver no momento atual, aqui e agora, querem se conservar jovens e não pensam mais em forjar um novo homem. (...) **já nenhuma ideologia política é capaz de inflamar as multidões, a sociedade pós-moderna não tem** mais ídolos ou tabus, já não tem uma imagem gloriosa de si mesma, **um projeto histórico mobilizador; hoje em dia é o vazio que nos domina. No entanto, trata-se de um vazio sem tragédia e sem apocalipse.**⁵⁷

A política não se mantém afastada da sedução. A começar pela personalização imposta da imagem dos líderes ocidentais: simplicidade ostentatória: o homem político aparece de jeans e camiseta, reconhece humildemente seus limites e fraquezas, põe em cena sua família, seus relatórios de saúde, sua juventude. Na França, Valéry Giscard d'Estaing, ao lado de Kennedy ou P.E. Trudeau, foi o próprio símbolo dessa humanização – **psicologização do poder:** um presidente em “escala humana” que declarava não querer sacrificar a sua vida particular, que tomava o café da manhã com os garis e jantava na cidade ao lado de famílias francesas. **Que não nos enganemos, o florescer da nova mídia, principalmente a televisão, por mais importante que seja no processo, não pode explicar fundamentalmente essa promoção da personalidade**, essa necessidade de construir uma imagem de marca. **A política personalizada corresponde à emergência dos novos valores**, como a cordialidade, as confidências íntimas, a proximidade, a autenticidade, a personalidade, que são individualista-democráticos por excelência, desdobrados em larga escala pelo consumo de massa. A sedução é filha do individualismo hedonista e psi, bem mais do que do maquiavelismo político. **Perversão das democracias, intoxicação, manipulação do eleitorado por um espetáculo de ilusões? Sim e não...**⁵⁸

“Qualquer sentido é melhor do que nenhum sentido”, dizia Nietzsche, e nem mesmo isto ainda é verdade **hoje em dia**, uma vez que **a necessidade do sentido em si mesma foi varrida e a existência indiferente ao sentido pode se desdobrar sem tragédia ou abismo**, sem aspiração a novas escalas de valores; melhor assim: novas questões surgem, liberadas dos sonhos nostálgicos, e espera-se que pelo menos a apatia *new-look* tenha a virtude de desencorajar as loucuras mortíferas dos grandes pregadores do deserto. **A indiferença cresce.** (...) Essa [da escola] é a mesma apatia que se encontra no ambiente político, no qual não é raro ver 40% a 45% de abstenções, mesmo nas eleições presidenciais dos EUA. **Não que seja o caso de falar em “despolitização”;** **os partidos políticos e as eleições ainda “interessam” aos cidadãos, porém na mesma medida (e talvez até menos) que a loteria, a previsão do tempo para o fim de semana ou os resultados esportivos. A política entrou na época do espetacular liquidando a consciência rigorista e a ideologia em proveito de uma curiosidade dispersa, captada por tudo ou nada.** Daí a importância capital que reveste a mídia de massa aos olhos dos políticos; não tendo impacto a não ser quando veiculada pela informação, a política é obrigada a adotar o estilo de animação, de debates personalizados, que incluem perguntas e respostas, etc. Este é o único modo capaz de mobilizar pontualmente a atenção do eleitorado. Tal declaração de um ministro não tem mais valor do que tal telenovela; sem

⁵⁷ Lipovetsky, 2005. p. XIX

⁵⁸ Ibid., p.8

hierarquia passa-se da política às “variedades” e é a qualidade do divertimento que determina a audiência.⁵⁹

Longe de representar uma crise maior do sistema anunciando sua falência a um prazo mais ou menos longo, **a deserção social** não é mais do que sua realização extrema, sua lógica fundamental como se, depois das coisas, o capitalismo devesse tornar os homens igualmente indiferentes. Não há aqui fracasso ou resistência ao sistema, **a apatia não é um defeito de socialização, mas, sim, uma nova socialização suave e “econômica”**, uma descontração necessária ao funcionamento do capitalismo moderno enquanto sistema experimental acelerado e sistemático.⁶⁰

A grande fase do individualismo revolucionário [a sociedade contra o Estado] termina diante dos nossos olhos: depois de ter sido um agente de guerra social, o individualismo passa a contribuir para *a abolição da ideologia e da luta de classes*. Nos países ocidentais desenvolvidos, *a era revolucionária está encerrada, a luta de classes se institucionalizou, não é mais portadora de uma descontinuidade histórica, os partidos revolucionários são totalmente deliçescentes, por toda a parte a negociação se impõe sobre os enfrentamentos violentos*. A segunda “revolução” individualista causada pelo processo de personalização tem como conseqüência *uma desafeição de massa pela res publica e em particular pelas ideologias políticas: depois da hipertrofia ideológica, a desenvoltura em relação aos sistemas de sentido. Com a emergência do narcisismo, a ordem ideológica e seu maniqueísmo caem na indiferença*, tudo o que tem um teor de universalidade e de oposições exclusivas não age mais sobre uma forma de individualismo muito tolerante e móvel. A ordem rígida e disciplinar da ideologia se tornou incompatível com a desestabilização e a humanização cool. O processo de pacificação ganhou o todo coletivo, a civilização do conflito social agora prolonga a civilização dos relacionamentos interpessoais.⁶¹

Já *a não-participação política, o desengajamento sindical, o desencantamento político* e a queda do associacionismo *inquietaram* os observadores sociais [...] **Diante de tantos indícios mais ou menos inquietantes deve-se posar de Cassandra, reclamar as virtudes dos “bons velhos tempos”** ou adotar outras medidas coercitivas inspiradas no moralismo dominante? Nada menos certo. **Nem que seja a título de hipótese, pode-se ver, ao contrário, nessa “não-resposta” outra forma de scessio plebis, uma força específica, uma atitude dinâmica através da qual a vida social se recentra no essencial.**⁶²

De um lado, *recuo da política, desaparecimento do povo, desorientação do saber e dos intelectuais*. De outro, o advento da internet, a volta das tribos, o reino dos reality shows, dos corpos tatuados, perfurados. **Uma nova barbárie? Não, responde Michel Maffesoli**, e convidamos a reencontrar o profundo ritmo da vida. **Na contracorrente do pessimismo ambiente**, um grande livro para finalmente entendermos e vivermos nosso mundo tal como é.⁶³

A convicção que anima este livro é a de que **o crescimento dos valores da intimidade, que caracteriza fortemente nossas sociedades democráticas, não deve ser interpretado como um “recolhimento individualista”, uma regressão “neoliberal”, uma renúncia aos afazeres do**

⁵⁹ Ibid., p. 22

⁶⁰ Ibid., p.25

⁶¹ Ibid., p.185

⁶² Maffesoli, 2005. p.92

⁶³ Texto da contracapa do livro “O ritmo da vida” (Rio de Janeiro: Record, 2007).

mundo. (...) Não ignoro que, diante da importância das preocupações individuais, *o refluxo do político mais ritualístico e menos pensado consiste em declarar, com desalento, com uma ponta de nostalgia na voz e cansaço no olhar, que com o esgotamento das entidades “grandiosas” (Deus, a República, a Pátria, a Revolução etc.), as pessoas, hoje, se deixam levar, de maneira mais ou menos medíocre, por aquilo que lhes resta:* a família e, no máximo, um pouco de humanitarismo e de ecologia, para assegurar, pelo menos, uma tomada de consciência mínima com relação às questões envolvendo o futuro das próximas gerações. Acredito exatamente no contrário. Como vou tentar mostrar a seguir, somos menos medíocres e rasteiramente “materialistas” do que nós mesmos nos habituamos a pensar.⁶⁴

Conseqüências políticas práticas fluem da análise dessas questões. Nossos vários diagnósticos do que poderiam ser essas ramificações políticas diferem entre si. *Entretanto, todos nós negamos a paralisia da vontade política que aparece na obra de tantos autores* que, após a dissolução do socialismo, acreditam não haver mais lugar para programas políticos ativos. O que decorre é mais ou menos o contrário.⁶⁵

O que parecia ser “uma retirada não política à vida privada”, “nova introjeção” ou “cuidado das feridas emocionais” da antiga visão da política pode, quando visto do ângulo oposto, representar a luta por uma nova dimensão do político. A impressão ainda prevalente de que a consciência e o consenso social “evaporam” no “calor” dos processos de individualização, com certeza não é inteiramente falsa, mas também não é absolutamente correta. Ela ignora as compulsões e as possibilidades de se fabricarem compromissos e obrigações sociais, não importa até que ponto sejam experimentais (por exemplo, a representação do novo consenso geral em relação às questões ecológicas). Estas podem tomar o lugar das velhas categorias, mas podem ser nelas expressadas e contidas.⁶⁶

As formas de envolvimento político, protesto e retirada misturam-se em uma ambivalência que desafia as velhas categorias de clareza política. Desse modo, *a individualização dos conflitos e dos interesses políticos não significa desengajamento, “democracia de pesquisa de opinião” e esgotamento da política. Mas surge um engajamento múltiplo contraditório, que mistura e combina pólos clássicos da política de forma que, se pensarmos nas coisas em relação a sua conclusão lógica, todo mundo pensa e age como um direitista ou um esquerdista, de maneira radical ou conservadora, democrática ou não democraticamente, ecológica ou antiecológicamente, política ou não politicamente, tudo ao mesmo tempo. Todos são pessimistas, pacifistas, idealistas e ativistas em aspectos parciais do seu ser. Entretanto, isso só significa que as clarezas atuais da política – direita e esquerda, conservador e socialista, retraimento e participação – não são mais corretas ou efetivas.⁶⁷*

Atualmente, nas ciências sociais, assim como no próprio mundo social, estamos diante de uma nova agenda. *Vivemos, como todos sabem, em uma época de finalizações.* Antes de tudo, há o final não somente de um século, mas de um milênio: algo que não tem conteúdo, e que é totalmente arbitrário – uma data em um calendário -, tem tal poder de reificação que nos mantém escravizados. O *fin de siècle* tornou-se amplamente identificado com sentimentos de desorientação e mal-estar, a

⁶⁴ Ferry, 2008, p.19

⁶⁵ Beck, U; Giddens, A; Lash, S, 1997, p.9

⁶⁶ Beck, 1997, p.32

⁶⁷ Ibid., p33

tal ponto que se pode conjeturar se *toda essa conversa de finalizações, como o fim da modernidade – ou o fim da história* – simplesmente reflète esses sentimentos. *Sem dúvida, de certa maneira isso é verdade. Mas é claro que não é tudo. Estamos em um período de evidente transição* – e o “nós” aqui não se refere apenas ao Ocidente, mas ao mundo como um todo.⁶⁸

El mayor consenso que existe en torno a la política es que ya no es lo que era: una actividad estimada, dotada de autoridad y prestigio, generadora de entusiasmo colectivo, una delegación de confianza. **De la exaltación de la política hemos pasado a la desafección generalizada, cuando no a un profundo desprecio.** Las encuestas revelan *un creciente desencanto que algunos interpretan - equivocadamente, a mi juicio - como absoluto desinterés pero que deberíamos analizar con mayor sutileza. No estamos ante la muerte de la política sino en medio de una transformación que nos obliga a concebirla y practicarla de otra manera.* (...) *El desinterés es* también una forma respetable de opinar o decidir, y **no** necesariamente una falta de compromiso político.⁶⁹

¿Qué tienen en común cosas en apariencia tan dispares como la política de Sarkozy en relación con su vida privada, las recientes manifestaciones de los obispos españoles o *la personalización que las campañas electorales, reducidas a una cuestión de confianza en la persona de los candidatos?* La respuesta a esta adivinanza es: *se está modificando el esquema de articulación entre lo privado y lo público al que estábamos acostumbrados.* (...) *En otras épocas de mayor densidad ideológica* hubiera sido impensable que un político dedicara tanto tiempo a comunicarnos su estado de ánimo y que su grado de optimismo o pesimismo nos pareciera tan relevante. (...) La actual campaña presidencial americana es un buen ejemplo de que la política que podríamos llamar abstracta o programática es incapaz de imponerse a la condición personal de los candidatos, cuya raza, género o confesión religiosa sigue siendo decisiva.⁷⁰

La supuesta crisis de la política no es otra cosa **que** una crisis de la apoteosis moderna de las seguridades ideológicas, cuyo antiguo garante es hoy más contingente que nunca. (...) **Tal vez lo normal no sea la confrontación ideológica** en la que se han formado nuestras habituales disposiciones políticas y puede que *la actual falta de épica, la desconfianza frente a la política* o las dificultades de gobernabilidad constituyan la nueva normalidad, fuera de la cual no haya sino nostalgia. **Hay que despedirse de los consensos absolutos, los disensos definitivos, las contraposiciones rígidas entre los nuestros y los otros.**⁷¹

Ainda sobre a questão das *palavras que enganam*, não foram poucas investidas nos textos frustradas. Uma chamada sobre as eleições para a prefeitura de Buenos Aires, publicada no portal UOL (25 jun. 2009), e o título do artigo traduzido do jornal espanhol *El País*, também nos enganaram, frustraram nossa expectativa de que naquele texto seria desenvolvido um tema do recuo do político.

⁶⁸ Giddens, 1997, p.73

⁶⁹ Daniel Innerarity. Elogio de la desconfianza. *El País*, Opinión, 02 jan. 2008.

⁷⁰ Daniel Innerarity. **La privatización del espacio público.** *El País*, Opinión, 02 fev. 2008.

⁷¹ Daniel Innerarity. Una política sin héroes. *El País*, Opinión, 25 dez. 2007.



Figura 3 - www.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2009.

Figura 4 - Website UOL Notícias.

O texto não desenvolve o tema da estetização/espetacularização da política. Os enunciados a seguir não corporificam a temática do recuo, salientam apenas a condição de *outsider* do candidato. No texto original, em espanhol, não há qualquer referência à estetização da política (como *sugerem* a chamada e o título em português – afirmamos isso baseados em nossa experiência como leitores). Considerando o primeiro parágrafo do texto original, é possível conjecturar o enunciado *destacável* que rendeu a chamada e o título.

El principal rival de Néstor Kirchner

El empresario Francisco de Narváez, de origen colombiano, intenta derrotar al ex presi Aires

SOLEDAD GALLEGO-DÍAZ - Buenos Aires - 25/06/2009

Vota ☆☆☆☆☆ Resultado ★★★★★ 63 votos



El político que le dará la batalla a Néstor Kirchner el próximo domingo en las elecciones legislativas, el hombre que intentará derrotarle en la provincia de Buenos Aires, es un personaje poco habitual en la política argentina. Francisco de Narváez, de 56 años, conocido como *El Colorado* no por sus ideas, sino por su pelo rubio, es un empresario que vendió muy bien una empresa familiar de supermercados y que ahora tiene negocios en medios de comunicación y empresas de Internet.

Figura 5 - Website jornal *El País*.

Retomando, de um lado, temos textos (dos domínios jornalístico e acadêmico) que foram reunidos com base em uma *expectativa*: conhecendo os *temas do recuo*, ou os seus designantes preferenciais, que corporificariam na linguagem o discurso do declínio da política, cria-se a *expectativa* de que estas expressões ou formulações *participem de enunciações diversas de ou sobre mutações na política*; de outro, um conhecimento *institucionalizado* refinou o modo de constituição do *corpus*. É este segundo aspecto, já antecipado, que propomos discutir melhor a seguir.

Tese filosófica e lugar-comum

O diálogo entre AD e Ciência Política mostrou-se produtivo para o tratamento desta temática: permitiu uma compreensão daquelas que seriam as “condições de produção” de um dos discursos anteriores que constituem a crítica à política na contemporaneidade, a

partir da leitura de textos de autores fundamentais na constituição destes debates duradouros sobre a privatização do espaço público e suas implicações no campo político.

Um *saber anterior* que, como destacou Mazière (2007) intervém na construção de “hipóteses daquilo que se quer mostrar (delimitação de um objeto)” (p.14). Nos termos de Mazière, “o analista de discurso não é uma pessoa neutra. Nunca” (p.23). Assim, os saberes pressupostos do analista podem ser as suas crenças, ideologias (o seu engajamento político) ou então saberes institucionalizados ou leituras dominantes ou autorizadas (o nosso caso aqui). Explica Mazière que “tanto o historiador do discurso como o historiador do léxico são levados a perguntar se sua análise é uma simples ilustração-justificativa de suas posições de especialista detentor do saber (por exemplo, a propriedade do *Ancien Régime* não é a propriedade burguesa) (...) se a interpretação à qual ele chega constitui um ‘resultado’ para os historiadores” (2007, p.23). O “nosso saber anterior”, no contexto deste trabalho, não nos constringe.

Na Ciência Política, as discursividades contemporâneas identificadas a estes temas específicos do “recuo”, e que apreciam as *novas* formas da política sob um ângulo negativo, não constituem simplesmente *reações* à dinâmica política recente, mas podem ser lidas como *retomadas* ou *atualizações* de um discurso ou de uma tradição discursiva, digamos, preexistente. Assim, certas expressões e formulações *podem* constituir manifestações parafrásticas do discurso do declínio da política (são, no mínimo, alusivas à tese de declínio da política). Ao mesmo tempo em que se pode considerar esta retomada (índice de alteridade) como procedimento analítico, o modo como o adversário (o discurso antagonista) recebe o discurso que constata e julga negativamente as transformações da política também se manifesta de modo mais ou menos estabilizado ou previsível.

Assim, além de constituir ou não um *problema* das sociedades democráticas contemporâneas, as expressões “o declínio da política”, “*le déperissement de la politique*”, “*la fin du politique*”, e correlatas, designam também *uma idéia* ou *tema recorrente*, um *discurso doxológico* (do senso comum) e *filosófico*, um *lugar-comum* ou *uma idéia feita* (*idées reçues*), *uma tese*, ou *uma velha verdade*.

Em suma, trata-se de um construto histórico-social, ao invés de uma representação da realidade, do exterior discursivo; de uma idéia superficial, cuja validade é recusada, a

qual se deve *historicizar* (nesse sentido, há um esforço por parte de diversos autores para *desnaturalizar* este discurso, para *historicizá-lo*, explicitando as suas relações com conceitos *essencialistas* ou *substancialistas* herdados da modernidade).⁷²

Cristalizou-se no ambiente acadêmico a opinião (ou a leitura) de que determinados postulados típicos do discurso do *recuo* do político, em suas diferentes gradações (quando enunciados à esquerda ou à direita), constituem *espécies de fórmulas ou lugares-comuns*.

Não faltam comprovações empíricas do **clichê** de que hoje em dias as pessoas perderam a confiança na política e nos políticos.⁷³

O clichê segundo o qual a esquerda e a direita estão convergindo parece justificado.⁷⁴

É muito comum estabelecer uma estreita relação entre o fim do político e uma suposta inércia popular. Mais um estereótipo destilado pelos que têm dificuldade para admitir a existência de pensamento sem objetivo ou ação teleológica.⁷⁵

*Since about 1980, more academic books have been published on the concept of politics than ever before, and this trend is obviously connected with **the popular thesis on the decline of politics**. One clear characteristic running throughout the entire debate, however, is the lack of either any kind of real historical dimension or an anachronistically simplified “space of experience” (cf. Koselleck 1979) of the present-day debate. Both **the lamentations of decline and the search for a “new politics”** are facilitated by a lack of knowledge on the rich varieties available in variety of material available on the “old” politics during the nineteenth and twentieth centuries.*⁷⁶

No fundo, **o tema recorrente do “declínio”** apenas exprime essa angústia, inclusive em seus apelos, ainda mais impotentes, à coragem, ao dever e ao esforço moral.⁷⁷

A nostalgia de épocas passadas, tão apreciada hoje nos meios neo-republicanos com um prazer, mórbido mas bem real, lamentando o que a modernidade tem de medíocre ou de “declinante”, dá uma impressão de grande sabedoria, que é muito fácil aos mais velhos adotar. A retórica do “tudo está acabando”, aliás, já vinha sendo bem ensaiada.⁷⁸

⁷² O que faz com que o discurso sobre o declínio da política seja tipicamente representado como “lugar-comum”, e associado a posicionamentos político-ideológicos ditos conservadores, é a própria historicidade da noção de “crise” da política, constituída segundo uma perspectiva dicotômica das relações entre os domínios “público” e “privado”, de matriz iluminista, e a partir de princípios normativos ou reguladores imanentes.

⁷³ Sennett, 2006, p.157

⁷⁴ Jacoby, 2001, p. 155

⁷⁵ Maffesoli, 2005, p.120

⁷⁶ Palonen, 2006, p.9

⁷⁷ Ferry, 2008, p.18

⁷⁸ Ibid., p.108

*La politique est atteinte d'une maladie de langueur: elle n'en finit pas de finir. Et au catalogue des idées reçues, son "dépérissement" occupe aujourd'hui une place très en vue...*⁷⁹

*Ce lieu commun hybride qu'est le dépérissement de la politique se situe à la croisée des chemins. En lui se rencontrent la doxa du discours ordinaire et, s'il est permis de la qualifier ainsi, la doxa de la philosophie.*⁸⁰

*Au terme de ce parcours, qui a voulu à la fois revenir sur les conditions de sa – ou de ses – naissance(s) et retracer les chemins par où la politique ne cesse de s'évader hors d'elle-même, il s'avère que le dépérissement de la politique est loin d'avoir l'évidence qu'on lui prête : il est à la fois un topos de la conscience commune et un lieu commun de la philosophie, au moins dans certaines de ses orientations majeures.*⁸¹

*En un sens, la déploration relève de cette généalogie ambiguë qui croise avec tant d'insistance les stéréotypes, les dispositions subjectives et le pré-supposés théoriques, fussent-ils inavoués. Elle fait se rencontrer la doxa du discours ordinaire et celle d'une philosophie qui entend posséder le monde.*⁸²

*Comment alors devons-nous aborder ces signes du contemporain dans lesquels certains pensent lire l'exténuation de la politique ? Comment déchiffrer la constellation confuse qui s'est organisée autour de ces grandes bavardages qu'ont été la « fin des idéologies », le discrédit des hommes politiques ou la radicale impuissance de l'action politique face à des processus de décision dont la rationalité lui échapperait ? (...) Et comment ne pas être sensible au fait que ce lieu commun du dépérissement (re)prend corps avec une acuité extrême dès lors que la démocratie est elle-même devenue une sorte de « lieu commun » ? C'est au moment où elle fait l'objet d'un consensus qui souvent – au moins dans l'échange courant des arguments – recouvre la plus grande indétermination que le motif du dépérissement de la politique s'affiche avec le plus d'insistance.*⁸³

*Certains acteurs – Michel Rocard par exemple, encore Pierre Bourdieu sur un autre mode – voient d'un mauvais oeil la circulation accélérée, et d'une certaine manière non contrôlée, de mots et d'expressions qui, selon eux, empêchent de penser et appauvrissent le débat démocratique. Ils étoffent, ce faisant, le lieu commun selon lequel le discours politique subirait, dans l'espace public contemporain, certaines formes de « décadence » ou de « dégénérescence ».*⁸⁴

⁷⁹ Revault D'Allonnes, 1999, p.7

⁸⁰ Ibid., p.13

⁸¹ Ibid., p.245

⁸² Ibid., p.250

⁸³ Ibid., p.254

⁸⁴ Krieg-Planque, 2009, p.127. A analista menciona a crítica de autores como Bourdieu à presença cada vez mais freqüente, no discurso político, de palavras (ou categorias de percepção da realidade) que impedem, bloqueiam, truncam o pensamento e empobrecem o debate democrático (em artigo para o *Le monde diplomatique*, maio de 2000, Bourdieu critica os analistas progressistas que constroem suas análises recorrendo a termos que suavizam e deturpam a realidade como exclusão, minorias, identidade, globalização em substituição a "arcaísmos" como capitalismo, classe, exploração, dominação). As aspas indicam que as palavras pertencem ao outro e que a autora não está de acordo com tal diagnóstico.

Trata-se, de fato, de uma leitura bastante corrente que se aplica a vários aspectos da política que são objeto de crítica, entre eles o discurso político ou a fala política.

Na *Introdução* do livro « *Argumentation et discours politique* » (2003), que reúne as contribuições de diversos pesquisadores durante o Colóquio Internacional « *Discours et argumentation politique* » promovido pelo Centro Cultural Internacional de Cerisy-la-Salle, em setembro de 2001, Pierre Carlier relembra o colóquio anterior sobre o tema da argumentação, realizado em 1987, para destacar o atual, que é dedicado exclusivamente à *argumentação política* propriamente dita. Para Carlier, o número expressivo, na atualidade, de pesquisas sobre o discurso político se explica pela *conjuntura*:

L'intensité des recherches récentes sur le discours politique ne tient pas seulement à des raisons théoriques. Elle s'explique aussi par la fin de l'illusion communiste, qui a largement précédé la chute du Mur de Berlin, par la surprise et le scandale que représentent la résurgence et le succès relatif des discours xénophobes d'extrême-droite et par les critiques souvent adressés au discours politique en général, assimilé à une « langue de bois » à la fois pauvre de sens et trop éloignée du langage courant. (CARLIER, 2003, p.12)

Na seqüência, o autor apresenta as questões cruciais debatidas no colóquio, que mais ou menos correspondem à divisão do livro em 5 partes. Entre elas, aparece a temática da *degenerescência do discurso político*, objeto da quinta parte do livro, intitulada “*Le lieu commun de la dégénérescence du discours politique*”, que reúne artigos de Carlos Lévy sobre “o lugar-comum” da decadência da eloqüência romana (capítulo 21), e de Simone Bonnafous, que reconstrói o percurso do lugar-comum “degenerescência do discurso político” desde a Antiguidade até o século XX (capítulo 22). No texto publicado na contracapa do livro, é formulada a pergunta: “*L'idée si récurrente d'une dégénérescence du discours politique correspond-elle à une réalité ou n'est-elle qu'un lieu commun?*”.

Le propos actuels sur la dégénérescence du discours politiques font écho à d'autres sur la décadence de l'école, de la télévision, voire de la culture, et ces développements nostalgiques reprennent des lieux communs attestés depuis l'Antiquité ; il n'est guère d'époque où l'on n'ait déploré le malheur des temps, la crise, le déclin (il est plus rare que, comme sous le règne de Louis XIV, l'exaltation du présent soit le discours dominant). (...) Certains de nos contemporains ont un point de vue voisin de celui des partisans lucides du principat romain. Les gouvernants devraient être des administrateurs compétents qui « gèrent les problèmes » (c'est l'expression à la mode) et « communiquent » bien ; les débats rhétoriques seraient dépassés. Face à cette conception, la nostalgie du discours politique d'antan n'est pas seulement une affaire de goût (écouter

Churchill ou de Gaulle était une jouissance esthétique), elle traduit aussi un attachement profond au débat public. Il ne saurait être pour autant question d'idéaliser le débat politique d'hier, dont l'outrance et le sectarisme sont des caractéristiques fréquentes. On peut néanmoins concevoir une forme de discours plus modeste et plus nuancé qui tienne le juste milieu entre le dogmatisme de certains militants et l'arrogance des technocrates.⁸⁵

Enfin, la cinquième partie remet en question le lieu commun de la dégénérescence du discours politique. Un parallèle est dressé entre l'Antiquité romaine (étudiée par Carlos Lévy) et l'époque contemporaine (sur laquelle se penche Simone Bonnafous), toutes deux traversées par le topos de la décadence du discours politique. (...) Brigitte Le Grignou, dans un chapitre consacré aux «Citoyens du dimanche», vient sonder cette idée reçue, en étudiant en particulier la mise en scène de la personne privée des hommes politiques, que les détracteurs de la politique télévisée d'aujourd'hui dénoncent comme un des principaux éléments à l'origine du déclin de la politique actuelle. Brigitte Le Grignou réfute cette interprétation négative du phénomène, dont elle souligne d'ailleurs qu'il n'a rien de nouveau : les mises en scène intimistes de la politique sont au contraire une façon plus simple d'entrer dans la politique, et d'en ouvrir le champ à des citoyens qui n'y avaient pas nécessairement accès auparavant. Le phénomène, s'il existe bel et bien, n'est donc en rien révélateur d'une dégénérescence de la politique. Il s'agit là encore d'une évolution des lieux et des formes d'expression politiques.⁸⁶

Em seu artigo, Bonnafous especifica o sentido de “lugar comum”. Afasta-se do sentido aristotélico do termo e de seu sentido pejorativo nos séculos XVIII e XIX. Emprega-o no sentido “mais neutro” de “*idée reçue*”, em sua definição, “uma opinião socialmente partilhada” (2003, p.249). Nesse sentido, de acordo com Bonnafous, a temática da “degenerescência do discurso político” (do declínio, da decadência da eloquência) parecer, nos dias atuais, como na antiguidade clássica, o estatuto de lugar-comum. Não se trata de um lugar-comum contemporâneo. A autora cita trechos de textos clássicos para ilustrar sua afirmação, introduzindo-os por meio do verbo “dénoncer” (denunciar): *Thucydide, Isocrate, Démosthène dénoncent la flatterie, les “beaux parleurs” et les “joutes d’esprit” qui dévoient la démocratie*” (2003, p.249). E conclui: “*Ce sont le mêmes accents pessimistes et catastrophistes qui se font entendre aux XXe. siècle dans la plupart des essais traitant du politique*” (2003, p.250).

Bonnafous (2003) relaciona esta forma de crítica (de “denúncia geral da degradação do pensamento”) à tradição filosófica da Escola de Frankfurt (de sua crítica cultural à massificação, industrialização da cultura) e a outras análises que associam a cultura escrita

⁸⁵ Carlier, 2003, p.14

⁸⁶ Resenha do livro « Argumentation et discours politique », por Marie-Laure Florea, **Mots. Les langages du politique**, n° 77, mar. 2005, p.153-7.

à racionalidade do discurso político, e a cultura televisiva ou o suporte televisivo à sua decadência.⁸⁷

*Chez les philosophes, c'est dans la filiation d'École de Francfort et du situationnisme, et de leur commune critique de la massification et industrialization de la culture, qu'il faut situer un large courant de pensée qui n'aborde le discours politique qu'au sein d'une **dénonciation** plus générale de la déliquescence de la pensée.*⁸⁸

*Nombreux son aussi les analystes du politique qui reprennent tout ou partie de ces thèses, **dénonçant** les "petites phrases" auxquelles se résumerait aujourd'hui le discours politique, la brièveté des formats, le remplacement de l'éloquence et de l'argumentation par le marketing, le tout sur fond. (...) Parmi moult exemples possibles de **cette vision pessimiste et crépusculaire** citons Cotteret ou Achache. Journalistes politiques et politologues liés aux milieux politiques par les biais de l' "expertise en opinion publique" ne sont pas les deniers à **dénoncer** une derive qu'ils attribuent surtout aux conseillers en communication ou au système médiatique dans son ensemble.*⁸⁹

Bonnafous procura então distinguir diferentes versões desta mesma temática (variações do mesmo tema conforme as circunstâncias sócio-históricas). Uma análise ou abordagem puramente descritiva, alerta, conduziria à constatação de que se trata de um lugar-comum permanente, propício a desaparecer e a retornar, ressurgir a cada mutação das condições sociopolíticas da retórica.

Segundo Bonnafous, na antiguidade, a "forma" do discurso político é o objeto das críticas que evocam a sua eventual decadência (o texto curto, a brevidade, a expressão ou

⁸⁷ Para Neil Postman (2005), a televisão transformou o discurso público em entretenimento; a imagem suplantou outras formas de comunicação, em especial, a palavra escrita (fala em "declínio da era da tipografia e ascendência da era da televisão"). O problema, segundo o autor, é que as novas formas do discurso público determinam a natureza do conteúdo (tornam-no "trivial"); não se pode dissociar o conteúdo das coerções impostas pela "forma". Análises como a de Postman, e de outros autores, parecem pouco atentas às condições de produção do discurso político contemporâneo, à história (o argumento central de Postman está relacionado ao conceito de mídiun, à oposição estereotipada entre as diferentes modalidades de uso da língua, a linguagem escrita x a linguagem oral). Para Postman, há nessa transição, da era tipográfica para a televisiva, uma mutação das formas de dizer a verdade; cada mídiun implica uma maneira própria de expressar a verdade, há um "modo de dizer" e de "ser" crível próprio de cada meio, o impresso e o televisivo. "The men were less concerned with giving arguments than with 'giving off' impressions, which what television does best. Post-debate commentary largely avoided any evaluation of the candidates' ideas, since there were none to evaluate. Instead, the debates were conceived as boxing matches, the relevant question being, Who KO'd whom? The answer was determined by the 'style' of the men – how they looked, fixed their gaze, smiled..." (p.97). A publicidade tornou-se, segundo Postman, um paradigma para o discurso político, para a apresentação de idéias políticas – "it has devastated political discourse" (p.126). "What I am saying is that just as television commercial empties itself of authentic product information so that it can do its psychological work, image politics empties itself of authentic political substance for the same reason" (p.136). "In the Age of show business and image politics, political discourse is emptied not only of ideological content but of historical content, as well." (p.136)

⁸⁸ Bonnafous, 2003, p.250

⁸⁹ Ibid., p.251

estilo conciso seriam os responsáveis pela mutilação do pensamento). Hoje, a questão (formal) da eloquência (de aspectos estilísticos do discurso político) ocupa um segundo plano. O que quer dizer é que as análises especializadas do discurso político, que afirmam a sua morte, ou seu esvaziamento, mencionam a questão da eloquência, mas de um modo ilustrativo, superficial, sem estudá-la a fundo, sem fornecer provas empíricas da tese da decadência. Comumente não se julga a eloquência enquanto tal, esteticamente, mas as questões que são próprias da argumentação, os tipos de argumentos denunciados ou identificados como lugares comuns, *idées reçues*, falácias... Trata-se, na opinião da autora, de análises engajadas, militantes, que objetivam denunciar estratégias de manipulação.

Já Lévy (2003) analisa dois textos clássicos consagrados à temática do declínio da eloquência no discurso político romano no período pós-republicano, que se tornou arte de sedução, distante da realidade, futilidade, pelo predomínio do “ornamento” (da retórica). Relaciona o *Diálogo sobre os oradores* de Tácito a dois textos anteriores de Sêneca, precursores do tema, *Brutus* e “*Controverse et Suasoires*”. Tal relação (ou unidade) é proposta pelo autor, em princípio, em termos de lugar-comum (o *topos* da decadência), conceito que julga ao mesmo tempo cômodo e perigoso, pois pode unificar coisas que, na realidade, são diferentes, não têm a mesma natureza. Assim, propõe como hipótese concluir ou constatar se Sêneca e Tácito dizem, de fato, a mesma coisa, se falam da mesma realidade. Conclui que não, que Tácito *subverte o topos da decadência*, que então consistia em relacionar a decadência da eloquência à da própria sociedade, seus costumes e práticas (relação que é pressuposta em Sêneca). Em Tácito, a eloquência vai mal, a retórica é medíocre, porque a sociedade vai bem, isto é, é bem administrada (o consenso – a calma – dispensa retórica mais viva). Na conclusão do artigo, Lévy fala em um *gênero*: “*Quelques mots pour conclure. Il est donc inexact d'affirmer que l'oeuvre de Sénèque le Père et le Dialogue des orateurs appartiennent tous deux au genre littéraire de la déploration de la décadence*” (p.247).

Segundo Lévy, o debate sobre a decadência da retórica em Tácito oculta aquilo que ele quer dizer: que a retórica não constitui uma entidade em si mesma autônoma, mas sempre o reflexo de outra coisa: é conflituosa nas crises democráticas, e entregue aos oradores especialistas (vazia) quando a monarquia impõe a sua lei. Não há uma qualidade

(boa, digna) intrínseca à retórica. Não existe para Tácito uma decadência da retórica, discuti-la serve para mostrar que o essencial está em outro lugar: na forma de governo do Império, no fim da República. Em Sêneca, a decadência da eloquência está associada à transformação dos costumes (na passagem do regime republicano para o regime imperial), ao desaparecimento de uma prática política livre.

Como então controlar este saber prévio do analista que, no momento do confronto com os dados, está munido de um conhecimento histórico, sociológico, filosófico etc., que também não escapa à historicidade (mesmo se tratando de uma leitura dominante ou de prestígio)?

Trouxemos de volta a desconfiança, se o analista não confirmará com as suas análises aquilo que já se sabia de antemão, que já se colocava desde a origem da AD. Não se pode desconsiderar daqui em diante, na tomada de decisões importantes para o andamento da pesquisa (qual o objeto, o objetivo do trabalho, as questões e hipóteses de pesquisa, a metodologia etc.), “o discurso do declínio da política”, ou melhor, o seu estatuto de *tese filosófica polêmica* (que *se encarna* em diferentes formulações), de “questão” de controvérsia entre diferentes atores no espaço público, suficientemente debatida em certos campos disciplinares... Nesse sentido, “o declínio da política” corresponde a um “*enunciado*” *mais ou menos estabilizado*; o discurso do declínio da política corresponde a um “objeto” institucionalizado no campo das ciências humanas, que funciona como um espaço de lutas simbólicas, de conflito (polêmica) entre diversos posicionamentos que se delimitam uns aos outros pela reivindicação da justa ou legítima apreensão da Verdade.

Estas *formas significantes repetíveis* que acabamos *destacando*, algumas identificadas aos “*temas do recuo*”, provenientes dos textos jornalísticos e teóricos, cristalizam-se em *expressões sintéticas* (*fim, desaparecimento, declínio da política etc.*) *marcadas ou estabilizadas* (isto é, que não são pronunciadas, ou não circulam nos textos independentemente de significações anteriores, de um referente historicamente constituído ao qual a expressão se fixou, e que são convocadas quando da apreciação do estado atual da

política).⁹⁰ Assim, *o fim, o esgotamento, a despolitização, o esquecimento, a irrelevância, o declínio da política, a dessacralização da política, a transfiguração do político* etc. convocam ou têm a sua sombra certo discurso (ou ponto de vista) institucionalizado sobre “o declínio da política” como *discurso*, o que quer dizer: *uma tese polêmica, uma idéia absurda, lugar-comum, falsa impressão, produzida no interior do liberalismo ou do paradigma moderno*, identificada *até então*, como também sugere a análise de Marcos Nobre, a *posições de direita*⁹¹ ou *conservadoras*.

Com suas diversas caras, o conservadorismo brasileiro deixou há já algum tempo os salões e se espalhou pelas páginas dos jornais, das revistas, da internet. O ex-ministro Pedro Malan adota **tom triunfalista** sobre seus críticos [...] Claro e direto foi Olavo Setubal. Tendo servido à ditadura militar sempre que pôde e foi chamado, Setubal diz que tanto faz Lula como Alckmin porque os dois são conservadores. A lição implícita é: **o conservadorismo venceu, a política já não tem nenhuma importância, é um espetáculo irrelevante**. Difícil mesmo de entender é o que está acontecendo do lado oposto do espectro político. Que não paire qualquer dúvida: as análises de Francisco de Oliveira em nada e nem de longe podem ser aproximadas desse novo conservadorismo.⁹²

Embora também não ignore os “estritos limites” para a ação política na contemporaneidade, Nobre não vê motivos para a capitulação da esquerda ao mesmo discurso. Sua análise é particularmente interessante na representação das duas posições: o que distingue se o fim da política é de direita ou de esquerda é mais ou menos algo como o tom do discurso: o de direita é triunfalista (além de claro e direto, como sugere também a própria representação dos enunciados típicos da direita no texto). O de esquerda parece não se confundir com as discursividades da direita, ao contrário. No contexto das eleições presidenciais de 2006, uma entrevista do sociólogo Francisco de Oliveira ao jornal *Folha de S. Paulo*,⁹³ provocou, no espaço público das mídias, certa controvérsia em torno da tese de irrelevância da política (se é válida ou não, se descreve ou não a realidade). Oliveira referia-se à “financeirização do Estado”, a submissão dos governos nacionais a agentes

⁹⁰ Nesse sentido, estas expressões constituem um “referente social” (Cf. Krieg-Planque, 2003), porque são identificadas a um lugar, a uma formação discursiva e, por conta disso, produzem polemicidade quando se pretende questionar, comentar, ou se dissociar deste seu sentido “anterior” ou “primeiro”. Retomamos o conceito de referente social na terceira parte do trabalho.

⁹¹ Citando o filósofo Paulo Arantes, “nunca será demais recordar que a tese da irrelevância da política foi levantada em primeira mão pela direita” (Entrevista. **Revista Cult**, São Paulo, n°118, p.8-12, out. 2007).

⁹² Marcos Nobre. A cara dos conservadores. **Folha de S.Paulo**, 16 ago. 2006.

⁹³ “A política interna se tornou irrelevante, diz sociólogo”. **Folha de S.Paulo**, 24 jul. 2006.

externos: “a política interna perdeu a capacidade de dirigir a sociedade. Qualquer que seja a relação, ela tem que passar pelas relações externas. Isso quebra na espinha a política. Política é escolha. Política é opção. Mais ou menos, todos agora têm que seguir a mesma regra”. Em entrevista à revista semanal *Época*, Fernando Henrique Cardoso foi questionado sobre a opinião de Oliveira nestes termos:

ÉPOCA - O sociólogo Francisco de Oliveira deu uma entrevista recente em que **lamentou** o fato de a política ter se tornado irrelevante. Ele não está certo?

FHC - Quando ele diz que a política é irrelevante, tem no horizonte a revolução. Política para ele é tomar decisões que mudem a estrutura do poder. Nesse sentido, ele tem razão. Hoje você não tem no contexto atual uma revolução social. Para surpresa de todos nós, educados com a idéia da revolução e do conflito de classes, hoje o conflito é religioso ou nacionalista. E o capitalismo não vai mudar num horizonte previsível de tempo. Se você quiser dar murro em ponta de faca, pode dar à vontade, mas sua mão vai ficar machucada. A faca não vai entortar por isso.⁹⁴

A cobertura pelo jornal *Folha de S.Paulo* do Ciclo de debates “O esquecimento da política”, destacou, no título, a participação (ou introduziu o discurso) de Francisco de Oliveira, que proferiu a conferência “Colonização da Política”, por meio de um verbo indicador de emocionalidade (Cf. Marcuschi, 1991): *lamentar*.

São Paulo, quarta-feira, 23 de agosto de 2006 FOLHA DE S.PAULO **ilustrada**
[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Sociólogo lamentou "vitória" do mercado

Em palestra, Francisco de Oliveira diz que política gira em falso quando partidos não representam classes

Figura 6 - website *Folha de S.Paulo*

Nos dois enunciados, o emprego do verbo “lamentar”, na condição de dicendi não neutro, explicitaria o modo de enunciação, o tom do discurso. O seu efeito de sentido é de ordem afetiva, ou seja, chama atenção para estados emocionais do sujeito enunciador.

⁹⁴ Por um Plano Real na política. *Época*, ed. 429, 05 ago. 2006.

Constrói-se assim um modo de dizer (ou tom) prototípico para o discurso de segmentos sociais situados mais à esquerda no espectro político. Na superfície, determinadas *constatações* enunciadas pelas duas posições parecem as *mesmas*. O que explicaria a variação em termos de sentido seriam as condições de produção heterogêneas dos enunciados (o seu contexto): a afirmação do diagnóstico de irrelevância da política se faz a partir de diferentes lugares, de diferentes posições enunciativas. Nada de novo. “[a AD] não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas” (Mazière, 2007, p.13).

Resumindo este tópico, antes de passarmos à discussão das condições de produção (ou CPs), podemos dizer que o *corpus* de referência passou a reunir um conjunto de textos jornalísticos (considerando a sua circulação na mídia e o seu suporte material) e de textos que participam da categoria dos discursos constituintes; no início, a correspondência entre eles explicava-se pelo envolvimento com uma temática comum. Posteriormente, os textos passam a ser relacionados de outra perspectiva: “ecos” de um debate anterior sobre o declínio da política, enunciado reiteradamente ao longo do século XX.

As “condições de produção” explicam a recepção do discurso como “conservador”

Neste tópico, procuramos demonstrar como a noção de condições de produção da AD pode ser útil na análise dos discursos que comentam alguns destes diagnósticos contemporâneos de mutação da política, identificando-o a uma retomada ou atualização do discurso sobre o declínio da política. Em muitos destes comentários ou análises são restituídas as circunstâncias que condicionam a produção do discurso. Estas “circunstâncias” aparecem de duas maneiras, ora fazem referência ao contexto (a acontecimentos históricos) no qual o discurso com frequência irrompe, ora às correlações de força que estruturam o campo onde o discurso é produzido.

O modo típico (ou *estereotipado?*) de recepção do discurso do declínio da política no ambiente acadêmico, além de associá-lo a estados mentais ou atitudes de desalento (ou desencanto), de reação negativa a transformações, e evocação do passado, é tratá-lo como

um discurso conservador, não apenas em função dos lugares discursivos de sua produção, mas devido ao fato de orientar-se teoricamente por perspectivas dicotômicas (apoiar-se em categorias binárias, polarizadas), sem se preocupar em historicizar ou desestabilizar (questionar) os padrões de julgamento (provenientes da modernidade) que organizam estas dicotomias.

Críticas previsíveis (ou estereotípicas) a esta referência constante ao passado, que, no caso, serve ao estabelecimento de uma divisão entre dois momentos distintos da dinâmica política, que antagonizam, podem também explicar, por exemplo, as defesas do pensamento arendtiano (cujas relações com a crítica contemporânea discutiremos mais adiante) da rotulação de “conservador”, elaboradas nos seguintes termos:

O retorno arendtiano ao passado, a fim de compreender o presente, põe seus leitores diante de um enigma freqüentemente mal-compreendido, pois interpretado apressadamente seja como o certificado do caráter nostálgico de seu pensamento, que se limitaria a lamentar a perda da antiga dignidade da política no contexto das atuais sociedades administrativas, seja como mais um exemplo da atração romântica que o mundo helênico vem exercendo sobre a intelectualidade alemã já desde meados do século XVIII. Ora (...) para bem compreender a dinâmica interna do pensamento de Hannah Arendt é preciso justamente contestar tais interpretações, demonstrando que o seu peculiar “retorno” ao passado não opera segundo o modo da emulação, isto é, da imitação dos antigos a fim de renovar o presente político, nem tampouco segundo o modo da resignação enlutada, que se contentaria em rememorar o passado político para lamentar a sua desapareição no mundo contemporâneo. (DUARTE, 2000, p.24)

Dada a opacidade do termo “conservador”, é preciso compreender o que significa no interior destas reações teóricas (críticas) ao discurso do declínio, produzidas no campo erudito por diversos atores sociais que tomam parte na discussão.

É possível (mas insuficiente) compreender em parte o sentido (negativo) do qualificativo considerando, por exemplo, o sentido que os termos “reação” e “conservadorismo” assumem freqüentemente na linguagem política. De acordo com o “Dicionário de política” (Bobbio et al., 2002), o termo reação, na linguagem política, indica:

todo comportamento coletivo que, opondo-se a um determinado processo evolutivo em ato na sociedade, tenta fazer regredir essa sociedade para estádios que aquela evolução tinha ultrapassado. Em sentido mais restrito

e corrente, são considerados reacionários aqueles comportamentos que visam inverter a tendência, em ato nas sociedades modernas, para uma democratização do poder político e um maior nivelamento de classe e de status, isto é, para aquilo que comumente é chamado de progresso social. (BOBBIO *et al.*, 2002, p.1073)

No caso de conservadorismo, segundo o dicionário, trata-se antes de um conceito, ainda que, na linguagem ordinária ou cotidiana, o termo seja identificado a uma “atitude”, e na ciência política designe mais propriamente uma “função” ao invés de um conteúdo (os autores falam de uma “carga emotiva” associada ao termo). Para os autores, também não há razão para considerar a reação uma radicalização do conservadorismo: “Tem maior interesse a posição da ciência política, para a qual o termo Conservadorismo designa idéias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (p.242).

O reconhecimento da existência desta carga emotiva [ligada ao termo Conservadorismo] é, no entanto, de importância não descurável; ultrapassa os abusos de linguagem da crônica política para mostrar a polaridade de que esta impregnada toda a civilização moderna. (...) A polaridade a que acima nos referimos se revela na constante relação, implícita ou não, pouco importa, em que se põe, no uso comum, o Conservadorismo com outro termo extremamente ambíguo e complexo, que poderíamos indicar simbolicamente como progressismo. À primeira vista, este último evidenciaria uma atitude otimista quanto às possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da civilização humana e do indivíduo. Na relação que se estabelece entre progressismo e Conservadorismo, este é apresentado como negação, mais ou menos acentuada, daquele; parece como tal, mostrando assim seu caráter alternativo; existe só porque existe uma posição progressista. (BOBBIO *et al.*, 2002, p.243)

Em análises mais apuradas, o sentido (ou a evidência) de *anterioridade e conservadorismo* do discurso da mutação da política constrói-se diferentemente conforme se definam as suas “condições de produção”, ou seja, conforme *os contextos sócio-históricos e epistemológicos* de emergência (origem) do discurso descritos nas próprias discursividades que o tomam como objeto de reflexão. Os sentidos são afetados por descrições ou narrativas das conjunturas produzidas no campo erudito. Neste caso, o destaque é para os lugares de produção do discurso.

As *condições* que explicam o aparecimento, a duração e o desaparecimento dos discursos podem ser circunstanciais ou conjunturais, no sentido de correspondência com a “realidade empírica”, isto é, com acontecimentos ou eventos sócio-históricos específicos (como é comum na AD)⁹⁵; ou do ponto de vista da própria produção teórica dos discursos, considerando o estado dos debates no campo acadêmico em circunstâncias históricas determinadas. As condições de produção, aqui, também concernem ao paradigma de conhecimento no qual discursos de saber são gestados: “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar” (Foucault, [1969] 2007, p.30).

Em AD, a distinção entre condições de formação e de produção dos discursos aparece claramente formulada em Courtine ([1981] 2009). O autor identifica as muitas limitações que foram impostas aos trabalhos em AD em função do conceito de “condições de produção” adotado, que propiciou a construção de discursos como objetos monolíticos. Assim, para escapar desta tendência homogeneizante, Courtine (1981) redefine o conceito de condições de produção a partir das noções de formação discursiva e de enunciado de Foucault (1969) (o objetivo do autor é articulá-las à noção de condições de produção do discurso para assim instaurar um novo procedimento de constituição de *corpora* em AD).

Courtine recupera a definição de FD de Foucault como sistema de dispersão para destacar que ela não comporta qualquer traço homogeneizante ou de coerência, tal como vinha sendo destacado pela AD; ao contrário, convida a pensar as FDs como espaços heterogêneos, como contradição entre unidade e diversidade.

Courtine também argumenta que a AD não tem uma noção propriamente discursiva de “enunciado” (em AD, o enunciado está subordinado à problemática da língua). Para Courtine, é Foucault quem situa o enunciado em uma perspectiva discursiva genuína. Assim, Courtine recupera e relê a caracterização do enunciado que Foucault propõe para construir a definição apropriada de condições de produção do discurso, distinguindo, assim, dois níveis de formulação de enunciados, o que permite também diferenciar as condições de produção da sua contraparte comunicacional.

⁹⁵ Não se trata, aqui, como acontece nas análises discursivas, de buscar respaldo em textos de historiadores, sociólogos, filósofos, cientistas políticos etc., para o analista recuperar aquelas que seriam as circunstâncias sócio-históricas de produção do discurso, dada a impossibilidade de acessar um contexto sócio-histórico não-discursivizado.

Courtine fala em distinguir e articular, em uma FD, o nível da formação do enunciado e o nível da formulação. Identifica o enunciado (notado como E) como uma forma ou esquema geral (uma representação abstrata) que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações distintas (a sua realização concreta). O enunciado (E) é, segundo Courtine, indefinidamente repetível em formulações dispersas.

Assim, a redefinição da noção de condições de produção consoante a estes dois planos pode desfazer de vez a confusão freqüente entre as condições históricas de formação de um discurso e os contextos tópicos de sua produção, a sua situação de enunciação, as condições ditas imediatas de produção deste discurso.

No trabalho de Courtine, a revisão da noção é relevante para o que o autor chama de constituição de um *corpus* discursivo de um campo de arquivos (Courtine apresenta um inventário dos tipos de *corpora* sobre os quais os analistas se debruçam). A constituição de um *corpus* deve estar atrelada aos objetivos da pesquisa, ou seja, ser produtiva no sentido de poder atendê-los, respondê-los e obedecer às seguintes etapas:

- (1) a determinação das *condições de produção* de uma seqüência discursiva de referência;
- (2) a determinação das *condições de formação* de um processo discursivo no interior de uma FD de referência;
- (3) a articulação das alíneas (1) e (2) acima. (COURTINE, 2009, p.107)

A etapa número 1 está associada ao nível da formulação, ou seja, a enunciação de uma seqüência discursiva tomada como referência, o que implica considerar a “situação de enunciação” em suas dimensões pessoal, espacial e temporal: o sujeito da enunciação (como “lugar”), o destinatário (a quem se dirige), e as coordenadas circunstanciais de tempo (agora) e espaço (aqui). Trata-se do contexto material, da conjuntura imediata (política, econômica, social) do período histórico em que tal seqüência foi produzida (por que razão foi produzida? Qual o objetivo?) e também das suas circunstâncias propriamente enunciativas (por exemplo, os lugares do enunciador, o secretário geral do partido comunista, e do alocutário, os cristãos, etc.). Para determinar as “condições de produção” da seqüência discursiva de referência, Courtine descreve a conjuntura:

A seqüência discursiva escolhida como sdr consiste no *Apelo dirigido aos Cristãos* por Georges Marchais em Lyon, no dia 10 de junho de 1976. (...) De fato, o Apelo de Lyon acontece em um

contexto político marcado pela agravação da crise econômica, o crescimento das forças de União da Esquerda, assim como por dificuldades encontradas pela direita no poder, sancionadas por nítidos recuos no decorrer das pesquisas eleitorais do ano de 1976. Assim, os comentaristas políticos notam, em março de 1976, “um profundo mal-estar social” marcado pelo agravamento do desemprego, das desordens e dos confrontos no Sul, de grandes manifestações de estudantes e professores... (COURTINE, 2009, p.129)

No que concerne às *condições de formação do discurso comunista dirigido aos cristãos*, Courtine centra a sua análise no acompanhamento de alguns *temas* do discurso do aparelho da Igreja para tratar da transformação social da doutrina, da redefinição de suas posições, que permitiu o diálogo com os comunistas. Por exemplo, a caracterização negativa ou satânica do comunismo pelo discurso religioso sofre uma operação de atenuação, o que significa construir uma versão menos extremista, que culmina em uma doutrina participacionista para a solução do conflito capital trabalho⁹⁶.

Uma data pode servir de chave para o período que estudamos: em setembro de 1965 encerra-se em Roma o concílio Vaticano II, que marca uma mutação importante nas tomadas de posição da Igreja nos planos econômico, social e político; trata-se na verdade de uma atualização, ou de um *remanejamento* do conjunto das regras teológicas, políticas ou eclesiais elaboradas pelo Concílio Vaticano I em 1870, que, aos poucos, haviam sido questionadas pela prática social e política. (...) a doutrina proveniente do Vaticano I vai ser particularmente maltratada pela evolução das relações sociais a partir de 1870, que faz surgir, no início do século XX, numerosos *fatores de mudança*: a extensão do capitalismo de monopólio, ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e destruição das antigas relações sociais; desenvolvimento e organização das lutas da classe operária e a existência - desde outubro de 1917 - de um campo socialista; a difusão do ateísmo, especialmente no interior da classe operária. É então que os efeitos da luta de classes se fazem sentir no próprio coração da Igreja: o conteúdo da fé tende a se transformar para massas cada vez maiores de trabalhadores (por exemplo, pela revalorização do Cristo fraternal dos pobres), polêmicas aparecem a

⁹⁶ Nos termos de Maingueneau (2005), as operações semânticas que constituem o discurso são graduadas em sua “intensidade” de aplicação, e explicam a redefinição das fronteiras (ou a gestão da identidade) dos posicionamentos discursivos e conseqüentemente das práticas verbais e não-verbais que pressupõem. Neste sentido, é plausível pensar, em conexão com a história (com as conjunturas), os movimentos de deslocamento de um discurso.

respeito da interpretação das Escrituras. É nesse contexto que o Vaticano II vai figurar como um “aggiornamento” realizando um acordo entre os valores e a ordem antiga herdados do precedente concílio e a pressão das exigências contemporâneas (...) o Vaticano II marca uma mutação importante da doutrina social da Igreja em relação ao “ateísmo marxista”: a concepção satânica do comunismo e a política fóbica em relação à luta de classes, contemporâneas do Vaticano I, dão lugar a uma dupla resposta realista: de um lado, recusa do comunismo ao mesmo tempo como sistema teórico e como regime político, de outro, adoção de um diálogo cauteloso e controlado como forma prática de luta; a reabsorção da defasagem ideológica, que as posições do Vaticano I manifestavam, ordena que, doravante, a luta ideológica engajada pela Igreja contra o “ateísmo marxista” seja levada *sob a forma do diálogo*. (COURTINE, 2009, p.133 et seq.)

Courtine também descreve a conjuntura que possibilitou a retomada pelo partido comunista da política da mão estendida, do diálogo com os cristãos. Obviamente que para a formação do discurso comunista dirigido aos cristãos, o discurso comunista sofre também uma operação de "moderação", torna-se mais “razoável” em relação às críticas à religião e a Igreja.

a incompatibilidade do materialismo dialético e da fé cristã é enfatizada e o marxismo é situado na filiação do racionalismo cartesiano e dos materialistas franceses do séc. XVIII. Mas os “clássicos do marxismo” são solicitados de duas maneiras: são citados MARX, ENGELS, LÊNIN como apoio a uma *crítica materialista do anticlericalismo*. A frase de Lênin: “Proclamar a guerra à religião, como tarefa política do Partido Operário, é somente uma frase anarquista” aparecerá, desde então, na quase totalidade das seqüências discursivas pertencendo a esse aspecto regional da FD comunista. Ao contrário, certos elementos fundamentais da crítica marxista da religião são atenuados ou desaparecem. (...) Os textos desse período de formação do discurso comunista dirigido aos cristãos insistem sobre o respeito às liberdades religiosas, assim como sobre a existência de aspirações comuns que unem uns e outros: solidariedade, justiça, caridade, patriotismo, devoção, espírito de sacrifício, desenvolvimento da personalidade, esse conjunto de valores morais que fazem do comunismo um “verdadeiro humanismo” (M. THOREZ, 26 de outubro de 1937). Isso abre a possibilidade de uma colaboração dentro do respeito mútuo e de ações comuns pela paz e pela defesa contra o fascismo. (...) As revelações do “relatório atribuído ao companheiro Krouchtchev” sobre a extensão dos crimes cometidos por Stalin, os distúrbios políticos que agitam o campo socialista na Polônia e na Hungria, o esmagamento da revolta húngara pelos tanques do exército soviético em Budapeste acentuam o isolamento do Partido Comunista e fazem recuar, de maneira considerável, as possibilidades de colaboração entre comunistas e cristãos nos anos de 1950 (...) No início dos anos 1960,

enfraquecido pelo fracasso eleitoral do gaulismo, o Partido Comunista manifesta a vontade de “sair do gueto”. A unidade das forças de esquerda é relançada em 1962 por contatos e acordos pontuais com os socialistas, que levam a uma progressão de toda a esquerda nas eleições legislativas de 1962 e, mais ainda, nas de 1967, como nas presidenciais de 1965. Os anos de 1965-1967 são aqueles da construção da união, marcados, no que nos concerne, por um fato importante: uma sessão inteira do Comitê Central é consagrada, em março de 1966, em Argenteuil, aos *problemas ideológicos e culturais* (o que não se fazia desde 1937). Essa reatualização da política da mão estendida, se podemos aí encontrar o conjunto da temática que os discursos produzidos nas duas conjunturas observadas apresentavam até aqui, distinguem-se por dois fatos novos: para começar, o aparecimento do termo *diálogo*, pela primeira vez, no discurso comunista dirigido aos cristãos. A presença desse termo, que o discurso comunista retoma por conta própria, realiza uma *tomada ao pé da letra* de posições expressas recentemente pelo magistério da Igreja, nas encíclicas *Pacem in Terris* (11 de abril de 1963) e *Ecclesiam Suam* (6 de agosto de 1964), no quadro da linha “realista” promovida por JOÃO XXIII. Em segundo lugar, observa-se o desaparecimento da referência obrigatória à União Soviética como modelo de garantia das liberdades religiosas. (COURTINE, 2009, p.143 et seq.)

Alguns textos teóricos que compõem o nosso *corpus* determinam mais ou menos nestes moldes defendidos por Courtine as condições históricas de produção do discurso de declínio da política, relacionando-o ao *efeito* de conjunturas particulares, de modo a demonstrar que *repete, em outra circunstancia sócio-histórica*, discursivizações anteriores sobre o fim das ideologias e da história; explica, assim, a formação de um processo discursivo de longo prazo pela descrição dos contextos sócio-históricos nos quais estas múltiplas *versões assumidas historicamente pela tese* foram produzidas. Correlacionam a irrupção do discurso a uma série de “grandes acontecimentos” (por meio destas “narrativas históricas”, pode-se compreender, de um ponto de vista, as diferentes qualificações de “conservador” e de “direita” que se fixaram ao discurso do declínio). Mas temos de reconhecer ao menos duas orientações distintas nos textos que constituem o corpus da pesquisa. Alguns, de fato, associam o discurso contemporâneo a discursos anteriores formulados por autores representativos do pensamento de direita ou conservador, e reconhecem que o diagnóstico atual de perda da qualidade da política faz sentido; outros, por focalizarem aquelas que seriam as condições de formação do discurso, questionam a validade destas análises no plano teórico e identificam uma grande distância nas posições

dos autores (o fim das ideologias, o fim da história não coincidem com a crítica à modernidade, que está na base do discurso do declínio, por exemplo).

A história se repete

Críticas contemporâneas que constataam a “insignificância” objetiva da política (indício do desaparecimento de projetos utópicos, dos conflitos ideológicos, do idealismo político, e de um retorno ao “realismo” etc.) podem ser compreendidas a partir das conexões que estabelecem com discursos produzidos em temporalidades (crônicas e discursivas) específicas. São consideradas “eco” de um debate teórico-acadêmico anterior, em torno da idéia de “fim da história”, que, por sua vez, atualiza outro debate filosófico da década de 50, sobre o “fim das ideologias” – de modo geral, ambas apontam para a idéia de vitória de um projeto político absoluto ou final para além do qual não há qualquer alternativa rival (ou, simplesmente, para a situação de hegemonia de certo discurso em um dado momento histórico, o que pode levar a percepções, segundo determinados autores, “equivocadas” da ausência de antagonismos ou conflitos).

Com a fragilização do discurso da esquerda, quando se descobre que o stalinismo ou as experiências socialistas foram experiências totalitárias, estavam dadas as condições para a produção do discurso sobre o fim das ideologias, a alternativa que existia à sociedade capitalista não deu certo (“não há alternativas”). O segundo momento de desestabilização do discurso da esquerda se dá com o colapso da URSS, a desintegração do mundo comunista e o aparente triunfo da democracia liberal. Estavam dadas as novas circunstâncias para a formulação do *fim da história*. As experiências políticas pós-fim do comunismo, no momento em que a esquerda chega ao poder, com alterações substanciais no discurso, fizeram com que certa fração da esquerda se desencantasse e assumisse um discurso considerado até então típico da direita, o da irrelevância ou do fim da política.

Et elles [métaphores] n’ont, ni l’une ni l’autre, pas grand-chose à voir avec *l’image ou, plus exactement, avec le fantasme d’un ‘dépérissement’ de la politique. Avec l’idée de son exténuation ou de son achèvement: ce qui, en fait, revient strictement au même*. Que ce fantasme ait repris corps au moment où fleurissaient les innombrables leitmotifs de la ‘fin’ – fin de la philosophie, fin

de l'histoire, fin des grands récits, fin des idéologies – n'a évidemment rien de fortuit. Les lieux commun – lors même qu'ils s'inscrivent dans une généalogie – entretiennent par définition une évidente connivence avec ce qu'on appelle 'l'air du temps'.⁹⁷

Apresentamos, a seguir, um conjunto de enunciados que correspondem a estas descrições de conjunturas específicas, à narração de uma ordem natural de acontecimentos, que se desenvolvem em simultaneidade com os discursos que deles se ocupam para lhes atribuir sentidos. Assumiremos, aqui, do ponto de vista epistemológico, que são os discursos que constroem os seus “objetos”, que não existiriam na realidade “prontos”, anteriormente à sua discursivização. Um destes sentidos de *anterioridade* (e, em alguns casos, de *evidência*) do fim atual da política é construído por meio de referências a uma época passada (“os anos 50”, “60” e “após 1989”). Ou seja, preocupam-se em explicar a sua origem, neste sentido de "retomada" na contemporaneidade de uma "tese" ou discurso anteriormente formulado, em conexão com acontecimentos “visíveis” no mundo. Como se acompanhassem o percurso de uma opinião ou tese, destacando o momento em que adquire relevância ou densidade no espaço público (em que se torna uma leitura “correta”).

Na Introdução de “*La fin du politique*” (1975), de Pierre Birnbaum, há um tópico intitulado « *La thèse de la fin des idéologies* » (p.25) :

*Comme on se propose de le montrer ici, celle-ci [une grande partie de la théorie politique contemporaine] se trouve en effet étroitement influencée par **une problématique positiviste annonciatrice de la fin des idéologies** dont elle pensera pouvoir déduire aussi, pour ce qui la concerne, la fin du pouvoir, et donc, nécessairement, celle de la politique elle-même » (p.10) ; « Cette appréciation de la thèse de la fin des idéologies nous engage d'abord à mieux saisir l'origine de ce courant de pensée qui se développe dès le début du XIXe. Siècle. »⁹⁸*

Neste tópico, o autor descreve o contexto que favoreceu a emergência deste discurso positivista sobre o fim das ideologias:

Dans la première partie du XX siècle, et dans le prolongement de la crise de 1929, on vit pourtant s'affronter encore des idéologies radicalement opposés. Cette lutte culmina durant la Seconde Guerre mondiale qui, plus que toute autre, fut aussi une guerre idéologique. (...) Elle [la lutte entre les systèmes dogmatiques antagonistes] ne devait pourtant pas cesser et pendant la guerre froide qui suivit, les idéologies adverses devinrent encores plus rigides. C'est malgré tout à

⁹⁷ Revault D'Allonnes, 1999, p.311

⁹⁸ Birnbaum, 1975, p.39

*cet moment-là que Raymond Aron s'interrogea le premier, dans le dernier chapitre de son ouvrage, l'Opium des intellectuels, sur la fin possible des idéologies.*⁹⁹

O fim das controvérsias ideológicas constituiu-se em uma explicação para a realidade política dos “tranqüilos” anos 50, de acordo com o historiador norte-americano Russell Jacoby. A tese contemporânea de fim da utopia, uma destas explicações potenciais para o declínio atual da política, corresponderia à atualização deste debate anterior sobre o “fim das ideologias”. Em “*O fim da utopia: política e cultura na era da apatia*” (2001), o fim das controvérsias ideológicas é representado como uma “asserção descritiva” (que constrói, portanto, um efeito de evidência) da filosofia (ou de suas tendências hegemônicas) sobre a realidade política dos anos 50:

[Raymond] Aron, que estivera entre os principais organizadores da conferência de Milão, referia-se a um “fim da era das ideologias”, ou “da era ideológica”. Ideologia significava revolução e utopia, coisas encerradas de vez. Ninguém seria capaz de afirmar que existia uma alternativa ao capitalismo avançado. (...) As velhas ideologias [o liberalismo do puro laissez-faire e o socialismo] estavam enterradas. No prefácio de uma edição americana, publicada depois o discurso de Kruchev, Aron perguntava: “Será ainda necessário denunciar o ópio dos intelectuais?” Ou então: “Não terá Stalin levado consigo, ao morrer, não apenas o stalinismo, mas também a era das ideologias?” **Aron juntava-se a um coro de vozes que se intensificaria ao longo dos anos 50 na Europa e nos Estados Unidos. Um depois do outro, os autores proclamavam, celebravam e às vezes lamentavam o fim das ideologias e da utopia.** Não se limitavam a glorificar o capitalismo puro e simples; antes, afirmavam que as novas realidades políticas e econômicas iam além de Adam Smith e Karl Marx. O Estado providenciário abarcava a política; o capitalismo liberal modificador, e não transformador, definia o futuro. A ênfase, de qualquer maneira, estava na derrocada do visionarismo radical.¹⁰⁰

A formulação mais incisiva estava contida em *The End of Ideology* [O fim da ideologia], de Daniel Bell. As velhas ideologias do século XIX estavam “esgotadas”, minadas pelos horrores do comunismo soviético e o sucesso do capitalismo liberal. (...) No fim dos anos 50, Bell declarava que “as velhas paixões se exauriam” e que “o velho radicalismo político-econômico (...) perdeu seu significado. A situação não podia parecer mais clara: “A era ideológica chegou ao fim”.¹⁰¹

O autor situa historicamente o “aparecimento” da tese “do fim da era ideológica” durante uma reunião entre escritores e acadêmicos no Museu Nacional de Ciência de Tecnologia de Milão, em setembro de 1955 - meses depois, Kruchev denunciaria os crimes

⁹⁹ Birnbaum, [1975]1995, p.26

¹⁰⁰ Jacoby, 2001, p.17

¹⁰¹ Ibid., p.19

de Stalin: “Para muitos críticos, inclusive os reunidos em Milão, o discurso de Kruchev só vinha confirmar a falência ideológica” (2001, p.16):

“Na maioria das sociedades ocidentais, as controvérsias ideológicas estão chegando ao fim”, *afirmou* [Raymond] Aron em seu discurso de abertura.¹⁰²

A referência aparece em outros textos teórico-especulativos do nosso corpus:

Au Congrès de Milan qui se réunit en 1955, *on crut pouvoir constater définitivement la fin de l'âge idéologique dans les pays occidentaux industrialisés aux niveaux de vie élevés et aux consensus assurés*. La comparaison avec l'URSS s'estompe dorénavant au profit du seul examen des sociétés industrielles occidentales. C'est là seulement que l'on *décrit* maintenant la fin du débat idéologique sans plus se soucier de la réalité soviétique. Daniel Bell, par exemple, *affirme avec force* le déclin définitif des idéologies dans le monde occidental sous l'influence, d'une part, des procès de Moscou et du Rapport Khrouchtchev et d'autre part, de l'épanouissement de l'État-Providence.¹⁰³

No final da década de 50, o sociólogo Daniel Bell (1980) concluía pelo “fim da era ideológica”, ao diagnosticar a formação de “consensos” em relação a determinadas “questões políticas”, em parte resultantes da combinação entre economia de consumo e pleno emprego – “sintoma”, de acordo com seus críticos, entre eles Habermas (1962), da contenção dos ânimos de atores sociais importantes e da latência dos conflitos de classe.

Bell cita uma série de acontecimentos que, de sua perspectiva, justificariam empiricamente a tese de fim das ideologias, e especifica os sentidos da expressão pretendidos por ele:

Os acontecimentos por trás desta importante transformação social são muitos, e complexos. De um lado, calamidades como os Processos de Moscou, o pacto nazi-soviético, os campos de concentração, a supressão do movimento dos trabalhadores húngaros; de outro, mudanças sociais como as modificações do capitalismo, o surgimento do Estado assistencial. No campo da filosofia, pode-se traçar o declínio das crenças simplistas, racionalistas, e a emergência de novas imagens estóico-teológicas do homem, propostas por Freud, Tilich, Jaspers, etc. Isso não equivale a dizer que ideologias como o comunismo não tenham peso político na França e na Itália, ou um momentum de impulso derivado de outras fontes. Mas há um fato simples que vem à tona: **para a intelligentsia radical as velhas ideologias perderam sua “verdade”** – em consequência seu poder de persuasão. Poucos espíritos sérios ainda acreditam que é possível preparar “planos” e, por meio da “engenharia social”, construir uma nova utopia da harmonia social. **Ao mesmo tempo, as antigas contracrenças perderam também sua força intelectual.** Poucos liberais “clássicos” insistem hoje em que o Estado se mantenha à margem da economia, e poucos conservadores sérios

¹⁰² Ibid., p.15

¹⁰³ Birnbaum, [1975]1995, p.26

– pelo menos na Inglaterra e no continente da Europa – vêem no Welfare State um “caminho para a servidão”. **Há hoje, portanto, no mundo ocidental, um certo consenso entre os intelectuais a respeito dos problemas políticos: a aceitação do Estado assistencial, a preferência pela descentralização do poder, e pelo sistema de economia mista e de pluralismo político. Neste sentido também pode-se dizer que a era da ideologia terminou.**¹⁰⁴

O fim da ideologia não representa – não deve representar – o fim da utopia. (...) Precisamos hoje, mais do que nunca, da utopia – no sentido de que os homens precisam, como sempre precisaram, ter uma visão de suas potencialidades, dispor de um meio para fundir paixões com inteligência. **Mas o ingresso na Cidade Celestial não pode continuar sendo feito pela “escada da fé” – precisa agora de um caminho empírico.** A utopia de hoje precisa especificar seus objetivos precisos, como chegar até eles, o custo do empreendimento, e uma avaliação de quem pagará o custo, com a necessária justificação. **O fim da ideologia encerra, intelectualmente, a era das fórmulas fáceis sugeridas pela “esquerda”, para a transformação social.** (...) Se o fim da ideologia tem algum sentido, ele consiste no fim da retórica, e dos retóricos; de “atos revolucionários” como o do jovem anarquista francês Vaillant, que lançou uma bomba na Câmara dos Deputados...¹⁰⁵

Birnbaum (1975) também relaciona a emergência do discurso a um conjunto de signos que parecem justificá-la:

*Les signes paraissent en effet nombreux qui justifient la thèse du déclin des idéologies. Ainsi la dépolitisation du corps électoral a pu être constatée depuis de longues années : non seulement, en période normale, les individus ne votent que très rarement de façon explicite en faveur d'un système idéologique particulier car ils suivent bien souvent l'opinion dominante de leur groupe d'appartenance, ou bien se préoccupent davantage des revendications concrètes, mais de plus ils s'abstiennent dans une proportion relativement importante, qui s'accroît d'autant plus qu'ils ne sont pas véritablement intégrés dans un groupe social. On peut de même faire valoir la transforamtion des programmes de certains partis socialistes et souligner l'importance de la fonction « tribunicienne » de quelques partis communistes européens (1) qui contribuerait elle aussi à diminuer la tension idéologique. Ces modifications renforcent encore un déclin idéologique qui s'étend jusqu'à la littérature (2) ou le cinéma (3). La personnalisation du pouvoir entraîne elle aussi une diminution des luttes doctrinales et favorise l'amalgame et le rassemblement hétérogène. (...) Le déclin du militantisme suscité para la mutation des partis politiques (...) Toute la législation du travail se traduirait donc par une désidéologisation car les revendications concrètes devraient pouvoir être satisfaites sans remise en question du système politique global et de son idéologie.*¹⁰⁶

Para compreender, desta perspectiva historiográfica, as condições que favoreceram a produção teórica do “fim das ideologias”, consideramos a análise histórica realizada por

¹⁰⁴ Bell, 1980, p.326

¹⁰⁵ Ibid., p.327

¹⁰⁶ Birnbaum, [1975]1995, p.29-31

Hobsbawm (1995) acerca da chamada “Era de Ouro”, período que se inicia com o término da 2ª Guerra Mundial e se encerra com o fim da União Soviética.

Na seqüência, citamos excertos da narrativa de Hobsbawm (1995), nos quais o autor observa e analisa o mundo nesse período, especialmente os acontecimentos que propiciaram o surgimento e o posterior abandono, no final da década de 1960, da tese do fim das ideologias. Chamam a atenção, no texto de Hobsbawm, certas apreciações acerca do “clima” monótono que predominava na época (anos 50), devido especialmente à reestruturação do capitalismo no pós-guerra, cujos efeitos práticos pareciam então justificar a proliferação de prognósticos de “tranqüilidade”, de fim dos confrontos político-ideológicos:

Durante os anos 50, sobretudo nos países “desenvolvidos” cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham melhorado [...] Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o slogan “Você nunca esteve tão bem”, uma afirmação sem dúvida correta. (HOBSBAWM, 1995, p.253)

Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e laissez-faire, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. (...) Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade do socialismo (“a estrada para a servidão”, como a chamava o economista e ideólogo Von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. (HOBSBAWM, 1995, p.245)

Para Hobsbawm (1995), na década de 60, a política *sonolenta, tranqüila* (p.279) da Era de Ouro dava os primeiros sinais de desgaste, e 1968 constituiria um índice da deterioração do então propalado consenso:

Nos florescentes países do capitalismo industrial, ninguém mais levava a sério a clássica perspectiva de revolução social por insurreição e ação de massa. E no entanto, no auge mesmo da prosperidade ocidental, no núcleo mesmo da sociedade capitalista, os governos de repente, inesperadamente e, à primeira vista, inexplicavelmente se viram diante de **uma coisa que não apenas parecia a velha revolução, mas também revelava a fraqueza de regimes**

aparentemente firmes. Em 1968-9, **uma onda varreu** os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes.¹⁰⁷

A revolta estudantil de fins da década de 1960 foi a última arremetida da velha revolução mundial. Foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido operacional de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barricadas, pela bomba e pela emboscada na montanha.¹⁰⁸

As insatisfações dos jovens não eram amortecidas pela consciência de ter vivido épocas de impressionante melhoria, muito melhores do que seus pais algum dia esperaram viver. Os novos tempos eram os únicos que os rapazes e moças que iam para a universidade conheciam. Ao contrário, **eles sentiam que tudo podia ser diferente e melhor**, mesmo não sabendo exatamente como. Os mais velhos, acostumados a tempos de aperto e desemprego, ou pelo menos lembrando-os, não esperavam mobilizações radicais numa época em que, sem dúvida, o incentivo econômico a ela nos países desenvolvidos era menor do que nunca. Mas **a explosão de agitação estudantil irrompeu no auge mesmo do grande boom global**, porque era dirigida, mesmo que vaga e cegamente, contra o que eles viam como característico daquela sociedade, não contra o fato de que a velha sociedade não houvesse melhorado o bastante. Mas, paradoxalmente, o fato de que **o ímpeto para o novo radicalismo** vinha de grupos afetados não pela insatisfação econômica estimulou mesmo os grupos acostumados a mobilizar-se em base econômica a descobrir que, afinal, **podiam pedir mais da nova sociedade do que tinham imaginado**. O efeito mais imediato da rebelião estudantil européia foi uma onda de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho.¹⁰⁹

Detectemos ou não um retorno à luta de classes nesse reconhecimento de realidades do mercado, **não há dúvida sobre a impressionante mudança de estado de espírito entre a moderação e a calma das negociações salariais antes 1968 e os últimos anos da Era de Ouro (...)** a mudança no estado de espírito dos trabalhadores teve muito mais peso que a grande explosão de agitação estudantil em 1968 e por volta dessa data, embora os estudantes oferecessem material mais sensacional para os meios de comunicação e muito mais alimento para os comentaristas.¹¹⁰

Jacoby (2001) também inscreve no final dos anos 60 a reversão desta tendência de relaxamento das tensões, época em que **os conflitos ideológicos em vez de se debilitarem se intensificam** (faz referência às guerrilhas urbanas e rurais no Terceiro mundo e aos jovens rebeldes no Primeiro).

No início dos anos 60, a história ganhava velocidade, e **o radicalismo recobrava vida**; em vez de se debilitarem, os conflitos ideológicos se intensificavam. (...) Poucos negarão que o anos 60 constituem um período de incansáveis questionamentos. Não se discutia apenas uma revolução política, mas uma revolução na vida, na moral e na sexualidade, e às vezes se promovia esta

¹⁰⁷ Hobsbawm, 1995, p.431

¹⁰⁸ Ibid., p.433

¹⁰⁹ Ibid., p.296

¹¹⁰ Ibid., p.280

revolução. (...) *Os anos 60 sepultaram a conversa sobre o fim das ideologias*. E, pelo menos, o que muitos pensavam. Já em 1960, o sociólogo radical C. Wright Mills denunciava os teóricos do “fim-das-ideologias” como conservadores presunçosos, liberais cansados e radicais decepcionados. (...) As décadas seguintes seriam de recuo da tese de fim das ideologias. Movimento pelos direitos civis, black power, protestos contra a guerra, lutas de libertação nacional, feminismo – **o mundo parecia encharcado de revolução e ideologia**.¹¹¹

Raymond Aron (1980), uma daquelas *vozes assertivas* do fim das controvérsias nos anos 50, ponderou que o contexto histórico daquela época era propício para a elaboração deste tipo de leitura. Reconhecia na “Nota para a reedição de 1968” de “O ópio dos intelectuais”, a “passagem abrupta” (p.35) da “década do consenso” para a “década do conflito” (p.36): “com ou sem sistema ideológico, o clima intelectual e político mudou em todo mundo ocidental. O consenso desapareceu: a Revolução volta a figurar na ordem do dia. Os distúrbios sociais se multiplicam: uma fração das gerações mais jovens, sobretudo estudantes, rejeita os valores do *Establishment* – da classe política dirigente” (p.35); “de súbito o clima se modifica radicalmente, sem que no entanto nenhuma nova idéia seja inventada” (p.38).

A tese do fim das ideologias é, de certa forma, relativizada por Aron em 1968 no que ele denomina de “exercício de autocrítica”. Para Aron (1980), o “equivoco” do diagnóstico de que a era ideológica chegava ao fim devia-se especialmente à ambigüidade do próprio termo ideologia. Ele insiste que, após determinados acontecimentos, como a denúncia de Stalin, o marxismo – “a última grande ideologia” (p.248) – entrou em crise e não foi substituído por nenhum outro sistema ideológico totalizante: “continua a ser verdade que nenhum sistema substituiu o marxismo-lenismo” (1980, p.25).

Ao especificar o termo ideologia, no que ele considera o seu sentido forte, o de “um sistema global de interpretação histórico-política” (p.29), Aron (1980) defende, em parte, a permanência da tese, que nada teria a ver com a “formação de consensos”, com o “fim dos conflitos” ou das “controvérsias”, mas com o fato de a esquerda não ter encontrado um novo sistema ideológico: “continuo a considerar válida a tese que formulei (...) o marxismo, ou o marxismo-lenismo, continua a ser, em 1969 como em 1955, o último sistema ideológico do Ocidente, o derradeiro sistema de interpretação global” (p.32). O que

¹¹¹ Jacoby, 2001, p.20-1

houve com a esquerda, segundo Aron, foi a sua fragmentação em muitos “partidos, grupos, escolas, seitas” (p.31): “daqui em diante, o conformismo de esquerda oscilará entre a ecologia – a luta contra a poluição, a defesa da qualidade de vida – e a denúncia dos conglomerados, do imperialismo e das desigualdades. Há uma proliferação das seitas, porque cada uma focaliza um tema particular. Em conjunto, elas questionam de formas distintas a estrutura das sociedades ocidentais” (p.26).

No entanto, Aron (1980) admite que algumas “expectativas” daqueles que sustentaram a idéia do fim da ideologia não se confirmaram, e aí havia, de fato, uma “falha de interpretação”: não houve uma conversão da política ao “pragmatismo” (ou “utopia”, no sentido de Bell), ao contrário: “a liquidação do fascismo e a debilitação do marxismo-leninismo não abriram caminho para uma ‘geração realista’ (pelo menos, essa geração não durou mais do que meia dúzia de anos), mas provocaram uma explosão de revolta ou de utopismo” (p.9).

O resultado foi que esses críticos da ideologia terminaram parecendo **pragmatistas, desprovidos de fervor idealistas, resignados (...) ou francamente satisfeitos com o status quo.** (...) A acusação é injusta, se entendermos que esse suposto ceticismo significa simplesmente relutância em converter-se a uma fé (...) De qualquer forma, a acusação torna-se compreensível numa situação em que o prognóstico parecia ser o de uma era de tranqüilidade e resignação – **não o fim das reformas, mas sim das grandes paixões e dos grandes debates. Hoje, não há mais dúvida de que a expectativa (ou temor) do consenso desapareceu (ou foi desfeita) (...)** Será melhor que renunciemos ao “fim da ideologia” como uma proposição, ou pelo menos como uma frase, procurando encontrar algum outro modo de exprimir o conteúdo de verdade que o lema possa conter.¹¹²

...se nenhum dos grandes interlocutores vê o mundo através de um sistema conceitual totalizante, se os dois buscam *soluções razoáveis* para problemas múltiplos e de natureza diversa, em função de valores ou objetivos largamente aceitos, a política se afasta da ideologia para se aproximar do pragmatismo. A oposição entre política ideológica e política pragmática não deixa de apresentar contudo um certo equívoco: mesmo a política mais pragmática se inspira sempre, em última análise, em valores, ideais ou princípios. A oposição tem, portanto, várias dimensões: reforma contra revolução; soluções parciais, tecnicamente elaboradas, contra solução global; aceitação confiante ou resignada do regime estabelecido contra a busca de uma utopia. Ao mesmo tempo, certos defensores da tese do fim das ideologias **anunciaram**, ou parecem ter anunciado, um período relativamente tranqüilo (...) *A ausência de um sistema ideológico de substituição não autoriza a prever uma política pragmática, ou o consenso. Não há dúvida de que o fim da década de 1960 encontrou os sociólogos a discutir a crise da sociedade industrial, a nova era ideológica; o “fim das ideologias” é tido como a ideologia típica da década anterior,*

¹¹² Aron, 1980, p.22

entre o apaziguamento da guerra fria e autocrítica da sociedade ocidental. Pessoalmente, aceito esse diagnóstico histórico: a popularidade da expressão “fim das ideologias” marca o período entre 1955 (ou 1956, o discurso de Kruchtev no XX Congresso) e 1965 (o envio de um corpo expedicionário norte-americano ao Vietnã). Mesmo antes de 1965 não faltavam, nos Estados Unidos e na Europa ocidental, sinais precursores de *conflitos apaixonados*.¹¹³

As paixões atuais fazem como que a idéia do consenso pareça trivial. Mas, a despeito dessas paixões, busca-se em vão contradições que os observadores teriam ignorado há apenas dez anos. A Nova Esquerda não oferece um sistema ideológico que prometa imediatamente uma solução global (...) A história se desenvolve como que em ciclos: a uma fase de relativa tranqüilidade sucede outra de crítica apaixonada. **Mas a surpresa é com a paixão, não com a crítica.**¹¹⁴

Neste sentido, o debate sobre o fim das ideologias chegava ao fim. Mas com “a queda do Muro de Berlim”, “o colapso da URSS” – o “falecimento do inimigo ideológico do Ocidente” (Hobsbawm, 1995, p. 468) – estavam dadas as novas circunstâncias para a elaboração de outra tese apaziguadora, desta vez, sobre o fim da história, que mais ou menos atualiza o sentido da anterior:

Nada mais ridículo que a proclamação da extinção das fissuras políticas básicas, do fim da ideologia. Até agora. Em 1989, o comunismo desmoronou na Europa oriental, e logo sobreviria a desintegração da União Soviética. A história não se repete, mas às vezes chega perto. (...) Os acontecimentos de 1989 assinalam uma mudança decisiva no *Zeitgeist*: a história faz ziguezague. Não há como extrair daí lições simplistas, mas **é evidente que o radicalismo e o ideal utópico que o sustenta deixaram de ser forças políticas ou mesmo intelectuais importantes.**¹¹⁵

Isso nos leva a Francis Fukuyama, cuja sombra tutelar paira sobre estes debates. (...) A idéia fundamental desse agora celeberrimo artigo [“O fim da história”]: as transformações que estão ocorrendo atualmente nos países do Leste Europeu, esta aparente evaporação das ditaduras comunistas, não significariam simplesmente o fim do comunismo, mas essencialmente o fim da própria história. Essas transformações implicariam na tomada de consciência pela humanidade de que não há um “além” da sociedade atual. A sociedade atual é a sociedade industrial, capitalista e mercantil que constitui nossa modernidade. Para Fukuyama, *constatar* que ingressamos no fim da história (...) é compreender que **nos alegramos ou nos entristecemos com isso**, que, dissipadas as últimas ilusões, decorrentes desse novo conhecimento, **nada mais há a fazer senão administrar o que já existe**. É precisamente **esta conclusão** que este debate gostaria de questionar.¹¹⁶

Proclamée comme certaine il y a vingt ans, la fin du politique paraît de nos jours s’imposer encore davantage aux yeux de tous. Elle signifie, comme autrefois, **le triomphe du monde occidental, la victoire incontestable de la « société ouverte », consensuelle, favorable à la négociation** (...) En une génération, **un diagnostic** qui relevait encore pour une bone part de la prédiction créatrice fait dorénavant [à partir de maintenant] **figure de constat** sans grand originalité.

¹¹³ Ibid., p.31

¹¹⁴ Ibid., p.39

¹¹⁵ Jacoby, 2001, p.22

¹¹⁶ Michéa, 1995, p.55

A tel point qu'on s'étonne presque de l'éclat donné aux écrits d'un Francis Fukuyama qui, par beaucoup d'aspects, reprennent simplement, au tournant des années 1990, les analyses qu'avançaient déjà un Daniel Bell et bien d'autres à la fin des années 1950. « *La fin de l'histoire* » remplace simplement, dans l'esprit de Fukuyama, « *la fin des idéologies* »...¹¹⁷

Fukuyama defende a mesma tese. Ele admite que haja marxistas isolados “em lugares como Manágua, Pionguiangue ou Cambridge”, mas considera que hoje o radicalismo carece de força histórica e de futuro. **Mas a comemoração de Fukuyama não está imune a certas apreensões. Com o desaparecimento da oposição radical, a paixão e o idealismo também deixam de existir;** os únicos objetos de disputa são as regulamentações e tarifas comerciais (...) Fukuyama concluía o artigo original num *tom agridoce*¹¹⁸ que evoca os questionamentos de Bell. **Fukuyama expressa uma “nostalgia” da história das grandes idéias e das ideologias vigorosas.**¹¹⁹

Para voltar a Fukuyama, suas considerações, muito mais terra-a-terra e conjunturais, são em parte ideológicas. A história acabou porque o “grande conflito” se completou com o desmoroamento do comunismo. Aos olhos de um funcionário do Departamento de Estado americano, o “grande conflito” é evidentemente o conflito entre o bloco ocidental e o oriental, e não há outro. Uma vez liquidado esse conflito, segundo Fukuyama, entra-se na era do triunfo do capitalismo e da “democracia” (ou seja, da oligarquia liberal), que tomarão conta de todo o planeta, pondo fim às guerras, aos dilaceramentos, ao trágico fim da história. **Com certeza, diz Fukuyama, isso será menos interessante e bastante aborrecido – mas não se pode ter tudo: se querem paz, devem resignar-se ao tédio.**¹²⁰

Les événements consécutifs à l'effondrement du mur de Berlin ainsi que l'explosion des 'violences' intra- et interétatiques (violences inédites, multiplication des massacres, des formes génocidaires, montée en puissance de passions meurtrières, etc.) on bien entendu conduit à **mettre un bémol à cette euphorie de la 'résolution' de l'histoire et de la politique.**¹²¹

Enquanto isso, **o Fim da História foi complacientemente decretado** a partir dos Estados Unidos que pareciam cada vez mais em risco de terminar com ela de verdade. Não mais existiriam

¹¹⁷ Birnbaum, [1975]1995, p.261

¹¹⁸ “*The end of history will be a very sad time. The struggle for recognition, the willingness to risk one's life for a purely abstract goal, the worldwide ideological struggle that called forth daring, courage, imagination, and idealism, will be replaced by economic calculation, the endless solving of technical problems, environmental concerns, and the satisfaction of sophisticated consumer demands. In the post-historical period there will be neither art nor philosophy, just the perpetual caretaking of the museum of human history. I can feel in myself, and see in others around me, a powerful nostalgia for the time when history existed. Such nostalgia, in fact, will continue to fuel competition and conflict even in the post-historical world for some time to come. Even though I recognize its inevitability, I have the most ambivalent feelings for the civilization that has been created in Europe since 1945, with its north Atlantic and Asian offshoots. Perhaps this very prospect of centuries of boredom at the end of history will serve to get history started once again.* (Fukuyama, 1989)

[O fim da história será algo muito triste. A busca do reconhecimento, a disposição de arriscar a própria vida por uma meta abstrata, a luta ideológica planetária que exigia audácia, coragem, imaginação e idealismo será substituída pelo cálculo econômico, o interminável empenho para solucionar problemas técnicos, ambientais e a satisfação de exigências sofisticadas de consumo. No período pós-histórico, não haverá arte nem filosofia, apenas uma perpétua curadoria do museu da história humana.]

¹¹⁹ Jacoby, 2001, p.24

¹²⁰ Castoriadis, 1995, p.60

¹²¹ Revault D'Allonnes, 1999, p.169

conflitos mundiais importantes. Mais tarde ficaria claro que os fundamentalistas islâmicos não estavam prestando suficiente atenção quando *esse anúncio* foi feito¹²²

“O final da história“ é a nova onda e as questões mais controvertidas que assediaram nossos ancestrais são comumente tidas como resolvidas ou tratadas como tais por não se fazerem notar (pelo menos não são notadas como problemas). Tendemos a nos orgulhar do que talvez devesse nos envergonhar: de viver numa época “pós-ideológica” ou “pós-utópica”, de não nos preocuparmos com uma visão coerente de boa sociedade e de ter trocado a preocupação com o bem público pela liberdade de buscar satisfação pessoal.¹²³

Pelos excertos citados, nota-se que as reações à (nova) idéia de fim da história ou à sua conclusão de que “nada mais há a fazer senão administrar o que já existe” (Michéa, 1995:53) podem ser divididas em duas tendências básicas: as que denunciam o seu caráter inaceitável (insólito ou bizarro) e aquelas mais *apreensivas*. Se, por um lado, os seus críticos insistem em sua implausibilidade, por outro, não deixam de criticar o que vêm ao seu redor, o que instituem como “a” realidade contemporânea. Desta vez, para Russell Jacoby não se trata mais de “absurdo acadêmico”, ou de “idéia insólita” (Michéa, 1995, p.55).

Muitos afirmam que nada mudou. Repetem, com arrogância ou cegueira, adágios conhecidos. Em 1995, Paul Lauter, um professor inglês de esquerda, denunciou como impostura o “fim das ideologias”: “O mundo acadêmico sempre teve sua cota de charlatães, arrivistas e vigaristas, incumbidos de produzir versões arianizadas dos clássicos, contrafações intelectuais (...) a história sem autores negros e o meu exemplo favorito de absurdo acadêmico, o ‘fim das ideologias’”. Lauter não está sozinho. **Mas por toda a parte se encontram provas de que a sabedorias dos “arrivistas” fala muito mais de perto ao presente que os ditames de professores ingleses de alto coturno. Verificou-se um abalo sísmico nas realidades políticas e culturais. Para falar sem rodeios, a derrocada do comunismo esvazia o radicalismo e debilita o liberalismo.**¹²⁴

Fukuyama exagerou na mão [a história não acabou]. (...) Sua afirmação de que a hora do radicalismo passou, entretanto, soa verdadeira. (...) Fukuyama expunha uma realidade que muitos recusam-se a admitir. Os socialistas e esquerdistas de hoje não sonham um futuro qualitativamente diferente do presente. Em outras palavras, o radicalismo já não acredita em si próprio. Em outros tempos, os esquerdistas agiam como se pudessem reorganizar fundamentalmente a sociedade. (...) Hoje a visão apagou-se, a autoconfiança esvaiu-se e as possibilidades desapareceram. Por quase toda a parte a esquerda recua, não apenas politicamente, mas também – o que pode ser mais decisivo ainda – intelectualmente.¹²⁵

¹²² Eagleton, 2005, p.75

¹²³ Bauman, 2000, p.16

¹²⁴ Jacoby, 2001, p.23

¹²⁵ Ibid., p.25-6

O socialismo pode não ter morrido, *mas* a confiança numa sociedade nova e diferente, sim. **Em vez de defender a idéia radical de uma nova sociedade, a esquerda recua inevitavelmente para idéias mais acanhadas, procurando expandir as alternativas no contexto da sociedade existente.**¹²⁶

Em outras palavras, este “socialismo” não difere de um liberalismo ocidental do tipo fim-das-ideologias, vinculado ao Estado providenciário e procurando promover nele pequenos aperfeiçoamentos. A questão é *que por toda a parte a esquerda vai se tornando prática, pragmática e liberal.*¹²⁷

*Por toda parte é possível identificar uma volta ao pensamento cívico e de mercado. Numa época de decomposição ideológica, os homens de esquerda só se arriscam a propor as mais modestas metas e idéias.*¹²⁸

Nos bons tempos, os esquerdistas e radicais falavam de libertação do trabalho ou de sua abolição. *Hoje* fala-se de pleno emprego e recapacitação da força de trabalho.¹²⁹

Hoje os socialistas se apresentam como empresários pragmáticos. Livraram-se de sentimentos radicais e utopias nebulosas.¹³⁰

O que está em questão é *o declínio de uma visão utópica que um dia inspirou esquerdistas e liberais*. O que se discute não é propriamente que o ar mais puro, uma previdência social ampliada ou uma democracia mais vigorosa sejam coisas ruins. O problema é saber até que ponto um empenho por *medidas sensatas* é melhor que um empenho por *medidas nem tão sensatas – as mais subversivas e visionárias.*¹³¹

Hoje, a denúncia tem como alvo o “pensamento único”, o desaparecimento dos modelos de ruptura, a absorção da vanguarda artística na quermesse dos departamentos de cultura e dos museus. *A constatação procede:* tudo quanto ostenta um matiz de “transgressão”, radicalismo ou subversão tende a se dissolver na atmosfera difusa do consumo e da comunicação. Os hippies e os punks saíram de moda; a boemia e o inconformismo foram assimilados pela nova burguesia “conectada”; os livros subversivos são vendidos a preço de ouro; o luxo beira a provocação. (...) Mesmo admitindo que ainda há radicalismo, seria equivocado identificá-lo com as Grandes Recusas de outrora (anticapitalismo, anticomunismo, antidesenvolvimentismo), que, no contexto atual, emergem como uma retórica fantasiosa.¹³²

Porém, é preciso também ver que as posições de Fukuyama são a tentativa de “teorizar”, de dar uma expressão ideológica a um vetor muito importante da realidade contemporânea nas sociedades liberais ricas. Existe, realmente, evanescência do conflito social e político no interior dessas sociedades. Inútil falar da política “oficial”: tendo por base seus “programas”, quem pode distinguir na França os socialistas da direita, e nos Estados Unidos, os

¹²⁶ Ibid., p.30

¹²⁷ Ibid., p.31

¹²⁸ Ibid., p.35

¹²⁹ Ibid., p.39

¹³⁰ Ibid., p.40

¹³¹ Ibid., p.44

¹³² Lipovetsky, 2007, p.75-7

*republicanos dos democratas? Todos os partidos estão de acordo em considerar que a “política” consiste em administrar o sistema existente. Mais grave, porém, a própria população (e é condição do fenômeno precedente) se retirou de toda a atividade coletiva. Está mergulhada na apatia e no cinismo, naquilo que chamo desde 1960 de privatização. Nesse sentido, assistimos efetivamente há uns quarenta anos, não ao “fim da história” – expressão absurda, a menos que a humanidade se extermine a si própria nuclear ou ecologicamente – mas ao fim de um período da história do Ocidente, o período das grandes lutas emancipatórias que começam no final do século XVIII, alcançam certos resultados dos quais nos beneficiamos ainda hoje, depois se desviam de seu objetivo pela socialdemocracia e o lenismo-stalinismo, e entram finalmente em um período de maré baixa após a Segunda Guerra Mundial.*¹³³

A menos que haja um despertar, uma renovação da atividade política e social autônoma dos povos, a menos que o projeto de autonomia individual e coletiva se afirme novamente sob formas que levem em consideração a experiência dos últimos dois séculos, **a evolução provável não caminha**, como acredita Kojève, para um “esnobismo japonês”, mas, às espera de uma catástrofe ecológica, **para um conformismo generalizado (no qual, aliás, já nos encontramos)**, para uma nova Idade Média eletrônica. **Já, agora, não existem mais verdadeiras discussões**, mesmo no plano intelectual; e aquelas que são realizadas, diluem-se na indiferença geral ou ficam confinadas aos reduzidos meios de especialistas. *É isto o “fim da história”: é o fim desta história, da história moderna que fez do Ocidente o que ele é.*¹³⁴

A história costuma surpreender até mesmo seus estudiosos mais diligentes. Ninguém foi capaz de prever a rápida derrocada do sistema soviético em 1989 (...) A década de 1960 *explodiu* praticamente sem aviso prévio; os observadores, em sua maioria, haviam classificado os anos 50 como uma era de conformismo e apatia, e esperavam outro tanto. *Quem poderá garantir que o futuro não nos reserva surpresas semelhantes?*¹³⁵

As seqüências discursivas acima constroem uma concepção de política em relação a certos domínios de memória, opondo o significado que a política *teve* no passado ao que ela *tem* no presente, no momento da enunciação (*agora, hoje*). Essa imbricação entre temas

¹³³ Castoriadis, 1995, p.60-1

¹³⁴ Ibid., p.64

¹³⁵ Jacoby, 2001, p.235

É certo que não estamos respondendo a contento a pergunta de Jacoby, mas em meio à crise financeira iniciada em setembro de 2008, produziram-se e circularam enunciados que traziam marcas de pressuposição, assumindo como verdade a idéia de que, anteriormente, *a política estava ausente. Estava...* O título de uma coluna de Luis Carlos Bresser Pereira, publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, em outubro de 2008, era justamente: *“A volta da política”*. No texto, referia-se à declaração do presidente Lula na cerimônia em que recebeu o prêmio Don Quixote, segundo a qual este é momento da “volta da política e do Estado”. Em discurso anterior, proferido por ocasião da abertura da 63ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York, em setembro de 2008, Lula propunha que “é chegada a hora da política”: “As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que *é chegada a hora da política*. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas”. *“The period of Thatcherite deregulation is over. The state is back”* e *“We’re at the end of the end of history”* são enunciados *destacados* de um artigo de Anthony Giddens intitulado *“Recession, climate change and the return to planning”* (*New Perspective Quarterly*, vol. 26, winter 2009).

diferentes, que conectam a política à ideologia, à utopia, ativa os caracteres daquela política de outros tempos. Há, assim, na construção dos sentidos do político, uma “laboriosa gestão da memória”, para empregar a expressão de Jasmim.¹³⁶ Os sentidos são constituídos no interdiscurso, na sua relação com a vasta memória da política (pode ser a dos discursos sobre o maio de 68, sobre as revoluções, sobre os *sixties*, que participam da interpretação da situação contemporânea da política). Na esteira da definição de Pêcheux, a “memória” (qual memória? a memória não deixa de ser uma categoria também “discursiva”) vem restabelecer “o” sentido implícito da política “com P maiúsculo”. É possível perceber que as discursividades lidam, cada uma a seu modo, com um “passado”: os acontecimentos ou fenômenos sob análise se inscrevem no espaço da memória, aludem a outra forma de fazer política, e é essa relação que nos dá acesso aos sentidos de política estabilizados (algo como a *essência* da política) – pode-se dizer também que é a emergência de determinada memória que influi, aqui, na percepção das tonalidades dos discursos, do seu modo de enunciação, e do *ethos* do enunciador. Vamos explorar esse aspecto a partir do tema da *utopia*.

O fim da utopia conecta-se ao suposto *ocaso da política* enquanto expressões sintéticas que cristalizam uma visão comum, de ausência de projetos alternativos à configuração do mundo contemporâneo, de ausência de expectativas de transformação radical da realidade, de falta de imaginação política (outro tema conexo ao das utopias é o da impotência ou insuficiência da crítica contemporânea nos âmbitos intelectual e político): “a nossa experiência do mundo contemporâneo, globalizado, é a da repetição do mesmo, ou do retorno constante do mal. As utopias da aurora da modernidade abrem a possibilidade de se conceber um outro real possível, e desse modo contribuem para a constituição de um imaginário social em que o novo possa ser pensado. E isso não é pouco, nem para os homens dos séculos XVI e XVII, nem para nós, homens de hoje.”¹³⁷

A perspectiva utópica pode exercer sua função, que é a de jamais cair na esparrela de crer no fim da História. A forma hegemônica do capital atual, o financeiro, criou toda uma cultura, que vai da arte (o pós-modernismo) à teoria da História, que diz ser a forma atual insuperável e

¹³⁶ Cf. Jasmim, 2007, p.228

¹³⁷ Maria das Graças Souza, **Revista Sexta-feira**, n. 6, Utopia, 2001, p.4

definitiva. A utopia, como um ponto de vista sobre a História, diz que há sempre outra realidade por trás da atual.¹³⁸

[*Tem-se a impressão hoje de que o uso do termo “revolução” tornou-se proibitivo. Nessas circunstâncias, o que significa dizer-se ainda socialista?*] Acho que dificilmente alguém se arriscaria a empregar a palavra Revolução na sua acepção histórica original neste início do século XXI. A sensação prevalecente é de a Era das Revoluções se encerrou de vez, e com ela teriam se esgotado as energias utópicas do nosso tempo. Basta olhar para as expectativas rebaixadas no Brasil nos últimos anos e a opção preferencial de suas elites pela mediocridade, que a famigerada “utopia do possível” resume tão bem. Trata-se, é bem verdade, de uma anomalia, pois historicamente a mentalidade utópica sempre foi um sopro vital vindo de baixo, das camadas oprimidas da sociedade. Para os conservadores do século passado era a rebelião das massas que constituía uma ameaça à civilização; hoje ela vem do alto, é o mito neoliberal do mercado auto-regulado que trouxe de novo a peste ao mundo. Há quem fale em utopia a propósito desse fundamentalismo de mercado, pensando por certo na linhagem autoritária das utopias da ordem absoluta, muito embora a tirania do mercado seja a da mais completa e destrutiva anarquia. Mas com certeza o espírito da utopia que está nos interessando ver renascer é muito diferente desses e outros pesadelos passados. É bem verdade que uma dialética sinistra costuma converter impulso utópico no seu exato contrário, mas não se trata de uma fatalidade, longe disso, uma razão a mais para refinar nossa percepção histórica. Num livro recente, Russell Jacoby, justamente sobre o pretenso fim da utopia, procura demonstrar a lenda que atribui toda a violência política dos Tempos Modernos aos sonhos utópicos dos deserdados.¹³⁹

Em “*Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*”, Russell Jacoby (2007) refere-se a uma animosidade contra a utopia na contemporaneidade, a qual pode ser explicada por uma série de razões; entre elas, destaca duas principais: as interpretações dominantes e preconceituosas que associam a utopia aos regimes totalitaristas (e suas “paixões” nacionalistas, étnicas e sectárias); e a perda da força, da amplidão da imaginação na sociedade contemporânea, que se torna excessivamente “prática” e “realista”. “*Outrora, os estudantes sonhavam em curar as doenças da sociedade; agora – baseado nos meus alunos -, eles sonham em ir pra boas faculdades de direito*” (2007, p.217).

Hoje, todavia, a visão utópica esmaeceu e desperta pouco interesse. Na melhor das hipóteses, “utópico” é empregado como um termo abusivo, sugerindo que alguém não só não é realista, como também é favorável à violência. Apresento pelo menos três razões para o destino do pensamento utópico: o colapso, iniciado em 1989, dos Estados comunistas; a convicção amplamente difundida de que nada distingue utópicos de totalitaristas; e algo ainda mais difícil de

¹³⁸ Carlos Eduardo BERRIEL. Utopia, ou o melhor dos mundos num mundo distópico. Entrevista. **Jornal da Unicamp**. 28 nov. a 04 dez. 2005

¹³⁹ Entrevista com Paulo Arantes. **Revista Sexta-feira**, n.6, Utopia, 2001, p.213

pontuar, mas essencial: um empobrecimento crescente no que ser chamado de imaginação ocidental.¹⁴⁰

Hoje apenas os historicamente estúpidos acreditam ser urgente construir castelos no céu. **O idealismo esfuziante desapareceu há muito tempo.** Em uma época de emergências permanentes, mais do que nunca nos tornamos utilitaristas estritos, dedicados a consertar, e não a reinventar, o aqui e o agora.¹⁴¹

O autor questiona a interpretação dominante entre intelectuais (como Popper, Berlin, Arendt) de que a utopia leva tragicamente ao totalitarismo e à violência. Apresenta, assim, o preconceito antiutópico como “opinião geral”.

Em cerca de doze anos, constituiu-se **um consenso liberal antiutópico**, que não apenas se manteve como também ganhou forças a cada década que passava.¹⁴²

Apresentada por acadêmicos refugiados de grande reputação e reconhecida seriedade, ela triunfou. A sua crítica liberal tornou-se **a sabedoria convencional do nosso tempo**, ela condenou o utopismo como o açoitado da história.¹⁴³

Não obstante, **a opinião acadêmica convencional hoje** liga consistentemente genocídio e utopia, responsabilizando “utopistas”, como Stálin, Hitler e Mao, pelo banho de sangue do século XX. (...) os especialistas jogaram o comunismo, o nazismo e a utopia em um mesmo saco.¹⁴⁴

Numerosos analistas, entretanto, continuaram a alinhar utopismo, totalitarismo e nazismo: eis **a sabedoria de nossa época.**¹⁴⁵

O éthos antiutópico assolou todos os campos intelectuais. A utopia perdeu seus laços com visões fascinantes da harmonia e se transformou em uma ameaça. **A sabedoria convencional e acadêmica** associa as idéias utópicas com a violência e a ditadura. A validade história desse elo, no entanto, é duvidosa.¹⁴⁶

Atribuir assassinatos em massa aos esforços utópicos é **um consenso.**¹⁴⁷

No epílogo do livro, reflete sobre o desafio de conectar o pensamento utópico à política cotidiana:

¹⁴⁰ Jacoby, 2007, p.30

¹⁴¹ Ibid., p.9

¹⁴² Ibid., p.89

¹⁴³ Ibid., p.91

¹⁴⁴ Ibid., p.40

¹⁴⁵ Ibid., p.43

¹⁴⁶ Ibid., p.127

¹⁴⁷ Ibid., p.46

Ligar uma paixão utópica a uma política prática é uma arte e uma necessidade. Mas, com o estreitamento das alternativas políticas, isso pode ser mais difícil do que nunca; não obstante, eu acredito que possa e deva ser feito. Sem um impulso utópico, a política se torna pálida, mecânica e freqüentemente sisifista: ela conserta os vazamentos, um por um, enquanto os anteparos cedem e o navio afunda. (...) Uma política com direção utópica não precisa se limitar a exigências do tipo “Pare a guerra agora!” ou “Pare de matar!” - ou algo tão *chamativo* quanto isso.¹⁴⁸

No prefácio de “*O fim da utopia*” propôs um diagnóstico correlato, o de que “a política ficou chata”:

Durante os anos em que trabalhei neste livro, os grandes acontecimentos da política americana foram acusações de estupro no Exército, adultério na Aeronáutica e comportamento sexual na Casa Branca. Essas acusações seguiam-se a um julgamento sensacional em que uma celebridade do esporte era acusada de ter matado a mulher. É claro que tais fatos não esgotavam o noticiário. Mas os outros acontecimentos – como as mudanças das normas previdenciárias ou os processos contra fabricante de cigarros – não pareciam particularmente atraentes. A situação mundial – para optar por uma generalização audaciosa – não se tem mostrado mais interessante ou menos desalentadora, marcada, por um lado, pelos avanços em direção a uma União Européia, e, por outro, por fanatismo sanguinário e Estados em desintegração. É claro que se pode fazer uma lista de fatos positivos – um acordo de paz na Irlanda do Norte – ou negativos – a disseminação da AIDS na África. **Mas a política ficou chata**, o que não quer dizer benigna. (...) **Somos cada vez mais insistentemente convidados a escolher entre o status quo ou algo pior que ele. Não parece haver outras opções. Estamos na era da aquiescência (...)** **Em outras palavras: sumiu do mapa uma certa noção de utopia, a idéia de que o futuro pode transcender o presente.** Esta colocação pode facilmente ser mal interpretada, pois hoje em dia *utopia* tem conotações associadas a coisas irrelevantes ou a derramamento de sangue. (...) **Emprego o adjetivo utópico em seu sentido mais amplo e menos ameaçador: a crença de que o futuro pode superar fundamentalmente o presente.** Refiro-me à idéia de que a textura vindoura da vida, do trabalho e mesmo do amor pode assemelhar-se muito pouco à que hoje nos é familiar. Tenho em mente a noção de que a história contém possibilidades de liberdade e prazer ainda inexploradas. **Esta crença está morta e enterrada. Poucos são os que encaram o futuro como algo mais que uma réplica do presente – às vezes melhor, mas em geral pior. As conclusões mais acadêmicas sobre o fim do comunismo soviético ratificam as crenças mais viscerais sobre o fracasso do radicalismo. Surge um novo consenso: não há alternativas. E a sabedoria do nosso tempo, uma era de exaustão e recuo políticos.** (...) **A esperança de que o futuro será melhor que o presente acabou.** (...) A queda das taxas de natalidade não me preocupa, mas **o colapso dos horizontes e ambições intelectuais** sim.¹⁴⁹

O filósofo Jacques Rancière fala também de um “presente não muito alegre”:

A transformação dos mundos vividos é completamente diferente da elaboração de estratégias para a tomada do poder. Se há um movimento de emancipação, há uma transformação do

¹⁴⁸ Ibid., p.218

¹⁴⁹ Ibid., p.11-13

universo dos possíveis, da percepção e da ação, então podemos imaginar como consequência também um movimento de tipo revolucionário, de tomada do poder. ***É claro que estamos falando do passado, porque o presente não é muito alegre.***

CULT - Por que "o presente não é muito alegre"?

Jacques Rancière - ***O presente não é alegre porque não há esperanças fortes, digamos assim, que sustentem os movimentos existentes.*** Por exemplo, a recente greve das universidades, que criou algumas formas de manifestação, digamos, particulares: cursos na rua, no metrô, invenções para deslocar para o campo da sociedade como um todo o problema que atinge o ensino superior francês. Mas todas essas inovações foram completamente isoladas do ponto de vista da informação. ***O ano de 1968*** existiu em parte porque o rádio cobria profundamente o movimento estudantil, sabia-se tudo que acontecia, havia uma geração de jovens repórteres de rádio que fez circular as informações. ***Agora***, aconteceu o contrário. A mídia aprisionou o movimento universitário numa espécie de paisagem hostil, gente que não entendia, que dizia coisas alucinantes. O partido majoritário de direita (UMP) criou associações de pais de estudantes exigindo o reembolso das inscrições porque os estudantes não tiveram aula. Isso era impensável há dez anos. ***As forças da dominação e da exploração aumentaram consideravelmente seus meios de ação. Diante da crise financeira, não vimos nenhum discurso forte e sério contra o capitalismo***, só esses pequenos grupos e partidos anticapitalistas com as mesmas ideias de décadas atrás. ***Nada que trouxesse esperança, movimentos com ideias alternativas a uma concepção hegemônica confrontada com suas próprias contradições.***¹⁵⁰

Para que o desaparecimento da política (atualização última do “fim das ideologias”?) faça sentido ou corresponda à realidade objetiva, é necessária certa caracterização da contemporaneidade, com a "descrição" de "acontecimentos" de certo tipo; em função desta ancoragem temporal (ou do contexto histórico que é descrito), a tese faz mais ou menos sentido (impõe-se como uma evidência ou não). O mesmo acontece com as versões anteriores, conforme a contextualização realizada pelos autores que procuram restituir o acontecimento a suas origens. Não se trata de uma descrição objetiva da realidade, nem de um tempo empírico, crônico, mas de um tempo discursivo. Basicamente, os enunciados estabelecem referências baseadas no momento da enunciação (*hoje, agora*) e fora de contexto. Muitos enunciados são divididos, ou seja, constituídos em relação às descrições da situação presente e do passado. Duas cronografias são contrastadas. Também chama atenção na contraposição de tempos discursivos ou ideológicos a construção da *época da política, da utopia, da ideologia* como períodos *emocionais* ou *passionais*,

¹⁵⁰ Entrevista. **Revista Cult**, São Paulo, n°139, p.17-21, set. 2009

intensos, grandiloquentes, conflituosos (em contraposição ao desalento, a apatia, ao desânimo, ao tédio, ao consenso, à racionalidade da atmosfera contemporânea).¹⁵¹

Se voltarmos à narrativa de Jacoby (2001), as décadas seguintes a 50 – pelo menos até 1989 – foram de recuo da tese do fim das ideologias: “movimento pelos direitos civis, black power, protestos contra a guerra, lutas de libertação nacional, feminismo – o mundo parecia *encharcado* de revolução e ideologia” (p.21). Citamos a seguir outros enunciados que convocam representações *emocionais* da política:

Lo que solemos lamentar como una sociedad despolitizada, ¿no será más bien que no corresponde al tipo de liderazgo político al que estábamos acostumbrados, es decir, un liderazgo enfático y jerárquico, tendencialmente poco democrático? La desconfianza actual está en la lógica transformación de una sociedad que ha dejado de ser heroica y vive la política sin el anterior dramatismo. Desconfianza no equivale a indiferencia. Una cosa es que la democracia no suscite demasiado entusiasmo y otra que esa decepción pudiera significar desapego hacia nuestra forma de vida política. Que los periódicos o los partidos no nos gusten demasiado, por ejemplo, no quiere decir que aceptaríamos su supresión. ***La desacralización de la política no significa que nos dé todo igual. Lo que nos pasa es que tenemos hacia ella un afecto desprovisto de pasión y entusiasmo.*** No es verdad que la gente haya dejado de interesarse por la política ...¹⁵²

A nova sociedade nem sempre nasce da dor. (...) A maior participação das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, é bem-vinda e encorajada por todos os partidos políticos, pelo menos aparentemente, mas também causa uma revolução na lenta marcha das ordens ocupacionais, políticas e privadas convencionais. A flexibilização temporal e contratual do trabalho assalariado também tem sido reivindicada e modernizada por muitos, mas em resumo rompe as velhas linhas limítrofes entre o trabalho e o não trabalho. **Exatamente porque essas pequenas medidas com**

¹⁵¹ Em nossa incursão pela “literatura política” de Tariq Ali, destacamos o protagonista Vlady, “comunista dissidente da Alemanha Oriental”, do romance *Medo de Espelhos*, que recorda com melancolia um período cheio de sonhadores e utopistas, em que pessoas tinham pensamentos grandiosos. Citamos aqui dois trechos do livro: um, em que Vlady narra ao filho certa passagem da vida de seu pai, um agente do serviço secreto soviético na Europa; o outro corresponde à carta que Karl, filho de Vlady, “jovem socialdemocrata pragmático e eufórico com as benesses capitalistas da Alemanha reunificada”, escreve ao pai (Para uma análise do romance, cf. Hardmam e Löwy, *Crítica Marxista*, n.21, 2005, p.167-172).

“Krystina os recrutou todos para a causa do socialismo internacional. Foi surpreendente a rapidez com que mudaram a sua visão de Viena e do mundo. Ela lhes ensinou a não aceitar a vida como era, mas a lutar contra cada injustiça com os próprios punhos. No manual dela não constava essa coisa de fato consumado. Tudo podia e devia ser mudado. [...] Infundiu em suas vidas um sentimento dramático, a noção de que não eram apenas indivíduos, mas atores com papel a desempenhar na história. ***Isto soa grandiloquente no nosso mundo de hoje, mas não foi sempre assim***, e é o que a sua geração quer esquecer.” (2000, p.19)

[Carta de Karl a seu pai] “Não o recrimino por suas recordações e seu passado, meu pai, mas, por favor, não me recrimine por meu futuro. ***Não quero utopias***. Quero uma vida tranqüila, um governo decente, uma mulher que eu ame e que me ame, dois filhos, um sistema de transporte público que funcione e uma boa bicicleta – nessa ordem. ***Entediante?*** Talvez, mas eu prefiro esse tédio e viver uma existência comum a ter muita ***animação*** e ver milhões de pessoas morrendo. A razão deve prevalecer sobre o dogma e ideologia. Recuso-me a competir por uma história que destrói histórias “menores”. (2000, p.158)

¹⁵² Daniel Innerarity. Elogio de la desconfianza. *El País*, Opinión, 02 jan. 2008.

grandes efeitos cumulativos não surgem de maneira espalhafatosa, por meio de votações controvertidas no parlamento, antagonismos político programáticos ou sob a bandeira da mudança revolucionária, a modernização reflexiva da sociedade industrial ocorre silenciosamente, por assim dizer, despercebida pelos sociólogos, que, sem questionar, continuam a coletar dados de acordo com as antigas categorias.¹⁵³

Esta construção *hiperbólica* (na representação do *tempo da política*) não é diferente da construída pela narrativa de Zuenir Ventura em “1968 – o ano que não terminou” (2008). O autor descreve o período no Brasil e no mundo como “um tempo apaixonado e apaixonante” (p.17), como “tempos de exaltação” (p.161). Assim, constrói-se uma espécie de cronografia fundadora da época, cujos traços (alguns) são hoje evocados ou rememorados pela crítica contemporânea à política. A representação do ano de 1968 assume, às vezes, a condição de marco, de contraponto à *atmosfera* política na contemporaneidade (de *desinteresse*, de *desengajamento*).

As descrições da conjuntura opõem velada ou abertamente uma cronografia retrospectiva, de 68, e uma do tempo presente, que autorizam os seus diagnósticos parciais de *mutação da política* (ou daqueles seus aspectos mais proeminentes: a utopia, a confrontação, o entusiasmo...).

Acerca dos debates políticos em 68 no Brasil, Zuenir Ventura destaca a oposição entre dois movimentos: o reformismo (que aparecia como a atitude dominante na década de 50) e a revolução, cujos representantes, no primeiro caso, viam a revolução como um lento processo, e no segundo, a entendiam como ruptura violenta: “classificavam-se as pessoas como se classificam os torcedores: ‘fulano é revolucionário, fulano é reformista’; ou melhor, ‘fulano é esquerdista, porraloca’; ou, ao contrário, ‘partidão, conciliador’” (p.61). O termo “reformista” assume no contexto de 68, época favorável ao radicalismo, uma conotação negativa – “ser chamado, pelos adversários, de ‘conciliador’, na época, uma ofensa” (2008, p.67). Assim, duas “atitudes” se chocavam, podendo-se depreender do trecho abaixo alguns dos traços de caráter associados aos dois grupos, revolucionários e reformistas. Estas referências também compõem a representação de 68, antípoda do tempo a partir do qual a enunciação se desenvolve.

¹⁵³ Beck, 1997, p.13

Ser revolucionário era uma moda *in*, ser reformista era *out*. O vestibular para ingresso na modernidade exigia uma boa nota em radicalismo. “Eles estavam mais sincronizados com o tempo”, reconhece Teresa Aragão, falando agora de seus adversários *in* de então (...) “Quanto mais radical você fosse, mais interessante você era, mais incomum, mais invulgar”, confirma o reformista Flávio Rangel. Flávio sofreu muito nas assembleias porque, embora não fosse do Partidão, fechava quase sempre com suas posições, em nome da *sensatez* e do *realismo*. Por isso, o diretor da moda não era ele (...) mas o radical José Celso Martinez Corrêa, e não tanto pelo seu indiscutível talento, mas por seu extremismo político.¹⁵⁴

Em outro momento da narrativa, o autor se pergunta: “Se o PCB tinha posições assim tão *sensatas*, por que não se impunha como força política hegemônica? Por que, ao contrário, perdia todos os embates com a esquerda radical?” (p.66), para, em seguida, explicar que: “para uma juventude *inflamada de paixão revolucionária*, a *prudência* não era a melhor companheira de viagem” (p.66); “o clima reinante propiciava a *exaltação*. O *radicalismo* estava em alta”.

Quando se compara o clima do período, tal como caracterizado nos textos como de radicalismo e paixão, confrontação etc., com o presente, observa-se que o que se perdeu foi esse *excesso*, essa *ênfase*. Em “1968 – O que fizemos de nós” (2008), Zuenir organiza, em forma de verbetes, uma lista daquilo que “terminou”: comunismo, o que movia os jovens, as passeatas, as certezas etc.; e do que “não terminou”: o capitalismo, o sonho, a guerra, o anticomunismo; e do que “mudou” em relação àquele tempo: Che Guevara, o interesse pela política. “*Outra mudança radical em relação a 68 é o desinteresse pela política*” (p.19).

[verbeta] O que movia os jovens – Rebeldia, contestação, militância política, uma causa, impaciência, voluntarismo, onipotência são categorias que não freqüentam mais o universo da juventude. Foram substituídas por fenômenos como a inapetência política e a chamada anomia, ou ausência de regras. Com o fim da história, a descrença nas ideologias e a ausência de modelos, os jovens urbanos dos anos 2000 se voltaram para si mesmos. Cuidam mais do bem-estar próprio do que dos outros. A música eletrônica e as festas raves são a sua diversão, e a internet, sua ocupação permanente.¹⁵⁵

[verbeta] Passeatas – Colocar 100 mil ou mesmo 50 mil pessoas nas ruas para uma manifestação a favor ou contra qualquer coisa é praticamente impossível. Como forma de pressão, elas foram substituídas pelos e-mails, ou seja, pelas “passeatas virtuais”. Inspirada no que foi feito em Washington, em 2003, uma “caminhada virtual rumo a Brasília contra a corrupção” chegou a ser organizada. Para

¹⁵⁴ Ventura, 2008, p.61

¹⁵⁵ Ibid., p.110

percorrer os 1012 km de São Paulo à capital federal, foram precisos 506 mil participantes, já cada um representava 2m do percurso. Hoje, só os gays põem multidões para marchar.¹⁵⁶

Os entrevistados pelo jornalista, muitos são personagens da época, são convidados também a elaborar um quadro comparativo entre o presente e o passado, apontando o que mudou em relação a 68.

“Não podendo mudar o mundo, tentamos mudar o corpo, o único espaço que restou à utopia, à criação. As utopias corporais substituíram as utopias sociais”. (Francisco Ortega, professor do Instituto de medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro)¹⁵⁷

O mercado, que era execrado, é **hoje** aceito como a medida de todas as coisas. A cultura de massa, **antes** desprezada pela academia por aviltar o gosto e homogeneizar os padrões, **passou a ser** respeitada até pela alta cultura. **O confronto político, tão exaltado então, foi substituído pela negociação, pelo consenso e por discutíveis concessões morais (...)** Pesquisas revelam que eles [os jovens] **saem mais tarde de casa, buscam o sucesso profissional e se acomodam ao sistema.** Estão mais caretas que seus pais.¹⁵⁸

Alguns personagens de 1968 – o ano que não terminou também respondem no final deste livro. É possível que esse tipo de pergunta [“Afim, 1968 terminou ou não terminou? O que ficou dele?”], querendo respostas binárias, seja em si mesmo uma característica **daquela época maniqueísta, que só admitia o sim ou o não, nunca o sim e o não. Finda a era das certezas ideológicas, vivemos tempos de ambigüidade, do bem convivendo com o mal, do sim com o não,** de um futuro em que nada está garantido, nem a existência do planeta.¹⁵⁹

A análise de Renato Janine Ribeiro sobre “1968 – O que fizemos de nós”, segundo a qual o livro seria “um tanto melancólico”, e a reação de Zuenir, que se diz “um otimista”, por um lado, instiga o analista de discurso a buscar, nos enunciados, além do que é dito, do conteúdo em si, as tais marcas de “melancolia” ou de “otimismo” (que não são do autor, do “Zuenir”); por outro, reforça a percepção de certa estabilidade nas formas de se relacionar com este tipo de abordagem crítica a certos aspectos do mundo contemporâneo, configurados segundo cronografias contrapostas (referências ao passado, evocação da memória, vocabulário estereotípico). Reproduzimos na seqüência o texto publicado no jornal *Folha de S.Paulo* sobre essa controvérsia entre autor e leitor:

¹⁵⁶ Ibid., p.112

¹⁵⁷ Ibid., p.41-3

¹⁵⁸ Ibid., p.101

¹⁵⁹ Ibid., p.105

"Continuo um otimista", diz Zuenir

Autor nega em debate na *Folha* que exista melancolia em "1968 - O que Fizemos de Nós" na comparação com livro de 20 anos atrás

Renato Janine Ribeiro diz que protagonistas de 68 dão, hoje, a impressão de que "tudo o que havia para ser feito já foi feito"

O professor de ética e filosofia política da USP Renato Janine Ribeiro veio com a provocação: "Zuenir, achei seu livro novo um tanto melancólico". Foi a deixa para o jornalista Zuenir Ventura, que acaba de lançar "1968 - O que Fizemos de Nós" (Planeta), rebater: "Continuo um otimista incorrigível".

Foi entre dois extremos de interpretação sobre o ano bissexto que se tornou sinônimo da rebeldia juvenil que transcorreu o debate realizado na última terça no auditório da *Folha*. Integraram a mesa ainda os jornalistas Roberto D'Ávila e Mário Magalhães (mediador).

(...)

Janine vê uma nota de melancolia nos depoimentos dos "meia-oitos" entrevistados por Zuenir no livro recente, em oposição à "vida" que aparecia no de 20 anos atrás. "Achei o segundo livro pesado. No primeiro, as pessoas que fizeram 1968 ainda eram jovens, cheias de vida, a coisa toda era muito viva. Em 2008, parece que tudo o que havia para ser feito já foi feito. Os protagonistas de 68 dão a impressão, hoje, de que aquilo tudo foi arrematado."

O jornalista Roberto D'Ávila discordou. Lembrou um almoço que teve um dia antes do ataque às Torres Gêmeas, no 11 de Setembro, com o arquiteto Oscar Niemeyer. "Eu reclamava de que nada mais acontecia, que estava tudo chato. E, no dia seguinte, no entanto..." Segundo D'Ávila, "nada foi arrematado, e morreu aquele papo de que a história acabou".

"Desdobramentos vivos"

Zuenir Ventura disse ter ficado "chocado" ao escutar que seu livro poderia ser lido por um registro melancólico. Segundo ele, os movimentos feminista, negro, homossexual e ambientalista são desdobramentos vivos de 1968.¹⁶⁰

O elemento da textualidade que pode dar concretude a esta percepção de melancolia ou pessimismo pode ser o léxico mobilizado nas caracterizações contrastantes do presente e do passado. O que ocorreu nessa passagem temporal foram *substituições*, *ausências* (indicados no vocabulário e em construções sintáticas) de certos elementos que são identificados à política.

Os textos do corpus, de maneira explícita ou dissimulada, indicam qual é "a" política, a do presente ou a do passado, quando remontam a uma memória. Portanto, acionam uma forma, ou um exercício da política, não qualquer um, seja para se opor, seja

¹⁶⁰ *Folha de S.Paulo*, 22 maio 2008.

para constatar o seu fim, seja para reivindicá-lo, com mais ou menos ênfase, como legítimo. Não se opõem a qualquer um, tampouco reivindicam ou anseiam o retorno de qualquer política. Uns se opõem à política contemporânea rememorando o passado; outros rememoram o passado para justificar a legitimidade do estado atual da política e não a sua ilegitimidade ou falência.

O “Maio de 68” nas discursividades sobre o fim da política constitui uma espécie de “lugar discursivo” (nota-se que existe uma disputa entre representações do maio de 68, entre diferentes interpretações do acontecimento; o trabalho da historiadora Kristin Ross aborda, por exemplo, aquilo que seria a despolitização do movimento, a sua presença na mídia como um evento cultural, festivo, ao invés de político)¹⁶¹.

É particularmente interessante compreender o que a analista Alice Krieg-Planque (2003, 2006) propõe a respeito da noção de “lugares discursivos”. Resumidamente, o que se depreende é que a idéia de lugar discursivo está vinculada às noções de polêmica e controvérsia. São “zonas” de “cristalização discursiva”, nas quais a polêmica se instala. Em entrevista à revista *Semen*, Krieg-Planque (2004) é questionada justamente sobre a heterogeneidade dos lugares discursivos (textos, palavras de ordem, designantes, números etc.) e sobre a proximidade deste conceito da noção de fórmula. Assim, a analista define os lugares discursivos:

No plano formal, eles podem ser textos (ou, mais frequentemente, o que há neles, como o título, por exemplo), unidades lexicais simples ou complexas (aqui estamos nas categorias lexicológicas “clássicas”, por assim dizer), associações léxico-sintáticas (por exemplo, a associação “não poder dizer que sabe”, realizada em formulações como “*Não podemos dizer que não sabemos*” ou “*não se pode dizer, no entanto, como há cinquenta anos: ‘A gente não sabia’*”), ou, eventualmente, datas (por exemplo, 28 de junho – de diferentes anos – é convocado como elemento articulador em muitas narrações da história iugoslava), ou números (fui levada a destacar o número 200 000, que se encontra em diversos pontos da narrativa da história iugoslava). No plano de suas funções no discurso, esses lugares discursivos podem fazer o papel de textos-chave, de provas autenticadoras, de índices de historicidade, de slogans, de palavras de ordem, de designantes ou, ainda, de fórmulas. É assim que uma fórmula é vista como uma categoria particular de lugar discursivo. Assim é que é possível apoiar-se na noção de lugar discursivo para fazer a análise do que se chama comumente de “pequenas frases” (como a de Mitterrand, em

¹⁶¹ ROSS, K. *May’68 and its afterlives*. The University of Chicago Press, 2002.

1982, que você evocou - “*acrescentar guerra à guerra não resolve nada*” – e que eu de fato estudei), um canteiro de trabalho apaixonante e que me encoraja a percorrer ao mesmo tempo a vida política e os funcionamentos midiáticos.¹⁶²

D acordo com Krieg-Planque, os autores “af” (nos lugares discursivos) se situam para tomar uma posição (proferir um discurso) sobre um assunto. Segundo a autora, são pontos de ancoragem, para o proferimento de um discurso, que têm materialidade discursiva. Também, segundo relata Krieg-Planque, esses pontos são compartilhados, cada um dos locutores os maneja de uma maneira própria, de acordo com sua posição político-ideológica, partidária etc.

Em seu trabalho sobre a cobertura midiática da guerra da Iugoslávia, Krieg-Planque (2003) identifica uma série de textos (alguns institucionais, produzidos pela Academia de Ciência e artes de Belgrado, outros por políticos iugoslavos) da década de 80, que passam sistematicamente a ser mencionados, citados na cobertura jornalística no momento da descoberta dos campos sérvios de prisioneiros. Alguns, interpretados como apelo ao ódio racial, comportariam o germe do futuro conflito. Alguns comentadores enxergam em tais textos a matriz doutrinária do projeto sérvio de purificação étnica. Em um dos textos representativos do discurso nacionalista sérvio aparece a expressão “purificação étnica” como expressão de outrem, atribuída pelos sérvios aos albaneses do Kosovo. Outro texto, pertencente ao espaço iugoslavo, *Déclaration islamique*, acusado de propor a construção da Bósnia como um “estado islâmico etnicamente puro”, é mencionado (ou retomado) pela narrativa midiática de diferentes maneiras segundo os seus locutores. Para os partidários dos nacionalistas sérvios, o texto aparece como prova de que os muçulmanos da Bósnia são fundamentalistas e representam uma ameaça para a Europa, porque querem instalar no continente um Estado islâmico (segundo Krieg-Planque, trata-se da tese dos nacionalistas sérvios: do perigo eminente de um estado islâmico na Europa). Para outros, este texto ou documento é um objeto difícil, embaraçoso, cuja significação é incerta.

¹⁶² “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. **Linguasagem**, ed.06, mar.2009. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista_akp.php. A entrevista pode ser acessada na sua versão em francês no endereço <http://semen.revues.org>.

Basicamente, a autora investiga os modos como estes textos provenientes da tradição iugoslava circularam na imprensa francesa (como foram citados, comentados, quais excertos ou fragmentos foram destacados, como foram compreendidos, interpretados). Trata-se de textos que adquiriram o estatuto de “textos-chave” para a compreensão do conflito, de suas origens (apreciação da qual Krieg-Planque discorda). Para a autora, o que fez com que adquirissem tal status foi a circulação de comentários sobre eles (a maioria equivocados) no espaço público. Foi o que produziu esse efeito de simetria entre os textos (com origens e representatividade tão díspares). Em geral, estes textos demonstraram a complexidade da questão nos Bálcãs, dividindo a responsabilidade pelas tensões entre as várias etnias. Um livro, publicado durante o conflito (em 1993), propôs outra tese, a de que a guerra tem uma origem unilateral, na tradição da ideologia sérvia (a purificação étnica seria uma prática tradicionalmente reivindicada pelo povo sérvio). Este texto forneceria elementos de prova da existência de uma ideologia sérvia de purificação étnica (de uma doutrina explícita). A expressão “purificação étnica” é atribuída a um corpus doutrinário sérvio, é uma formulação própria dos nacionalistas sérvios. Da análise da autora deste lugar discursivo, podemos depreender que a mídia francesa não fica indiferente aos textos: são julgados e apreciados e investidos de significações conforme os lugares sociais determinados (além de constituírem a narrativa do conflito).

Outro lugar discursivo no discurso midiático sobre a guerra são os sintagmas que funcionam como designantes (descrições definidas) e que também cristalizam uma posição discursiva. A maneira de designar os atores do conflito constitui uma questão problemática; é nessa ação de designar (referir), realizada pelo verbal, que se toma posição sobre o conflito. Para Krieg-Planque, o discurso sobre o conflito (a narrativa da guerra) é estabelecido, construído, erigido a partir destes (e de outros possivelmente) lugares discursivos (textos, datas, palavras de ordem, designantes); é sobre tais índices materiais que as atenções dos comentadores se voltam (são estes índices materiais que sublinham, enfatizam).

Pode-se pensar que constituem lugares de clivagem (daí, seu caráter problemático ou polêmico). Sobre eles incidem, se desenvolvem vários discursos; são índices que marcam a tomada de posição do sujeito (a sua filiação política, ideológica, discursiva). O

modo como os comentadores do conflito tomam partido, se posicionam sobre o vocabulário é revelador de sua posição política, em sentido amplo, e mais restritamente de sua opinião sobre o conflito. Sua escolha lexical é propriamente sua reflexão acerca da propriedade ou não desse vocabulário, a explicitação da motivação, das razões, que podem ser as mais diversas, pelas quais se aceita ou recusa tais palavras, tais ou tais formas de designação, referenciação.

“68” pode representar, aqui, um lugar discursivo, porque se torna objeto de disputa quanto à administração da sua “memória”, em relação aos seus resultados no domínio político: Castoriadis, por exemplo, em texto de 1986, rejeita a apresentação (a construção social de uma memória) do Maio de 68 que apaga ou dissolve a dimensão ou a natureza política do movimento. O mote de sua crítica é propriamente o livro “Pensamento de 68”, que reúne os autores cujos escritos teriam influenciado o movimento. Castoriadis contesta ou não vê nenhum sinal da influência destes autores (Althusser, Lacan, Foucault) afirmando que o sucesso ou notoriedade destes ideólogos foi, na realidade, posterior e coincide com o fracasso do movimento, ou seja, na perspectiva de Castoriadis, estes autores justificam as “limitações” do movimento.

O que os ideólogos fornecem com atraso é, ao mesmo tempo, uma legitimação dos limites (das limitações, ou melhor, das fraquezas históricas) do movimento de maio – vocês não tentaram tomar o poder e vocês tinham razão; vocês nem mesmo tentaram constituir contra-poderes e, mais uma vez, vocês tinham razão, pois quem diz contra-poder diz poder, etc. – e uma legitimação da retirada, da renúncia, do não engajamento ou do engajamento pontual e medido: de toda maneira, a História, o sujeito, a autonomia, não são mais do que mitos ocidentais. Esta legitimação será de resto rapidamente substituída pela canção dos “novos filósofos”, a partir de meados dos anos 70: a política visa o todo, logo ela é totalitária etc.¹⁶³

Segundo o autor, existe uma sintonia fina entre “a ideologia da morte do sujeito, do homem, da verdade, da política, etc., e os estados de espírito, o humor, o *mood*, que se seguiram ao fracasso do Maio e a decomposição do movimento” (2002, p.35). Castoriadis refere-se ao desengajamento da sociedade: “Os ideólogos discutidos por Ferry e Renaut são os ideólogos da impotência do homem diante de suas próprias criações; e é o sentimento de

¹⁶³ Castoriadis, 2002, p.35

incapacidade, de desânimo, de cansaço que eles vieram legitimar após 68.” (2002, p.36). Citamos, a seguir, enunciados representativos das divergências interpretativas sobre o maio de 68 que aparecem nos textos que constituem o corpus da pesquisa:

Pode-se considerar esperteza demonstrar que *o “sentido” de Maio de 68* foi, em definitivo, a expansão das vendas de fitas de vídeo pornô. Talvez menos divertido, porém mais fecundo, é ver em Maio e nos movimentos dos anos 60 as promessas enormes que a época contemporânea contém virtualmente e a dificuldade imensa que experimenta a humanidade moderna em sair da idiotice, em se politizar, chegar à conclusão de que se ocupar de seus negócios (coletivos) poderia ser seu estado habitual e normal.¹⁶⁴

A *“interpretação” de Maio de 68* em termos de preparação (ou de aceleração) do “individualismo” contemporâneo constitui uma das mais extremadas tentativas que eu conheço – levando em conta a incontestável boa fé dos autores – de reescrever, a despeito de toda verossimilhança, uma história que a maioria de nós vivenciou, de alterar o sentido dos acontecimentos quando eles estão, se posso assim me expressar, ainda quentes. (...) A verdade das semanas de confraternização e de solidariedade ativa, quando se dirigia a palavra a qualquer um na rua sem ter medo de passar por louco, quando qualquer motorista parava para dar carona, *não teria sido mais do que egoísmo hedonista*. “Fale com seus vizinhos”, slogan escrito sobre os muros em Maio de 68, estaria preparando dissimuladamente o isolamento moderno dos indivíduos na sua esfera privada.¹⁶⁵

Do mesmo modo, ninguém dúvida de que **maio de 1968**, com sua mobilização de massa e sua “tomada de palavra”, tenha sido a mais significativa de todas as resistências macroscópicas no deserto das metrópoles. A informação era substituída pelos grupos nas ruas e pelos grafites, o aumento do nível de vida, pela utopia de uma outra vida; as barricadas, as “ocupações” selvagens, as discussões intermináveis reintroduziam o entusiasmo no espaço urbano. *Porém, ao mesmo tempo, como deixar de ver aí a deserção e a indiferença que trabalham o mundo contemporâneo?* “Revolução sem finalidade”, sem programa, sem vítima nem traidor, sem enquadramento político, maio de 1968, a despeito de sua utopia viva, permanece um movimento laxista e descontraído, a primeira revolução indiferente, prova de que não há de desesperar no deserto.¹⁶⁶

Mesmo os últimos sobressaltos da revolução testemunham essa suavização do conflito social. Vejamos **maio de 1968**. As discussões que se abriram sobre o teor do movimento são significativas nesse sentido: revolução ou happening? Luta de classes ou festa urbana? Crise de civilização ou bagunça? A revolução se torna irresoluta, perde seus parâmetros de identidade. **De um lado, maio de 1968 se inscreve sempre nas pegadas do processo revolucionário e insurrecional: barricadas, enfrentamentos violentos com as forças da ordem, greve geral. Do outro lado, o movimento não é mais levado por nenhum objetivo global, político e social. Revolução sem projeto histórico, maio de 1968 é uma sublevação cool sem morte, uma “revolução” sem revolução, um movimento de comunicação tanto quanto um confronto social. Os dias de maio, para além da violência das noites quentes, reproduzem menos o esquema das**

¹⁶⁴ Ibid., p.37

¹⁶⁵ Ibid., p.28

¹⁶⁶ Lipovetsky, 2005, p.26-27

revoluções modernas fortemente articuladas ao redor de objetivos ideológicos do que prefiguram uma revolução pós-moderna das comunicações. (...) Sem dúvida, todas as revoluções suscitaram verdadeiras inflações de discursos, mas em 1968 a revolução se livrou do seu conteúdo ideológico pesado; na verdade, não se tratava mais de tomar o poder, de apontar os traidores, de traçar linhas separando os bons e os maus; tratava-se, pelo viés da expressão livre, da comunicação, da contestação, de “mudar a vida”, de libertar o indivíduo das mil alienações que diariamente pesam sobre ele, desde o trabalho até o supermercado, da televisão à universidade. (...) a revolução sangrenta foi substituída pela revolução “aberta”, multidimensional, transição quente entre *a era das revoluções sociais e políticas* – em que o interesse coletivo vem antes do interesse dos particulares – e *a era narcísica, apática e sem ideologia*. (...) Se a revolta libertária dos anos de 1960 ainda era “utópica”, portadora de valores, nos nossos dias as violências que inflamam os guetos se destacam de todo projeto histórico (...) Uma violência *hard*, desencantada.¹⁶⁷

Enfim, as condições de formação do discurso, descritas nos autores nos moldes propostos por Courtine, não recuperam necessariamente o paradigma de conhecimento que engendrou tanto o fim da política quanto o seu declínio como discurso, porque não historiciza as categorias de pensamento ou conceitos que sustentam estas afirmações dispersas e diversas de fim e de declínio da política.

Esta é, propriamente, a outra abordagem das condições de produção do discurso, que nos permite compreender, de outra perspectiva, por que o discurso “atual” do declínio da política é também, para alguns de seus comentadores, “conservador” – não mais porque reatualiza discursos anteriores sobre o fim das ideologias, e da história, via de regra proferidos pela direita, em momentos de fragilização da esquerda; ou porque recua no tempo, *nos sixties*, para recuperar caracteres da política ausentes na contemporaneidade conforme as descrições da conjuntura do presente confirmariam. Neste outro sentido de “conservador”, as condições de produção (ou CPs) também extrapolam a correspondência tradicional entre o que é dito e lugares sociais descritos segundo categorias sociológicas tradicionais ou por meio de caracterizações sociais destes lugares.

Neste caso, trata-se de buscar as bases epistemológicas para a formulação do discurso do declínio da política para então compreender por que certa crítica contemporânea retomaria este discurso anterior.

¹⁶⁷ Ibid., p.185-188

Em nosso artigo de qualificação Geral, para analisar a temática do declínio da política, recorreremos a Reinhart Koselleck e a uma análise comparativa de autores como Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Zygmunt Bauman, para compreender por que as discursividades contemporâneas se conectariam à crítica política nestes autores. Em outras palavras, trata-se de compreender como determinada crítica contemporânea à política tem como um de seus campos de possibilidade a crítica à modernidade tal como elaborada, com variações, nestes autores, que ocupam lugar de destaque nas ciências sociais contemporâneas.

O trabalho de Koselleck, além de mostrar a separação da política da Razão, e sua decorrente ilegitimidade por conta da parcialidade, autoriza certa leitura dos outros autores: a de que há uma matriz iluminista na compreensão das relações entre o público e o privado, a noção de crise da política e o movimento da crítica em Arendt, Habermas e Bauman.

Este outro modo de compreensão das CPs, em certo sentido, mostra uma espécie de controle de sentidos exercido sobre esta temática. O sentido não é unívoco, mas não pode ser qualquer um, pois há uma discursividade que o afeta. Por exemplo, as expressões destacadas nos enunciados, por corporificarem um discurso, circulam e, dependendo do lugar que delas se apropria, assumem um ou outro sentido, mas essa polissemia não é aberta, infinita, ela é controlada pelo interdiscurso (o conceito de referente social que mencionamos aqui ligeiramente pode dar conta desta idéia de controle ou estabilização de sentidos heterogêneos). Estas outras CPs historicizam estes diversos discursos em termos de sua origem epistemológica ao invés de institucional (no sentido mais raso).

Para compreender as “condições de possibilidade” e de existência da crítica à política através do tempo, é preciso recuar na história. Em algumas abordagens, esse recuo localiza um ponto de origem para a “crise” da política no século XVIII, quando a política é identificada, pela crítica iluminista, ao Estado absolutista e a sociedade se separa do Estado e se cria uma tensão permanente entre os dois. No período do Iluminismo, estas esferas passam a ser percebidas como antagônicas. O estabelecimento de uma “polarização” entre Estado e sociedade, entre público e privado está no cerne da crise política tanto em relação à modernidade quanto à contemporaneidade. Nestes dois momentos, a divisão entre público e privado permanece como normatividade e orienta os julgamentos do estado da política.

Ao examinar o discurso crítico, que decorre das práticas sociais na esfera privada, na qual a elite burguesa é livre para se organizar social e economicamente, sem a interferência do Estado, o historiador alemão Reinhart Koselleck (1999) narra o processo de formação da sociedade civil e da idéia de opinião pública, ou do que, mais tarde, Hannah Arendt ([1958] 2008) chamaria de “esfera social”, e Jürgen Habermas ([1962] 2003) de “esfera pública”.

Propomos mostrar em que medida esta “separação”, ou redefinição das relações entre esfera pública e privada, orienta a produção teórica da crítica à política na modernidade (e ainda na contemporaneidade). Trata-se de conferir sentido à afirmação de Koselleck (1999) de que “a herança do Iluminismo ainda é onipresente” (p.160). Digamos que a crítica à modernidade e uma parte da crítica contemporânea à política “atualizam” o conceito de crise política originado no Iluminismo. Chamamos a atenção para uma questão que não é central, por ora, nesta discussão, mas que permeia toda a compreensão histórica da atividade política, que é a questão do conflito. O Estado absolutista constituiu-se em uma alternativa política à guerra civil, no caso, às divisões religiosas, assim como a crítica iluminista, amparada na filosofia da história, em relação às disputas políticas por posições de poder. Trata-se, no fundo, de maneiras distintas de controlar e obscurecer a diversidade, os confrontos abertos de opinião (a dissensão) em sociedades divididas, de forjar critérios de estabilidade para a gestão das questões públicas, justificando, assim, a marginalização, a depreciação das opiniões e dos agentes entendidos como opostos à ordem estabelecida.

Koselleck (1999), portanto, nos fornece uma interpretação das bases históricas para a compreensão de uma mudança sensível no estatuto da política, que assume uma conotação negativa (mudança observada desde a antiguidade), que explicaria as múltiplas formas de desengajamento da sociedade da política e de afastamento de atores das decisões políticas. Optamos por essa interpretação como um ponto de partida, uma base para o entendimento dos estágios da formação e do desenvolvimento dos conceitos de crítica e crise no Iluminismo e na contemporaneidade.

A origem da crítica e da crise política

Em “Crítica e crise” (obra publicada em 1959), Koselleck (1999) associa a crise do Absolutismo ao efetivo exercício da crítica iluminista. O esforço do autor é o de explicitar a conexão interna entre a *crítica*, tal como praticada pela intelectualidade burguesa na época, e a *crise* do Estado absolutista. Na perspectiva de Koselleck, há uma forte conexão entre a crítica iluminista e a concepção da crise da política na modernidade.

O fato de que a conexão entre a crítica praticada e a crise emergente tenha escapado ao século XVIII – não se encontrou nenhuma prova literal de uma consciência desta conexão – conduziu à presente tese: o processo crítico do Iluminismo conjurou a crise na medida em que o sentido político dessa crise permaneceu encoberto com o recurso à moral e ao curso inexorável da história. (KOSELLECK, 1999, p.13)

Antes de destrinchar a crítica iluminista em relação a seus fundamentos, Koselleck trata das estratégias de justificação do Estado absolutista (contra as quais, posteriormente, a crítica iluminista irá se constituir; portanto, desencadeadoras da crise futura da política). Basicamente, a crítica iluminista irá questionar a *autonomização* da esfera política em relação à moral, ou seja, o próprio fundamento do Estado absolutista.

O modelo do Estado absolutista responde às necessidades de estabilização dos conflitos entre grupos e partidos religiosos. Estabilidade que, neste contexto de guerra civil, somente seria restaurada se a moral religiosa fosse subordinada à política, ou seja, se a diversidade ou o desacordo fossem controlados por meio de um consenso em torno de valores ou princípios comuns. É preciso compreender o sentido que os termos moral e política assumem na exposição de Koselleck sobre a teoria do Estado de Hobbes, quem fornece a fundamentação para o Estado absolutista. O âmbito da moral diz respeito à “consciência” individual, à opinião, a um ponto de vista privado, à crença religiosa de cada um. Em um mundo fragmentado em termos religiosos, o conflito se instala quando uma “convicção subjetiva” tem a pretensão de se sobrepor às demais, de ser detentora da verdade única. Logo, o confronto entre “convicções” teria de ser controlado por um preceito que não fosse da ordem da moral religiosa (dado o seu caráter plural). A fé torna-

se então um assunto pessoal. Em outros termos, os antagonismos e as divisões não são associados à esfera pública, mas ao âmbito do privado.

Para Hobbes, é racionalmente necessário buscar a paz; a “razão” é o “meio” de pôr fim à guerra, aos conflitos. Enfim, a segurança e a vida são assumidos como valores comuns ou consensuais. O Estado absolutista se legitima na medida em que corresponde ele próprio à razão, isto é, em que é capaz de apaziguar os conflitos e assegurar a paz por meio da elaboração e aplicação de leis soberanas. Logo, a obediência dos súditos, a sua submissão ao governo em troca de proteção é legitimada racionalmente. “Nesse Estado, racional é apenas a legalidade formal das leis, não o seu conteúdo. Racional é o mandamento formal da moral política, de obedecer às leis independente de seu conteúdo. Os indivíduos submetem-se às leis, ou à vontade do soberano, orientados por outro tipo de moral, a moral racional” (Koselleck, 1999, p.33).

Hobbes introduz o Estado como uma construção política em que as convicções privadas são destituídas de sua repercussão política. (...) O interesse público de Estado, sobre o qual somente o soberano tem o direito de decidir, não compete mais à consciência. A consciência da qual o Estado se separa e se aliena, transforma-se em moral privada: ‘É a autoridade, e não a verdade, quem faz as leis’. O monarca está acima do direito e é sua fonte; ele decide o que é justo ou injusto... (KOSELLECK, 1999, p.31)

Nos termos de Koselleck, o estado absolutista fundamenta-se numa “razão” orientada pelas demandas concretas da realidade política, no caso, pelas necessidades de apaziguamento por meio da subordinação à autoridade pública (constitui-se, portanto, em uma alternativa “política” ao estado de guerra civil): “Não é o progresso que pede o Estado, mas a necessidade de pôr fim à guerra civil” (1999, p.34). O absolutismo foi a alternativa aos “perigos” da pluralidade e afastou os cidadãos da esfera das decisões políticas¹⁶⁸ ao justificar a não-intervenção da esfera da moral (das convicções subjetivas) no âmbito político – portanto, estabeleceu uma divisão dualista entre moral e política. Na esteira desta separação, o homem situa-se em duas esferas distintas, a privada (das convicções, da

¹⁶⁸ Para Arendt (2008), o conceito de governo soberano caracteriza todas as modalidades de evasão da política: “noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os outros de obedecer” (p. 234). O problemático, para Arendt, nesta noção de governo soberano, é a submissão a uma espécie de única opinião, a impossibilidade de dissensão interna.

pluralidade, da diversidade) e a pública (da ação e do consenso, na qual se encontra submetido ao Estado).

Transformadas as circunstâncias de instabilidade que deram tal legitimidade ao Estado absolutista, para circunstâncias de estabilidade e ordem, produz-se uma crítica política que começa então a julgar “imorais” as relações de poder estabelecidas no interior da sociedade absolutista.

O processo de crítica iluminista tem como alvo a autoridade soberana, a liberdade de decisão absoluta do príncipe. É no interior da esfera privada, “apolítica”, desconectada da esfera pública, que o Estado começa a ser incisivamente questionado:

O Iluminismo triunfa na medida em que expande o foro interior privado ao domínio público. Sem renunciar à natureza privada, o domínio público torna-se o fórum da sociedade que permeia todo o Estado. Por último, a sociedade baterá à porta dos detentores do poder político para, aí também, exigir publicidade [dos seus atos] e permissão para entrar. (KOSELLECK, 1999, p.49)

O projeto político do iluminismo, que a crítica política se esforça em obscurecer, consistia em alargar as fronteiras que o Estado absolutista havia estabelecido entre a esfera privada e a esfera das decisões políticas; ou romper com a ordem absolutista que subordinava a sociedade ao Estado, mas não necessariamente com a distinção entre moral e política – ao contrário, de acordo com Koselleck, “radicalizaram a antinomia, levando a uma polarização que se tornaria sintoma e fator de instigação da crise emergente” (1999, p.56).

A burguesia reivindicava a sua participação no trabalho político, para se proteger de intervenções do Estado na “esfera privada”: “A tensão entre a crescente importância social, de um lado, e a impossibilidade de expressão política, de outro, determinava, a situação histórica em que se construía a nova sociedade” (Koselleck , 1999, p.60). Tal demanda de ocupação do poder público e administração do Estado não era exercida “politicamente”, ou seja, pela confrontação aberta ou polêmica direta com o Estado, ou pela assunção de um ponto de vista parcial ou engajado, mas por meio da “crítica” racional, do “ato de julgar” com imparcialidade, mediante a discussão pública, em locais “apolíticos” (clubes, cafés, salões, etc.). Nestes espaços, a sociedade, da qual faziam parte grupos social e

economicamente heterogêneos, discutia, refletia, divergia, debatia idéias, como pares, isto é, na condição de desprovidos de influência política, o que conferia à sociedade uma configuração “democrática”, oposta a da ordem absolutista. Paradoxalmente, a crítica não se confunde com as “opiniões privadas”, no sentido absolutista, e também se afasta da “coerção”, característica da política de Estado, mas, para dissimular o seu acento político, assume a feição de um “mero juízo”. A crítica é, desde o início, configurada como “moral”, ou seja, como uma visão distanciada, desinteressada, desvinculada de propósitos políticos imediatos. Koselleck analisa algumas características da crítica produzida no interior das lojas maçônicas e da república das letras (a crítica da arte) que nos levam ao cerne de sua eficácia: o ocultamento do caráter político da contestação ao Estado.

O segredo político do Iluminismo consistia no fato de que todos os conceitos, de maneira análoga à tomada indireta do poder, só eram opacamente políticos. No anonimato político da razão, da moral, da natureza etc., residiam uma peculiaridade e uma eficácia políticas. Ser apolítico é seu *politicum*. (KOSELLECK, 1999, p.129)

O acento apolítico da crítica se deve, em parte, ao fato de ser exercida na esfera privada, instância já separada da política pelo próprio absolutismo. Neste sentido, o que justifica a crítica moral não são os seus conteúdos, mas a sua suposta “origem” racional – é elaborada no interior de uma instância “plural”, desvinculada da política, e em relação de oposição ao Estado. Na realidade, a crítica política iluminista se apropria da idéia de esfera moral pressuposta pelo próprio absolutismo e opera uma inversão na hierarquia dos elementos do par moral-política: “O absolutismo, que havia executado conscientemente a separação desses dois domínios, provocou uma crítica que, para encontrar a resposta adequada ao próprio Absolutismo, só precisou investir de polêmica um fato previamente aceito” (Koselleck, 1999, p.92). Esse recurso teórico implica uma rejeição tácita da política em sentido amplo, na medida em que “ofusca” o que seria a *natureza* da política (retomamos esta discussão mais adiante na apresentação da crítica à modernidade). Mas o trabalho de legitimação da moral como antípoda da política também recorre a uma filosofia da história.

A noção iluminista do progresso indefinido, ou de mudança histórica guiada por uma finalidade que está fora do âmbito de qualquer discussão, serve ao mesmo propósito de

dissimular o acento político da crítica em um momento posterior, quando prognósticos de revolução, de ameaça à ordem absolutista, de eliminação do Estado, começam a ser formulados publicamente. Segundo Koselleck, “a filosofia da história é o avesso do prognóstico revolucionário” (1999, p.111). Como estratégia defensiva, o propósito da elite burguesa não era a derrubada do regime, este “acontecimento” era assumido como consequência do curso natural da história, como uma “evidência”, e não como interesse de grupo. A filosofia da história, segundo Koselleck, produto do século XVIII, conferia legitimidade à ação indireta e deliberadamente política da burguesia de redefinir as relações de poder no interior da sociedade absolutista, sem que tivesse de tomar uma posição (assumir o seu caráter político, parcial, interessado).

A revolução era dissimulada pela construção de uma história progressista, mas o elemento efetivamente revolucionário – isto é, o plano de ocupar e ‘eliminar’ o Estado – era fomentado por tal construção. A dissimulação da tensão política, com o aparente desenlace no futuro, agravava no presente essa mesma tensão. Assim, em nome de sua filosofia da história, os iluminados asseguravam que, apesar de seu trabalho secreto de absorção do Estado, não eram rebeldes e nem de longe havia o perigo de uma revolução, a despeito de que, por força dessa mesma filosofia da história, aspirassem à eliminação do Estado e estivessem certos do sucesso de sua ação. As armas dualistas de que se serviam, feitas para intensificar moralmente o combate e encobri-lo politicamente, foram forjadas na oficina secreta da filosofia da história. Elas lhe concediam o verdadeiro poder que não possuíam enquanto planejadores. A filosofia da história era, pura e simplesmente, o poder indireto. (KOSELLECK, 1999, p.118)

Está subjacente ao projeto de Koselleck, de explorar a conexão não arbitrária entre a crítica política iluminista e a crise efetiva do absolutismo, a percepção de uma mutação no estatuto da política. No espaço privado da moral, onde o Estado absolutista não intervém, desenvolve-se a inteligência burguesa cujo questionamento da ordem política vigente traz consequências para a compreensão da “política” na contemporaneidade. A mais evidente delas é a percepção deste apagamento de caracteres intrínsecos da política. No texto de Koselleck, a política aparece desvinculada da “razão” que homogeneíza; ao contrário, pressupõe o conflito de interesses, o confronto entre visões perspectivas, e imprevisibilidade ao invés de planejamento ou controle.

Esta referência extensa a Koselleck (1999) é central para a compreensão de determinados elementos da crítica à modernidade e à sociedade contemporânea, que tem, entre seus autores representativos, Hannah Arendt ([1958] 2008), Jürgen Habermas ([1962] 2003) e Zigmunt Bauman (2000, 2001, 2008). O trabalho de Koselleck (1999) revela aspectos bastante significativos da base epistemológica da modernidade, por exemplo, o de operar com categorias de pensamento dicotômicas.¹⁶⁹

Na seqüência, observamos os sentidos que os conceitos de esfera pública e de esfera privada assumem em textos específicos destes autores. Trata-se indiretamente de perceber os efeitos do Iluminismo na visão de política que é projetada nestes textos, ou de compreender as condições de emergência das teses de “declínio do político” a partir do exame daquilo que é mais característico da Modernidade: a tensão entre a esfera política estatal e a sociedade.

Se for possível construir alguma unidade entre os autores, ou justificar a relação entre eles, não nos parece que esta possa ser pensada, exclusivamente, em termos dos problemas políticos que detectam, ou do quadro de crise da política que descrevem ou constata, ou ainda nos seus prognósticos coincidentes de apatia política, de indistinção ideológica, de recolhimento do indivíduo, mas em relação à *percepção* que compartilham, embora articulada diferentemente em cada um: de que esta condição da política no presente resulta de um *desvio* daquilo que a política efetivamente “é”, ou seja, de um desvio em relação à natureza “pública” da política. Assim, entendemos que, ainda que busquem se desvincular de perspectivas ou posições que pensam a política em termos essencialistas, sua argumentação constrói este efeito de que existe uma natureza da política e que essa natureza foi desviada, especialmente por meio de formas ou de mecanismos de controle da dissensão decorrentes desta tensão entre as esferas pública e privada. Quando dissemos que a argumentação nos autores possibilita este entendimento, isso tem relação com o fato de

¹⁶⁹ Segundo Koselleck (1999), o próprio conceito de crítica exige a elaboração de uma distinção: “A crítica é uma arte de julgar. Sua atividade consiste em interrogar a autenticidade, a verdade, a correção ou a beleza de um fato para, a partir do conhecimento adquirido, emitir um juízo que, como indica o emprego da palavra, também pode se estender aos homens. No curso da crítica se distinguem o autêntico e o inautêntico, o verdadeiro e o falso, o correto e o incorreto, o belo e o feio. Em virtude do significado geral que tinha durante o século XVIII, a ‘crítica’ – enquanto arte de julgar e, portanto, de distinguir – estabelece uma conexão essencial com a concepção de mundo dualista então vigente” (p.93).

este tipo de discurso crítico se constituir segundo formas de pensamento (conceitos, categorias) herdadas do iluminismo.

Este discurso crítico concernente à mutação da política em “outra coisa” comporta, no entanto, deslocamentos sutis em relação a seu princípio normativo, a divisão rígida entre público e privado, que resultam de suas circunstâncias sócio-históricas específicas de produção.

A crítica política de Arendt ([1958] 2008), assim como a de Habermas (1962 [2003]), é marcada pela sua proximidade das experiências políticas totalitárias. O Outro constitutivo de seu pensamento crítico é o Estado totalitário. Assim, a autora faz uma distinção entre a experiência política autêntica e o totalitarismo. Para Arendt, o totalitarismo é uma forma de dominação, e a política não se confunde com a opressão. Um efeito nocivo da experiência totalitarista foi o preconceito que alimentou contra a política. Assim, o objetivo da sua crítica é recuperar a dignidade da política, e sua principal preocupação são as implicações políticas da destruição do espaço público. É, portanto, no interior desta compreensão que produz um referente para “a” política. O Outro da crítica habermasiana é, por sua vez, a política compensatória ou conformista do Estado de bem-estar social, que mina a capacidade transformadora da política autêntica ao extrapolar os seus limites e atuar na esfera pública, sobrepondo-se aos seus demais atores.

Já a crítica contemporânea de Bauman (2000, 2001, 2008), também influenciada pelo rescaldo das experiências totalitaristas, considera as recentes reformas do Estado de bem-estar, e as trata como consequência de uma redefinição profunda das relações entre esfera pública e privada. Em Bauman, os tópicos fundamentais são: o processo de privatização (ou individualização) do espaço público e a separação entre poder e política. O Outro do autor parece ser Estado tecnocrático (ou mínimo), que destitui a esfera política tradicional (burguesa) de poder, de capacidade de agência. Bauman busca, portanto, refazer a crítica à modernidade em função das mudanças na conjuntura, que, ou aprofundaram certos fenômenos, ou produziram outros novos.

Na sequência, tratamentos individualmente de cada um destes autores e, com isso, pretendemos justificar porque são importantes para a compreensão de certa forma de crítica à política em circulação na contemporaneidade.

A crítica à modernidade

Segundo Arendt (2004), as experiências políticas reais no século xx (as guerras, as formas totalitárias de Estado...) têm em comum o fato de serem símbolos de força. São estas experiências que explicam, na sua concepção, muito do preconceito contra a política e incitam os questionamentos sobre se a política tem ainda algum sentido. Mesmo reconhecendo que o fenômeno do totalitarismo, que diz respeito à dominação, à tirania, trouxe descrença em relação à política, Arendt não sucumbe à desesperança e não descrê da política. Para ela, não faz sentido a inquietação porque não vivenciamos ainda “a” política, ou seja, estas experiências não constituem experiências políticas genuínas. Assim, embora também faça o diagnóstico de desvalorização da política, Arendt não se entrega ao ceticismo de que nada possa mudar devido a sua concepção particular de história e de indivíduo.¹⁷⁰ Arendt aposta na dignidade da política como resposta àqueles que entendem a política como opressão ao recuperar a sua origem esquecida na antiguidade clássica, e rememorar as suas características intrínsecas. As referências constantes à antiguidade greco-romana estão no centro de seus esforços para compreender *o que é a política*.

Restringimos a discussão, cientes do perigo de simplificação do pensamento de Arendt, a duas formas distintas de alienação, de *ausência* da esfera pública, ou de contenção da pluralidade, apresentadas pela autora como “fontes” dos desvios da política na modernidade: (1) a polarização, ainda na antiguidade, entre *vita contemplativa* e *vita activa*, e a inversão desta hierarquia na modernidade, com a ascensão do conhecimento

¹⁷⁰ O entendimento que Arendt tem da política não está desvinculado de sua compreensão de história e de indivíduo. A sua concepção de história opõe-se a outras mais deterministas: compreende a história como um espaço permanentemente aberto, em que a liberdade traz o inesperado. A contingência promissora da história em Arendt não se conecta com o determinismo ou com a concepção teleológica. Nesse sentido, a abordagem da autora não pode ser tomada como cética, pessimista, ou desesperançada. Para Arendt, as possibilidades de resistência estão sempre abertas e são sempre possíveis. Uma concepção processual de história abre poucos espaços a acontecimentos capazes de intervir na lógica do processo, e tem um perigo em potencial, o de subordinar o homem ao inexorável, desapossando-o de sua capacidade de ação política, de iniciar um novo processo. A história, para Arendt, é menos um processo, e mais uma entidade singular, sempre imprevisível, sempre aberta a estabelecer padrões outros de relações.

científico e técnico; e (2) a interpenetração das esferas pública e privada na modernidade formando uma esfera híbrida que ascende à condição de esfera pública: a sociedade.

Arendt (2008) localiza a origem desta percepção distorcida da política, fortalecida pelas experiências totalitaristas, no primado da “contemplação” sobre a “ação”¹⁷¹. Remonta à filosofia política de Platão a dissociação entre o mundo livre da academia e o mundo dos assuntos políticos, fundadora de um conceito negativo de política.¹⁷² Instauram-se nesse momento a hierarquia entre o pensamento e a ação política e o desprezo pela pluralidade, pelo mundo comum. O pensamento (pura contemplação sem palavras) também se separa do discurso, que se confunde com o uso premeditado da palavra para fins de persuasão ou coação. A crítica de Platão a este uso da linguagem na política expõe a cisão entre a verdade (o discurso da ciência, da filosofia) e o discurso político. Trata-se de uma primeira mudança observada no estatuto da política. A hierarquização opera um afastamento dos homens da ação e participação políticas e o seu recolhimento no pensamento.

a fundação da academia, justamente porque não objetivava sobretudo a educação para a política, como as escolas dos sofistas e oradores, teve uma importância extraordinária para aquilo que ainda entendemos por política. O próprio Platão ainda podia acreditar que um dia a academia fosse conquistar e dominar a polis. Para seus sucessores, para os filósofos que vieram a seguir, só continuou determinante o fato de a academia garantir institucionalmente um espaço de liberdade para a minoria, e essa liberdade ser entendida desde o início em completa contradição com a liberdade política da praça do mercado; ao mundo das opiniões mentirosas e do falar enganador devia ser oposto um mundo contrário da verdade e do falar adequado à verdade; à arte da retórica, a ciência da dialética. O que se impôs e até hoje determina nossa concepção de liberdade acadêmica não é a esperança de Platão de a partir da academia determinar a polis, a partir da filosofia determinar a política, mas sim o afastamento da polis, a apolitia, *a indiferença contra a política*. (ARENDDT, 2004, p.64)

¹⁷¹ Define “ação” como “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição de toda vida política” (2008:15).

¹⁷² É importante considerar que os sentidos de “privado” e “público”, que a autora estabelece como normatividade, correspondem à divisão nítida original entre a organização política (a esfera pública) e a doméstica (a esfera privada). O domínio e a submissão próprios da esfera privada, associada à atividade econômica e à vida familiar, são incompatíveis com a esfera política, que é a esfera da liberdade, da convivência entre “iguais”, da ação entre os homens mediante o discurso.

Arendt mostra-se crítica do processo de alienação do mundo, motivado pelas feições assumidas pela atividade contemplativa que, para ser apurada, exige o recolhimento, a introspecção, o distanciamento entre o homem e o mundo: “É próprio da natureza da capacidade humana de observações só poder funcionar quando o homem se desvencilha de qualquer envolvimento e preocupação com o que está perto de si, e se retira a uma distância de seu ambiente...” (2008, p.263). Assim, esta concepção positiva da alienação, do desengajamento das coisas do mundo obscurece a essência da política porque conduz ao esvaziamento da esfera pública, o lócus por excelência da política, cujo exercício requer homens atuantes ocupando-se dos assuntos mundanos. A esfera pública é marcada pela ação e pelo discurso, atividades que só podem ser exercidas na *pluralidade*. Para Arendt, a política está *fora* dos homens e somente surge *entre* os homens.

A filosofia tem duas boas razões para não se limitar a apenas encontrar o lugar onde surge a política. A primeira é: a) *zoon politikon*: como se no homem houvesse algo político que pertencesse a sua essência – conceito que não procede; o homem é apolítico. A política surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente, *fora dos homens*. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação. (ARENDR, 2008, p.23)

O que houve na modernidade, na perspectiva de Arendt, foi uma inversão de posições entre a contemplação e a ação, com a eliminação da contemplação do rol de atividades humanas significativas. Um empreendimento como a invenção do telescópio fez com que o homem duvidasse da contemplação, da atividade de observar, e passasse a promover o conhecimento através da ação, não no sentido tradicional, mas no de “fabricação” ou “instrumentalização”: alcançar a verdade ou chegar ao conhecimento verdadeiro depende não mais dos sentidos humanos, imperfeitos, falhos, mas de tecnologia, de instrumentos precisos fabricados pelo próprio homem.

Não foi a razão, mas um instrumento feio pelo homem – o telescópio – que realmente mudou a concepção física do mundo; o que os levou ao novo conhecimento não foi a contemplação, nem a observação, nem a especulação, mas a entrada em cena do *homo faber*, da atividade de fazer e de fabricar. Em outras palavras, o homem fora enganado somente enquanto acreditava que a realidade e a verdade se revelariam aos seus sentidos e à sua razão, bastando para tanto que ele permanecesse fiel ao que via com os olhos do corpo e da mente. A antiga oposição entre a

verdade sensual e a capacidade superior da razão no tocante à apreensão da verdade, perdeu sua importância ao lado desse desafio, ao lado da óbvia implicação de que a verdade e a realidade não são dadas, que nem uma nem outra se apresenta como é, e que somente na interferência com a aparência, na eliminação das aparências, pode haver esperança de atingir-se o verdadeiro conhecimento. (ARENDRT, 2008, p.287)

Outra vez, os homens se ausentam da esfera pública: “agora, o filósofo já não volta as costas a um mundo de enganosa percibibilidade para encarar outro mundo de verdade eterna, mas volta as costas a ambos e se recolhe dentro de si mesmo.” (2008, p.306). No contexto da modernidade, o modo tradicional de alcançar a verdade da filosofia por meio da contemplação perde influência e importância: “com o desaparecimento do mundo tal como dado aos sentidos, desaparece também o mundo transcendental, e com ele a possibilidade de transcender-se o mundo material em conceito e pensamento” (2008, p.301).

A substituição da ação política pela técnica ou fabricação (ação sem inventividade, sem imaginação; guiada pela teleologia, por uma finalidade última pré-determinada) reflete o esforço de conferir à política alguma “solidez”, de fugir das incertezas próprias dos negócios humanos, de eliminar os riscos e os perigos intrínsecos à capacidade humana de desencadear processos. Trata-se de instrumentalizar a ação com o propósito de evitar ou controlar os riscos da ação política (imprevisível). Assim, um dos efeitos de submeter o homem à fabricação, isolado do pensar, é a desvalorização da própria política como meio de atingir outra coisa.

O fato de que o homem não pode contar consigo mesmo nem ter fé absoluta em si próprio (e as duas coisas são uma só) é o preço que os seres humanos pagam pela liberdade; e a impossibilidade de permanecerem como senhores únicos do que fazem, de conhecerem as conseqüências de seus atos e de confiarem no futuro é o preço que pagam pela pluralidade e pela realidade, pela alegria de conviverem com outros num mundo cuja realidade é assegurada a cada um pela presença de todos. (Arendt, 2008, p.256)

A concepção arendtiana de que a política se realiza como contingência, e de que não pode existir quando se procura controlar ou conter a sua fragilidade, reforça a divisão entre ciência e política. A política, associada à ação (imprevisível), à pluralidade (de indivíduos e de perspectivas), à discussão, se enfraquece ao se tornar dependente do conhecimento

“especializado” de sábios e peritos, da opinião ou da verdade de uma só instância, perdendo o seu vínculo com a pluralidade (e com a dissensão). A autora acredita que a capacidade de pensar e de agir é própria da condição humana (e é possível desde que os homens vivam em condições de liberdade política), apesar de ter se tornado uma prerrogativa dos cientistas. No *Prólogo* de “A condição humana” (2008), anuncia coerentemente que não pode oferecer respostas para os problemas que discute: “Respostas são dadas diariamente no âmbito da política, sujeitas ao acordo de muitos; jamais poderiam se basear em considerações teóricas ou na opinião de uma só pessoa, como se se tratasse de problemas para os quais só existe uma solução possível” (p.13). A política está no terreno da especulação e da escolha e não no campo do conhecimento especializado e da certeza.

Em Arendt (2008), o declínio da esfera pública também está associado à formação da esfera social. A divisão nítida na polis entre “vida privada” e “vida pública”, na modernidade, é parcialmente deslocada com a constituição de outra esfera, a esfera social: “a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social” (p.79). O sentido de esfera privada na modernidade – “de proteger aquilo que é íntimo” (p.48) – não se constitui em oposição propriamente à esfera pública, mas contra a propensão conformista da esfera social, contra o “equacionamento” ou a redução do “indivíduo” a sua posição social. A ascensão da sociedade produz, nos termos de Arendt, um tipo de “ficção comunística”, a convergência a um mesmo interesse comum e a uma opinião única.

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada. (ARENDR, 2008, p.50)

Portanto, o caráter monolítico (ou consensual) implicado na noção de sociedade “descaracteriza” a política que, para Arendt, baseia-se na pluralidade de opiniões dos homens. A extinção da diversidade significa a ruína da política. A sociedade desloca a “diferenciação” da antiga esfera pública para o âmbito da intimidade, dos assuntos privados

do indivíduo (daquilo que é “irrelevante”). Em outros termos, o advento da sociedade trouxe conseqüências negativas para a sobrevivência da política: a privatização e a homogeneização do espaço público, deturpando a sua essência agonística. O ponto nevrálgico da crise da política está nesta reciprocidade moderna entre esfera social, no sentido moderno, e a antiga esfera pública.

Em “A mudança estrutural da esfera pública” ([1962] 2003), Habermas identifica as condições históricas que propiciaram a ascensão da esfera pública burguesa e o seu declínio, o qual *lamenta*.

O primeiro entendimento necessário também é em relação aos sentidos dos termos “público” e “privado” em Habermas, e das suas conseqüências para a compreensão da política subjacente à crítica do autor. Em “A mudança estrutural...”, o sentido de “público”, na expressão “esfera pública”, não assume a conotação tradicional de poder estatal (sentido cristalizado quando a sociedade se separa do Estado no Absolutismo, e se distinguem duas esferas: a privada e a pública), e não se constitui em uma oposição ao “privado”, apenas se distingue dele pela sua “função” política ao invés de econômica. “No setor privado, está abrangida a ‘esfera pública’ propriamente dita, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas. Por isso, dentro do setor restrito às pessoas privadas, distinguimos entre esfera privada e esfera pública” (Habermas, 2003, p.46).

O sentido da expressão “esfera pública” como “esfera crítica” aproxima-se do de esfera moral, a que Koselleck faz referência: o âmbito de produção e de exercício da crítica, da “opinião pública”, mas não abrange as práticas econômicas da sociedade burguesa. Esta divisão ou antítese entre sociedade e Estado continua alicerçando o pensar a política a partir da modernidade, mesmo Habermas sendo crítico da divisão entre esfera pública (no sentido de estatal) e esfera privada, porque, neste sentido restrito de público, a sociedade é excluída da divisão do trabalho político. E em Habermas, o conceito de esfera pública designa um espaço específico de atuação política da sociedade.

É fundamental ao seu conceito de esfera pública a idéia de publicidade, tanto das opiniões da sociedade quanto das ações dos agentes políticos. Por isso, o papel destacado da imprensa no fortalecimento da esfera pública, na difusão de informações e opiniões: o

público é mantido reunido e incitado ao debate pela imprensa, que se fixa como instância mediadora. A imprensa somente assume uma função pública quando se desvincula da tutela e dos interesses do Estado, ou seja, quando se “privatiza” (exerce suas atividades na esfera privada com autonomia). A comercialização da cultura (arte, filosofia, literatura) também facilita o acesso e amplia o público que passa a debatê-las e a questioná-las, promovendo, assim, um deslocamento em relação ao que era tido como “universal”, fora, portanto, do âmbito da discussão. A esfera pública burguesa produz opiniões apropriando-se criticamente dos objetos do debate. O exercício da crítica é a forma de atuar politicamente da sociedade, e a função da esfera pública consiste em influenciar as decisões tomadas no âmbito político. A esfera pública converte-se em um ator político qualificado (e desinteressado), “de fora” da esfera estatal.

A legitimidade da opinião pública não se concentra na pessoa, ou seja, não está na autoridade de quem opina ou critica (como no período absolutista), mas decorre do próprio processo de produção da opinião por meio do debate público amplo: “concorrência pública de argumentos privados como consenso sobre o praticamente necessário no interesse geral” (Habermas, 2003:103).

A opinião pública se forma na luta dos argumentos em torno de algo, não sem crítica, na aprovação ou na rejeição, seja ela ingênua ou plebiscitariamente manipulada, em relação a pessoas, através do *common sense*. Por isso é que ela precisa ter por objeto a apresentação precisa dos fatos do que a pessoa dos governantes. (HABERMAS, 2003, p.85)

Em Habermas, a subordinação do Estado à opinião pública salvaguarda a sociedade da opressão, da dominação, impõe limites ao arbítrio do “individual” ou dos interesses de classe, que se dissipariam na reflexão conjunta (na discussão dos diferentes grupos entre si, que resulta num acordo intersubjetivo). Para o autor, somente a discussão pública é capaz de modificar os marcos institucionais da sociedade, os seus fundamentos de legitimação (nesse sentido, tem conseqüências emancipadoras). Mas Habermas admite que isso somente é possível se as relações de poder (as divisões sociais e econômicas) estiverem efetivamente neutralizadas.

O público enquanto tal, na perspectiva de Habermas, constitui-se de interlocutores que submetem os objetos à discussão livre. A sua condição ou o estatuto de interlocutores

pressupõe, naquele contexto da sociedade burguesa, o atendimento de certas expectativas em relação à formação educacional e à posse de propriedades. Portanto, o acesso à esfera pública e a atuação política eram garantidos somente a uma elite. “Uma esfera pública, da qual certos grupos fossem *eo ipso* excluídos, não é apenas, digamos incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública” (Habermas, 2003, p.105).

Para Habermas, a decadência da esfera pública consiste basicamente na perda de sua função “política”: “A esfera pública parece perder a força de seu princípio, publicidade crítica, à medida que ela se amplia enquanto esfera, esvaziando, além disso, o setor privado” (p.168). Habermas afirma que a “esfera pública burguesa se rege e cai com o princípio do acesso a todos” (p.105).

De acordo com o autor, a “decomposição da esfera pública” decorre de uma mudança estrutural (determinada pelas condições sócio-históricas) nas relações entre a esfera pública burguesa e o Estado. No centro desta mudança estão a democracia de massas e o Estado do bem-estar.

Habermas entende que a ampliação da esfera pública pelo sufrágio universal, que garantiu a participação política a grupos sociais materialmente desapossados, exerceu uma pressão sobre o Estado, forçando a sua intervenção na esfera privada (na economia) para que os efeitos deste desapossamento fossem “compensados”. Outra vez, trata-se de uma forma de impedir o conflito entre interesses concorrentes em uma sociedade dividida em termos sociais e econômicos.

Em “Técnica e ciência como ideologia” ([1968] 2006), o autor explicita como as transformações no modo capitalista de produção instituíram esta ação estatal na economia (na esfera privada) e deixaram a esfera pública sem função política. Esta “desprivatização” da economia teve de ser legitimada em novas bases teórico-ideológicas.

Ora bem, visto que o poder exercido indiretamente através do processo de troca é controlado, por seu turno, mediante uma dominação pré-estatalmente organizada e estatalmente institucionalizada, a legitimação já não pode deduzir-se de uma ordem apolítica, isto é, das relações de produção. Neste sentido, renova-se a coação a legitimação direta que existia nas sociedades precapitalistas. Por outro lado, o restabelecimento de uma dominação imediatamente política tornou-se impossível. Por um lado, as tradições já se dissolveram e, por outro, nas sociedades industriais avançadas, os resultados da emancipação burguesa

relativamente à dominação política imediata (os direitos fundamentais do homem e o mecanismo das eleições gerais) só poderiam ser totalmente ignorados em períodos de reação. A dominação em termos de democracia formal, própria dos sistemas do capitalismo regulado pelo Estado, encontra-se sob uma necessidade de legitimação. (HABERMAS, 2006, p.69).

Busca-se uma saída para o impasse na substituição da ideologia do livre mercado por uma forma de dominação que se orienta pelas conseqüências sociais da ação do Estado, como compensadora das constantes disfunções do mercado. O efeito deste outro modo de legitimação é a perda da “potência” da própria política como atividade *realizadora* (e *emancipadora*). A política assume, de acordo com Habermas, um caráter negativo no sentido de *ação preventiva*, ou seja, de *reação* aos riscos que ameaçam a estabilidade do sistema: “orienta-se para a prevenção das disfuncionalidades e para o evitamento dos riscos que possam ameaçar o sistema; portanto, a política visa não a *realização de fins práticos*, mas a *resolução de questões técnicas*” (2006, p.70). Habermas então compara a “política do velho estilo”, que se orientava para projeção da vida-bona (que resultava da discussão pública) à política que se limita a tarefas técnicas (administrativas): “o programa substitutivo hoje dominante dirige-se só ao funcionamento de um sistema regulado. Exclui as questões práticas e assim a discussão acerca de critérios que só poderiam ser acessíveis à formação da vontade democrática. A solução de tarefas técnicas não está referida à discussão pública” (2006, p.71).

A exclusão das questões práticas, sujeitas a discussão, desmobilizaria a esfera pública; dito de outro modo, as questões técnicas dispensam a opinião pública (de não especialistas): “A nova política do intervencionismo exige uma despolitização da massa da população. E, na medida em que há exclusão das questões práticas, fica também sem funções a opinião pública política.” (Habermas, 2006, p.71)

No capitalismo regulado pelo Estado, ocorre, segundo Habermas, a pacificação do conflito de classes, e os interesses (tendentes à manutenção do capitalismo) não são mais reconhecidos como sendo de classe. Portanto, o autor não falará no fenômeno do *fim dos antagonismos, das oposições* ou *das diferenças*, mas na *latência das oposições de classe*.

Desta ausência de uma divisão mais rígida entre esfera pública e privada, advêm outras conseqüências, além das pressões sobre os diferentes setores da esfera privada: a esfera pública se “enfraquece” na medida em que assume “formas de intimidade” ou “privadas”. O autor identifica múltiplos “sintomas” desta perturbação das fronteiras nas relações entre esfera pública e privada, ou da “privatização da esfera pública”. Dentre eles, destaca a invasão da esfera pública pela publicidade, que torna impossível a obtenção de uma concordância racional por meio de um debate aberto entre opiniões concorrentes no campo político: não se faz mais política por meio de “argumentos objetivos”, de “princípios políticos programáticos”, mas por meio de símbolos que provocam a identificação: “por isso desempenha um papel central a maneira do líder se apresentar ou a sua indumentária” (2003, p.254).

Os partidos e suas organizações auxiliares vêm-se obrigados a influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário, de um modo bem análogo à pressão dos comerciais sobre as decisões de compra: surge o negócio do marketing político. Os agitadores partidários e os propagandistas ao velho estilo dão lugar a especialistas em publicidade, neutros em matéria de política partidária e que são contratados para vender política apoliticamente. (HABERMAS, 2003, p.252)

Outro sintoma da crise da esfera pública é a produção de cultura segundo princípios de mercado (esfera privada). O efeito perverso, neste caso específico de interpenetração das esferas, na perspectiva de Habermas, é o de destituir o público de sua condição de público “pensante”, de sua autonomia crítica, o que desarticula o próprio conceito de esfera pública. A discussão pública, também submetida à lógica comercial e ao suporte midiático, perde o seu caráter conflituoso. As leis do mercado repercutem na substância e na forma das discussões públicas (que não constituem domínios independentes entre si).

A discussão incluída no ‘negócio’ formaliza-se; posição e contraposição estão de antemão sujeitas a certas regras de apresentação; o consenso na questão torna-se grandemente supérfluo devido ao consenso no procedimento. Colocações de problemas são definidas como questões de etiqueta; conflitos, que uma vez eram descarregados em polêmica pública, são desviados para o nível dos atritos pessoais. O uso da razão arranjado desse jeito preenche, por certo, importantes funções sócio-políticas, sobretudo a de um aquietador substitutivo da ação... (HABERMAS, 2003, p.194)

O que Habermas compreende, neste texto, como “erosão da esfera pública” (e da própria política) está associado a determinados “acontecimentos” invariavelmente decorrentes de um “tumulto” nas relações entre esferas pública e privada, que impossibilitam a formação da opinião pública nos moldes originais e, por extensão, a atuação política da sociedade. Portanto, a divisão entre esfera pública e privada ainda constitui um princípio normativo da crítica política em Habermas.

Embora o seu conceito de esfera pública sofra críticas severas (que o levaram a repensá-lo em obras posteriores), especialmente por conta de sua perspectiva excludente em relação à participação de grupos marginalizados, o seu aspecto mais questionável parece a atualização da divisão entre moral e política (a manutenção das representações) tripartida entre esfera pública, esfera privada e estado. Para discuti-la, partimos de uma das análises de Fraser (1992) a respeito da dicotomia esfera pública e privada que estrutura a crítica à modernidade de Habermas.

Para Fraser (1992), uma questão crucial refere-se ao julgamento ou à distinção entre aquilo que é público e aquilo que é privado. Para a autora, estas “categorias” e as formas assumidas por essa oposição não são naturais, não possuem uma significação evidente, e não podem ser definidas previamente, trata-se de categorias culturais, associadas a alguns sentidos estabilizados: emprega-se o termo “público” para se referir ao que está relacionado ao Estado ou ao que é comum a todos. Já o oposto “privado” refere-se, em geral, à propriedade privada em uma economia de mercado ou àquilo que pertence à esfera doméstica ou à vida pessoal. O entendimento do que é público ou privado tem de se constituir, na visão da autora, em um tópico permanente de discussão. Habermas, segundo a crítica de Fraser, exclui da esfera de discussão pública questões consideradas privadas pela tradição iluminista, estabelece, portanto, uma restrição em relação ao que é ou não passível de discussão. Determinadas questões, em função desta sua classificação restrita, ficam automaticamente excluídas do debate e da contestação ou então são submetidas à discussão em esferas especializadas. Em geral, a divisão público-privado, segundo Fraser, funciona como padrão normativo, para deslegitimar interesses de grupo, visões de mundo, e valorizar outros. Fraser refere-se, por exemplo, à “privatização” de assuntos econômicos, o que quer dizer que estes assuntos, hoje, são deixados de fora do debate público e dos

domínios do Estado (uma circunstância distinta daquela que motiva a crítica de Habermas ao Estado de bem-estar, pois, hoje, boa parte destas críticas são influenciadas justamente pelo fim da política burguesa!). Para Fraser, o efeito da “privatização” é restringir a agenda de discussão pública, os tópicos de debate (e excluir certos grupos sociais das discussões).

Pela divisão tradicional entre esfera pública e privada, o mercado ou a economia pertencem ao privado, tradicionalmente a esfera em que o Estado não intervém. Portanto, a economia está (desde a *polis*) posta no domínio do privado, fora do âmbito do Estado ou da esfera pública. O problema em Habermas é a economia deixar de ser um tema de discussão na esfera pública, não constituir mais em uma questão política, mas técnica (a cargo da burocracia estatal). Aproxima-se do que Fraser chama de privatização da economia, como se fosse um assunto privado e não público, sujeito a debate, a confrontação. Neste sentido, Habermas denuncia a colonização da política pela lógica instrumental, pela sua natureza nitidamente excludente.

Na atualidade, a tensão desloca-se para (ou abrange) a separação entre a política (Estado) e o poder. O diagnóstico mais amplo de Habermas de “cientifização” das decisões políticas¹⁷³ é retomado pela crítica à política produzida em outras circunstâncias sócio-históricas. Vale observar que parte dessa crítica contemporânea se dirige justamente a uma essencialização da oposição entre público e privado que corresponderia à marginalização de alguns temas e experiências, excluídos do debate público porque entendidos como apolíticos. Neste aspecto, na afirmação positiva de traços da política historicamente construídos como negativos, na ampliação da participação política para incorporação de múltiplas perspectivas, aproximam-se, mas não coincidem, com a visão da política de Arendt (o que Arendt propõe com a distinção entre verdade e opinião é a revalorização da opinião).

¹⁷³ “Cria-se assim uma perspectiva na qual a evolução do sistema social parece estar determinada pela lógica do progresso técnico-científico (...) E quando esta aparência se impõe com eficácia, então, a referência propagandística ao papel da técnica e da ciência pode explicar e legitimar porque é que, nas sociedades modernas, uma formação democrática da vontade política perdeu suas funções em relação as questões práticas e deve ser substituída por decisões plebiscitárias acerca de equipas alternativas de administradores.” (Habermas, 2006:74)

A crítica à política na contemporaneidade na sua relação com Arendt e Habermas

Em “Em busca da política”, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2000) não deixa de tratar da perda da função política da esfera pública, mas trata também de outro fenômeno correlacionado, o da impotência da esfera política formal, tópico imprevisto pelas críticas datadas de Arendt e Habermas: o enfraquecimento do Estado concomitante ao desaparecimento da esfera pública. Na perspectiva de Bauman, não é somente a sociedade que se desinteressa e se desengaja da ação política, ao reconhecer como “individuais” problemas que, na realidade, são coletivos, mas o próprio Estado, que se submete às pressões de “um novo agente operacional não político” (2000, p.81): o mercado.

A crítica política de Bauman emerge (é produto) desta outra realidade, de circunstâncias históricas modificadas, ou desta outra forma de modernidade, que nomeia de modernidade “fluida” ou “líquida” (em oposição à fase anterior, a modernidade sólida). Assim, divide a modernidade em dois tipos distintos pensando especialmente nas transformações do *espaço público*, ou na redefinição das relações entre público e privado.

A “modernidade sólida” caracteriza-se pelas suas “tendências totalitaristas”, pela subordinação e supressão das iniciativas individuais, pela vigilância e controle permanentes, pela homogeneização forçada. Seu principal déficit é de liberdade. Segundo Bauman, seus principais símbolos ou ícones foram: a fábrica fordista, a burocracia, o panóptico, o Grande Irmão e, por fim, o campo de concentração. Tais condições explicam o objetivo da crítica política do período: a defesa da esfera privada, da autonomia e da liberdade individual contra a opressão do Estado.

Mas a emancipação dos indivíduos, alcançada com o desaparecimento deste tipo de sociedade, e *celebrada* com diagnósticos de “fim da modernidade” ou da própria “história”, de acordo com o autor, promoveu, na realidade, a “individualização”, e resultou em outro modo de desengajamento e de esvaziamento da esfera pública, desta vez, como consequência de “soltar o freio”:

Ao contrário da maioria dos cenários distópicos, este efeito não foi alcançado via ditadura, subordinação, opressão ou escravização; nem através da “colonização” da esfera privada pelo “sistema”. Ao contrário: a situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das

algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir. *A rigidez da ordem é o artefato e o sedimento da liberdade dos agentes humanos*. Essa rigidez é o resultado de “soltar o freio”: da desregulamentação, da liberalização, da “flexibilização”, da “fluidez” crescente... (BAUMAN, 2001, p.11)

Para o autor, a modernidade “líquida” se distingue do período anterior em dois aspectos principais: primeiramente, pela descrença generalizada no progresso, ou pela ausência de “projeções futuras”, algo como uma boa sociedade, justa, livre de conflitos, etc. À inexistência de grandes projetos associa uma desafeição corrente pelo “questionamento” das bases que assentam a sociedade contemporânea: “Tendemos a nos orgulhar do que talvez devesse envergonhar: de viver numa época ‘pós-ideológica’ ou ‘pós-utópica’, de não nos preocuparmos com uma visão coerente de boa sociedade e de ter trocado a preocupação com o bem público pela liberdade de buscar satisfação pessoal” (2000, p.16).

O autor propõe uma curiosa analogia entre o padrão de crítica ou reflexão atual, que denomina de “sem dentes”, pela sua incapacidade ou impotência prática em *afetar* a agenda de alternativas disponível, e um estacionamento de trailers, cujos motoristas exigem e cobram dos gerentes o cumprimento das promessas, os serviços oferecidos, mas não questionam a “filosofia gerencial do acampamento”: “o jogo da vida que todos jogamos, com nossas auto-reflexões e histórias sendo suas partes mais importantes, é conduzido de tal forma que as regras do jogo, o conteúdo do maço de cartas, e a forma como as cartas são embaralhadas e distribuídas raras vezes sofrem um exame; e ainda com menos frequência se tornam matéria de reflexão, muito menos de discussão séria” (2008, p.18).

O problema, no entanto, é que restou hoje pouco dos espaços públicos/ privados *à moda antiga*, ao passo que não se vêem em lugar algum novos espaços capazes de substituí-los. As *velhas* ágoras foram ocupadas por empreiteiras e recicladas como parques temáticos, enquanto poderosas forças conspiram com a apatia política para recusar alvarás de construção para novos espaços. ***O aspecto mais notável da política contemporânea, disse Cornelius Castoriadis a Daniel Mermet em novembro de 1996, é sua insignificância. “Os políticos impotentes... Já não têm programa, seu objetivo é manter-se no cargo”.*** As mudanças de governo – até de “campo político” – não são um divisor de águas, mas no máximo uma ondulação na superfície de um rio a correr sem parar, monotonamente, com sombria determinação, em seu leito, levado por seu próprio ímpeto. Há um século, a fórmula política dominante de liberalismo era uma ideologia desafiadora e impudente de “grande salto à frente”. Hoje, em dia, não passa de uma auto-apologia da rendição “Este não é o melhor dos mundos imagináveis, mas o único mundo real. Além disso, todas as alternativas são, devem ser e se revelarão piores se experimentadas na prática”. O liberalismo reduz-se hoje ao mero credo de que “não há alternativa”. Se quiser descobrir quais são as raízes da crescente apatia

política, também não precisa procurar muito. Esta política louva e promove o conformismo. E o conformismo bem que podia ser um negócio auto-resolvível – será que a política é necessária para nos conformarmos? Por que nos preocuparmos com os políticos que, seja for o matiz, só podem prometer sempre as mesmas coisas?¹⁷⁴

Coexiste com a ausência de perspectivas, de alternativas ou de utopias da fase líquida da modernidade, a “ausência” de agentes políticos potenciais: “a grande questão, hoje, não *o que deve ser feito*, mas *quem tem poder e decisão para fazer*” (2000, p.27). “A grande questão” para Bauman parece ser a ausência de controle (ou de um contrapeso) com o enfraquecimento de instituições políticas que poderiam tomar posição ou confrontar os interesses (privados) do capital. Na atual fase da modernidade, a *agenda de opções* disponíveis e o *código que orienta a escolha*, anteriormente definidos por agentes políticos, são determinados unilateralmente pelas pressões de mercado, o que quer dizer que as “opções” não são construídas politicamente.

a função de estabelecer código e agenda está sendo decididamente transferida das instituições políticas (isto é, eleitas e em princípio controladas) para outras forças. ‘Desregulamentar’ significa diminuir o papel regulador do Estado, não necessariamente o declínio da regulamentação, quanto mais o seu fim. O recuo ou a autolimitação do Estado tem como efeito mais destacado uma maior exposição dos optantes tanto do impacto coercitivo (agendador) como doutrinador (codificador) de forças essencialmente não políticas, primordialmente aquelas associadas ao mercado financeiro e de consumo.. A agenda de opções mais importantes dificilmente pode ser construída politicamente nas atuais condições. Uma tendência marcante do nosso tempo é a crescente separação entre poder e política... (BAUMAN, 2000, p.80)

Os interesses do mercado deixam de ser contestados porque, de acordo com Bauman, se confundem com a própria “realidade”, são apresentados e reconhecidos como “naturais”, e não como uma opção político-ideológica, entre outras possíveis.

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes da ação coletiva juntam-se ao coro neoliberal para *louvar* como “estado natural da humanidade” as “forças livres do mercado” e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e insistem na *mensagem* de que deixar livres as finanças e o capital abandonando todas as tentativas de frear ou regular os

¹⁷⁴ Bauman, 2000. p.12

seus movimentos, não é uma opção política dentre outras mas um ditame da razão e uma necessidade.(2000, p.35)

Bauman correlaciona, no caso do Estado, a sua subordinação ou perda de autonomia à separação entre capital e trabalho. Esta relação de dependência entre capital e trabalho se modificou na modernidade líquida porque o capital tornou-se relativamente autônomo, não depende mais da força de trabalho como na fase da modernidade sólida, mas dos consumidores e da (in)ação do Estado.

A segunda característica desta nova modernidade é o que Bauman propriamente denomina de *individualização* ou *privatização da individualidade*, que consiste basicamente na dissolução dos vínculos sociais, da própria idéia de sociedade em favor dos “indivíduos”, a quem cabe administrar os seus próprios problemas (quando, na realidade, grande parte deles é de ordem estrutural).

se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre suas perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender a dominar, como deveriam, as artes da auto-expressão e da impressão que causam. Isto é, em todo caso, o que lhes é dito hoje, e aquilo em que passaram a acreditar, de modo que agora se comportam como se essa fosse a verdade. (BAUMAN, 2001, p.43)

Assim, problemas socialmente produzidos (da ordem da estrutura), concernentes à coletividade, não se articulam em uma “causa comum”, tornam-se ou são percebidos como problemas individuais, cujas soluções competem aos próprios indivíduos e não à sociedade ou à ação do poder público. A condição de desapossamento ou a superação de uma posição desprivilegiada socialmente demandaria esforços individuais ao invés de luta política. Esse processo de individualização ou de privatização das tarefas resulta no esvaziamento do espaço público, no afastamento e desengajamento da sociedade da ação política, e produz fenômenos “pós-modernos” como a apatia política ou a percepção dos eleitores de que a política é ineficaz ou uma impossibilidade.

Bauman conclui com o diagnóstico de que não faz mais sentido a defesa da autonomia da esfera privada contra a esfera pública (estatal) porque, hoje, é o privado que invade e coloniza o espaço público de diferentes formas (transformando, por exemplo, a política em espetáculo).

a tarefa da teoria crítica foi invertida. Essa tarefa costuma ser a defesa da autonomia privada contra as tropas avançadas da 'esfera pública', soçobrando sob o domínio opressivo do Estado onipotente e impessoal e de seus muitos tentáculos burocráticos ou réplicas em escala menor. Hoje a tarefa é defender o evanescente domínio público, ou, antes, reequipar e repovoar o espaço público que se esvazia rapidamente devido à deserção de ambos os lados: a retirada do 'cidadão interessado' e a fuga do poder real para um território que, por tudo que as instituições democráticas existentes são capazes de realizar, só pode ser descrito como um 'espaço cósmico'. Não é mais verdade que o 'público' tente colonizar o 'privado'. O que se dá é o contrário: é o privado que coloniza o espaço público. (BAUMAN, 2001, p.49)

E a principal consequência desta colonização da esfera pública por questões privadas é o desaparecimento ou a insignificância “da Política com P maiúsculo”, na definição do autor: “a atividade encarregada de traduzir problemas privados em questões públicas (e vice-versa)” (2001, p.83). Na perspectiva de Bauman, é fundamental, para recuperar a “qualidade” do espaço público, reduzido a um lócus de mera exposição de questões privadas, de exibição de intimidades, repovoá-lo com agentes políticos autorizados, envolvidos no debate, na discussão de questões de fato públicas. É central, no seu pensamento político, a associação do declínio do público, enquanto espaço de discussão coletiva dos problemas da sociedade, e da própria política, enquanto ação estatal, à colonização destas instâncias (a esfera pública e o Estado) pelo “privado”, pelos interesses de agentes econômicos amparados em “fundamentos” que constituem os discursos e as práticas dominantes em diferentes campos da sociedade. Deste modo, o “privado”, identificado a uma ideologia, subordina a ação política do Estado aos seus anseios e necessidades de “desregulamentação” ou ausência de “controle”, e promove a individualização das experiências e práticas sociais.

A concepção de esfera pública que estes autores mobilizam não está completamente desvinculada da concepção da esfera pública burguesa (mesmo Arendt comparando-a à

polis) no sentido de discussão aberta de temas de relevo, de engajamento coletivo e participação no debate conforme fica demonstrado pela análise histórica de Koselleck (1999). A partir daí, questionam, de horizontes sócio-históricos distintos, o fato de a esfera pública ter perdido esta sua dimensão “pública”. O que se reivindica, por meio da crítica, é, portanto, a recuperação da “publicidade” da política. Mas a idéia de esvaziamento da esfera pública, ou a sua colonização por forças alheias, presente nos três autores, não coincide totalmente. Enquanto para Arendt, o esvaziamento está relacionado à contenção da pluralidade pela “exclusão” dos “indivíduos” da esfera pública por meio da “força”, em Habermas, diz respeito mais especificamente à sua “ocupação” política pelo Estado, a sua colonização pelas forças do mercado e pela lógica da técnica. Em Bauman, são os agentes políticos “tradicionais” (trata-se, aqui, dos governos e dos intelectuais) que desertam da esfera pública, que deixam de atuar politicamente para se subordinar a interesses ou demandas do mercado. Assim, a esfera pública perde seus atores políticos efetivos e seu potencial de contestação e de incitação a mudanças. O autor faz referências constantes a uma elite intelectual que não produz críticas ou alternativas, ao contrário, reforça o realismo, a inevitabilidade daquilo que aí está, porque abdica da tarefa de projetar, de imaginar modelos de sociedade alternativos.

Do nosso ponto de vista, o pensamento de Arendt, ao contrário do que defendem alguns de seus comentadores, não se mantém coerente ao propor pensar a política como um conceito historicamente determinado. O mesmo acontece com os demais autores analisados. Cada um ao seu modo identifica a imbricação crescente entre esfera pública e privada como a causa da crise da política nas sociedades. Nesse sentido, a divisão entre o público e o privado permanece como natural, assim como suas representações, quando deveria ser sublinhado o seu caráter histórico. O que queremos dizer é que não dão conta da historicidade de determinados conceitos a partir dos quais elaboram a sua crítica.

Assim, a idéia subjacente a estas análises de dissipação da esfera pública é a de que há uma natureza pública da política que foi deturpada na modernidade pela lógica do privado, que colonizou o Estado e os espaços públicos. A crise da política viria, portanto, desta deturpação ou desvio. Uma das formas de crítica à política que se desenvolve na contemporaneidade inscreve-se nesta mesma perspectiva, de operar, no nível da teoria, com

categorias do pensamento moderno. Não há um questionamento por parte dos autores identificados a esta tradição da historicidade da divisão entre público e privado e de suas representações.

È evidente que a crítica à modernidade (em Arendt, Habermas e Bauman) distancia-se das teses liberais de fim das ideologias, da história e da própria política, porque reagem, em diferentes gradações (o que quer dizer de modos mais ou menos conservadores) à exclusão ou à incorporação seletiva de atores sociais e discursos na esfera pública ou nas instâncias de deliberação.

O nosso principal objetivo, ao incorporar à tese o nosso artigo de qualificação geral, foi criar condições para a compreensão de uma forma de recepção deste discurso da mutação da política, em termos de relação intrínseca entre formas específicas de crítica à modernidade, representadas por Arendt e Habermas, e as reivindicações atuais de uma política contraposta ao que se nos apresenta, hoje, como sendo a política. Esta relação aparece costurada pela sustentação da dicotomia entre o público e o privado, que é específica da modernidade.¹⁷⁵

Assim, esta espécie de conservadorismo, reconhecido no discurso da mutação, é justificada pelas relações que o discurso contemporâneo estabelece no interdiscurso, com esta tradição de crítica à modernidade, representada, aqui, por Arendt e Habermas; ou seja, com uma crítica que não confronta os conceitos modernos e eurocentrados, e que é realizada de dentro da teoria política moderna (subordinada a suas categorias de pensamento).

Neste movimento de alargamento do *corpus*, para compreensão daquelas que seriam as condições de produção do discurso do declínio da política (*o discurso anterior*), a crítica

¹⁷⁵ Na perspectiva de Pierre Birnbaum (1995), a transformação da cena intelectual, com o desaparecimento de teorias sistêmicas, do pensamento marxista, o recuo das interpretações funcionalistas e evolucionistas, e o predomínio de perspectivas teóricas interacionistas, explica porque o debate sobre o fim do político se desenvolve na contemporaneidade em torno do conceito de esfera pública. O autor discorda da representação de esfera pública em Arendt e Habermas, considera que ambas as perspectivas teóricas estabelecem um princípio normativo rígido, indiferente em relação à cultura própria (à multiplicidade de valores e escolhas) dos atores políticos; são adeptas de alguma racionalidade (em si, um princípio unificador sem historicidade) que as encaminha para as mesmas conclusões de fim da história. De acordo com Birnbaum, Habermas, ainda que identifique outra causa, a imbricação crescente entre esfera pública e privada, chega ao mesmo prognóstico dominante nos anos 50 e 60: o triunfo do apolitismo, da apatia política, da indistinção ideológica, o fim do engajamento político etc.

contemporânea à política mostrou-se dividida em duas tendências principais (o que não quer dizer que cada uma delas se manifeste de maneira uniforme): aquela cuja crítica à política se constitui ou se atualiza no interior mesmo do paradigma epistemológico da modernidade, instituindo dicotomias, argumentando por meio de categorias polarizadas (o que faz com que seja identificada a um pensamento mais ou menos conservador, porque não se dá conta de que a política que se tornou irrelevante é a política burguesa, o que a impede de pensar em outras configurações capazes de se contrapor a ordem social vigente); e a que contesta este paradigma epistemológico, procurando desconstruir os seus princípios normativos ou padrões de julgamento, que obscurecerem a pluralidade e a complexidade da realidade política e social. Esta última toma como objeto de reflexão os próprios discursos (construtos sócio-históricos) sobre a política. Esta parte da crítica contemporânea questiona, por exemplo, a sobreposição da economia à política nos moldes marxista, a subsunção de ação política a ações de redistribuição econômica ou de todas as injustiças a desigualdades de classe (na realidade, promove um deslocamento do debate das questões econômicas para as de cultura) e recusa o que entende como essencialização, por exemplo, a oposição entre o que é público e o que é privado (como herança do pensamento moderno). Fazemos uma citação de Bauman que dá conta de explicitar o dilema que fomenta o debate acadêmico atual sobre a política: o de operar com base em princípios normativos e o de desconstruí-los:

A ascendência da ideologia no auge da modernidade foi notoriamente uma benção contraditória. Mas pode-se dizer o mesmo de sua morte. Sábios pós-fato, sabemos agora dos custos humanos de se colocar a sociedade na camisa-de-força ideológica, de cair na tentação de combinar as marcas da ideologia com o fervor do poder executivo - e somos inclinados a avaliar esses custos antes de assumir novos compromissos. Mas ainda temos de aprender quais são os custos de viver sem alternativas, sem sinalização e marcos miliares, o custo de “deixar rolar” e declarar as conseqüências tão inevitáveis quanto imprevisíveis. (...) É muito cedo para celebrar o fim das grandes narrativas, assim como é estranho e talvez mesmo antiético, à luz da experiência moderna, lamentar o seu desaparecimento. (BAUMAN, 2001, p.135)

Assim, de modo bastante simplificado, distinguimos pelo menos duas posições neste debate, que, em alguns momentos, se misturam: de um lado, temos o pressuposto de que a política contém uma essência (e, portanto, sua perda ou enfraquecimento implicaria

em distorção ou em decadência) e, de outro, o pressuposto de que a política é um conjunto de ações contingentes, relacionais e historicamente configuradas (devendo, portanto, ser caracterizadas e analisadas criticamente, mas não a partir de uma referência rígida ou estanque). Trata-se, portanto, de duas compreensões da política que atualizam pressupostos históricos diferenciados. Portanto, é possível pensar a política como um “referencial”, próximo do sentido que Foucault (1971) atribui ao termo: “darei, por exemplo, que a loucura não é objeto (referente) comum a um grupo de proposições, mas o referencial, ou lei de dispersão de diferentes objetos ou referentes postos em jogo por um conjunto de enunciados, cuja unidade se encontra precisamente definida por esta lei” (p.30). Ao abdicar da noção de objeto como princípio de unidade da formação discursiva, Foucault propõe o termo “referencial”, mais apropriado para se referir ao fenômeno da dispersão dos objetos, que não são específicos de determinadas instâncias enunciativas ou campos de saber. Desta perspectiva, de que os discursos de saber constroem os seus próprios objetos, não haveria, em relação à política, nenhuma característica positiva ou factual, intrínseca. Não pré-existe qualquer “referente”, original, natural ou verdadeiro aos constituídos historicamente pelas práticas sociais. Pensar a política como referencial, próximo deste sentido que Foucault especifica, evita que a política tenha um sentido só e, ao mesmo tempo, qualquer sentido (ou seja, o sentido não pode ser qualquer um, mas aquele é possível enunciar dadas as circunstâncias). Não se trata aqui de construir uma formação discursiva nos moldes foucaultianos, mas somente de propor pensar a política em termos do que o discurso teórico-acadêmico “pôde dizer sobre ela” em contextos históricos específicos. Ou seja, este dizer sobre a política não é da ordem da progressão perceptiva de sua essência ou natureza. A política não é um objeto estanque, mas que se modifica no interior do discurso teórico (que detém a prerrogativa de defini-la e de compreendê-la).

Próximos encaminhamentos

Em termos de *dados brutos*, o que conseguimos, afinal?

Textos representativos de certas perspectivas ou pontos de vista que estruturam a discussão contemporânea sobre a transformação da política, que se materializam em diferentes tipos ou estilos de discursividades, e que podem ser pensadas como indissociáveis tanto de uma determinada época, de um período histórico específico, de posicionamentos discursivos, ou ainda de uma atividade social ou comunicativa. Também se trata de um *corpus* de enunciados onde ocorrem significantes que se articulam de forma a constituir uma unidade de sentido que remete a, ou melhor, sublinha um discurso específico, sobre o declínio da política. Nesse sentido, constituem um *lugar de posicionamento*. Outra característica sua é a *reflexividade num sentido amplo*, porque reúne textos que têm como objeto de reflexão e de análise o próprio discurso sobre o declínio da política (não se trata de comentar especificamente um signo lingüístico, uma palavra ou expressão, mas o discurso de outrem). O objeto de polêmica não é um significante, é o “discurso”. Nesse trabalho sobre o discurso do outro, por meio das formas de discurso relatado, especialmente do discurso indireto, em geral, o emprego do verbo introdutor enfatiza uma atitude subjetiva do enunciador em relação ao que diz.

Temos um conjunto de temas (na realidade, de significantes) relativamente estável tratados segundo modelos semânticos alternativos. Os dados conseguem mostrar desacordo na leitura de certos fenômenos políticos como problemas de fato, tematizados como sintomas claros da crise latente da política na contemporaneidade, da sua degeneração em outra coisa. Esta vertente da crítica estabelece, portanto, uma normatividade, ao destacar certa desordem nas condições normais, ideais ou desejáveis de funcionamento da política. Aqui, o sentido de “crise” é negativo, aparece como sinônimo de “declínio”. Os “problemas” inscrevem-se na perspectiva da perda, porque a crítica apóia-se em valores do passado. Mas as mesmas causas e efeitos da mutação da política podem ser percebidos como falsos problemas conforme outro ângulo de observação. Desta perspectiva, os problemas sociais, políticos não teriam qualquer natureza objetiva (não seriam descritos, mas constituídos discursivamente). A natureza diversa dos julgamentos demonstra a polemicidade do discurso, que é realizado (ou se encarna, se cristaliza) em um conjunto de expressões relativamente fixadas que, no interdiscurso, podem até mesmo assumir o estatuto de enunciados repetíveis e desgastados (de lugares-comuns). Pode-se dizer, então,

que construímos um observatório restrito para os usos demarcados de determinados significantes, que participam de várias discursividades, e que “sabidamente” expressam temáticas próprias ou caras a um discurso (o do declínio da política).

Concluimos, assim, nossa “introdução”, que não obedece à metodologia científica, mas à cronologia de eventos e circunstâncias que influenciaram a construção do nosso corpus antes mesmo que pudéssemos definir o próprio objeto de pesquisa, os objetivos, formular questões e hipóteses de trabalho, justificar a relevância da pesquisa, expor a metodologia utilizada etc. Todos estes aspectos serão comentados nas próximas seções do trabalho. É possível que possamos reuni-los no final, quando faremos uma síntese do percurso, de tudo o que foi visto. A peculiaridade deste corpus é que não foi construído para confirmar ou infirmar hipóteses anteriormente formuladas.

No próximo “capítulo”, confrontamos o corpus da pesquisa com outros modelos, ou seja, procuramos legitimá-lo com base nas tipologias disponíveis para, em seguida, construir o nosso objeto de investigação e nossas hipóteses de pesquisa.

PARTE II: Estabelecendo relações com o corpus e tomando decisões

Unidades tópicas e não-tópicas

Esta segunda parte do nosso trabalho não trata da “fundamentação teórica” propriamente dita da pesquisa. Aqui, rememoramos as muitas relações que estabelecemos com nosso corpus no decorrer do trabalho, até nos decidirmos por uma forma, entre tantas, de apreendê-lo. Não havia nenhum problema da ordem da “natureza” dos dados (dos fatos brutos), que dificultasse sua configuração ou justificasse o confronto de abordagens discursivas. Absolutamente. O dilema consistiu na escolha de um modo de fazer análise do discurso, entre outros disponíveis, que podem ser mais ou menos interessantes (segundo as expectativas do analista em relação ao seu próprio trabalho ou às da comunidade acadêmica).

Esta discussão em torno da constituição do objeto da pesquisa poderia ter sido deixada de fora, nas sobras, porque se refere àquele trabalho que, nos termos de Krieg-Planque, *é feito na cozinha*, mas, aqui, é parte constitutiva de nossa metatese.

Poderíamos justificá-la dizendo que *realiza* a máxima de Saussure: “É o ponto de vista que cria o objeto”. Ou então que se inspira no esforço ou estratégia argumentativa de Bakhtin para encontrar o *objeto* da sua filosofia da linguagem.

No que consiste o objeto da filosofia da linguagem? Onde podemos encontrar tal objeto? Qual é sua natureza concreta? Que metodologia adotar para estudá-lo? Na parte introdutória de nosso estudo, estas questões concretas não foram abordadas. Nós falamos da filosofia da linguagem, da palavra. Mas o que é a linguagem? O que é a palavra? Não se trata, evidentemente, de formular perfeitas definições destes conceitos de base. Uma tal formulação só poderia mesmo ser realizada no fim ou não no início de nossa pesquisa (supondo-se que uma definição científica possa alguma vez ser considerada perfeita). No início de nosso itinerário, convém propor, ao invés de definições, diretrizes metodológicas: é indispensável, antes de mais nada, conquistar o objeto real da nossa

pesquisa, é indispensável isolá-lo de seu contexto e delimitar previamente suas fronteiras. (BAKHTIN, [1929] 2004, p.69)

Mas não seríamos muito fiéis à “realidade dos fatos”, para empregar um desgastado lugar-comum. A organização deste “capítulo” deve muito às intervenções do lingüista Kanavillil Rajagopalan na mesa-redonda “Retórica, argumentação e pragmática”, no 55º Seminário do Gel (Franca, 2007), quando discutiu, de sua perspectiva pragmática, o papel da argumentação no discurso científico, pensando-a como vinculada às condições sócio-históricas. Na ocasião, comparou dois gêneros: “narrativa” e “tese acadêmica”. Afirmou que as teses têm de ser formuladas como “narrativas”, ao invés de “tratados”, porque as narrativas admitem contradições e também porque uma “tese” é propriamente o *percurso*, habitado de percalços, hesitações, e não somente o “produto final” que dele resultou. A tese costuma ser, a rigor, um discurso esvaziado de marcas temporais; nela, há conceitos prontos; a narrativa, diferentemente, tem progressão temporal (mesmo que não seja linear); nela, há uma trajetória (dinamicidade), conceitos sendo deslizados, esculpidos...

Com esta observação, não queremos dizer que construímos uma narrativa. Ao contrário. O nosso modo de “narrar” não comporta alguns dos elementos mais típicos do gênero ou tipo de texto, como a progressão ou ordenamento temporal (não nos preocupamos com a sequência em que as diferentes conjecturas, no tocante ao tratamento dos dados, apareceram, ou com o seu encadeamento), mas nem por isso, por não articular a temporalidade, devemos excluir por completo a perspectiva de construir uma “narrativa” ao invés de um “tratado”.

Walter Benjamin ([1936] 1985) relaciona a arte de narrar, que considera extinta, à faculdade de intercambiar experiências: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes (p.201).

Assim, apresentamos, nesta seção, algumas possibilidades de tratamento do nosso material, por terem correspondido, de fato, a “experiências” vividas na constituição do corpus. Mas não relatamos experiências na qualidade de quem as “viveu”, porque muitas das nossas conjecturas ficaram assim restritas, à mera especulação no plano da teoria, na melhor acomodação do corpus a certos dispositivos teóricos e analíticos.

Este não nos parece um exercício inútil, na medida em que, em boa parte do nosso percurso, vimo-nos mesmo às voltas com uma dúvida ou inquietação freqüente, quanto à forma mais interessante de lidar com este material, buscando o que é novo no campo dos estudos do discurso. Eventualmente, as nossas especulações acabaram dando origem a trabalhos experimentais apresentados em congressos e simpósios, mas que não foram adiante, porque implicaram no esquecimento de certas propriedades que, do nosso ponto de vista, mereceriam ser atribuídas ao corpus. Em certo sentido, fomos tomados por uma ilusão de completude, de não deixar nada escapar, nada nas sobras ou nas sombras.

Ao nos distanciarmos do gênero tese mais tradicional, o trabalho também sofre de alguns déficits. Assumimos, por exemplo, o ônus de deixar de desenvolver algumas análises, ou de deixá-las *abertas*, para nos concentrar em outras questões, também caras à AD, mas com um viés nitidamente epistemológico.

Apresentamos, aqui, os procedimentos correntes de construção de *corpora* discursivos na AD, conforme organização proposta por Dominique Maingueneau (2006a; 2007b; 2008b) entre unidades tópicas e não-tópicas, chamando atenção para as práticas analíticas recomendadas para cada uma das unidades constituídas, e procurando acomodar o nosso corpus nas categorias tópicas e não-tópicas.

No campo das unidades tópicas territoriais e transversas, olhamos nosso objeto como gênero de discurso e registro funcional, respectivamente; no das unidades não-tópicas, construímos dois dispositivos de observação: uma formação discursiva, que corresponde a uma unidade ainda não prevista pelas tipologias, e um percurso.

Não se trata, reiteramos, de demonstrar, com análises, até onde cada abordagem pode nos conduzir. Nossa intenção é simplesmente destacar diferentes modos de fazer análise do discurso pensando em vantagens e desvantagens de cada um em relação a determinadas propriedades do discurso valorizadas na tradição da AD.

Ensaiai a construção do corpus segundo procedimentos de delimitação diferenciados implica dar maior relevo a um ou outro aspecto (mais ou menos interessante) da atividade discursiva, ou influenciar nos dispositivos teóricos e de análise já elaborados. Nem sempre é possível aplicar os conceitos disponíveis quando, por exemplo, focalizam-se aspectos que interessaram pouco à disciplina, ou quando se constrói um objeto que não é

evidente, mesmo podendo construí-lo de maneira *previsível* – os analistas comumente optam pelos espaços da produção discursiva oficialmente demarcados. Enfim, levamos em conta aquilo que o campo autoriza em termos de construção de *corpora* e a sua relação com o desenvolvimento de modelos de análise discursiva compatíveis.

Nesta seção, portanto, buscamos: 1) situar o projeto da pesquisa no interior do quadro teórico da AD, um campo heterogêneo, que reúne diferentes tipos de abordagens do seu objeto próprio, o discurso; 2) discutir os procedimentos para constituição de *corpora* na AD – mudanças conceituais no quadro teórico da disciplina conectam-se a reformulações na maneira de reunir e organizar os dados e de construir o “discurso”: ora como objeto homogêneo, ora heterogêneo, ora disperso, ora vinculado a uma instituição, a um posicionamento ideológico etc.; e 3) por fim, justificar a nossa opção pelo tratamento do corpus como unidade não-tópica do tipo “percurso”. Examinamos em que medida esta noção de “percurso” se aproxima ou se distancia da noção de “trajeto temático” formulada por Guilhaumou e Maldidier (1997), adotando como parâmetro para a comparação os procedimentos envolvidos em um caso e outro. Mas, a despeito das diferenças entre as abordagens, é fundamental, a todas elas, estabelecer a coerência entre o empírico (os dados) e os conceitos descritivos, entre o corpus e a hipótese de pesquisa. Essa construção da coerência se inicia aqui, mas será concluída na seção seguinte.

Algumas considerações de Maingueneau (2008a) acerca das preocupações da disciplina e das perspectivas teórico-metodológicas dominantes servem como ponto de partida para identificar o nosso trabalho aos métodos e procedimentos das correntes agrupadas pelo autor sob o rótulo “tendências francesas”. Representa, antes de qualquer outra coisa, parte de um esforço para situar esta pesquisa em alguma tradição de AD.

Em “Discurso e Análise do discurso”, Maingueneau (2008a) oferece um panorama epistemológico do campo, identificando os critérios principais em torno dos quais os estudos contemporâneos do discurso se organizam. Com base neles, é possível então reconhecer diferentes tendências da análise do discurso.

O primeiro critério para o estabelecimento das diferenças entre os tipos de pesquisa que têm como preocupação o discurso é em relação à própria noção de discurso, muito variada, e, no caso da AD, marcada por uma peculiaridade: a noção de discurso faz

simultaneamente referência ao objeto e a um tipo de abordagem; nos termos de Maingueneau: “é preciso reconhecer que essa noção contém em si uma ambigüidade constitutiva: é ao mesmo tempo um *objeto* e um *ponto de vista* sobre esse objeto, ao mesmo tempo domínio empírico e certa maneira de abordá-lo” (2008a, p.136).

O emprego do termo discurso por si, segundo o autor, já identifica certa opção teórica: estudar um dispositivo de enunciação que implica textualidade e lugar social. Por exemplo, ao dizer “discurso literário” ao invés de “literatura” indica-se que se aborda o texto literário a partir de certos pressupostos: “que se contesta uma abordagem hermenêutica ou uma abordagem estruturalista e que se leva em conta as instituições associadas à literatura, ao interdiscurso, à circulação das obras etc.” (p.136).

Considérer le fait littéraire à travers le “discours”, c’est contester ce point fixe, cette origine “sans communication avec l’extérieur», pour reprendre la célèbre formule de Proust, que serait l’instance créatrice, centre d’une littérature qui, en réalité, ne saurait en avoir. C’est renoncer au fantasme de l’oeuvre en soi, dans sa double acception d’oeuvre autarcique et d’oeuvre au fond de la conscience créatrice. Depuis plusieurs décennies de nombreux travaux ont renouvelé dans ce sens locales, alors même que c’est l’ensemble du paysage qui est en train de se reconfigurer. Impossible de modifier notre conception de l’instance créatrice sans engager une modification de notre appréhension du fait littéraire, sans mettre en cause une doxa qui ne permet pas d’aborder comme il convient d’autres régimes de la littérature que celui auquel elle est liée, ni même d’ailleurs le régime dont elle participe. Renoncer à l’oeuvre « en soi », c’est restituer les oeuvres à l’espace qui les rend possibles, où elles sont produites, mises en circulation, évaluées, archivées... (MAINGUENEAU, 2002, p.1)

O uso “restrito” do termo discurso pode fazer referência ao posicionamento em um campo discursivo (Maingueneau dá como exemplo o discurso feminista). Este emprego da palavra discurso, segundo o autor, é ambíguo:

porque pode designar o sistema que permite produzir um conjunto de textos como esse próprio conjunto: o discurso feminista é tanto o conjunto dos textos produzidos pelas feministas como o sistema que permite produzi-los, a eles e a outros textos qualificados como feministas. Produz, portanto, um deslizamento constante dos enunciados autênticos ao sistema de regras que os torna possíveis. (MAINGUENEAU, 2008a, p.137)

Outros exemplos de “usos restritos” dizem respeito às categorizações funcionais, segundo tipos de discurso, ou então baseadas em um critério comunicacional (discurso polêmico, didático, de vulgarização etc.). A terceira acepção de discurso é a que estabelece a relação imediata de um texto com seu contexto histórico e social. Possenti (2004) explica que:

A AD não associa texto e contexto, como em algumas teorias da coerência, assim como não associa enunciados a contextos (...) Para a AD, ao contrário, um texto faz sentido não por sua relação com um contexto, ou em decorrência de conhecimentos que o leitor tenha estocado ou que rememora e coloca em funcionamento ao ler/ouvir, mas por sua inserção em uma FD, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte. (POSSENTI, 2004, p.364-5)

Maingueneau também distingue o emprego do termo discurso em três grandes planos, que correspondem a diferentes apreensões do que seja a atividade verbal (o que irá influenciar a “natureza” dos dados). No primeiro plano, o discurso está associado à enunciação e, nesse caso, os dados verbais considerados não costumam ultrapassar a extensão da frase; no segundo, é influenciado pelas correntes pragmáticas, correspondendo a interações conversacionais, que podem ser autênticas ou fabricadas; no último, discurso refere-se a “realidades sócio-históricas”, a conjuntos de textos oriundos de instâncias enunciativas institucionais (*corpora institucionais*). Trata-se do domínio privilegiado pela AD:

O pesquisador estuda, portanto, organizações transfrásticas provenientes de uma atividade socialmente reconhecida (...) Como unidades transfrásticas, os discursos são submetidos a regras de organização em vigor numa comunidade determinada, aquelas dos múltiplos gêneros de discurso: regras referentes à organização de um texto (uma notícia de crônica cotidiana não se configuraria como uma dissertação ou uma modalidade de uso...), à duração do enunciado, a seu suporte material, às suas funções ligadas a essa atividade de fala etc. (MAINGUENEAU, 2008a, p.139)

O problema destas classificações, especialmente das mais restritivas, segundo Maingueneau, é pressupor que o discurso é um objeto imediatamente dado, o que para o autor não é evidente. Talvez, por isso, Maingueneau pense em outra distinção, que se apóia no que denomina de “duplicidade do discurso”: “ao mesmo tempo cartográfica em termos

tópicos e submetida a processos *não-tópicos*” (2008b, p.86) (retomamos esta discussão mais adiante)¹⁷⁶.

Tal compreensão do discurso, a inseparabilidade entre textualidade e lugar social e duplicidade, constituiu-se no intercâmbio de conceitos e idéias provenientes de outras abordagens que tinham o discurso como o seu principal objeto de análise. Não se trata de evocar a escola francesa de Pêcheux, mas Bakhtin e Foucault, autores que influenciaram aspectos centrais a esta abordagem do discurso institucionalizada como AD. Particularmente, no que se refere à questão do *exterior* constitutivo do discurso.

Em “Marxismo e filosofia da linguagem”, Bakhtin ([1929] 2004) não fala explicitamente em discurso, nem em história, mas em “linguagem”, “palavra”, e “ideologia”, o que já pressupõe um vínculo entre linguagem e lugar social: “assim como, para observar o processo de combustão, convém colocar o corpo no meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som –, bem como o próprio som, no meio social” (2004, p.70).

No capítulo 4, Bakhtin se questiona sobre a natureza concreta do objeto da filosofia da linguagem, que não se confunde com a língua, não da maneira como ela é concebida em duas correntes de pensamento conflitantes, que ele identifica como subjetivismo idealista e objetivismo abstrato; ambas mais ou menos reconhecem a língua como um “instrumento pronto para ser usado” (p.73).

Enquanto que, para a primeira orientação, a língua constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade, para a segunda orientação a língua é um arco-íris imóvel que domina este fluxo. Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. São justamente estes traços *idênticos*, que são assim normativos para todas as enunciações – traços fonéticos, gramaticais e lexicais –, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade. (BAKHTIN, [1929] 2004, p.77)

¹⁷⁶ Esta divisão entre unidades tópicas e não-tópicas, segundo Maingueneau, é atravessada por outra distinção, anteriormente proposta por ele em relação a procedimentos ou tipos de abordagem discursiva: as analíticas e as integradoras. A abordagem analítica se preocupa em desarticular o discurso para relacioná-lo a uma identidade discursiva singular, e a integradora mostra a articulação entre múltiplos planos do discurso.

O autor se afasta tanto da idéia romântica de que o sujeito escolhe livremente o que vai dizer quanto da idéia de que a língua é uma *realidade objetiva independente* (um sistema de formas normativas externo à consciência individual). Tais posições não convêm à realidade por uma série de razões que o autor discute. Segundo Bakhtin, a própria idéia da língua como um sistema de normas imutáveis e do processo de compreensão como reconhecimento, identificação da forma lingüística “isolada”, constituem meras abstrações (não correspondem aos pontos de vista que locutor e receptor têm da linguagem):

De fato, a forma lingüística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 2004, p.95)

A crítica de Bakhtin às duas correntes é especialmente em relação ao que cada uma delas especifica como “exterior”: no caso do subjetivismo, o que organiza o dizer é a consciência individual (autonomia do sujeito); no caso do objetivismo, o sistema lingüístico acabado (autonomia da língua).

Está no cerne da noção de linguagem de Bakhtin, e de discurso, de Pêcheux, o vínculo constitutivo da linguagem com que se concebe como “exterior”; para estes autores, a linguagem não está desvinculada da ideologia (Bakhtin), das posições de classe, da história (do arquivo), ou seja, a noção de discurso não pressupõe isolamento ou “enunicação monológica”, nos termos de Bakhtin. Também não se trata de uma relação acessória com estes supostos “exteriores”, mas constitutiva. A noção de polissemia de Bakhtin explica a natureza desta relação.

Toda enunicação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (BAKHTIN, 2004, p.98)

Sobre a influência de Foucault (1969) na AD, interessará, por ora, a sua noção de “formação discursiva”, proposta em relação aos discursos da ciência, para: 1) determinar o que é o exterior constitutivo do discurso (não se trata da intenção de um sujeito); e 2) substituir as tipologias tradicionais ou institucionalizadas (a noção de formação discursiva revisitada por Maingueneau). Foucault refere-se às divisões dos campos de saber ou tipos de discurso, a literatura, a filosofia, a biologia etc., e aos tipos de unidades neles constituídas, para realçar a continuidade do discurso, o seu princípio organizador: indivíduo, livro, obra, objeto, conceito, noções ou teorias, tema... Inicialmente, o que interessou à AD foi esta superação da metafísica do sujeito, o descarte dos resquícios de subjetividade ou de consciência voluntária, individual dos sujeitos.

No entender de Maingueneau,

o interesse específico que governa a disciplina “análise do discurso” é de apreender o discurso como entrecruzamento de um texto e de um lugar social, quer dizer que seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une através de *um dispositivo de comunicação específico que provém ao mesmo tempo do verbal e do institucional* (MAINGUENEAU, 2008a, p.143)

As diferentes abordagens distinguidas por Maingueneau no interior da AD seriam, antes de tudo, “agrupamentos dos pesquisadores que compartilham certo número de conceitos, de problemáticas e de maneiras de trabalhar” (p.143). Assim, para que uma abordagem constitua, de fato, uma corrente, é preciso que ela reúna pesquisadores que compartilhem certa compreensão de discurso, da finalidade ou propósito do seu estudo e dos procedimentos para analisá-lo. Mas, para o autor, a organização do campo em “correntes”, que se opõem pelo modo como definem seus objetivos, elaboram conceitos e métodos de análise, escolhem os dados, constroem o corpus etc., não é suficiente para acomodar aqueles pesquisadores que se dedicam, por exemplo, ao estudo de um mesmo objeto (que privilegiam certo tipo de discurso, por exemplo), mas pertencem a diversos campos de saber, cada qual com postulados teórico-metodológicos específicos, mas não totalmente incomunicáveis. Maingueneau introduz a noção de “territórios” para abrigá-los.

É preciso, como efeito, acomodar em outro modo de agrupamento de pesquisadores, estreitamente ligado à prática da pluridisciplinaridade: são *territórios* delimitados pelo compartilhar de um mesmo *objeto de estudo*,

como, por exemplo, o discurso televisivo, o discurso administrativo, os discursos em situação de trabalho etc. Essas redes, que agrupam em torno de um mesmo objeto pesquisadores que pertencem a diversos campos das ciências humanas e sociais são ligadas de maneira mais ou menos direta a uma demanda social. Estaríamos errados se levássemos a esse propósito certos preconceitos em considerar que tais agrupamentos são mera “aplicação” sem alcance teórico, a simples justaposição de abordagens heterônimas cuja validade se valida essencialmente por seu poder de intervenção na sociedade. Na realidade, esses “territórios” interagem muito com as elaborações conceituais. O estudo do discurso televisivo, por exemplo, leva a análise do discurso a retrabalhar certos conceitos próprios. (MAINGUENEAU, 2008a, p.145)

Considerando esta organização dos estudos do discurso em *correntes e territórios*, nosso trabalho inscreve-se em certa tradição de análise do discurso que ainda mantém vivos os pressupostos da vertente francesa. As “tendências francesas”, de acordo com Maingueneau, caracterizam-se por:

- (1) um interesse pelos corpora provenientes de gêneros do discurso instituídos (= não conversacionais) ou mesmo corpora provenientes do arquivo histórico;
- (2) preocupação de não se interessar somente pela função das unidades mas também pelas suas propriedades como elementos do sistema da língua, o que implica uma relação forte com a lingüística;
- (3) importância atribuída ao interdiscurso;
- (4) uma reflexão constante sobre os modos de inscrição da subjetividade no discurso, enraizada nas teorias da enunciação lingüística;
- (5) uma posição que põe a ênfase no caráter construído de “fatos”, dos “dados” com os quais lida o analista do discurso; (MAINGUENEAU, 2008a, p.147)

Mesmo compartilhando alguns destes fundamentos básicos, as pesquisas ainda se diferenciam em muitos outros aspectos. Maingueneau distingue, por exemplo, os analistas que têm como preocupação o estudo da organização textual dos que visam articular discurso e posicionamentos ideológicos, ou estudar certo tipo ou gênero de discurso (como o próprio autor que se dedica ao estudo das propriedades de um tipo particular de discurso, o discurso constituinte).

Outra distinção possível dos trabalhos em AD, que pode ser interna a uma *corrente* ou não, pode ser segundo as categorias com as quais a análise do discurso trabalha, e que expõe a problemática da delimitação social dos discursos. Maingueneau (2006a) as divide

em dois grandes tipos: as unidades tópicas (que têm fronteiras visíveis) e as unidades não-tópicas (que demandam o estabelecimento de suas fronteiras).

As unidades tópicas dividem-se em “unidades territoriais” e “unidades transversas”.

As *territoriais* são dadas, ou seja, correspondem a “espaços pré-delineados pelas práticas verbais” (Maingueneau, 2006a, p.14), a tipos e gêneros de discurso associados a atividades *visíveis* do mundo social. Por exemplo, o discurso administrativo, o publicitário, o político, o jornalístico, o literário, o filosófico etc., e os diversos gêneros discursivos que os compõem.

A noção de “tipo de discurso”, entendida como um conjunto de gêneros, é por si heterogênea; de acordo com Maingueneau (2006a), implica princípios de agrupamento que obedecem a duas lógicas bem distintas: “a do co-pertencimento a um mesmo aparelho”, e a da “dependência em relação a um mesmo posicionamento” (2006a, p.15). Assim, os tipos podem agrupar diversos gêneros de discurso que pertencem a um mesmo lugar institucional, mas não são necessariamente dependentes de um mesmo posicionamento no campo da ideologia. Como exemplo, Maingueneau cita o discurso hospitalar e seus múltiplos “gêneros” (consultas, receitas, laudos etc.). Já os discursos doutrinários, como o “discurso comunista”, consistem numa diversidade de gêneros (jornal, panfletos, programas eleitorais, etc.) produzidos por um posicionamento no interior de um campo simbólico (o político). São divisões ligadas a posicionamentos de ordem ideológica. Nesse caso, cada posicionamento adere a certos gêneros e, em contrapartida, rejeita outros. Essa “predileção” por determinados gêneros em detrimento de outros constitui um componente essencial da sua identidade. Em resumo, os “tipos”, ou se delimitam a partir de um funcionamento institucional, ou de um posicionamento. Em princípio, não há qualquer orientação tácita para que um mesmo discurso seja abordado apenas de uma única perspectiva: “nada impede que se aborde também o discurso de um partido político como discurso de aparelho: nesse caso são os gêneros de discurso ligados ao funcionamento do partido que serão levados em conta” (Maingueneau, 2006a, p.15). Para Maingueneau, é uma questão de ponto de vista (do analista).

Sobre o nosso *corpus*, um complexo de gêneros discursivos heterogêneos, o senso comum diz que textos de mídia e filosóficos não têm o mesmo estatuto ou prestígio, de

modo que não poderiam ser “misturados” num mesmo *corpus*. Mas a teoria de Maingueneau (2000, 2006a, 2006b) a propósito dos discursos constituintes é capaz de explicar isto que seria percebido como desnível em relação ao estatuto dos textos no interdiscurso. Em outras palavras, a *mistura* é possível mesmo tratando-se de uma unidade tópica territorial.

Os discursos constituintes não se enquadram numa tipologia funcional convencional, que organiza os discursos segundo sua finalidade. O que define o constituinte não é a sua finalidade (que é incerta, uma vez que são discursos que tematizam a própria definição), mas a sua posição (de prestígio) no interdiscurso. Fundam a si próprios e aos outros discursos. A distinção elementar entre constituintes e não-constituintes repousa, nos termos de Maingueneau, em uma “observação banal”: uma sociedade tem discursos comuns e outros discursos que estão na fronteira com coisas transcendentais (Razão, Deus, Belo), que são os que apóiam os debates na sociedade.

quando há um debate sobre um problema social, solicita-se opinião de sujeitos que falam em nome da religião, da ciência, da filosofia... Tem-se, com efeito, a impressão de que os discursos dos quais eles são porta-vozes são, de alguma, forma, discursos últimos, para além dos quais não há senão o indizível, de que eles se confrontam com o Absoluto. Como esses discursos são aqueles que dão sentido aos atos da coletividade, e que são garantia de múltiplos outros, o jornalista às voltas com um “debate sobre um problema social” recorrerá muito naturalmente à autoridade desses sujeitos. Mas o inverso não acontece. Há então uma assimetria fundamental... (MAINGUENEAU, 2000, p.6)

Outra propriedade destacada dos discursos constituintes, relativa ao seu modo de funcionamento e circulação, é a indissociabilidade da difusão de um conteúdo de seu dispositivo de transmissão. Neste sentido, a “diversidade de regimes de produção discursiva não é contingente. Não se trata de um acidente exterior à essência da filosofia que ela seja objeto de manuais de ensino: ela não pode escapar à didaticidade. Do mesmo modo, o fato de que as obras literárias sejam objeto de críticas em jornais ou suscitem debates em programas de TV participa do fato literário” (Maingueneau, 2000, p.9). Assim, é possível distinguir, no interior de um discurso constituinte, uma hierarquia de gêneros do discurso: distinguem-se os enunciados de maior prestígio (ou os discursos fonte), os que estão mais próximos da Fonte legitimadora, de outros que se associam a ele para comentá-lo,

interpretá-lo, debatê-lo... (os discursos segundo). Os discursos fonte ou primeiros não existiriam independentemente de determinadas práticas sociais.

A análise dos discursos constituintes não deve se restringir ao estudo de alguns textos (as obras dos grandes sábios, os grandes textos religiosos, etc.) ou de alguns tipos de textos privilegiados (as produções teológicas para teólogos, os artigos científicos para cientistas e pesquisadores, etc.). Para apreender o funcionamento dos discursos constituintes, é preciso tomar como unidade de análise *o conjunto dessa hierarquia*, partir do princípio de que o discurso constituinte recobre um espaço de produção profundamente heterogêneo. A grande filosofia, a alta teologia, a ciência nobre... são sempre desdobrados em outros gêneros menos nobres, que são imprescindíveis ao archéion: manuais escolares, sermões dominicais, revistas de vulgarização científica... (MAINGUENEAU, 2000, p.09)

Referindo-se ao discurso literário, Maingueneau (2006b) explica os discursos constituintes como “instituição discursiva”, uma idéia que diz respeito às condições de emergência da obra literária (associada às práticas sociais que institucionalizam o funcionamento do campo literário, e não à tradição de análise da história pessoal, psicológica ou do contexto sócio-histórico dos escritores). De acordo com Maingueneau (2000, p.10): “O discurso constituinte não é um simples vetor de idéias, ele articula, através do dispositivo enunciativo, textualidade e espaço institucional”.

a noção de instituição literária designa a vida literária (os artistas, os editores, os prêmios etc.). Podemos ampliar o seu domínio de validade, como fazem muitos sociólogos, levando em conta o conjunto de quadros sociais da atividade dita literária, tanto as representações coletivas que se têm dos escritores, como a legislação (por exemplo, sobre os direitos autorais, as instâncias de legitimação e de regulação da produção, as práticas (concursos e prêmios literários), os usos (envio de um original a um editor...), os *habitus*, as carreiras previsíveis e assim por diante. (MAINGUENEAU, 2006b, p.53)

Como ocorre com a literatura, tem-se minimizado também o caráter institucional da atividade filosófica, o fato de que é mais um discurso entre tantos outros. Ao texto filosófico se atribui o estatuto de gênero autoral, “expressão da visão de mundo de uma individualidade criadora” (Maingueneau, 2006, p.239), quando, na realidade, deriva de um discurso de posicionamentos concorrentes num campo simbólico: os discursos constituintes se apresentam como um espaço de tensão, de disputa entre posicionamentos.

O que queremos demonstrar é que a construção do nosso objeto como discurso constituinte, uma unidade tópica territorial, é uma opção, entre outras. Um único conceito, o de discurso constituinte, propiciaria uma abordagem integral do *corpus* (dividido em textos oriundos do campo erudito e jornalístico). O discurso sobre o recuo do político pode ser tratado como um discurso constituinte.

Uma análise, preocupada com a sua produção, teria de situar estes textos, ou localizar o *corpus* em um dado campo discursivo, e estabelecer as relações de concorrência entre posicionamentos internos ao campo, considerando a posição que os produtores (comunidade discursiva) ocupam. Trata-se de analisar o estado atual do campo, a sua estrutura, o funcionamento, as práticas dos grupos que nele situam para compreender sua produção discursiva. A metodologia para este tipo de análise pode compreender as etapas descritas por Bourdieu:

Primeiramente, uma análise da posição dos intelectuais (...) Em segundo lugar, uma análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual [ou artística] ocupam num dado momento do tempo na estrutura do campo intelectual (...) O terceiro e último momento corresponde à construção do habitus como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. (BOURDIEU, 2007, p.191)

Em geral, as análises de discursos constituintes (como as de Maingueneau sobre o discurso literário, e as de Frédéric Cossutta sobre o filosófico) põem em primeiro plano a relação profundamente motivada entre o conteúdo (as teses filosóficas, por exemplo) de um “posicionamento” (escola, doutrina, vertente, movimento, tendência etc.) e o seu “modo de expressão” (que compreende o mídiun, os gêneros discursivos privilegiados, a textualização, o ethos etc.).

Os posicionamentos pressupõem “comunidades discursivas” – “grupos sociais mais ou menos institucionalizados” (Maingueneau, 2000, p.8) – que se organizam segundo o mesmo modelo semântico dos textos que produzem e põem em circulação. “Há a imbricação de uma certa configuração textual e do modo de existência de um conjunto definido de indivíduos (...) a comunidade é consolidada e legitimada pelos discursos que

são o produto dessa comunidade” (Maingueneau, 2006a, p.138). Destaca-se a imbricação de um discurso e o funcionamento, a organização da instituição (o comportamento social e enunciativo dos seus “membros”).

No caso dos discursos constituintes, enfatiza-se também o modo de inscrição do discurso em outros: “uma das características dos enunciados pertencentes aos discursos constituintes é estarem ao mesmo tempo mais ou menos fechados em sua organização interna e reinscríveis em outros discursos” (Maingueneau, 2000, p.8). No discurso filosófico, ocorrem enunciados que por suas propriedades se destacam do texto de origem e circulam no interdiscurso, como enunciados autônomos (como fórmulas generalizantes e aforismos que marcam ou não o posicionamento). Pode-se investigar o modo próprio de difusão (inscrição) dos enunciados filosóficos do declínio da política em gêneros secundários (no jornal, por exemplo). Pode-se analisar ainda o modo de enunciação do discurso por meio dos conceitos de cenografia, código de linguagem, tom, *ethos*.

Descartamos tal abordagem porque a enxergamos como *restritiva*: análises dos textos produzidos por uma corrente da filosofia política confirmariam as propriedades de *constituente* do discurso filosófico, cujas produções participam dos debates na Ciência Política. Não se trata de questionar se esta forma específica de crítica à política provém ou não de discursos constituintes porque isto está dado, trata-se apenas de especificar as condições de produção, funcionamento e circulação destes textos. Considerando os nossos dados, interessaria propor uma análise dos modos de inscrição/veiculação dos enunciados provenientes do discurso filosófico nos textos do campo jornalístico.

As unidades não-tópicas, ao contrário, independem das divisões instituídas. Enquanto dispositivos legítimos de observação do discurso, são construídas pelos próprios pesquisadores – “independentemente de fronteiras pré-estabelecidas” (Maingueneau, 2006a:16). “O princípio que as agrupa é uma decisão tomada exclusivamente pelo analista”, o que não quer dizer: “submetida só ao capricho dos pesquisadores: há um conjunto de princípios, de técnicas que regulam esse tipo de atividade hermenêutica” (*Ibid.*, p.22).

Krieg-Planque (2007) relaciona o interesse por unidades tópicas ao estudo de um tipo ou gênero de discurso determinado (manual escolar, reuniões do serviço hospitalar

etc.), ou a um “registro” (enunciados que podem ser descritos segundo propriedades lingüísticas, funcionais e comunicacionais estáveis), e explica que privilegiamos unidades não-tópicas quando nos interessamos em compreender, por exemplo, as propriedades do “discurso colonialista” em uma determinada época; ou, então, quando se decide observar, no interdiscurso, enunciados a respeito de uma questão específica; por exemplo, o que se diz sobre “a responsabilidade social e ambiental das empresas” na mídia, nos boletins das empresas, nas instâncias governamentais, na literatura, no cinema etc. *O que se diz do estado atual da política na mídia e em textos teóricos...* Estas unidades não se encaixam nas divisões da sociedade organizadas em tipologias, dependem de um trabalho de configuração que é realizado pelos próprios pesquisadores. (Em Maingueneau, os gêneros escolhidos para o estudo do discurso colonialista foram manuais escolares de ensino de língua francesa, livros de geografia, e o verbete “colônia” de diferentes dicionários.)

Outra característica de uma das unidades não-tópicas, a formação discursiva, de acordo com Maingueneau, é que “agrupam enunciados profundamente inscritos na história” (2006a, p.16), o que quer dizer que não se confundem com as unidades tópicas transversas.

As unidades tópicas transversas “atravessam textos de múltiplos gêneros de discurso” (2006a, p.15). Correspondem às tipologias comunicacionais, funcionais (baseadas em *funções da linguagem*) e lingüísticas (baseadas em propriedades enunciativas) (Cf. Maingueneau, 2001). O registro comunicacional resulta da combinação de traços lingüísticos, funcionais e sociais. Corresponde a categorias abstratas, como discurso polêmico, cômico, didático, de vulgarização etc., definidas com base naquilo que se faz com o enunciado, e participam de vários gêneros discursivos.

“discurso cômico”, “discurso de vulgarização”, “discurso didático”, etc. Mesmo se esses discursos investem em certos gêneros privilegiados, não podem estar fechados nesses gêneros. A vulgarização é a finalidade, fundamental de certas revistas ou manuais, por exemplo, mas ela aparece também no jornal televisado, na imprensa cotidiana, etc. (MAINGUENEAU, 2006a, p.16)

Por um momento, conjecturamos apreender o objeto como uma unidade transversa. *A crítica*, investida em *uma atitude de reação* a um estado de coisas, e como *um discurso*

*de desmantelamento*¹⁷⁷ de várias “instituições”, atividades, relações sociais etc., e comum a vários gêneros de discurso, seria indissociável de certos *funcionamentos*. Certas *propriedades lingüísticas, funcionais e sociais caracterizariam o discurso de desmantelamento, degeneração, declínio etc., que participaria de gêneros diversos*.

Os dados nos permitem levantar um conjunto de traços enunciativos, funcionais e sociais estáveis, comuns a um conjunto de textos. O que Umberto Eco¹⁷⁸ disse da crítica cultural (uma representação, por certo, estereotipada) ajudaria a identificar, inventariar estes traços. A noção de padrão (ou estereótipo) discursivo também respaldaria “o discurso crítico” como objeto.

¹⁷⁷ Em “Imagem imperfeita”, obra em que Russell Jacoby investiga as razões para “a perda de força da imaginação”, para a esterilidade da especulação utópica, ao pensar a imaginação como uma “entidade histórica” (como algo que se transforma), e conjecturar que ela provavelmente depende da infância, chega à literatura sobre o declínio da infância, para registrar mudanças históricas na forma da imaginação: “A própria literatura do “declínio” pode ser historicamente situada como um produto, como foi criticamente sugerido, de um ‘mal-estar particularmente contemporâneo [...], do pânico e da nostalgia’”. (Jacoby citando o crítico David Buckingham, 2007, p.56)

¹⁷⁸ A propósito da crítica cultural, Umberto Eco ([1964] 2006) classifica as vertentes teóricas que se ocupam da cultura de massa em “apocalípticos” e “integrados”. Os rótulos fazem referência a dois tipos de “atitudes humanas”, nos termos do autor, em relação aos fenômenos da cultura de massa. A classificação convoca uma representação estereotípica dos comportamentos e atitudes subjetivas daqueles que reagem às transformações na cultura. De acordo com Eco (2006), o rótulo de “apocalíptico” serviria àqueles que “sobrevivem confeccionando teorias sobre a decadência”; já os “integrados” “raramente teorizam assim”. “O Apocalipse é uma obsessão do dissenter, a integração é a realidade concreta dos que não dissentem. A imagem do Apocalipse ressalta dos textos sobre a cultura de massa; a imagem da integração emerge da leitura dos textos da cultura de massa” (2006, p.9). Nas caracterizações das duas tendências, Eco descreve atitudes emocionais, subjetivas:

“Quando o analista [apocalíptico] trai então uma estranha propensão emotiva e manifesta um irresoluto complexo de amor-ódio – fazendo nascer a suspeita de que a primeira e mais ilustre vítima do produto de massa seja, justamente, o seu crítico virtuoso. Esse é um dos fenômenos mais curiosos e apaixonantes daquele fenômeno de indústria cultural que é a crítica apocalíptica à indústria cultural. Como a manifestação, a duras penas mascarada, de uma paixão frustrada, de um amor traído; ou melhor, com a exibição neurótica de uma sensualidade reprimida, semelhante à do moralista, que, denunciando a obscenidade de uma imagem, detém-se tão demorada e voluptuosamente sobre o imundo objeto do seu desprezo...” (p.19)

“Diante desse programa [do abade Suger, de traduzir conteúdos em imagens], São Bernardo, defensor de uma arquitetura despojada e rígida, em que a sugestão mística é dada pela límpida nudez da casa de Deus, explode numa descrição acusadora que põe no pelourinho as monstruosas eflorações iconográficas dos capitéis...” (p.23)

“Gostaríamos de dedicar o livro aos críticos que tão sumariamente definimos como apocalípticos. Sem seus requisitórios, injustos, imparciais, neuróticos, desesperados, não teríamos podido elaborar nem as três quartas partes das idéias que sentimos com eles partilhar...” (p.30)

“dentre os que demonstram a validade da cultura de massa, muitos são os que desenvolvem um discurso simplista, de dentro do sistema, sem nenhuma perspectiva crítica, e não raro ligados aos interesses dos produtores. Típico é o caso de Ernst Dichter, que no seu *Estratégia do Desejo* desenvolve uma apaixonada apologia da publicidade, tendo como fundo uma ‘filosofia’ otimista do incremento de experiências...” (p.43)

Mas não temos a certeza de que certos funcionamentos enunciativos comuns aos diferentes textos que constituem o *corpus*, entre eles, a combinação de enunciados embreados e de narrativas do passado, ou a manifestação de dois estados de percepção distintos: o da normalidade e o da crise da política, por meio de uma divisão temporal entre presente e passado (um entre outros motivos pelos quais esta vertente da crítica política é lida como nostálgica, na referência a um passado idealizado), e a predileção por verbos *dicendi* indicadores de emocionalidade e de atos comportamentais, que definem *atitudes subjetivas*, de fato, independam de posicionamentos de natureza ideológica.

Uma visão *substancialista* das coisas (da língua, da escola, da política etc.) participa de tipos e gêneros discursivos diversos, e (como *princípio*) organiza *conteúdos e um modo de enunciação prototípico*. Pode-se dizer o mesmo das produções languageiras que se afastam de qualquer perspectiva substancialista, e com ela interagem também de um modo relativamente estável, *repetível* em diferentes tipos do discurso, configurando um modo típico de inscrever o discurso de outrem na textualidade.

Nesse momento de indefinição entre unidades *territoriais e transversas*, ocorreu-nos pensar em “padrões discursivos”, na formação de modelos estereotípicos de práticas languageiras (Cf. Philippe, 2002) (a noção de padrão discursivo não se confunde com a categoria de gênero e seus modelos mais ou menos estáveis). Uma representação imaginária (*estereotipada*) de um tipo de produção languageira próprio *do discurso de crise* da política, da cultura, da língua, da escola etc. Mas para provocar a coerência entre os nossos dados e o conceito, teríamos de desestabilizá-lo.

Gilles Philippe (2002) elaborou o noção de padrão discursivo a propósito do discurso literário: “*les représentations imaginaires de plusieurs types de production langagière précis, dont la tradition littéraire a figé les spécificités en une sorte de stéréotype*”. De acordo com Maingueneau: “G. Philippe entende por esse termo [padrão discursivo] os feixes de traços lingüísticos que são associados de maneira estereotípica a representações imaginárias dos tipos de produção languageira” (2008a, p.12).

Philippe refere-se a modelos ou representações languageiras que se fixaram e que os textos literários retomam, para confirmar, subverter, questionar, ou misturar. No campo literário, identificam-se três tipos de padrões: o padrão falado, o padrão narrativo e o padrão

mental ou modelo de fluxo de consciência (cuja marca lingüística correspondente é a ausência de pontuação). Estes padrões são constituídos segundo uma representação imaginária (historicamente especificada) do que é um discurso falado, escrito, um discurso interior etc. Em relação ao padrão oral, diz que o texto apresenta marcas lingüísticas que coincidem com nossa representação prévia do que é a língua oral: « *La doxa sur la langue parlée veut que celle-ci se distingue de la langue écrite par trois aspects (en dehors évidemment de toute considération phonologique): un niveau de langue moins élevé, des structures syntaxiques propres (topicalisations, anacoluthes...), la présence d'un "tâtonnement" impliqué par l'improvisation discursive... ».*

Maingueneau faz menção à noção quando discute a interlíngua no discurso literário e pressupõe a “existência de ‘uma série limitada de modos de dizer que servem de sinais da natureza literária do discurso que os contém’” (2006b, p.208). Refere-se outra vez à noção em “A propósito do *ethos*” (2008c). Ao analisar o *ethos* filosófico que emerge de um texto de Althusser, Maingueneau reconhece três padrões discursivos sobre os quais se desenvolve a enunciação do filósofo: o “didático”, o “falado” e o psicanalítico.

O “falado” não é o oral, mas ele caracteriza os textos fundamentalmente escritos que exibem marcas de oralidade. Nesse texto de Althusser, o caráter falado se justifica, num primeiro nível, pelo fato de se tratar da restituição do espírito de um “seminário de estudos”; num segundo nível, permite legitimar a reflexão mostrando o pensamento em trabalho, não um produto acabado. (...) O padrão “didático” pode ser justificado pela situação de comunicação (esse livro deriva de um curso da École Normale Supérieure). Mas, aqui, seu uso põe em relevo algumas dificuldades. O locutor é obrigado a negociar um delicado equilíbrio entre as posições hierárquicas implicadas numa situação didática e a relação simétrica que pretende instaurar com seu auditório; o que é perceptível, por exemplo, no fato de que o “nós” refere tanto o autor soberano (“podéramos tê-las retomado..., preferimos”) quanto uma comunidade (“Decerto, todos pudemos ler, todos lemos O Capital”) cuja multiplicidade é amenizada por um “nós... todos”. A tensão entre o lugar de professor e o de camarada resolve-se imaginariamente nesse *ethos* de hesitação, de busca, de retomada, que permite conciliar a existência de um ponto de vista professoral dominante com a partilha da responsabilidade pelo ponto de vista do auditório. (...) Podemos identificar um terceiro padrão discursivo sobre o qual se desenvolve a enunciação de Althusser: o do psicanalista. Este último é historicamente especificado pela predominância, na segunda metade dos anos 1960, de um *ethos* bem caracterizado (e não raro caricaturado) dos lacanianos, cujo propósito misturava o cúmulo da abstração com um recurso sistemático a um padrão

falado. E tal ethos tem sentido em relação ao que se opunha: o ethos científico acadêmico que tomava como modelo a prosa freudiana. Mas – e nisso bem diferentemente do ethos profético de Lacan – Althusser adota um ethos de simplicidade que procura encarnar uma espécie de ética da palavra fraterna ligada a um “nós”. Esse ethos do falado, ao mesmo tempo sábio e tateante... (MAINGUENEAU, 2008a, p.23-4)

De modo geral, trata-se de um *conhecimento (historicamente constituído)* mobilizado pelo leitor, que interpreta as marcas lingüísticas do texto como correspondendo a um determinado padrão discursivo (Philippe lembra que há padrões discursivos que concorrem para representar a mesma realidade discursiva). A propósito de *Libéra*, de Robert Pinget, diz:

*Comme pour tout texte, l'interprétation des marques linguistiques au début du Libéra ne se fait pas de façon isolée, au cas par cas, mais de façon groupée, par la reconnaissance de traits langagiers coorientés qui renvoient à tel patron discursif ou générique. Le texte de Pinget a cependant cette spécificité qu'il convoque à la fois, de façon concurrente et complémentaire, les trois principaux imaginaires langagiers : celui du discours endophasique, celui du discours parlé, celui du discours littéraire en sa variante narrative.*¹⁷⁹

Podemos estudar no *corpus* o padrão discursivo do discurso do desmantelamento. Na realidade, a observação atenta dos dados indica que se construiu, no interior da tradição erudita não essencialista, pelos discursos de saber, uma representação imaginária estereotipada da perspectiva substancialista, que se fixou, que é retomada e afirmada em comentários a propósito do discurso de desmantelamento (ou de « crise ») da língua, da literatura, da cultura etc. Porém, não se trata de uma representação languageira do discurso, mas de tonalidade, talvez de atitudes, de estados de espírito, da subjetividade, de ações lingüísticas, comportamentais... Não se trata de padrão discursivo no sentido habitual. Examinemos esta possibilidade

Em “Contra Saint-Proust” (2006c), Maingueneau explica o que seria o anunciado “fim da literatura”. Na realidade, para o autor, trata-se da debilitação de certa representação da atividade literária. Na atualidade, constata que não é mais a literatura que, entre outras

¹⁷⁹ MAINGUENEAU, Dominique; PHILIPPE, Gilles. “Les conditions d’exercice du discours littéraire”. In: ROULET; BURGUER (dir.), *Les modèles du discours au défi d’un “dialogue romanesque”*: L’incipit du roman de R.Pinget “Le Libéra”. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2002, p.351-379.

coisas, oferece modelos de comportamento, dita a maneira de se vestir, de falar, de se movimentar no espaço social etc. E, apesar de a “grande” literatura ser bastante valorizada (para Maingueneau, o seu prestígio só se amplia pela sua oposição à cultura de massa), o seu poder de influência se debilitou. «*Nombre de critiques ou d’écrivains déplorent la ‘frilosité’ de la plupart des productions littéraires contemporaines, qui, au lieu de traiter de ce qui transforme effectivement le monde, se replieraient sur la mémoire individuelle, l’erotisme, la culture de passé, la violence...* » (p.151).

A precariedade desta visão, para Maingueneau, está no esquecimento de que a literatura não está descolada das suas condições contemporâneas de exercício. Como se sugerisse que não há o que *lamentar*, apenas o que *compreender* – o emprego das aspas mostra o distanciamento do autor em relação a estas críticas (trata-se apenas de citar o dizer do outro sem se comprometer com ele). Maingueneau pensa o fim da “grande” literatura (*la Littérature majuscule*) em termos de “adaptação”, de ajuste natural às novas práticas literárias que substituíram as anteriores. «*Les nostalgiques auront beau se scandaliser de voir sur les affiches le nom du metteur en scène égal en importance celui de Molière ou de Racine, il n’y a là aucune dérive, seulement la manifestation de la nouvelle condition de la littérature*» (Maingueneau, 2006c, p.158.)

O que temos aqui é um caso de polifonia que marca um *posicionamento ideológico*. Maingueneau (2006c) convoca uma representação imaginária estereotípica da *visão substancialista* (um lugar-comum?) (no caso, de *desprezo* pela literatura contemporânea, que chama de “frívola”, por não se preocupar mais com *grandes questões*, por não ter mais a pretensão de mudar o mundo etc.). O mesmo se diz de certo tipo de *reação* à mutação da política, que *lamenta*; o mesmo se diz da política: que a política tem uma essência que as práticas contemporâneas degeneram.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Na coluna “É espantoso”, o lingüista Sírio Possenti, a propósito de um texto de Ruy Castro, destaca aquelas que seriam as idéias (e atitudes) mais prototípicas do discurso sobre a degeneração da língua: “Acho que o assunto que mais contribui para eu ser pouco ou nada original, ou o que mais faz com que eu me repita neste espaço é a ignorância dos intelectuais sobre questões mais ou menos elementares de língua. Suas idéias, se assim podem ser chamadas, reduzem-se a duas. Elas se desdobram em detalhes, mas, apertando bem, não passam de duas: a) há uma maneira certa e muitas erradas de falar e escrever; b) as palavras teriam tido algum dia um sentido preciso, e agora, na boca do povo, ou dos jovens ou de executivos metidos a besta, elas degeneram. [...] Vejamos o que disse em trecho de sua coluna de 13/06/2009, na *Folha de S. Paulo*. “E, sempre como Nei, não me conformo ao ver a música popular atrair palavras ingênuas para fora do dicionário

Mas para que pudéssemos estudar esta unidade transversa, apreender um padrão discursivo, teríamos de ampliar a temática do *corpus*, incluir enunciados que tratassem do desmantelamento de outras instituições, além da política, da língua, da cultura, da literatura, da escola etc.

Já no domínio das unidades não-tópicas, o analista de discurso pode construir formações discursivas ou percursos.

Na coletânea “Homenagem a Michel Pêcheux” (2008), analistas do discurso franceses discutem, à luz de suas pesquisas atuais, alguns conceitos elaborados por Pêcheux, seja para substituí-los ou apenas problematizá-los, mas sempre focalizando as suas principais “falhas” ou “insuficiências”.

Em muitos textos, o conceito que está sob análise é o de formação discursiva, o que pode evidenciar tanto a pertinência, no contexto da AD, de uma categoria analítica capaz de dar conta de uma “identidade enunciativa” – a necessidade de um “termo” para nomear “alguma coisa”: “alguma coisa que não seria redutível ao gênero, nem ao posicionamento” (Maingueneau, 2006a, p.13) –, como a sua fragilidade, o fato de não ser um conceito aplicável a todos os objetos dos quais a AD se ocupa.

No prefácio de *Gênese do discurso*, Maingueneau (2005) admite que utilizou a noção de formação discursiva de maneira frouxa. Outros analistas também empregariam o termo “na falta de uma expressão melhor”, diante de “um conjunto de textos que não corresponde a uma categorização clara” (2006a, p.13), enfim, aos quais não se pode atribuir tranquilamente um “lugar” conforme as tipologias disponíveis¹⁸¹.

e corrompê-las com inglórios novos sentidos”. [...] Que ele está completamente errado é fácil de ver, mesmo não fazendo grandes pesquisas. Basta olhar de perto a própria coluna de Ruy Castro. Por exemplo, ele escreve “atrair palavras para fora do dicionário”. Em que sentido está empregada aí a palavra “atrair”? Certamente, não no da física newtoniana. Talvez esteja em um sentido novo e inglório (e é por isso que eu o leio). E o que seria “fora do dicionário”. Dicionário tem um dentro? Considerando o sentido geral do que ele está dizendo, descobre-se que se trata de uma boa figura que quer dizer algo como “mudar o sentido que um dicionário registra” (*o que ele lamenta*, mas isso é outra coisa)”.

¹⁸¹ Em março de 2008, durante conferência na 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso, realizada na Universidade Estadual de Maringá, Maingueneau propôs outra classificação, segundo o modo de ocupação do espaço discursivo pelos discursos que circulam na sociedade. Organiza o interdiscurso em: discursos paratópicos ou constituintes (os que estão no limite superior entre o discurso tópico e valores transcendentais); tópicos (os não constituintes); e atópicos (os sem lugar na sociedade; estes correspondem a discursos que se situam na fronteira entre discursos legítimos e ilegítimos).

quando redigi o verbete “Formação discursiva” para o Dicionário de análise do Discurso, co-redigido com P. Charaudeau, eu mesmo substituí “formação discursiva” por “posicionamento”, devido à incapacidade em que me encontrava de atribuir-lhe um estatuto claro. (MAINGUENEAU, 2006a, p.14)

Maingueneau explica o seu gesto de aproximar as noções de formação discursiva e posicionamento¹⁸² ao constatar uma “duplicidade” nas definições de formação discursiva em Foucault e em Pêcheux, que não decorre de formulações problemáticas ou confusas por parte dos autores, mas da natureza por vezes ubíqua do discurso, que as definições apenas procuraram preservar: o fato de poder funcionar dentro e fora ou nos limites de fronteiras estabelecidas.

Na definição de Pêcheux – “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura” (1997, p.166) – Maingueneau (2006a, 2008b) distingue o termo “posição” da noção de “posicionamento”. Enquanto o posicionamento se define no *interior* de um campo discursivo, a posição é inscrita no espaço *exterior* da luta ideológica de classes. Para o autor, Pêcheux também não estabelece explicitamente alguma correlação entre “gênero” e “posição”:

Na primeira leitura, a menção entre parênteses, a diversos gêneros, é acessória; na segunda, apenas podemos “articular” o discurso mediante um gênero e é necessário pensar a relação entre “posição”, de um lado, e “arenga”, “sermão” etc., de outro. O conjunto da problemática levantado por Pêcheux obriga a privilegiar a primeira leitura. Em Pêcheux é a linguagem da “posição de classe” que é determinante e o gênero de discurso é apenas o lugar em que se manifestam processos dissimulados. (MAINGUENEAU, 2008b, p.82)

No caso de Foucault, o conceito de formação discursiva oscila entre a *unidade* e a *dispersão*.¹⁸³ É o que o Maingueneau depreende da leitura de “A arqueologia do saber”, do

¹⁸² Para Guilhaumou (2004), nem todos os objetos da AD provêm necessariamente de um posicionamento no sentido de Maingueneau, que, em sua visão, o interpretaria como uma identidade enunciativa que se constitui de maneira estável no interior de um campo, universo ou espaço discursivo.

¹⁸³ “Ela [formação discursiva] não coincide evidentemente, nem em seus critérios, nem em seus limites, nem em suas relações internas, com as unidades imediatas e visíveis, sob as quais se tem o hábito de reagrupar os enunciados. Revela, entre os fenômenos de enunciação, relações que permaneciam até então obscuras e não se encontravam imediatamente transcritas na superfície dos discursos. Mas o que ela revela não é um segredo, a

qual destaca uma passagem, nos seus termos, “um pouco desconcertante”, na qual Foucault apresenta a noção “como um conjunto de enunciados submetidos a uma mesma regularidade e dispersão que excede toda coerência” (2007b, p.65).

Cada um a seu modo, tanto Foucault quanto Pêcheux procuraram preservar, ao mesmo tempo, o caráter tópico das unidades às quais a análise toca e sua “dispersão”, sua “inconsistência”... A problemática de Pêcheux fazia coexistir uma visão do discurso de inspiração psicanalítica que acentuava os processos de deslocamento, de condensação ou a presença do interdiscurso no discurso, e uma visão cartográfica em termos de “posição de classe”, de “formação ideológica”. Num outro registro, Foucault também apresentava uma visão dupla da discursividade, consistente e inconsistente ao mesmo tempo: sistema de regras e dispersão. Podemos tirar uma lição disso: a análise do discurso é trabalhada por uma falha constitutiva, que a impede de se encerrar num espaço compacto. É melhor assumir isso. (MAINGUENEAU, 2007b, p.73)

Em suma, as noções *originais* de formação discursiva (Pêcheux e Foucault) já prevêem aquilo que Maingueneau buscar reforçar com a sua *nova* definição do conceito: a possibilidade de reunir enunciados não pertencentes a um mesmo gênero ou tipo de discurso, a um mesmo campo... Ou seja, as definições canônicas preservam a possibilidade de construir um objeto não situado no “natural” do campo, isto é, de acordo com as tipologias (ou nos limites das fronteiras) instituídas.

De fato, parece-me que não pode haver análise do discurso, no sentido de uma disciplina associada a informantes empíricos e oriunda das ciências humanas, se não trabalharmos com unidades tópicas, essas que se inscrevem nas cartografias dos usos languageiros. Entretanto, tampouco pode haver análise de discurso se não forem construídos corpus que violem fronteiras preestabelecidas. Enclausurar a análise do discurso unicamente nas unidades tópicas seria negar a realidade do discurso, que coloca em relação permanente o discurso e o interdiscurso, como bem sinalizou Pêcheux. Se não houvesse agrupamentos de enunciados inscritos nas fronteiras, não haveria análise do discurso, mas essa não pode se contentar com essas unidades. A análise do discurso aparece, portanto, corroída por uma falha constitutiva, que a impede de se fechar em um espaço compacto. Os defensores das fronteiras tentaram em vão alertar para o risco do delírio interpretativo que ameaça os adeptos das unidades não-tópicas. Estes por sua vez salientam que uma infinidade de relações atravessa as unidades mais tópicas. (MAINGUENEAU, 2008b, p.88)

unidade de um sentido oculto, nem uma forma geral e única; é um sistema regulado de diferenças e de dispersões.” (Foucault, 1971, p.38)

Em Maingueneau, a própria definição da noção de “formação discursiva” como unidade não-tópica faz menção a sua relação fundamental com o modo de constituição do *corpus*, pressupõe que, para constituir uma formação discursiva, o *corpus* contenha “um conjunto aberto de tipos e de gêneros do discurso, de campos e de posicionamentos, de registros enunciativos ou comunicacionais” (2008b, p.87).

Essa diversidade, segundo Maingueneau, pode ser unificada por um “foco único”, ou “um mesmo princípio”. Ou seja, é esse foco, ou princípio unificador, que faz com que conjuntos de textos heterogêneos (com regimes de produção distintos) possam convergir e, portanto, serem postos em relação um com o outro. Na realidade, é a existência de uma espécie de “coerência escondida” entre eles que justifica esse contato entre conjuntos textuais diversificados. Nesse caso, tem-se uma formação discursiva unifocal. É o caso do discurso racista, que circula no mundo social sem ter propriamente um “lugar” (não têm uma instituição, um aparelho que se responsabilize pela sua produção, não está em um campo ou gênero específico, não pressupõe modos de difusão instituídos etc.). Quando se pensa no discurso racista, a opção para estudá-lo é reunir um conjunto de textos e dizer que são “representativos” (isto é, que são racistas). O mesmo procedimento aplica-se ao discurso colonialista. O discurso colonialista somente pode ser uma unidade fabricada pelo pesquisador.

No interior da AD, as unidades tópicas assumem o estatuto de “naturais”, embora também sejam artificialmente constituídas, porque os discursos não são propriamente entidades prévias, prontas, não estão confinados nos limites das fronteiras instituídas pelas tipologias reconhecidas. Assim, a noção de formação discursiva pode significar maneiras outras, imprevistas, inusuais, de recortar os objetos de análise (de fabricar o objeto).

A plurifocalização permite pensar a formação discursiva como uma “unidade específica”, que não se confunde com as unidades não-tópicas canônicas, que seriam os discursos atópicos. No caso das formações discursivas “plurifocais”, “o analista de discurso, a partir de hipóteses de trabalho argumentadas, associa diversos conjuntos discursivos em uma mesma configuração sem, no entanto, reduzir sua heteronímia” (2006a, p.18). Não é o caso de comparar conjuntos discursivos autônomos, unificando-os com base

em um mesmo princípio, mas de preservar a heterogeneidade da unidade constituída. Eles estão *de alguma forma* associados, sem, contudo, estarem submetidos a um mesmo princípio ou sistema de regras.

Ao discutir a formação plurifocal, Maingueneau apresenta três exemplos de *corpora* que podem desencadear práticas analíticas distintas. O primeiro exemplo, o *corpus* da tese da analista Claire Oger, que reúne relatos de bancas examinadoras de três diferentes concursos de seleção de altos funcionários públicos franceses, admite três possibilidades de tratamento: *comparação* (análise contrastiva); *definição de uma formação discursiva uni* (se conseguir mostrar que os três relatos são regidos por um sistema de regras comum) ou *plurifocal* (construção de uma unidade específica não evidente). Neste último caso, a *unidade*, não disponível a priori, mas construída pela analista, funda-se na noção de *instituição* (quem produz e difunde o discurso) ou funcionamento institucional (rotinas, rituais...). Portanto, uma *prática social* permite articular os textos, preservando as suas especificidades.

Considerando o *corpus* de Oger, também é possível falar em formações discursivas para *corpora não tão amplos*, articulados em torno de um gênero ou tipo discursivo específico, e que visam à compreensão de práticas institucionais.

Oger (2007) optou por uma abordagem contrastiva, comparando o modo como cada instituição (*École*) se individualiza. Com base na análise dos relatos das três diferentes bancas (um caso de enunciação coletiva) acerca dos exames de cultura geral e de aptidão nas áreas específicas, Oger quer ascender às condições de enunciação consideradas adequadas ou legítimas para os candidatos de cada uma das *Écoles* (de Guerra, de Administração e Magistratura).

No terceiro exemplo, os conjuntos textuais postos em relação pertencem ao mesmo *campo discursivo*. Maingueneau cita o seu estudo sobre as doutrinas religiosas, o humanismo devoto e o jansenismo, como representativo de uma *unidade bifocal*: ambos os posicionamentos internos ao campo religioso interagem segundo o processo de *interincompreensão*. “Quando construí um espaço discursivo que relacionava duas unidades tópicas, neste caso, *dois posicionamentos em um mesmo campo* – o humanismo devoto e o jansenismo – não era para *comparar* esses dois posicionamentos, mas para

construir uma unidade bifocal, uma dimensão fundada sobre um processo de ‘interincompreensão regrada’” (2006a, p. 19). Aqui, a unidade é garantida pela noção de espaço discursivo: “na maior parte dos casos, não se estuda a totalidade de um campo discursivo, mas se extrai um subconjunto, um espaço discursivo, constituído ao menos de dois posicionamentos discursivos, cuja correlação é considerada importante pelo analista para sua pesquisa”.¹⁸⁴

O exemplo de formação discursiva unifocal é o mais *heterogêneo* em relação às categorias de gêneros e campos discursivos:

pode ser ilustrado pelo modo de pensar de Michel Foucault em *As palavras e as coisas* (1966), no qual o autor faz convergir três conjuntos discursivos (‘História Natural’, ‘A análise das riquezas’, ‘A Gramática Geral’) à primeira vista incomparáveis. Seu trabalho consiste em mostrar que, na realidade, esses três conjuntos são regidos por um mesmo sistema de regras, além da evidente diferença de seus objetos. (MAINGUENEAU, 2006a, p.19).

Na realidade, estes exemplos de formação discursiva plurifocalizados servem para Maingueneau “ressaltar o caráter dinâmico e agentivo do termo ‘formação’ em ‘formação discursiva’. Em vez de considerá-lo em uma perspectiva puramente estática como referindo-se a uma entidade já existente, o analista, *em função da sua pesquisa, dá forma a uma configuração original*” (Maingueneau, 2006a, p.19). “O espaço discursivo que construímos associando humanismo devoto e jansenismo não era previamente dado e resultou de uma escolha” (Maingueneau, 2005, p.37). Os exemplos de Oger (2007) e Maingueneau (2005) pouco têm a ver com unidades cujo “corpus aos quais correspondem podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros de discurso, de campos e de posicionamentos...” (Maingueneau, 2008b, p.87). Ambos os trabalhos indicam que é possível construir uma formação discursiva sem recorrer a *corpora* demasiadamente diversificados, e, de certo modo, destacam a conexão do discurso com sua fonte enunciativa (um posicionamento no campo religioso, instituições). O contrário do que se pretende, conforme discutiremos adiante, com a construção de *percursos*.

¹⁸⁴ MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, PATRICK. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006, p.92.

Construir o *discurso da mutação da política* como uma formação discursiva, do nosso ponto de vista, implicará sempre em *menos* heteronímia. A construção do objeto em termos de “formação discursiva” pressupõe um trabalho de certo modo comparativo, de descoberta de propriedades comuns, não necessariamente visando à unificação de conjuntos textuais heterogêneos, ou seja, à identificação de um princípio capaz de explicar a reunião de materiais diversos, de mistura tão heterogênea.

Todos os gestos do analista que resultem na construção de uma unidade *imprevista* têm de ser explicados. Necessitamos de um critério que justifique confrontar gêneros variados do discurso jornalístico e dos discursos teóricos a propósito de um assunto ou tema. Atrás desta diversidade de *regimes de genericidade* e de *tipos discursivos*, seria possível reconhecer dois *sistemas de restrições gerais significativos de uma época* – ou, para “simplificar” as coisas, duas *ideologias* (que desfrutam de popularidades distintas no atual contexto sócio-histórico). Os textos estariam submetidos, basicamente, a dois modelos semânticos que organizam posicionamentos no campo jornalístico e filosófico: uma concepção de política substancialista, “deslocada” na conjuntura histórica contemporânea, situada numa outra época (na modernidade) (do mesmo modo como se encontra um “*racismo*” em textos variados, aqui, encontraríamos um *substancialismo*, que já orientou as produções abstratas da sociedade), que reconhece, na política, uma essência, e compreende a sua transformação como *perda*; e uma concepção concorrente, contemporânea, que rejeita esta visão essencialista das coisas. Estas visões, dominantes numa época, organizariam as múltiplas produções discursivas da sociedade (não estariam restritas a uma análise da política). E o conflito se dá pela transição entre estes esquemas implícitos que regulam a produção do pensamento moderno e pós-moderno, bem como a própria organização política e social da sociedade.

Não se trata de construir uma polêmica nos moldes de Maingueneau (2005), construindo um espaço discursivo, que relaciona posicionamentos concorrentes de um mesmo campo (duas correntes da crítica política no campo filosófico), que interagem segundo modelos semânticos antagonistas. A *unidade*, neste caso de polêmica entre *esquemas*, está garantida pelo interdiscurso e prescinde da noção posicionamento discursivo. Para instituir o que Maingueneau classifica de “espaço discursivo”, onde

posicionamentos concorrentes, o dos partidários e o dos adversários do discurso de “crise” da política, como sinônimo de declínio, interagem semanticamente (segundo o princípio da interincompressão constitutiva), reagindo frontalmente um ao outro por reivindicarem o mesmo espaço (no caso, a interpretação correta do mundo), a ênfase é nas regras de produção dos discursos postos em relação, na individuação dos posicionamentos discursivos que participam do debate sobre a política no interior da Ciência Política.

Também é possível garantir esta *unidade* de outra forma, apoiando-nos livremente na idéia de *isomorfismo*: a correspondência entre campos discursivos (ou entre posicionamentos de campos discursivos autônomos)¹⁸⁵. O termo posicionamento, aqui, não deve ser compreendido como *estável* (conforme leitura de Guilhaumou). É possível que o sistema de restrições semânticas não se manifeste de maneira uniforme, explicando a ocorrência de versões diferentes dentro de um mesmo posicionamento discursivo. Quando apresenta o conceito de competência discursiva, diz Maingueneau:

é-se obrigado a admitir que, no interior de conjuntos textuais considerados como pertencendo à mesma formação discursiva [posicionamento], encontram-se variações coerentes que não se limitam a uma justaposição de diversas competências ou a compromissos que se definem entre elas. É particularmente o caso quando existem posições mais ou menos “extremistas” nas produções que pertencem a um mesmo discurso. (MAINGUENEAU, 2005, p.61)¹⁸⁶

¹⁸⁵ No capítulo 7, que encerra *Gênese do discurso*, Maingueneau (2005) trata da imbricação entre uma conjuntura e um funcionamento semântico; integra o sistema de restrições semânticas à história, ao estabelecer isomorfismos entre esquemas semânticos dominantes em campos distantes numa mesma época. O autor não trata diretamente de questões relacionadas ao surgimento ou à transformação destes esquemas, mas, de certa forma, explicita algo de seu funcionamento e para tal mobiliza um “minimum conceitual”, que é o conceito de “isomorfismo”. A relação se estabelece num nível mais abstrato, segundo Maingueneau, no caso entre “esquemas construtores”, não dá conta de uma “semelhança de detalhe”, entre estruturas efetivamente constituídas. Quando se busca essas relações privilegiadas entre diferentes campos discursivos não se deve ter como preocupação dar conta de quem influenciou ou exportou seu modelo semântico para quem, quem tem a primazia de “colonizar”: “não há razão determinante que obrigue a definir a anterioridade de um campo em relação a outro, e essa relação poderia ser concebida como uma interação generalizada cuja origem seria indecível” (2005, p.183). Por em evidência um isomorfismo entre discursos e destes com alguma esquematização de ordem social ou política específica não é, segundo Maingueneau, afirmar a sua exclusividade. É pensar em termos de relações privilegiadas entre discursos que se apóiam sobre um mesmo princípio semântico. Não se trata, segundo o autor, de procurar reduzir à unidade todos os discursos de uma época. O estabelecimento de isomorfismos, segundo Maingueneau, implica obviamente uma restrição, neste caso, uma restrição da variedade das estruturas de sentido para uma determinada época histórica.

¹⁸⁶ Ao tratar do fenômeno da paratopia no discurso literário, dos lugares constituídos para o enunciador, autor do discurso literário, Maingueneau comenta a forma de “campo” assumida pela literatura, e detalha que a obra participa do que chama de três planos do espaço literário, que são: uma rede de aparelhos, um campo e um arquivo. Sobre a noção de campo, “lugar de confronto entre posicionamentos estéticos” (2006b, p.90), afirma

A ênfase mantém-se na constituição de identidades discursivas correspondentes, situadas em campos autônomos, destaca-se a heterogeneidade destas identidades, ao invés de uma homogeneidade garantida por um princípio semântico que organiza todos os planos da discursividade (o vocabulário, os temas, o modo de enunciação etc.).

Mas ao invés de construir uma unidade específica (uma formação discursiva plurifocal) baseada em um princípio de correspondência entre esquemas construtores, que individualizam posicionamentos discursivos, podemos construir *a identidade enunciativa de uma controvérsia pública sobre a mutação da política*, que se desenvolve em diferentes campos do discurso.

Segundo Juliette Rennes (2007), em sociologia, a definição de controvérsia política destaca um processo por meio do qual uma polêmica (a respeito de uma decisão ou ação política) migra de sua arena ou locus de origem para ocupar outras instâncias, alcançando um público mais amplo. Para Rennes, que privilegia uma abordagem discursiva, a controvérsia consiste numa rede de argumentos contraditórios recorrentes (pertencentes aos diferentes posicionamentos envolvidos), que atravessam as diferentes arenas do debate público, e marcam *a identidade discursiva da controvérsia* (Cf. Rennes, 2007, p.91). A *unidade plurifocal (o objeto)*, aqui, é a própria *controvérsia*, que, pela própria definição, prescinde de *corpora* amplos, com diversos tipos e gêneros de discurso, de campos e de posicionamentos.

Para Rennes, três conceitos são operacionais na análise da controvérsia: *interdiscursividade, tipo de argumento e instituição discursiva*. O conceito de interdiscurso leva à percepção da presença de outros discursos na textualidade. Um posicionamento ideológico pode ser identificado pelo léxico (vocabulário), pelas metáforas, pelos argumentos... (Rennes fala em uma *retórica comum... uma retórica do recuo da política, por exemplo, e outra que a conteste*). Quando se trata de discurso adversário (de *outro*

que ela traz um problema, e que então convém “flexibilizá-la para estendê-la à diversidade de regimes de produção literária” (p.91): “Há por exemplo regimes que não opõem escolas com manifestos e doutrinas, mas lugares de exercício (diferentes trajetórias, diferentes regiões...); nesse caso, os diferentes grupos em concorrência partilham da maioria dos pressupostos estéticos, investem os mesmos gêneros, mas diferem em termos de ‘estilos’ e de temáticas...” (p.91).

posicionamento ideológico), pode aparecer ou ser convocado segundo diferentes procedimentos: negação, concessão, citação explícita, tradução polêmica... No caso de *discurso doxológico* (opinião do senso comum), a sua presença é manifesta pela convocação de “já-ditos”, que são os “lugares comuns”, e formas de pressuposição. Segundo Rennes, a alteridade pode ser explicitada (formas de discurso relatado, por exemplo) ou então permanecer implícita, como na retomada dos lugares comuns ou ideológicos que aparecem de modo não-marcado na textualidade. (Esta observação de Rennes, de que o lugar-comum é convocado segundo uma estrutura, será retomada na próxima seção em nossas análises.)

O conceito de “instituição discursiva” (Maingueneau) ajuda, segundo Rennes, a explicar as variações argumentativas conforme os lugares onde ela se desenvolve (na grande mídia, nas instituições políticas, acadêmicas...). Não se trata propriamente de variação quanto à natureza dos argumentos, mas de uma hierarquização. De acordo com a instituição discursiva, haverá aqueles argumentos mais ou menos valorizados, dominantes etc.

Sobre os “tipos de argumento”, Rennes admite a existência de formas privilegiadas de argumentação associadas a “posicionamentos”, a grupos sociais. Ainda segundo Rennes, uma controvérsia compõe-se de fases, identificadas às questões de natureza sociológica que suscita: as suas condições de emergência, os atores sociais envolvidos, os diferentes posicionamentos ou tomadas de posição, o modo como mobiliza a opinião pública, como ocupa a agenda política, midiática e se dispersa nas inúmeras instâncias do debate público, os fatores que explicam o seu fim, ou, ao contrário, a sua retomada etc.

Nem a plurifocalização nos moldes de Maingueneau, nem a instabilidade do posicionamento da formação discursiva unifocal dão conta da heterogeneidade do discurso sobre a mutação da política *nos lugares* onde é debatida abertamente (na filosofia, no jornalismo, na literatura etc.). A abordagem do *corpus* em termos de formação discursiva, portanto, controla a heteronímia: “uni” ou “plurifocal”, o que caracteriza uma configuração de textos como formação discursiva é sua *unidade*, estabelecida segundo critérios variados (com destaque para o sistema de regras ou restrições semânticas dos posicionamentos no

interior de um mesmo campo, ou para um gênero de discurso específico, ou para instituições etc.).

Nesse sentido, da ampliação da heteronímia, a proposta de Rennes mostra-se mais adequada (mas, em nenhum momento, a autora estabeleceu qualquer correlação entre a construção de uma *controvérsia* e o conceito de formação discursiva). E mesmo privilegiando uma prática analítica que põe em evidência a *interdiscursividade*, ainda mantém o foco na produção discursiva, na demarcação de unidades territoriais no fluxo que, a seguir, põe em contato para construir uma unidade nova.

O “percurso” designa outro tipo de unidade não-tópica, que assegura a heteronímia e privilegia a circulação discursiva, o que é diferente de destacar relações interdiscursivas entre unidades territoriais. Implica a construção de *corpora* com elementos de diversas ordens (não se trata de *unidades tópicas territoriais* que comumente constituem uma formação discursiva):

Pratica-se também em análise do discurso o estabelecimento em rede de unidades de diversas ordens (lexicais, proposicionais, fragmentos de textos) extraídos do interdiscurso, sem procurar construir espaços de coerência, construir totalidades. O pesquisador pretende, ao contrário, desestruturar as unidades instituídas definindo percursos não esperados: a interpretação apóia-se, assim, na atualização de relações insuspeitas no interior do interdiscurso. (MAINGUENEAU, 2006a, p.21)

O percurso não pressupõe unidade entre os enunciados agrupados. Ao construir percursos, o pesquisador interessa-se pelos *usos* de uma forma lingüística em um conjunto de textos definido (em um gênero discursivo, campo ou posicionamento, por exemplo). “Trata-se, antes de tudo, de explorar uma dispersão, uma circulação, e não de relacionar uma seqüência verbal a uma fonte enunciativa (Maingueneau, 2006a, p.21). Segundo Possenti:

não se trata de dizer que o enunciado não “pertença” a uma FD ou a um posicionamento. O que ocorre é que pode ser retomado em várias FDs ou em vários posicionamentos, estabelecendo a cada vez novas relações com os enunciados típicos dessas FDs ou desses posicionamentos, produzindo, portanto, efeitos de sentido específicos, conforme a rede discursiva ou interdiscursiva que se estabelece a cada enunciação. (POSSENTI, 2008, p.112)

Os trabalhos do tipo percurso também mostram que o *corpus* não é arbitrário, não se trata de uma escolha aleatória. Define-se um gênero de discurso, um campo ou um tipo discursivo ou então mais de um, e um período de tempo específico para a investigação. Por exemplo, Ebel e Fiala (1981) analisam as ocorrências das expressões “Überfremdung” e “xenofobia” em cartas de leitores, em determinados jornais da Suíça, nas décadas de 70 e 60, no contexto da realização de plebiscitos sobre a questão das leis de imigração.

Como exemplo de percurso, Maingueneau cita a tese da analista francesa Alice Krieg-Planque (2003) sobre a circulação do sintagma “*purificação étnica*” e suas variações (“*limpeza étnica*” e “*depuração étnica*”), no contexto da cobertura da guerra da Iugoslávia, em gêneros discursivos diversos de diferentes publicações da mídia impressa francesa (de perfis e orientações diversas), no período de 1980 a 1994 (a periodização da investigação compreende época anterior ao conflito para investigação da gênese da expressão). De modo geral, a proposta de Krieg-Planque consiste em perseguir as ocorrências, reconstruir o trajeto ou o *percurso* caótico da expressão “purificação étnica”, e suas correlatas, desde sua primeira aparição em textos específicos da cultura iugoslava, posteriormente, na cobertura jornalística do conflito, até os seus usos destacados do contexto da guerra.

O seu *corpus* de arquivo, *amplo e diversificado* (considerando, por exemplo, a natureza dos jornais e revistas estudados)¹⁸⁷, foi construído *para* o estudo de uma expressão. Não houve gêneros privilegiados (como em Fiala e Ebel). Trata-se de um *corpus* de *enunciados* (os da ocorrência das expressões e, eventualmente, trechos mais extensos necessários a sua adequada ou mínima contextualização, legibilidade) e não de um *corpus* de textos (que permitiria análises que destacassem coerções próprias de um gênero, que afetariam ethos, cenografia etc.). Krieg-Planque constituiu também um *corpus* auxiliar, que chama de “extra-midiático”.

O critério que orientou a reunião dos enunciados foi, portanto, a *presença* da expressão, ou de suas correlatas, em enunciados extraídos de artigos de imprensa,

¹⁸⁷ Trata-se de um corpus de arquivo (que reúne enunciados preexistentes) de discurso midiático (imprensa escrita), que reúne publicações (cinquenta títulos) de natureza variada (jornal diário, revista semanal, de esquerda, de direita, independente, popular, “séria”...) e gêneros jornalísticos diversos (editorial, reportagem, resenha, crítica, carta de leitor etc.).

documentários, publicações especializadas (sobre geopolítica, relações internacionais, educação, psiquiatria), letras de rap, quadrinhos, manuais escolares, cartazes de manifestação, debates parlamentares, em forma de slogans e em grafites nos muros, boletins e textos institucionais, dicionários (verbetes), declarações de personalidades públicas (tomadas em diferentes suportes), etc. Tal amplitude do *corpus* lhe permite examinar um conjunto de propriedades requeridas para que a expressão funcione como uma “fórmula”. (Comentamos mais detalhadamente o quadro teórico-metodológico deste trabalho no próximo capítulo, quando nos interessamos pelo conceito teórico de “fórmula”.)

Krieg-Planque organiza as ocorrências em dois momentos, correspondendo ao da gênese da fórmula e ao da sua circulação posterior. A investigação da analista registra a aparição de um significante, até então inédito (um neologismo em língua francesa), que passa a circular no relato jornalístico de uma sucessão de eventos que dizem respeito ao conflito (é a guerra que faz surgir o neologismo “purificação étnica” e outras expressões correlatas). Krieg-Planque constata a impossibilidade das publicações falarem de determinados eventos da guerra (a descoberta de campos sérvios de prisioneiros na Bósnia, a descoberta de violações sistemáticas, a decisão do general francês Morillon de permanecer em Srebrenica na primavera de 1993, a explosão da granada no mercado de Sarajevo, e a tomada eminente de Gorazde)¹⁸⁸ sem recorrer às três variantes principais.

¹⁸⁸ A fórmula começa a ser empregada no discurso midiático nos relatos sobre a descoberta de campos sérvios (de concentração; de morte; de extermínio) de prisioneiros de guerra. Krieg-Planque trata da polêmica/da questão da designação dos campos, de sua qualificação e do valor argumentativo da expressão campo de concentração. Nomeá-los de campos de concentração (o que é bastante freqüente) cria (em função da memória da 2ª Guerra) a obrigação de a comunidade internacional intervir, agir (diferentemente do que aconteceu no passado, agora, não se pode dizer que não sabia). Trata-se de uma demanda. Na realidade, não seriam meros campos de prisioneiros. A divulgação da imagem de um jovem magro atrás de cerca de arames farpados evoca a memória dos campos de concentração nazistas (reativa a lembrança do genocídio dos judeus). Este tipo de imagem pertence à iconografia da 2ª Guerra. A alusão ao genocídio judeu aparece nos textos pelo uso de termos pertencentes ao léxico nazista para se referir ao conflito iugoslavo: “agresseur nazi-serbe”, “Kapos serbes”, “petit führer de Belgrad”. Para Krieg-Planque, estas comparações constituem um ato de denúncia (não são simplesmente modos de designar). Os campos (assim como as violações de mulheres muçulmanas pelos sérvios) começam a ser tomados como prova de um projeto sistemático de “purificação étnica” (de destruição de uma população). A partir deste “acontecimento”, a fórmula começa a aparecer sistematicamente no discurso sobre a guerra. A própria expressão torna-se objeto de discussão; para alguns, é um eufemismo, um substituto vago, de genocídio; para outros, uma denominação mais forte que genocídio.

As ocorrências também são organizadas segundo dois usos distintos na narrativa dos eventos: o uso propriamente e a menção ou comentário. A analista constata que a expressão circula como *objeto* de discussão (a expressão transforma-se num objeto de linguagem, e não do mundo), incita uma discussão reflexiva sobre os seus sentidos e sobre sua adequação ou não à exterioridade discursiva¹⁸⁹; e como *unidade* que *convoca* enunciados anteriores (a expressão assume uma temporalidade e um referente, que os seus usos posteriores de algum modo irão evocar, ou seja, a expressão funciona como denominação de acontecimentos outros, que podem ou não se referir explicitamente ao seu quadro de utilização original). Com base nos *usos* da expressão, a autora descobre, por exemplo, que, no contexto dos relatos de guerra, a expressão é utilizada como elemento de acusação dirigido ao discurso de outrem (em geral, na imprensa francesa, a expressão *denuncia* o projeto dos nacionalistas sérvios de extermínio de uma população; em outros contextos, pode funcionar como conceito, doutrina ou como palavra de ordem).

O quadro a seguir resume os tipos de unidades que interessam à AD, segundo Maingueneau (2006a, 2008b):

<i>Unidades tópicas</i>		<i>Unidades não-tópicas</i>	
<i>Territoriais</i>	<i>Transversas</i>		Percursos
Tipos/Gêneros de discurso	- Registros lingüísticos - Registros funcionais - Registros comunicacionais	Formações discursivas	
a) Gêneros concernentes a campos b) Gêneros concernentes a aparelhos		Unifocais	Plurifocais

Fonte: *Cenas da enunciação* (Maingueneau, 2006a, p.22)

¹⁸⁹ “Em um estudo dedicado à formula “purificação étnica”, destacamos o fato de que a fórmula é objeto de ponto de vista contraditórios: para numerosos comentaristas, “purificação étnica” aparece como uma denominação inadequada à coisa visada (...) para outros locutores, purificação étnica é, ao contrário, um termo que designa adequadamente o real.” (KRIEG-PLANQUE, 2007, p.28)

Entre formação discursiva e percurso

Tratamos de pensar, na seqüência, de que maneira a construção de certos *corpora*, que tiveram no seu horizonte o conceito de formação discursiva, preservaram a duplicidade à qual Maingueneau faz referência, ou seja, oscilaram entre um percurso tópico e outro não-tópico. Para comentar, destacamos os trabalhos de Courtine ([1981] 2009) sobre o discurso do Partido Comunista Francês (PCF) dirigido aos cristãos, e o de Guilhaumou e Maldidier (1997) sobre o tema da subsistência na França no século XVIII. E, na tentativa de elaborar exemplificações mais precisas da unidade percurso, propomos uma análise comparativa entre o trabalho de Guilhaumou e Maldidier (1997) e os da analista francesa Alice Krieg-Planque.

Antes, uma breve incursão pelas três fases da AD com o propósito de situar a noção de formação discursiva em cada uma delas e em relação aos trabalhos comentados.

Os *corpora* privilegiados quando a AD é inaugurada na França nos anos 70 – *corpora* escritos e doutrinários, extraídos prioritariamente do discurso político da esquerda – resultaram em trabalhos contrastivos – de individuação do “discurso socialista” e do “discurso comunista” como entidades discursivas separadas – que se contrapunham à conjuntura política da época: “dominada pela aliança política estabelecida pelos partidos da União de Esquerda, que conduz, em 1972, a um importante *acontecimento discursivo*: a assinatura de um programa comum de governo” (Courtine, 2009, p.125). Nesta primeira fase, os trabalhos se preocupavam em: associar enunciados (estruturas lingüísticas) ao seu exterior, a posições na luta de classes. O *corpus*, aqui, é homogeneizado em relação ao pertencimento ideológico do sujeito (trata-se de analisar a *coerência* ideológica de um discurso de aparelho). “Esse exterior específico é o aqui-agora da luta de classes; a ação da formação social transpassada pelas contradições, pelos antagonismos, pelos conflitos. Assim, o discursivo procede do ideológico, sem o recobrir” (Guilhaumou, 2008, p.62).

O conceito de formação discursiva – *aquilo que se pode e se deve dizer a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada* –, trazido d’*Arqueologia* de Foucault, foi incorporado pela AD sob a influência teórica de Althusser, associado à noção de formação ideológica. Como veremos, para Guilhaumou (2002), a abordagem inaugural da AD se

aproxima de uma forma de sociolinguística no sentido de que associa um modelo lingüístico a um modelo sociológico (trata-se de uma questão de correspondência entre estruturas lingüísticas, de um lado, e lugares sociais ou posições na estrutura social, de outro).

Assim, os propósitos políticos e teóricos da AD induziram a uma configuração específica, que escamoteou, no início, a heterogeneidade constitutiva dos discursos, e levou à construção de formações discursivas coerentes, efeito de ideologias inequívocas. Portanto, a análise do discurso (de *corpora* de arquivos doutrinários) apenas confirmava, segundo Courtine, o “imaginário da doutrina, isto é, a representação que ela dá a ela mesma, da sua articulação em discurso, do que ela pretende ser: conjunto de enunciados idêntico a ele mesmo, coerente, ordenado, permanente, eterno” (2006, p.26).

Para certos comentadores, a análise de Courtine (1981) *de um conjunto de discursos do Partido Comunista Francês (PCF) dirigido aos cristãos* marca o apuro teórico e operacional do conceito de formação discursiva – a aproximação teórica de Pêcheux com Foucault (“sem filtros”, na expressão de Gregolin¹⁹⁰). Courtine ([1981] 2009) situa o seu trabalho na transformação da conjuntura política, que “torna caducos, ao mesmo tempo, no fim das eleições legislativas de março de 1978, o ‘programa comum’ e a união dos partidos de esquerda que esse programa firmava” (2009, p.127), assim como a perspectiva contrastiva. Courtine irá se interessar por outros tipos de questões.

O autor se dedica à análise de um *discurso de aliança*, dos comunistas com os cristãos, que define como “uma região do discurso de aparelho em que se encontra regulada a relação com o outro, com o exterior, com o que não é ele mesmo, em vista da constituição de uma aliança ou de uma colaboração política” (Courtine, 2009, p.128). Faz parte do esforço de investigação do autor interrogar a possibilidade histórica deste discurso de aproximação entre comunistas e cristãos, que se deveu a sucessivas transformações de doutrina, à revisão da relação com o outro no interior específico de cada uma das formações discursivas, que, em outras circunstâncias, recusavam o diálogo. Nesse sentido, Courtine

¹⁹⁰ Cf. GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

constrói o que chama de uma rede de memória para tratar das circunstâncias que possibilitaram a formulação do discurso de aliança (Cf. Parte I).

A noção de “campo associado” (a inscrição do enunciado em uma rede de reformulações anteriores), que Foucault postula como uma das propriedades dos enunciados (na realidade, como condição para que ele produza sentido), na perspectiva de Courtine, constitui uma “orientação” na reunião de materiais para a construção de *corpora* que rompam com o postulado da unidade, e mostrem que as fronteiras de uma formação discursiva não são estáveis, mas se modificam segundo as diferentes conjunturas. O discurso de aliança mobiliza uma rede de outros enunciados da formação católica e comunista, formulados em outras circunstâncias sócio-históricas. O exterior do discurso deixa de ser percebido em termos de situação de comunicação para fazer referência às condições de *produção e formação* dos discursos, a um movimento na identidade dos discursos (deste ponto de vista, as CPs também convocam o conhecimento de um processo histórico de longo prazo). Assim, Courtine justifica a sua escolha: “voltamo-nos para o discurso comunista dirigido aos cristãos. A escolha desse aspecto regional da FD comunista provém do fato de que uma contradição entre formações ideológicas antagonistas exibe-se aí de forma manifesta, no sentido de que a existência da contradição constitui o objeto ou o próprio tema do discurso” (2009, p.128).

O seu objeto, constituído a partir desta relação com o outro, favoreceu a emergência, na materialidade significativa, da contradição manifesta entre formações discursivas e ideológicas antagonistas a partir da presença de proposições opostas em uma mesma FD. Para Gregolin ([2005] 2007), o trabalho de Courtine (1981) propôs pensar a formação discursiva como instável – “fronteira que se desloca em função do que está em jogo na luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma formação social dada”¹⁹¹. Na opinião de Malidier (2003), a noção de memória discursiva, introduzida por Courtine a partir da noção de “campo associativo” de Foucault, teve papel importante na revisão do conceito. Na realidade, foram os próprios procedimentos de coleta de dados, propostos pelo

¹⁹¹ Cf. “Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidade”. Texto apresentado pela autora no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), na UFRGS, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.uems.br/padadi/rosario.html>. Acesso em: 02 mar.2007.

autor, consoantes ao objetivo da pesquisa (que não era produzir análises comparativas entre entidades discursivas estáveis, mas analisar o diálogo entre FDs antagônicas), que alargaram “o campo discursivo de referência”, permitindo a construção e a exploração da formação discursiva como unidade heterogênea em relação a ela mesma, e não mais em relação a outras FDs.

Tradicionalmente, a constituição de um *corpus* discursivo se inicia com a coleta dos dados que serão submetidos à análise. O primeiro procedimento consiste na delimitação de um campo discursivo de referência, de onde as seqüências discursivas serão extraídas, a partir de coordenadas ou determinações básicas: um tipo de discurso, o político, por exemplo, produzido por certo locutor ou organização política, o PCF, em um momento histórico determinado etc. A outra etapa consiste propriamente em dar forma ao *corpus*. Segundo Courtine, é preciso tomar algumas decisões no momento de constituí-lo. Por exemplo, o *corpus* será formado por apenas uma seqüência discursiva ou por várias, produzidas por um único locutor ou por vários. O *corpus* será constituído por seqüências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas, antagônicas, produzidas em sincronia ou em diacronia, a partir de material de arquivos ou experimentais. A combinação destas variáveis ou restrições pode levar a produção de *corpus* de dimensão complexa ao invés de simples. Em suma, trata-se de um conjunto de restrições que podem homogeneizar ou não o campo discursivo. No caso do discurso comunista dirigido aos cristãos, o campo discursivo delimitado por Courtine é invariável em relação ao tipo de discurso, isto é, os textos pertencem a um discurso de aparelho/posicionamento (o PCF), mas é variável em relação a conjunturas, a lugares de enunciação, aos próprios sujeitos enunciadores, aos alocutários e às circunstâncias enunciativas.

No trabalho de Courtine, a repartição no campo discursivo não se processa mais necessariamente em termos de formações discursivas idênticas a si mesmas e contraditórias em bloco em relação ao exterior, mas entre formações concorrentes e clivadas desde o seu interior.

Segundo Guilhaumou (2002), dois conceitos foram fundamentais para a construção do *corpus* nesta fase: o de formação discursiva e o de interdiscurso. O risco, então inerente

à noção de formação discursiva, era a produção de trabalhos com a preocupação de identificar as diversas formações discursivas de uma formação ideológica. Já a noção de interdiscurso permitiu avançar rumo ao alargamento do *corpus* e dizer que uma FD dissimula a sua dependência de outras FDs “do todo complexo dominante” (do interdiscurso), com as quais estabelece relações de aliança, de contradição, de dominação, etc. As análises das “descontinuidades” no fio do discurso apontam as relações com o interdiscurso.

O conceito de história de Foucault (1972), centrado nas transformações, nas “descontinuidades”, na contracorrente das ideologias de evolução ou progresso, influencia a concepção interdiscursiva de FD, que deixa de ser uma *unidade* – os discursos deixam de funcionar como “máquinas políticas” para se tornarem “unidades divididas”, para se constituírem e se movimentarem no interdiscurso¹⁹².

O que se observou no campo foi a substituição desta noção *exterior* de formação ideológica. O exterior deixou de ser considerado de um ponto de vista literal, nos moldes marxistas da luta de classes: os lugares sociais, num sentido amplo, correspondem a posições em um campo simbólico. Esta etapa da AD “sem filtros” consistiu especialmente em descompactar definitivamente a formação discursiva – e, conseqüentemente, a própria ideologia – que deixa de ser um bloco monolítico para aparecer dividida: “uma formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro” (Pêcheux, [1981] 2009, p.24). A

¹⁹² A influência do conceito de história de Foucault também pode ser percebida nos procedimentos atuais de constituição do *corpus* de análise: abriu o caminho para que o analista do discurso lidasse com *corpora* construídos, que não se enquadram nas categorias tópicas, preestabelecidas. Pode ser que a noção de história de Foucault, que, anteriormente, fez a AD se interessar por outros objetos ou acontecimentos (o oral, a linguagem comum, os lugares de emergência das ideologias dominadas...), influencie a especificação da noção de formação discursiva em Maingueneau, o que não quer dizer que coincidam. Retomar aqui a noção de história em Foucault, em uma perspectiva comparativa, faz algum sentido em função da maneira atípica como o *corpus* referente a uma formação discursiva é construído. É possível até mesmo reconhecer em alguns dos procedimentos para construí-lo os do historiador “de Foucault”. Entretanto, não parece razoável uma aproximação sem limites. O que há são alguns pontos de contato de ordem procedimental, ou seja, o trabalho com um recorte que, na AD, também não é praxe, não é “natural” (no caso, uma unidade não-tópica) – um acontecimento que não é visível, nos termos de Foucault. “O historiador – observem – não interpreta mais o documento para apreender por trás dele uma espécie de realidade social ou espiritual que nele se escondera; seu trabalho consiste em manipular e tratar uma série de documentos homogêneos concernindo a um objeto particular e a uma época determinada, e são as relações internas ou externas desse *corpus* de documentos que constituem o trabalho do historiador. Graças a este método, e essa é a terceira característica da história serial, o historiador pode fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido.” (Foucault, 2005, p.291)

formação discursiva é pensada, agora, em termos de divisão, de abertura, de indeterminação, de inconsistência, de contradição, de heterogeneidade (cf. Robin, 1986).

Pêcheux aproxima-se de Foucault, rompendo com a versão mais dura ou extremista do marxismo althusseriano (a determinação pela estrutura). Pêcheux reconheceu que a noção de formação discursiva tal como “tomada” de Foucault pela AD no início deixou no “obscurantismo” a possibilidade de resistência a partir de fissuras na ideologia dominante – “*se só houve a escravização, a submissão e a passividade, seria o fim da História*” (Gregolin, 2004, p.136). “Para Michel Pêcheux, era preciso, reavaliar o conceito de formação discursiva, formulado anteriormente, para que não se caísse na armadilha da ideologia dominante, cuja ação é sempre mais influente” (Guilhaumou, 2008, p.55).

A noção foi outra vez posta em xeque pelo próprio Pêcheux em favor da concepção de discurso como *estrutura e acontecimento*: os discursos se movimentam incessantemente na sua relação com a memória discursiva, o que torna meio sem sentido qualquer proposta de homogeneização ou de determinação externa. O discurso concebido como acontecimento “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele se constitui ao mesmo tempo como efeito dessas filiações e um *trabalho* (...) de deslocamento no seu espaço...” (Pêcheux, 1997a, p.56).

A noção de formação discursiva não desaparece dos trabalhos em AD no início dos anos 80 porque as identidades deixam de ser fixas e se tornam flutuantes, mas porque passam a dispensar uma explicação *externa*, apoiada em um saber anterior do analista, de ordem sociológica. Se as formações discursivas se constituem a partir de sua relação com outras formações discursivas, a relação texto e contexto – compreendido, aqui, como exterior ideológico – deixa de ser o aspecto mais relevante nas análises.

Contudo, a centralidade da heterogeneidade na análise dos discursos produziu um efeito colateral, denominado por seus críticos de *linearização* ou *gramaticalização*¹⁹³. Na

¹⁹³ O ocaso da noção, nos anos 80, tem de ser compreendido também no interior de uma conjuntura que tornou quase hegemônicas as abordagens lineares: “Hoje (...) é preciso ocupar-se do funcionamento interno do texto, levar em conta que ele é um objeto lingüístico e esquecer-se de que é também um objeto histórico. Esse interdito surge no bojo da onda neoliberal que parece varrer o mundo e exacerbar-se com os recentes acontecimentos no Leste europeu, que a formação discursiva não vê como processo em andamento, mas como algo acabado, ou seja, o fim da História com a vitória do capitalismo (nesse discurso, sempre chamado democracia) sobre o socialismo (...) Assim como se considera o universo conceitual marxista anacrônico, por

perspectiva de muitos analistas, as análises passaram a se concentrar quase exclusivamente em *mostrar* “o surgimento de um discurso outro no próprio discurso” (Maldidier 2003, p.73). Houve, paradoxalmente, no campo, uma dissociação da língua e da história (que desfez a “dupla articulação”¹⁹⁴ na qual se fundava a disciplina). Courtine não poupa os trabalhos que se centraram na heterogeneidade discursiva desarticulada de qualquer especulação histórica, ou seja, das condições de produção e formação dos discursos analisados:

Sob o termo “análise do discurso” se desenvolvem descrições do fio do discurso (...) que abandonam simplesmente a articulação do texto ou da seqüência oral com as condições históricas (...) E se confrontarmos esses trabalhos com a “dupla articulação” que constituiu o fundamento do projeto da análise do discurso, veremos a inicial dimensão histórica e crítica se apagar, em proveito da descrição empírica ou da construção de procedimentos formais; e, paralelamente, veremos o projeto lingüístico recobrir quase totalmente as considerações históricas. (COURTINE, 2006, p.46)

O trabalho de Courtine (1981), determinado pelo seu interesse por um *discurso institucional* (de aparelho) *de aliança* (uma unidade tópica territorial), favoreceu a emergência de certa estrutura lingüística, e mesmo apoiado na descrição da heterogeneidade, no interior mesmo da discursividade do *corpus*, da relação da formação discursiva com o seu exterior específico (outra formação discursiva), não dispensou certa explicação externa. Como se tratava de um discurso de aliança entre formações antagônicas, Courtine teve de fazer referência a um processo histórico-discursivo de longo prazo (buscar uma explicação pelas condições sociais) que evidenciou mudanças no interior das formações discursivas (Cf. Parte I).

não se adequar à realidade, as preocupações historicistas passam a ser inadequadas para a análise do objeto. Essa preocupação com as relações entre discurso e formação social passa a ser coisa de países do Terceiro Mundo, lugares que se acham, do ponto de vista do tempo histórico fixado pelos países mais desenvolvidos, num tempo anterior ao da ‘História’ (...) A ênfase no mercado erige como valor supremo e talvez único a eficiência. Seu corolário na análise do discurso é o conhecimento apenas dos mecanismos internos de produção do sentido...” (FIORIN, 1990, p.175).

¹⁹⁴ De acordo com Courtine (2006), o projeto inicial da AD pretendia realizar uma dupla articulação: “por um lado, combinar uma dimensão histórica e crítica e uma dimensão instrumental positiva; por outro, articular os aspectos históricos e lingüísticos no tratamento do discurso” (p.42).

Assim, nos anos 80, é evidente a preocupação dos historiadores na AD com a depuração das relações entre lingüística e história, o que quer dizer afastar-se das definições estreitas da noção de condições de produção. Trata-se de romper com a perspectiva que Guilhaumou classifica de “sociolingüística”:

De fato, trata-se de uma investigação que qualificaremos, hoje, de sociolingüística, no sentido de que ela associa um modelo lingüístico, essencialmente de análise do enunciado, a um modelo sociológico, definido por meio da noção de condições de produção, designação que refina o conceito de contexto no qual se colocam os elementos do corpus estudado. Ao trabalho do lingüista que descreve as propriedades formais dos enunciados, associa-se o sociólogo que busca compreender a variação das linguagens nas práticas sociais. Tudo é pensado em termos de correspondência, de co-variância entre as estruturas lingüísticas e os modelos sociais, buscando estabelecer uma relação de causa e efeito, mesmo se o simples paralelismo é a atitude mais comum nesse aspecto (Drigeard; Fiala; Tournier, 1999). (GUILHAUMOU, 2009, p.19)

O afastamento das CPs produziu, inicialmente, esta nova configuração metodológica, chamada “configuracional”¹⁹⁵, centrada na construção de um *corpus* que relativizaria duas propriedades co-relacionadas comuns aos trabalhos na época: exterioridade e anterioridade na relação língua-história.

no trabalho conjunto da lingüista Denise Maldidier e da historiadora Régine Robin (1974), sobre os protestos parlamentares face aos Éditos de Turgot de 1776, o corpus de frases regularizadas pela lingüista em torno das palavras-pivô liberdade e regulamentação é reproduzido integralmente. No entanto, a seleção dos termos repousa aqui sobre um saber histórico anterior: supõe-se como evidente que é ao redor das noções de liberdade e regulamento que se desenrola o confronto entre

¹⁹⁵ Citamos um parágrafo importante do texto de apresentação de “Lingüística e História” (2009), de Jacques Guilhaumou, porque resume estas duas tradições de análise do discurso, ao mesmo tempo em que reafirma as conexões entre história e lingüística. O autor explica o estágio atual desta abordagem que inaugurou, a análise do discurso do lado da história, com influências específicas da produção teórica em história: “Essa abertura nova em nosso trajeto de historiador lingüista nos orientou em duas direções: de um lado, em direção à *história linguageira dos conceitos* tal como ela se impõe, atualmente, em um contexto internacional dominado por estudiosos alemães e anglófonos; de outro lado, em direção a uma *história dos acontecimentos lingüísticos* inscritos no seio mesmo da história das ciências da linguagem. Ao contrário de uma análise de discurso do lado da lingüística que não se preocuparia com a historicidade das linguagens e de uma outra análise de discurso, do lado da história, que se ocuparia exclusivamente com o conteúdo das práticas linguageiras sem analisar-lhes as formas, nós continuamos, portanto, a manter a exigência de uma ligação estreita entre História e Lingüística. É importante introduzir esta obra pelo apanhado das principais etapas da evolução do historiador do discurso até essa abordagem cada vez mais empírica e cognitiva da historicidade das práticas linguageiras” (Guilhaumou, 2009, p.16).

nobreza e burguesia, na conjuntura da tentativa reformadora de Tourgot. (GUILHAUMOU, 2009, p.21).

O desafio era repensar ou atualizar a relação entre lingüística e história de modo a romper com estes elementos exteriores e anteriores e, então, pensar a historicidade dos textos de outro modo: ao invés das condições de produção (e de suas relações com o contexto histórico e social), por intermédio da história dos conceitos. Guilhaumou (2009) explica a mudança então em curso nos anos 80 com este tipo de abordagem configuracional:

As aberturas problemáticas dos historiadores do discurso nos anos 1980 foram possíveis devido à neutralização progressiva de toda investigação analógica de tipo sociolingüístico e à constituição da análise de discurso como disciplina totalmente interpretativa (Guilhaumou, 1993). Ela foi levada a recusar a noção de condições de produção, e seu corolário, a situação de comunicação, situando os recursos interpretativos dos textos em seu interior. A história do discurso liberou-se, em parte, das modelizações semânticas *a priori* na maneira de agenciar as “frases de base” da análise de enunciados *e/* ou de organizar as listas de termos diferenciados resultantes das análises lexicométricas de tabelas lexicais. Enfim, tornou-se possível não mais instrumentalizar a lingüística usando-a como uma simples ferramenta e, por conseguinte, não mais excluí-la do momento interpretativo. (GUILHAUMOU, 2009, p.31)

Na abordagem configuracional “inaugural” de Guilhaumou e Malidier (1997), o *corpus* é constituído de modo a registrar a circulação de enunciados sobre uma “questão social” na França no século XVIII, a questão da subsistência, sem determinação prévia do espaço de circulação, em termos de tipos ou gêneros de discurso, ou seja, o corpus é *aberto*, sem limites definidos (a construção do *corpus* não é *evidente*).

Os autores não se interessam por um tipo ou gênero de discurso (unidades tópicas), mas por uma “questão social”. O objeto, o problema da subsistência, favorece a ampliação do arquivo, a reunião de uma massa textual heterogênea: “Esse problema mobiliza um vasto leque de arquivos: do grito do povo amotinado que chega até a justiça até o tratado de economia política, passando pela correspondência dos intendentés, a obra literária ou o debate da assembléia etc.” (1997, p.164).

Sob a influência dos métodos da história serial (que não se interessa por objetos constituídos a priori; ao contrário, define o seu objeto de pesquisa a partir do estudo de um

conjunto de documentos, estabelecendo relações entre eles), rompem com a maneira de construir *corpora* baseada em uma análise prévia das condições de produção e formulação dos discursos (como em Courtine) e propõem, em substituição, a localização de *temas* e a noção de *trajeto temático*.

São selecionados enunciados no interior do arquivo a partir de critérios lexicais, sintáticos ou enunciativos, constituindo-se um *subcorpus*. Os autores constroem o que chamam de dois “dispositivos de arquivo”, identificam certos aspectos que caracterizam a questão e os situam em um contexto ou conjuntura: o primeiro deles é a emergência “maciça” da palavra “subsistência” às vésperas da Revolução Francesa; o segundo, pelo qual se interessam, diz respeito à circulação da expressão “pão” no período revolucionário, “durante os confrontos de rua e em frente às padarias, aparecendo em mensagens ou petições, e em panfletos que exprimem a demanda pelo pão” (1997, p.165). “A questão do pão, associada à dos direitos fundamentais do homem, introduz o aspecto social no campo político” (1997, p.165).

Definido o dispositivo de arquivo (o lexema “pão”), procuram ver como ele aparece no *corpus* e o que significa:

à procura desse dispositivo de arquivo, percorremos as fontes impressas: panfletos, jornais, livros, cartazes etc., assim como pesquisamos fontes manuscritas: processos verbais de assembleias revolucionárias, correspondência entre clubes e sociedades populares, mensagens e petições, relatórios da polícia e interrogatórios judiciais etc. (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997, p.165)

Na abordagem configuracional, o acontecimento discursivo resulta da localização ou percepção de uma regularidade no interior de um *corpus* aberto. Esta regularidade, no caso, de natureza sintática, diz respeito à ocorrência de enunciados com a estrutura “Pão e x”.

A “circulação da expressão coordenada ‘Pão e x’ no interior da temática da subsistência no século XVIII” (Guilhaumou, 2009, p.32) sinaliza o *acontecimento discursivo*: a junção das questões social e política manifesta nas ocorrências de “Pão e liberdade”. Assim, no interior do trajeto temático das subsistências na França, no século XVIII (nos enunciados sobre a questão da subsistência, onde ocorre a expressão “pão”),

configura-se um *corpus* de enunciados ao redor da estrutura sintática “Pão e x”. Trata-se de “reduzir” o *corpus* de análise: “lugar privilegiado de encontro entre a língua e a história, a questão gramatical da coordenação *pão e x* é o centro do presente estudo. Trata-se de uma nova retomada, e não de repetição” (1997, p.170).

Não se trata mais de construir um *corpus* com base em um julgamento de saber, a exemplo da designação das condições de produção, mas de descrever *as configurações de arquivos* significativas, ao mesmo tempo, de um assunto, de um conceito e, afinal, de um acontecimento. É, então, tempo de isolar em seu interior um conjunto de enunciados com base em critérios lexicais, sintáticos ou enunciativos e de constituir, assim, um momento de *corpus* susceptível de uma abordagem lingüística refinada. (GUILHAUMOU, 2009, p.29)

Portanto, o que caracteriza o *corpus de análise* é a regularidade de uma estrutura lingüística, da coordenação “pão e x” (onde aparece a relação pão-liberdade), a partir da qual iniciam uma investigação em moldes não-tópicos (um percurso). Os autores constroem o que chamam de um *trajeto temático* na *questão do pão*, isto é, entre as possibilidades de abordagem da questão da subsistência, em uma circunstância histórica dada, optam pela análise de um “acontecimento discursivo” que realiza uma destas possibilidades (*um tema*): a associação da questão da subsistência (a demanda por pão) ao tema da liberdade, aos direitos fundamentais do homem, que “introduz o aspecto social no campo político” (1997, p.165) – o acontecimento que interessa à história é a relação entre a demanda por pão e a exigência de liberdade:

Não é uma variante do ato da demanda. A associação dos termos “pão” e “liberdade” provoca uma ruptura: ela designa um possível valor do político no campo das relações sociais. Na conjuntura revolucionária, estabelecer uma relação entre a questão do pão e o tema da liberdade é ir contra o sistema repressivo preconizado pela burguesia moderada. Esse sistema, ao associar a lei marcial à lei de livre circulação de grãos, ratifica a divisão entre as classes dirigentes e as massas populares. A relação entre pão e liberdade é nova e constitui, naquele momento, a abordagem mais global da presença do social no político. (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997, p.168).

Sobre a noção de *trajeto temático*, os autores esclarecem:

Falamos em trajeto temático na questão do pão para definir o conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento a outro [da reunião dos Estados Gerais, quando a demanda por pão se realiza em

“gritos de revolta” de “pão, pão”, e “ameaça terrorista” “Nos dê pão, rápido!”, à tomada da Bastilha, quando a questão adquire novo sentido, que se realiza pela co-presença dos termos pão e liberdade], associam a demanda pelo pão, a linguagem da liberdade e as primeiras expressões dos Direitos do Homem. A análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos de linguagem, mas, sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem. (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997, p.166)

Vemos que a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vai-e-vem de atos linguageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados. (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997, p.167)

São propostos, pelos autores, dois níveis de análise. Um, propriamente lingüístico, sobre o funcionamento sintático-semântico da coordenação “pão e liberdade”, e de suas diferentes formas discursivas nas seqüências textuais onde aparecem: “coordenação pão e x, conjunção de dois sintagmas nominais, em geral objetos dos verbos pedir/querer ou em posição de destaque dentro de uma estrutura clivada” (1997, p.170). Outro, discursivo, que amplia os dados textuais para a análise das ocorrências da relação “pão e liberdade” (constituída no contexto da revolução e com valor de *conceito*) e de “pão e ferro” (que aparece como *palavra de ordem* na conjuntura de guerra e dificuldades de 1793).

Contrariamente ao projeto inicial, que focalizava o funcionamento da coordenação, o corpus nos leva a deslocar a análise da coordenação para o seu contexto lingüístico, a olhar para além de suas realizações, para sua inserção no discurso revolucionário. O corpus, enquanto arquivo, muda a relação de aplicação da lingüística ao texto. *A materialidade do arquivo impõe sua própria lei à descrição.* (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997, p.174)

Neste segundo momento do *corpus*, interessa interrogar, considerando a materialidade dos textos, isto é, sem se apoiar no que foi dito sobre a conjuntura ou sobre a sociedade pelos historiadores, se estas duas configurações discursivas em torno de “pão e x” (“pão e liberdade” e “pão e ferro”) têm a mesma natureza, se constituem variantes (se são “simétricas”), ou quais as diferenças que manifestam sob a identidade formal, entre outros questionamentos.

O trajeto temático que conduz da expressão pão e liberdade à palavra de ordem pão e ferro concretiza o duplo funcionamento do saber jacobino. Se pão e liberdade dominou a conjuntura dos anos 1789-1792, desde 1793 esta coordenação está forçada a coabitar com pão e ferro, palavra de ordem que adquire uma certa autonomia. (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997, p.179)

Os autores concluem que as coordenações não estão em concorrência: a expressão/coordenação “pão e ferro” não se configura no interior de um confronto discursivo (“pão, Mas não ao preço da liberdade”), também não varia quanto a sua estrutura binária ou justaposição de termos (“subsistência e ferro”; “pão e armas”), ao contrário da combinação do termo pão com outros termos na seqüência “pão e liberdade”, que toma formas discursivas diferentes: frases com **E**, com **Mas**, comentários metadiscursivos etc.; “pão e ferro” aparece em estruturas/contextos de demanda (objeto do verbo pedir), de injunção (“é necessário pão E ferro”) e de definição/tematização (“Pão e ferro é”); também assume a forma de máxima em relação à conjuntura (incita à conservação das aquisições). “O termo palavra de ordem nos parece suscetível de designar mais globalmente o valor tomado por *pão E ferro* em nosso corpus” (1997, p.176).

Na reflexão dos próprios autores, a abordagem configuracional trouxe à AD o retorno ao *arquivo*:

O novo se situa em outra parte, no retorno ao arquivo. A consideração da dispersão máxima do arquivo torna complexo, nós o vimos, o procedimento do analista de discurso. Do trajeto temático ao momento de corpus passando pela análise contextual, a exploração arquivística mergulha o pesquisador na materialidade dos textos; aquilo que poderia aparecer como desvio, de que fazíamos economia através de julgamentos de saber, se confunde com o próprio procedimento e impõe o encontro com a língua. Este procedimento – nossa análise o comprova – não exclui a emergência, no trajeto temático, de um momento de corpus em torno de um acontecimento estratégico (...) O retorno ao arquivo abre então à análise de discurso possibilidades múltiplas. Longe de ser uma metodologia auxiliar para o historiador, uma aventura sem margens para os lingüistas, esta pode encontrar nela mesma critérios de inteligibilidade. Abraçando ao mesmo tempo as co-presenças linguageiras que constituem o corpus, os usos reflexivos e a espessura da língua, ela se coloca como disciplina inteiramente interpretativa. (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997, p.181)

Da perspectiva configuracional, a construção de um *observatório* de discurso (nos moldes de “formação discursiva”) é *anterior* à do *corpus* de análise propriamente dito (como percurso). No caso do trabalho de Guilhaumou e Maldidier, no observatório da questão da subsistência na França no século XVIII, localizam uma estrutura (ou mais de uma, ou uma estrutura que se altera) a partir da qual constroem um *corpus* de análise diacrônico, com textos que podem ser referidos a situações de comunicação e atos de linguagem determinados. Não há explicitamente a preocupação em relacionar os atos de linguagem do qual a expressão participa, como “conceito” e “palavra de ordem”, a determinações de tipo ou gênero de discurso ou de posicionamento discursivo. É a própria forma discursiva que o termo “pão” assume em suas ocorrências e o seu entorno verbal que determinam o seu estatuto diferenciado.

A unidade *percurso*, no plano metodológico, tomando como base o exemplo fornecido por Maingueneau – o trabalho de Krieg-Planque (2003) sobre os usos da expressão “purificação étnica”, quando relacionada à guerra civil iugoslava, nos anos 90, em textos da imprensa escrita francesa –, diferencia-se deste modo de construção de *corpora reflexivos* operado por Guilhaumou e Maldidier. No caso do percurso, não se constrói anteriormente o *corpus/observatório* para encontrar nele (com sorte) uma estrutura que se repete, mas se seleciona, antes, a estrutura (um lexema, uma proposição etc.) e se procura ver como ela funciona em um *corpus* determinado. Neste caso, pode-se delimitar ou restringir o contexto da investigação (interessar-se pela circulação de uma expressão em um determinado discurso, por exemplo).

Uma série de outros trabalhos da analista francesa Alice Krieg-Planque exemplificam a construção de percursos.

Krieg-Planque (2007) define o seu modo de fazer análise do discurso como “transgressão das fronteiras postas pelo discurso” (pelas tipologias institucionalizadas) com o intuito de tornar visíveis fenômenos de retomada, de reformulação, de regularização, de circulação, de dispersão e de “eco” (ou ressonância discursiva). No artigo *Travailler les discours dans la pluridisciplinarité: exemples d’une ‘manière de faire’ en analyse du*

discours”¹⁹⁶, comenta uma série de trabalhos seus que ilustram essa abordagem. Destaca, por exemplo, um trabalho envolvendo o adjetivo *étnico* em circunstâncias onde o seu uso é ambíguo. Interessa à analista identificar a “natureza” do seu referente. No caso da expressão “purificação étnica”, trata-se de purificar ora um “território”, ora “grupos de pessoas” e, por se tratar de um neologismo em francês, não há um exterior discursivo anterior, historicamente associado à expressão.

Krieg-Planque (2008) também se interessou pela enunciação do termo *etnia* no universo discursivo francês contemporâneo (em textos teóricos e jornalísticos) quando “os outros” são o seu sentido. Da perspectiva geográfica, designa “os outros distantes” (fala-se em “etnias” no Afeganistão, no Sudão, no Burundi); da perspectiva política (da organização do sistema político), “etnia” designa os “outros diferentes”; no domínio cultural, o adjetivo “étnico” aparece como sinônimo de “exótico”.

Tal como são empregados no espaço discursivo francês atual, etnia e étnico remetem a indivíduos e a grupos do qual o funcionamento escapa àquele de uma “comunidade imaginada”, ou porque eles não tenham ainda acedido (o sistema político subjacente a etnia é então apreendido como a sobrevivência de uma organização arcaica) ou porque eles tenham acedido, eventualmente, incompletamente, e em seguida estejam fora dele (o sistema subjacente a etnia é então apreendido como uma regressão do progresso político). O uso da categoria “etnia”, neste sentido, produz ao mesmo tempo um ponto de vista evolucionista sobre o devir das sociedades humanas. (KRIEG-PLANQUE, 2008, p.24)

Krieg-Planque conclui que *etnia* substituiu parcialmente o termo *raça* no contexto antirracista após 1945 e na época atual, em que predomina o “politicamente correto”. A palavra “etnia” é vista ou percebida como um eufemismo para “raça” (os julgamentos de eufemização que incidem sobre o termo em textos da imprensa comprovariam isso): “utilizando etnia, não se fazia senão substituir um termo tornado inútil por um outro termo mais apresentável, pois este era menos marcado discursivamente (percebido como tal)” (2008, p.19).

A analista investiga as ocorrências, no contexto da cobertura pela imprensa francesa da guerra na Iugoslávia, de uma associação léxico-sintática, dos verbos *saber* e *poder*, e o

¹⁹⁶ In: Bonnafous e Temmar, 2007, p.57-71

que ela significa em formulações do seguinte tipo: “*nous ne pourrons pas dire que nous ne savions pas*”, “*On ne pourra dire qu’on ne savait pas*”, “*Qui pourra dire: je ne savais pas?*”, “*On ne peut pourtant pas dire, comme il y a cinquante ans: ‘On ne savait pas’*”, “*Cette fois, nous ne pourrons pas tricher avec l’Histoire. On savait.*” (2008, p.60). Krieg-Planque se interessa pelos “atos lingüísticos” realizados por meio destas formulações (se correspondem a palavra de ordem, alerta, injunção moral) e por seu estatuto dialógico, os modos (mais ou menos implícitos) por meio dos quais retomam o enunciado “original”, que corresponde à justificativa dada após a Segunda Guerra para a inércia em relação aos crimes nazistas (a formulação evoca o genocídio dos judeus): “*Le lieu commun sur le nazisme comme sommet de l’horreur dans l’histoire, ainsi que le lieu commun sur l’incapacité à empêcher cette horreur comme sommet de la culpabilité honteuse, sont ici à l’oeuvre*” (2007, p.61). Também se interessa pelos atores visados pelos pronomes “*nous*” e “*on*”. O objetivo, segundo a analista, é apreender posições políticas e morais buscando ancoragem em estruturas materialmente observáveis na textualidade.

Em outro trabalho, Krieg-Planque (2004, 2007b) decide analisar formas discursivas de marcação de eufemismo, isto é, um ato de natureza metadiscursiva (espécie de “comentário” ou avaliação da relação palavra/coisa) que designa ou qualifica explicitamente um termo ou proposição como “eufemismo”. Destaca, assim, as ocorrências dos substantivos e adjetivos “eufemismo(s)”, “eufemísticos”, “eufêmico(s)”, “eufemização(ões)” em gêneros próprios do discurso político (atas, pareceres e outros documentos da Assembléia Nacional Francesa e discursos oficiais de Jacques Chirac) e do jornalismo impresso (textos publicados na revista *Le Nouvel Observateur*), no período de 1993 a 2002. Krieg-Planque (2004) explica que a frase *Le “dialogue social” est un euphémisme pour désigner la pratique du compromis*, publicada em um editorial do jornal *Libération*, a fez perguntar se o que o seu autor fez foi tomar uma posição (subjativa) ou realizar um julgamento de saber, uma avaliação de tipo científica. Ou seja, interessa a ela identificar a natureza ou o estatuto desta avaliação segundo as suas ocorrências nos textos (tal como Guilhaumou e Maldidier se interessam pelo estatuto, ou funcionamento, da coordenação “pão e x”, conceito ou palavra de ordem, em seus contextos de ocorrência). Propõe como hipótese pensar que o interesse pela marcação do eufemismo se deve

justamente ao estatuto incerto ou oscilante deste ato de julgar. Mas antes de argumentar a favor da idéia da marcação de eufemismo como tomada de posição, a autora propõe explorar a diversidade de seus usos no *corpus* (na realidade, opera a filtragem dos dados, especificando os contextos de ocorrência dos termos):

Distinguimos, assim, os enunciados nos quais o eufemismo é representado como uma “palavra de si” e os enunciados nos quais ele é representado como uma “palavra do outro”. Outros critérios possíveis, especialmente mais sintáticos, que levam em consideração as formas de expressão do julgamento (aposição meta-enunciativa, predicado exclamativo...), nos parecem mais próximos de preocupações lingüísticas do que de preocupações discursivas, como são as nossas, aqui. (KRIEG-PLANQUE, 2007b, p.29).

A partir desta característica geral do *corpus*, dividido em dois tipos de enunciado, aqueles nos quais a marcação de eufemismo incide sobre a formulação do locutor e aqueles em que incide sobre a formulação de outros, Krieg-Planque (2007b) explora os usos das formulações “eu digo X e é um eufemismo” e “ele diz X e é um eufemismo”, e assemelhadas, nos diversos gêneros de discurso. Por exemplo, quando o primeiro tipo de enunciado aparece no discurso de Chirac, serve à construção de um ethos de moderação: “a imagem de um locutor comedido, que não deseja polemizar” (p.30). Em artigos da revista *Le Nouvel Observateur*, o segundo tipo de marcação de eufemismo – quando aplicado à fala do outro – produz o efeito de desvelar o que o outro diz – de “traduzir uma realidade que o outro nomeia de maneira imperfeita” (2007, p.34) – o que, segundo a autora, coincide com o “imaginário jornalístico do desvelamento, da mediação, da simplificação à ambição didática” (p.35): “o objetivo não é tanto denunciar o outro que nomeia inadequadamente, mas apresentar-se como um tradutor, um mediador, instância que explicita a fala do outro” (p.35). Outro efeito produzido pelo segundo tipo de marcação, desta vez, em textos midiáticos e institucionais, em documentos de trabalho e estudos de organizações de esquerda, é o de denunciar o mascaramento da realidade e marcar uma posição, ou produzir um julgamento de caráter axiológico. A autora analisa textos de imprensa que criticam o vocabulário eufêmico dos diplomatas e dos militares e textos da esquerda radical que julgam eufêmicos termos como “lei do mercado”, “flexibilidade”, “mundialização” etc.

Em outro trabalho (1999, 2007b), investigou as ocorrências da expressão *sic* em cinco publicações da imprensa francesa de extrema direita. Neste contexto, os usos de *sic* servem à “lembrança” de uma tese ausente, que é própria do discurso de extrema-direita, e que não se diz explicitamente (cabe ao leitor reconstituí-la). Por exemplo: “*action en faveur des réfugiés qui on provisoirement [sic] trouvé asile dans l’Union européenne*” (2007b, p.62). Aqui, interessou a ela descrever o modo de enunciação típico da imprensa de extrema direita: uma de suas características é a marca *sic*.

Krieg-Planque (2007b) apresenta outras três sugestões de estudo nos moldes de *percurso*. Uma delas consiste na análise dos debates de 2005, na França, sobre a revisão da jornada de trabalho de 35h. Analisa-se o *corpus* a partir das ocorrências da associação léxico-sintática “*travailler plus pour gagner plus*” e suas diferentes reformulações, as de apoio à iniciativa, à formulação original, e outras que, ao contrário, a refutam, desacreditando-a: “[les salariés] *ne vont pas forcément travailler plus, mais risquent de gagner moins*”; “*c’est au nom d’une prétendue liberté de gagner davantage qu’il...*”.

A segunda proposta trata da fórmula “*développement durable*”. Neste caso, a análise se organiza em torno das estruturas sintáticas concessivas que caracterizam os enunciados que definem o “desenvolvimento sustentável” (de modo a evidenciar uma contradição): “*Répondre aux besoins présents sans compromettre la capacité des générations futures à satisfaire les leurs*”. No campo dos estudos sobre jornalismo e mídia, em um *corpus* constituído de enunciados de profissionais da mídia, propõe a análise das realizações discursivas das expressões “*faire son travail*” e “*faire son métier*”.

Résumons notre approche. Ce sont en général avant tout des formes, des marques, des signes, des procédés, des opérations... bref du linguistiquement descriptible, qui attire l’attention (il est clair néanmoins que cette attention est modelée en amont par des fréquentations de corpus et par une habitation du monde qui dépassent le linguistiquement descriptible). L’attention ayant été attirée, et retenue, nous cherchons ensuite à comprendre ce qu’en disent des linguistes. Ensuite (et/ou parallèlement), nous cherchons à faire apparaître ce que ces faits de discours – qui s’appuient nécessairement sur des faits de langue – peuvent nous dire des discours en tant que systèmes d’explication politique et sociale. (KRIEG-PLANQUE, 2007b, p.68)

O que se pode depreender dos *percursos* construídos por Krieg-Planque é que se apóiam, às vezes, em uma intuição ou saber prévio do analista (as “regras da arte” a que se refere Maingueneau), convocado para a seleção de estruturas lingüísticas relevantes e para a constituição de um *corpus produtivo*, dirimindo, assim, as suspeitas de “delírio interpretativo” ou de circularidade; em segundo lugar, a analista não objetiva construir uma unidade, não propõe estabelecer relações despercebidas entre os enunciados com o propósito de remetê-los a um modelo semântico comum, ao sistema de regras que permitiu produzi-los; não se interessa propriamente por um *discurso*, mas por *elementos lingüísticos* que participam dos enunciados que participam dos discursos, para investigar a *função/funcionamento das estruturas no interior destes enunciados que as comportam*, de modo que é a natureza do “objeto de investigação” (às vezes, a dispersão de uma *estrutura ou elemento sintático*; outras vezes, de *expressões* ou *enunciados* inscritos na história) que demanda este tipo de tratamento fragmentado.

De modo geral, o ponto de partida de alguns trabalhos seus é uma *unidade* definida a priori. Em Guilhaumou e Maldidier (1997), ao contrário, encontra-se *uma estrutura* (a expressão “*du pain*”), cuja presença, em um *corpus* previamente construído em torno de uma questão social, intensifica-se em momentos históricos determinados.

O nosso modo de reunir textos aleatórios que destacassem as transformações da política no mundo contemporâneo aproxima-se de alguns dos procedimentos de Krieg-Planque e dos de Guilhaumou e Maldidier, mas não se reconhece plenamente em nenhum destes dois modelos.

O nosso *corpus*, embora não restrito a um discurso institucional ou de aparelho, é menos amplo que o de Guilhaumou e Maldidier (1997) (basicamente, constituído de enunciados extraídos de fontes impressas: livros, ensaios, *papers*, e gêneros do discurso jornalístico). Neste aspecto, aproxima-se de alguns *corpora* privilegiados por Krieg-Planque, que correspondem a conjuntos discursivos mais limitados. Guilhaumou e Maldidier (1997) perseguem uma estrutura, “pão e x”, e a sua *função* num *corpus/observatório* previamente constituído. Krieg-Planque define antes as *estruturas* (um adjetivo, um substantivo, um sintagma), e a partir de suas ocorrências, em um contexto

mais ou menos restrito (na imprensa de extrema-direita, na narrativa midiática da guerra da Iugoslávia), constrói o seu *corpus*.

Nosso *corpus* não foi *premeditadamente* construído para a exploração *de uma estrutura determinada*. Como Guilhaumou e Maldidier (1997), também nos interessamos em estudar uma questão ou temática específica (o tema da mutação da política). Contrariando as exigências – de rigor metodológico – que pesam sobre um trabalho acadêmico, o nosso *corpus* só foi, de fato, *objetivado* após o contato com a Ciência Política, que *autoriza* a reconhecer nele ecos (ou ressonâncias) de uma temática relevante, a *do declínio da política* (uma unidade *dada* ou *visível*), um lugar-comum da filosofia, ou uma tese filosófica, enunciada reiteradamente ao longo do século XX, que é objeto de *polêmica*, suscetível a circular em outros posicionamentos e campos discursivos. Colocamo-nos, assim, no enalço de uma *tese* ou *temática*, que não deixam de ser unidades *abstratas*, distintas das estudadas por Krieg-Planque, mas que se *corporificam* em determinadas expressões, apreendidas como pertencentes ao léxico de uma comunidade discursiva.

Podemos, então, concluir que o nosso interesse é pela circulação de um conjunto de expressões (o que até então vínhamos chamando ou encarando como temas prototípicos deste discurso, apoiando-nos especialmente em uma citação de Courtine) associadas à temática ou ao discurso do declínio da política em dois campos discursivos: o seu campo próprio de produção e difusão (o campo erudito) e um campo auxiliar ou secundário de difusão, o campo jornalístico (dos comentadores da política).

Diferentemente de trabalhos como os de Krieg-Planque e o de Starobinski (2001), por exemplo, que tomam uma dada expressão ou palavra mais ou menos fixa ou estável para reconstruir o seu percurso de *usos*, desde sua origem, como neologismo, até o assentamento de seus sentidos, nossa preocupação inicialmente foi destacar *a que “fenômenos” sócio-políticos esta percepção de crise da política, no sentido de declínio, pode fazer referência*; ou seja, em sentido inverso, partimos das *significações* (ou de enunciados múltiplos que definem, descrevem *o estado de declínio da política*) para, em outro momento, identificá-las a uma tese, a uma noção, a um discurso, ou a um lugar-comum, o do “declínio da política”. Para tentar deixar esta inversão menos obscura, recorreremos à seguinte citação:

A palavra civilização pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocabulário sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. (STAROBINSKI, 2001, p.14)

Considerado o que diz o autor acerca da palavra “civilização”, um conceito unificador, queremos dizer que nos interessamos, em primeiro lugar, pelas formulações múltiplas de um conceito, que, eventualmente, pode se manifestar de forma sintética por meio dos sintagmas “declínio”, “recuo”, “esquecimento” da política”, entre outras unidades lingüísticas. O *corpus* como observatório, portanto, destaca essas significações múltiplas e variadas que acabaram reunidas ou agrupadas sob a noção de *crise da política, sob um ângulo negativo*, ou sob a tese de *declínio* ou *decadência da política*.

A partir da constituição do corpus de modo tão heterodoxo, trata-se tão simplesmente de constatar que determinados temas ou opiniões são prontamente (historicamente) associados a uma *noção de crise da política*, produzida no interior de uma dada tradição teórico-intelectual em determinadas épocas históricas. A *expressão* recebe, portanto, uma acepção pluralizada, a depender dos contextos de irrupção, o que implica dizer que tem alguma conexão com a construção de acontecimentos ou fenômenos sócio-políticos – o que não quer dizer que não haja alguma constância ou permanência associada à tese, quando adquire estatuto conceitual e se torna objeto de análise. É neste momento do *corpus* que aparecem reações críticas à idéia do declínio, a sua validade é recusada como *idéia comum (superficial)*, ou “lugar-comum” (assim como em Starobinski, o conceito de civilidade tornou-se alvo de suspeição, sendo designado, entre outros termos, como “jargão”). Trata-se então considerar a circulação (recepção) da tese naqueles autores ou lugares que se propuseram a tomá-la como alvo ou objeto de reflexão crítica.

Dispomos, assim, nos termos de Guilhaumou e Maldidier (1997) de um observatório a partir do qual constituímos um *corpus* de enunciados, como os de Krieg-Planque. Sem termos definido uma estrutura lexical ou sintática *a priori* para *buscar*; sem critérios predefinidos para construir o *corpus* de análise, selecionamos textos aleatoriamente, com a condição de que neles figurassem enunciados que *de algum modo*

registrassem ou constatassem uma transformação da política (da sua natureza, das suas condições de exercício etc.), ou fizessem referências explícitas ou alusões às expressões “esquecimento”, “fim”, “irrelevância” da política e correlatas. O que perseguimos foi o tratamento de uma questão de história política. O *corpus* agrupa modos de pressupor a transformação da política como degeneração. Contudo, formulações como as que seguem podem participar de enunciações que não percebem as transformações deste mesmo modo, ao contrário: *Estamos vivendo uma fase de decomposição; o que caracteriza a sociedade contemporânea é o desaparecimento do conflito social e político; a oposição direita-esquerda já não tem sentido; os partidos políticos oficiais dizem a mesma coisa; a perda do controle dos estados nacionais sobre suas economias; a evanescência do conflito social, político e ideológico; a atrofia completa da imaginação; O presente não é muito alegre...* Por isso, a abordagem *percurso* exige análises locais, dos funcionamentos dos enunciados nos *contextos* e *co-textos* dos quais participam. Às vezes, estas formulações aparecem como *discurso de outrem*, discurso da doxa, lugar-comum, “visões saudosistas” da política do passado, etc.

Por fim, a constituição do corpus parece dar conta desta duplicidade do discurso e da solidariedade entre unidades tópicas e não-tópicas de que fala Maingueneau. A discussão a propósito de como construí-lo, unidade tópica ou não tópica, justifica-se pela necessidade de *apurar, reduzir* os dados (compreendê-los?) para uma análise mais fina.

Constituído o corpus (em moldes “híbridos”, combinando procedimentos de Krieg-Planque e Guilhaumou e Maldidier), é necessário definir algum propósito para a investigação. O objeto que visualizamos, com a acomodação do corpus em uma categoria não-tópica, não é propriamente o discurso sobre o declínio da política, mas os diversos modos de inscrição no nível da textualidade de um *já-dito* (de uma forma de crítica política, de um lugar-comum, um discurso doxológico, que é como esta discussão está dada na Ciência Política) nos diferentes *lugares* onde circula ou é repetido (a circunscrição do espaço de circulação decorre de uma decisão do analista). Em certo sentido, a construção do objeto dependeu de *um saber anterior*, contrariando o projeto de uma análise do discurso ao lado da história.

Propor-se a estudar a *circulação* de enunciados no interdiscurso não requer realizar uma caracterização exaustiva de suas condições sociais de produção, ou seja, de conduzir uma análise que esmiúce o campo discursivo de pertencimento do texto do qual participam (os posicionamentos e as práticas que os constituem e suas relações internas com outros posicionamentos concorrentes do mesmo campo). A circulação preocupa-se com os sentidos que os enunciados assumem nos diferentes lugares em que circulam. Dar ênfase à circulação de uma tese (ou das formas lingüísticas que a sublinham) implica, no nosso caso, delimitar um espaço para a sua circulação. Não se trata tecnicamente do campo filosófico, mas de um campo erudito, no qual intelectuais vinculados a escolas e doutrinas comentam o estado da política, tratando o seu objeto como um fenômeno empírico, típico da época contemporânea, ou como discurso, quando confrontado a outra representação da realidade dos fatos. Neste contexto, a fragilidade da tese se explica pela sua origem histórica. Em um caso, o dos que reagem ao *declínio da política* como *discurso*, chamou-nos particularmente a atenção as formas de caracterização e recepção do discurso de outrem (as diversas marcas de polifonia, o modo como o outro se inscreve na textualidade); em outro, o dos textos que propõem constatar empiricamente a degeneração da política, destacam-se as formulações heterogêneas que *encarnam* esta visão. O nosso percurso teve, assim, origem com *formulações heterogêneas* que condensam significações e também polêmicas.

Na seção final da tese, a partir a compreensão do nosso corpus como um *percurso*, buscamos atribuir um estatuto discursivo às expressões destacadas na Parte I.

PARTE III: Análise do percurso

Estabelecendo o corpus: construção da coerência entre os dados e a noção de percurso

Na Parte II, argumentos que o modo de constituição do nosso *corpus* o aproxima de uma unidade não-tópica, o “percurso”, tomando por base uma série de trabalhos da pesquisadora Alice Krieg-Planque, bem como certos procedimentos da abordagem configuracional inaugurada pela “análise do discurso do lado da história”.

Um percurso pode ser do tipo formal, ou fundamentado no léxico ou em textos. Krieg-Planque (2003) constituiu um corpus para o estudo de uma fórmula, o sintagma “purificação étnica” – trabalho que Maingueneau (2006a) destaca como exemplo de percurso não formal: “a retomada ou as transformações de uma mesma fórmula numa série de textos” (p.21). Contudo, o nosso “percurso” não perscruta as ocorrências de um item lexical específico e suas variações. Não construímos o percurso de uma expressão (dos sintagmas “o fim da política”, “o declínio da política”, “o esquecimento da política”), mas acompanhamos o tratamento de uma questão no espaço público, a partir da seleção (ou destaque) de unidades (variadas) do tipo lexical e proposicional, que pressupõem (no sentido lingüístico do termo, inclusive) uma transformação das formas da política (Cf. Parte I).

A partir da reunião de textos produzidos sob diferentes regimes de genericidade, que se articulam, de diferentes perspectivas, em torno da idéia de mutação da política, identificamos a presença nos enunciados de certas estruturas mais ou menos recorrentes. Inicialmente, decidimos analisar pelo menos duas mais gerais, e implicadas, devido ao efeito de sentido que produzem: as expressões que, no interior dos enunciados, funcionam como “designantes” – isto é, constroem objetos de discursos ou referentes (nomeiam uma série de acontecimentos do universo da política, “índices” de seu estado declinante,

“sintomas de decadência”, ou, simplesmente, os temas próprios do recuo ou do refluxo da política) – e enunciados descritivos, generalizantes e assertivos, que também constroem um efeito de realidade para a transformação da política.

Trata-se de percebê-las, a partir deste efeito de evidência que produzem. Em um caso por meio de formas nominais que pressupõem a existência de um referente: “Agora, com a globalização e o fim das ideologias”¹⁹⁷; “Combinada com o fim das grandes esperanças coletivas”¹⁹⁸; “*At the heart of the contemporary crisis of democracy, then, is the decline of the political party*”¹⁹⁹; “*Esa falta de vigor de la política frente a los mercados*”²⁰⁰. Em outro, por intermédio de uma estrutura (sintática) de asserção – boa parte delas com marcas de pressuposição: “Já, agora, não existem mais verdadeiras discussões”; “*Los perfis programáticos de los distintos partidos son cada vez menos distintos*”; “A economia domina inteiramente a política”; “Há pouca política no debate político”; “passou o tempo da política”; “já nenhuma ideologia política é capaz de inflamar as multidões”; “Já não existem alternativas legítimas para o regime democrático”. Estas estruturas, em certo sentido, enunciados descritivos, constituem expedientes discursivos de interdição da contestação.

No interior da teoria do discurso, as diversas marcas de pressuposição²⁰¹ no enunciado evocam um discurso anterior não-especificado, ou seja, sem origem declarada ou identidade definida textualmente. Este exterior pode corresponder a uma memória coletiva, a verdades consensuais, no sentido de significações hegemônicas de nossa formação social, conhecidas de todos, ou mesmo de opiniões comuns, de aceitação geral, discurso da doxa, verdades presumidas etc. Enfim, este “já-dito” é de responsabilidade pública. Em certo

¹⁹⁷ O professor alopado. **Folha de S.Paulo**, Mais!, 11 maio 2008. Entrevista: Umberto Eco.

¹⁹⁸ Jean-Louis Andreani. France solidaire et France libérale. **Le Monde**, 15 jun. 2006. Trad.UOL Mídia Global.

¹⁹⁹ Wang Hui. Depoliticized politics, from East to West. **New Left Review**, 41, Set./Out. 2006, p.29-45.

²⁰⁰ Daniel Innerarity. La realidad es de derecha? **El País**, 04 dez. 2006.

²⁰¹ O fenômeno da pressuposição, segundo Maingueneau (1997), pode ser examinado através da polifonia, se compreendido em termos de “uma pluralidade de fontes de enunciativas” relacionadas na superfície. Admite-se que as nominalizações (*a decadência do Ocidente, o crescimento da intolerância...*) são pressupostas pelo locutor como verdades. “Uma frase como *A diminuição do poder de compra é uma percepção do espírito* não é pressuposta pelo “locutor”, mas relacionada a um ON com o qual ele não se solidariza. Em compensação, caso o “locutor” se inclua neste ON, tratar-se-á de uma pressuposição em sentido estrito” (p.79). Neste exemplo fornecido por Maingueneau, o pressuposto é representado como uma crença ou opinião geral.

sentido, as formas que se encontram aqui sob análise constituem pontos de ancoragem do interdiscurso na materialidade (apontam para um discurso anterior, exterior que as investe de sentidos).

Conforme procuramos explicitar na Parte I, foi a partir de um vocabulário (ou sobre materiais lexicais), das suas ocorrências no campo jornalístico e, posteriormente, no campo erudito, que constituímos o nosso corpus. A propósito da categoria “percurso”, explica Maingueneau, que se articula em torno de significantes, cujos significados são incertos a depender da maneira como se emprega a palavra. Vamos procurar caracterizar a “natureza” destes significantes, do ponto de vista da sua estrutura e de sua função nos seus contextos de ocorrência.

Não se trata, com base nos nossos exemplos, de explorar as significações de termos isolados, ou de palavras individuais, mas de “expressões”, de uma seqüência ou agrupamento de palavras. No caso dos sintagmas nominais, estruturalmente variados, destacamos aqueles cujo núcleo é constituído por um nominal (Cf. Perini, 2006) com traços semânticos genéricos (pouco específicos), de significado abstrato, ao invés de concreto, e negativos, correspondendo, em geral, a formas nominais vinculadas a verbos. Esta preferência, contudo, não exclui considerar nas análises outras composições. Da perspectiva discursiva, esta seqüência de palavras se fixou, constituindo uma espécie de “seqüência natural”, um significante único ou, na verdade, uma unidade semântica que ecoa um discurso anterior. Em outros termos, é percebida como uma unidade com um significado mais ou menos previsto, determinado (ou reconhecido) de antemão, o que não quer dizer que não possa variar conforme os contextos de ocorrência (os usos). Dos sintagmas, diz Perini (2006, p.100) que “têm coesão semântica e formal. Semântica porque nos dão a impressão de alguma coisa que ‘faz sentido’...”. Este “faz sentido”, no quadro da AD, é compreendido em termos de relações no interdiscurso que produzem uma espécie de acarretamento semântico (dizer X pressupõe...). Vamos verificar a seguinte hipótese: se, pelas suas propriedades, estes sintagmas podem funcionar como um tipo de fórmula, no sentido de Krieg-Planque (2003; 2009).

Assim, tecnicamente, as formas que mais nos interessam “perseguir” na construção do corpus correspondem a: 1) sintagmas nominais (de cuja estrutura também participam

modificadores variados) – em alguns casos, trata-se de nominalizações ou descrições definidas: *El debilitamiento de los grandes proyectos ideológicos*; *Esa falta de vigor de la política frente a los mercados*; *o esvaziamento político da atualidade*; *la personalización*; *a espetacularização da política*; *la privatización del espacio público*; *a dissipação da dimensão pública*; *a atrofia completa da imaginação política*; *a evanescência do conflito social e político* etc.; e 2) sentenças generalizantes que expressam uma espécie de “verdade compartilhada” (e também marcam a “singularidade” de um posicionamento discursivo):

Estamos vivendo uma fase de decomposição. Numa crise há elementos opostos que se combatem – ao passo que o que justamente caracteriza a sociedade contemporânea é o desaparecimento do conflito social e político. As pessoas estão descobrindo agora o que escrevíamos há trinta ou quarenta anos em S. ou B. (Socialismo ou Barbárie), ou seja, que **a oposição direita-esquerda já não tem sentido: os partidos políticos oficiais dizem a mesma coisa, Baladur faz hoje o que Bérégovoy fazia ontem**. Não há, na verdade, nem programas opostos, nem participação das pessoas em conflitos ou lutas políticas, ou simplesmente numa atividade política. No plano social, não se dá apenas a burocratização dos sindicatos e sua redução a um estado esquelético, mas o quase desaparecimento das lutas sociais.²⁰²

A União Soviética naufragou, Fidel Castro se aposentou. A China aderiu de corpo e alma à economia de mercado. A esquerda está esfacelada (...) [Nas antecâmaras do poder, como diria Paulo Francis, pode-se ver a movimentação de democratas, liberais, conservadores, populistas e até alguns socialistas. Para não se perder nesse ambiente, a esquerda recorda o princípio gramsciano: pessimismo da inteligência, otimismo da vontade. Os oportunistas tratam de se adaptar às circunstâncias. E - segundo Paulo Arantes - adotaram o princípio do otimismo da inteligência.] **A resignação está se expandindo, o espírito questionador está ficando anêmico. As discussões andam muito empobrecidas. Os cérebros assimilaram o conformismo, o "sossego"**.²⁰³

Por ora, estamos tratando de significantes (bem ou mal, o *corpus* resultou da busca por determinados significantes, cujo estatuto de pertencimento a um lugar discursivo já adiantamos nas seções anteriores). A relação entre significantes e percursos é postulada por Maingueneau nos seguintes termos:

A minha proposta de dar um estatuto ao que chamo “percursos”, que passa sobre o princípio de que na verdade o discurso tem espaços delimitados, mas tem também, digamos, fórmulas, frases, textos que

²⁰² Castoriadis, 2002, p.104

"A eleição do Lula ou do Alckmin é igual". Esta citação, destacada do texto da entrevista do banqueiro Olavo Setúbal ao jornal *Folha de S.Paulo* de 13 de agosto de 2006, figura no texto que introduz a entrevista.

FOLHA - Se ele ou o Alckmin for eleito, para o sr. tanto faz?

SETUBAL - Não tem diferença do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição do Lula ou do Alckmin é igual.

²⁰³ Leandro Konder. A identidade da esquerda. **JBOnline**, 22 mar. 2008.

circulam e que são apropriados por diversos atores, mas que não têm uma significação estável, porque a circulação faz com que o sentido seja sempre construído, e na verdade a cultura, a ideologia, o contexto social são baseados sobre o uso de textos, de fórmulas, de frases que circulam e que são apropriados de modos totalmente diversos por pessoas que acreditam que falam da mesma coisa, então, e isso é fundamental...²⁰⁴

Na perspectiva de Maingueneau, a categoria percurso chama atenção para dois aspectos complementares da atividade discursiva: por um lado, a opacidade constitutiva dos significantes (ou “significantes que buscam sentido”) e, por outro, a existência de um dispositivo que mais ou menos delimita os sentidos das expressões (na realidade, o sentido não é unívoco, mas também não é indefinido; aos significantes se associam um conjunto de significações delimitadas pela língua e pelo interdiscurso). Nos termos do autor, “não significa que o sentido seja unívoco, mas tem uma espécie de quadros que fecham, que trancam um pouco a polissemia virtual do sentido”.²⁰⁵

Portanto, pensar a pesquisa em termos de “percurso” implica construir um modelo de análise em torno da circulação (ocorrência) de certas expressões lingüísticas nos textos. No nosso caso, trata-se considerar estes sintagmas e orações em uma circunstância específica, quando participam de enunciações na condição de “palavras de outrem”. Assim, analisamos a sua presença em textos teóricos não alinhados à visão substancialista da política e à crítica à modernidade, e nos textos jornalísticos, independentemente de gêneros e orientação político-ideológica. A escolha desta circunstância particular, em relação aos textos teóricos, explica-se, primeiramente, pela configuração de um *subcorpus*, “susceptível de uma abordagem lingüística refinada” (Cf. GUILHAUMOU, 2009): menos um observatório do discurso do declínio da política do que das diversas *reações* a ele. Na medida em foram se estabelecendo, na teoria, conexões entre o declínio da política e outras teses, as de fim das ideologias e da história, e passamos a construir o *corpus* também sobre estes sintagmas, acessamos textos que *reagem* às idéias liberais e ao pensamento da chamada “terceira via” e ao discurso de uma porção da esquerda intelectual.

²⁰⁴ Cf. Entrevista com Dominique Maingueneau publicada na Revista eletrônica **Linguasagem**, n.10, setembro de 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao10>.

²⁰⁵ Ibid.

Demonstramos, na Parte I, como certas formas lingüísticas estão associadas a certas significações. Em termos bakhtinianos, como as palavras são “habitadas”, “saturadas” de sentidos dados pelos outros (são “ocupadas” por outros discursos). Por exemplo, no nosso caso, correspondem ao léxico, ao vocabulário típico de um discurso, ou a seus temas preferenciais, o que põe um problema para aqueles que as empregam, porque se trata de formulações socialmente marcadas, de “lugar de polêmica”.

Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que dela pode se afastar. (BAKHTIN, 1988, p. 88)

Para Krieg-Planque (2003, 2009), todas as divisões, polêmicas que a fórmula comporta afloram na materialidade dos enunciados, na sua textualização. Para ela, um dos meios privilegiados para se estudar fórmulas consiste em analisar as diversas dificuldades, os problemas que os locutores identificam na expressão mesma, o que quer dizer: analisar as operações metaenunciativas que envolvam o significante.

Para evitar mal-entendidos, talvez fosse prudente, de início, esclarecer que este livro não trata do fim da política, mas de seu esquecimento. A observação é necessária porque é comum se dizer que os séculos XIX e XX foram os séculos das utopias, das promessas comunitárias, da política do futuro, ideais que teriam chegado ao fim. O século XXI, que começa sob a hegemonia do pensamento único, seria o abismo que se criou para a própria política, e, assim, saímos do sonho para cair no sono, como observa o filósofo Francis Wolff.²⁰⁶

Esse exercício minimalista de epistemologia negativa indica que, diante da política, esquecimento não significa supressão. Volta ao ponto: é distinto dizer que a política morreu e que a política está esquecida. É mais prudente supor que ela foi apagada, dissipada, insulada etc. do sentido comum da vida. Os fatores contemporâneos dessa dissipação estão por toda a parte. O mais grave talvez seja a redescrição da política a partir das metáforas do mercado.²⁰⁷

Esquecimento da política é um nome – ou uma expressão – que conferimos ao sentimento que, por vezes, nos aflige, diante da dissipação da vida pública.²⁰⁸

Deve-se falar em saturação, decadência, fadiga? Sim, se esses termos não forem compreendidos pejorativamente, mas como tradução, antes de tudo, da mudança de concepções.²⁰⁹

²⁰⁶ Adauto Novaes, na Introdução de “O esquecimento da política”, 2007, p.09.

²⁰⁷ Lessa, 2007, p.108

²⁰⁸ Ibid., p.123

²⁰⁹ Maffesoli, 2005, p.128

Tentaremos então pensar o efeito reflexo da “filosofia política” no campo da prática política. Serão deduzidos a partir daí alguns referenciais de pensamento propostos para distinguir o que se pode entender pelo nome de democracia e sua diferença das práticas e legitimações do sistema consensual, para apreciar o que se pratica e se diz sob o nome de fim da política ou de seu retorno...²¹⁰

Ainda que nosso percurso tenha tido início com um *assunto*, ou com uma *questão*, a freqüentação assídua do corpus nos levou a identificar estes “segmentos de significante” como *sublinhando* sentidos e polêmicas, retomando outros enunciados (associados a um “já-dito”).²¹¹ Gostaríamos, assim, de atribuir um estatuto discursivo a estas formas que circulam nesse debate sobre a mutação da política.

Relembrando os modelos de análises (ou modos de fazer AD), sugeridos por Krieg-Planque, para se estudar a “revisão da jornada de trabalho de 35h na França”, ou o tema do “desenvolvimento sustentável” (Cf. Parte II), afirmamos que o interesse por um “assunto” é legítimo para orientar a construção do corpus, no entanto, o pesquisador deve localizar no material verbal uma determinada entrada a partir da qual realiza uma análise contextualizada das condições de uso destes significantes, que participam de diferentes discursividades, que com eles estabelecem diferentes tipos de relações (concordam ou polemizam). Pode-se tratar de significantes candidatos a fórmulas, porque apresentam certas características ou propriedades próprias das fórmulas (por exemplo, resumir um discurso, acionar um arquivo).

Do nosso trabalho, o que esclarecemos, até aqui, foram, basicamente, os métodos (pouco ortodoxos) de coleta dos enunciados e construção do corpus, que culminaram no “encontro” com um objeto instituído, com um discurso historicamente situado, mas que decidimos analisar segundo os procedimentos requeridos para a unidade “percurso”. Portanto, um (novo) objeto de investigação resultou destas nossas escolhas anteriores: perseguimos, em um espaço delimitado, o tratamento de uma *questão filosófica*, interessados em apreender este discurso (anterior) “integrado” ou “encarnado” nestas

²¹⁰ Rancière, 2006, p.14, ao explicitar, na Introdução, a divisão da obra “O desentendimento” em três momentos distintos, referindo-se especificamente ao propósito do último.

²¹¹ Quando Krieg-Planque (2003, 2009) diz que a fórmula (significante estável) constitui uma “questão política”, refere-se ao conjunto de proposições a ela associadas, e que a sua circulação, como fórmula, evoca.

formas lingüísticas, que o identificam em relação a seus significantes e significações prévias. Como discutiremos mais adiante, trata-se de formas lingüísticas que, entre outras propriedades, são um “referente social”, e que, por isso, também podem funcionar como fórmulas, na definição de Krieg-Planque (2003; 2009).

A partir da circulação de certos significantes, discutiremos a hipótese de que podem funcionar em determinados contextos ou situações como fórmulas, ou tipos específicos de fórmulas.

Um dado que, sem dúvida, contribuiu para que articulássemos esta hipótese de trabalho foi o modo como o discurso sobre o declínio da política (que *habitaria* certas críticas contemporâneas à política) é costumeiramente referido (mencionado) em certos espaços: como “lugar-comum”, discurso doxológico, clichê, *idées reçues*, idéias prontas, “velhas verdades” (“*Faute de pouvoir (ou de vouloir) en déchiffrer les signes, la déploration du présent NE fai peut-être que réactiver cette ‘vieille vérité’ qu’est le dépérissement de la politique*”²¹²).

Clichês, estereótipos, lugares-comuns, *idées reçues* ou qualquer outro “modelo” preestabelecido de pensamento são comumente associados à noção de fórmula. Mas para Krieg-Planque, não correspondem a uma fórmula em sentido estrito, porque não possuem um significante estável, ao contrário, sua realização verbal é variável. Tal variabilidade (ou instabilidade) inviabilizaria sua classificação como fórmula, a não ser que fosse possível identificar uma expressão sintética que reunisse esta série de formulações. Na realidade, em uma abordagem como a de Krieg-Planque, estes subtipos estariam próximos de estereótipos discursivos.

Em “*Estereótipos y clichês*”, em um capítulo dedicado à história das noções, Amossy e Herschberg Pierrot (2005) descrevem o sentido usual, socialmente atribuído a diferentes categorias de “fórmula”, como os clichês, os lugares-comuns e as idéias comuns ou *idées reçues*.

As autoras distinguem duas categorias: os automatismos de linguagem (formais) e os automatismos de pensamento (que incluem lugares-comuns, *idées reçues*, clichês,

²¹² Revault D’Allonnes, 1999, p.250

estereótipos, ideologemas). Tradicionalmente, emprega-se a expressão “lugar-comum” como designante para a palavra do outro, com o propósito de desqualificá-la, como automatismo de pensamento. Em geral, os automatismos de pensamento são caracterizáveis em função de sua proliferação ou repetição, e de seu estatuto discursivo, referem-se àquelas idéias que nos condicionam quando se trata de pensar sobre um determinado tema.²¹³

Los lugares comunes, dotados de un contenido y más o menos independizados de su rol argumentativo, se transformaron en objeto de sospecha, precisamente porque cuentan con la aprobación de la gran mayoría: no remiten a las fuentes comunes del razonamiento, sino a ideas que se han vuelto demasiado comunes, y son rechazadas en tanto tales. (AMOSSY e HERSCHBERG PIERROT, 2005, p.24)

Amossy e Herschberg Pierrot (2005) comentam as tentativas de se distinguir o lugar-comum do clichê:

A fines de siglo, el término “cliché” pasa a ser objeto de la crítica. R. de Gourmont (1899) distingue el cliché del lugar común con más precisión que Larousse. El cliché “representa la materialidad de la frase; el lugar común, la trivialidad de la idea” (Gourmont 1899:288), y este se expresa de diversas maneras. (...) El cliché no sólo es definido como una fórmula superficial, sino además como una expresión cristalizada, repetible bajo una misma forma. (AMOSSY e HERSCHBERG PIERROT, 2005, p.16)

²¹³ Na apresentação de seu dicionário de lugares-comuns e frases feitas, o jornalista Humberto Werneck (2009) registra como “negativas” características típicas dos lugares-comuns: a cristalização formal e a repetição. Refere-se ao fato de certas expressões ou combinação de termos se fixarem, tornando-se fórmulas prontas, e continuamente repetidas. Werneck realiza, na verdade, uma compilação de expressões cristalizadas, indiferente a sua circulação e usos. Trata-se, de modo geral, de formulações correntes, às vezes, identificadas a certos tipos e gêneros discursivos, sem conotação sócio-política ou ideológica mais explícita ou evidente (o que não quer dizer que algumas expressões não possam ser reconhecidas como prototípicas de determinada formação discursiva, por exemplo). Aparecem na seleção de frases feitas e lugares-comuns de Werneck as seguintes expressões: *anos de chumbo, capitalismo selvagem, cena política, cenário político, resgate da cidadania, politicamente correto, corte epistemológico, costura política, crescimento sustentável, crítica ácida, amplo debate, o amadurecimento da democracia, deserto de homens e idéias, faculdades que são fábrica de diplomas, efervescência cultural, melhoria da qualidade do ensino, espectro ideológico/político, falsificação grosseira, sanear as finanças públicas, forças populares/produzidas, batalhão de fotógrafos, frase lapidar, frases curtas e incisivas, choque de gerações, herança maldita, instituições em perigo, o mercado reagiu positiva/negativamente, ditadura da moda/da beleza, a política é arte do possível, política de austeridade, rombo da previdência, agilizar o processo, rosário de queixas, reformas estruturais, resistência democrática, retrocesso político, o drama/ o flagelo da seca, sangue, suor e lágrimas, tempo de incertezas, terreno ideológico das discussões teóricas, a voz das urnas, faltar vontade política etc.* Trata-se de formas bem heterogêneas, não somente do ponto de vista da forma (frases, sintagmas variados, locuções verbais), mas especialmente em relação a seu estatuto discursivo. Algumas necessitam ser claramente referidas ao interdiscurso, porque são constitutivamente polêmicas, outras não são problemáticas, porque estão associadas a maneiras de dizer consolidadas em domínios específicos.

Reboul (1975) define o clichê como “uma expressão acabada, tornada irritante ou ridícula à força de ser repetida” (p.52), uma fórmula pronta ou estereotipada. Um exemplo de clichê em política, segundo Reboul, é qualificar os que discordam ou protestam de “agitadores”:

Em política (...) os clichês são abundantes; é porque eles são necessários. Quando o poder se vê confrontado com um levante, com uma revolta, ele o atribui imediatamente à ação de “um punhado de agitadores”. Curiosa esta mania que têm os agitadores do mundo todo de andar sempre aos punhados... Na realidade, estamos em presença de um clichê em estado puro. Ele assegura o poder mascarando as causas reais do descontentamento. Um punhado de agitadores, mesmo ornada do habitual a soldo estrangeiro não constitui entretanto um slogan. Este é uma arma ofensiva; o clichê é senão um guarda-chuva. Mas nesse papel ele serve. O clichê é, por excelência, a arma defensiva do poder. Quando uma burocracia fala de opções necessárias, é para dizer que está cortando os créditos. Quando as forças de repressão alegam perdas inevitáveis, trata-se de torturas, assassinatos e outras atrocidades. Quando os diplomatas comunicam haver mantido conversações francas, pode-se deduzir daí que as relações se encontram em ponto morto. (REBOUL, 1975, p.54 et seq.)

Em “*Histoire d'idées reçues*”, Herschberg Pierrot (1994) investiga os usos do conceito de “*idées reçues*” num período de tempo extenso (1500-1900) e em um *corpus* específico (o banco de dados *Frantext*, que reúne textos literários e não-literários, e dicionários). Segundo Herschberg Pierrot, o conceito emerge no século das Luzes – explica-se, assim, o “questionamento” das idéias caber sempre a uma subjetividade, que se opõe à opinião de uma maioria. Trata-se de um conceito de base iluminista, cuja acepção é pejorativa. Assim, as opiniões abrigadas sob o rótulo de *idées reçues* são associadas à opinião vulgar e irrefletida da maioria, em oposição à opinião refletida e independente de uma minoria pensante (a própria expressão é assim, segundo a autora, uma fórmula: é uma expressão cristalizada, estável, depreciativa, que opõe o pensamento singular ao comum; designa um modo de pensar consagrado (uma crença), que merece se examinado, questionado, criticado, confrontado...). No domínio científico, *idées reçues* são distinguidas dos *faits*. No campo da literatura, correspondem ao que é compreendido como convencional, aos valores – burgueses – dominantes, aos quais se opõe a inventividade, a criação literária do gênio, questionadora das tradições. Assim, a expressão, no sentido

geral, em diferentes domínios, faz referência a idéias que são usuais, consagradas, admitidas como verdadeiras, alude a modelos normativos a partir dos quais se pensa sobre uma temática ou questão. Com Amossy, Herschberg Pierrot comenta a distinção entre lugares-comuns e *idées reçues* nestes termos:

Las ideas reçues, sin embargo, a diferencia de los lugares comunes, no están asociadas a la noción de trivialidad, sino a una relación con la autoridad política y social que las sustenta. No son sólo ideas gestadas que utilizamos. Las seguimos, nos adecuamos a ellas o, en caso contrario, las contradecimos. (AMOSSY e HERSCHBERG PIERROT, 2005, p.26)

As *idées reçues* estão, portanto, associadas a questões de autoridade e poder. Qualificar um discurso de “*idées reçues*” evoca a sua falsidade, denuncia a sua aparência de verdade, levanta a dúvida sobre a sua validade, e incita à sua contestação, invalidação. Outra razão para o seu descrédito é a sua parcialidade e, por conseguinte, o seu carácter enganoso (em oposição ao verdadeiro). Estas idéias colocadas sob suspeição se apresentam, não à toa, sob formulações generalizantes porque comumente são associadas a um lugar social de produção genérico. O seu problema está no “diz-se”, nessa sua falsa objetividade, nesse seu anonimato, todo mundo diz (ou seja, justamente na sua ausência de subjetividade, particularidade, num sujeito sem subjetividade, na invisibilidade de um “autor”). A ausência de uma fonte responsável (mesmo as transcendentais, no caso de *idées reçues*, não é o saber, a tradição que diz, é a doxa, o senso comum) repercute no modo como se textualiza. Não se trata de um enunciado autoral, ainda que o enunciado tenha um autor, este vínculo se perdeu, evanesceu. Sua representação formal (do ponto de vista sintático) é de uma formulação constativa: sujeito + verbo (no presente do indicativo) + predicado.

Assim, nesta acepção, a noção de *idées reçues* corresponde a idéias dominantes (com estatuto de norma), que se manifestam sob formas específicas: *frases assertivas, generalizantes, curtas* etc., o que quer dizer que têm uma estrutura “perceptível” (Maingueneau dirá “pregnante”), não se dão a representar somente no plano do “conteúdo”.

É, portanto, possível pensar no conceito de *idées reçues* em relação a sua caracterização formal e a seu estatuto discursivo.²¹⁴

Si bien las ideas reçues no tienen contenido realmente determinado, tienen como rasgo común la convención social erigida en norma imperiosa, que regula la vida burguesa (...) Que es lo que define a las ideas reçues? Su relación con la opinión, así como su modo de afirmar. Definen juzgamientos, creencias, formas de hacer y de decir, en una formulación que se presenta como una constatación de evidencia y una afirmación categórica: “Reloj: Un reloj sólo es bueno si viene de Suíza”, “Libertinaje: Sólo se practica en las grandes ciudades. Produce todas las enfermedades de los solteros”, “Obrebro: siempre honrado, cuando no provoca motines”. Constituyen las evidencias básicas de una sociedad que describe su norma de conducta y sus creencias como un fallo universal. (AMOSSY E HERSCHBERG PIERROT, 2005, p.28)

Para Herschberg Pierrot, o conceito de *idées reçues* é inseparável de seu uso por Flaubert, e seu projeto do dicionário de *idées reçues*:

Chez Flaubert, les idées reçues constituent un syntagme figé, un syntagme d'emprunt aussi: l'italique, les guillemets viennent signaler dans l'énoncé le citationnel, le mot et l'idée. L'expression, chez l'écrivain, est uniformément péjorative. Dans cette opposition de l'individu au nombre, Flaubert fait la synthèse de la critique des Lumières (la raison contre les préjugés) et du refus “romantique” de la norme commune, que vise non pas seulement la trivialité du lieu commun (l'idée reçue n'est pas seulement banale) mais la soumission aux valeurs en place, les conformismes au pouvoir (l'idée reçue est dominante). (HERSCHBERG PIERROT, 1994, p.119)

Para Flaubert, *idées reçues* não são meras banalidades, despreziosas, mas regras, normas, imperativos sociais, que regulam comportamentos, e são ligadas a instituições. Portanto, de certo modo, o que as caracteriza é este seu estatuto no interior do interdiscurso

²¹⁴ A editora francesa *Le Cavalier Bleu* possui uma coleção intitulada “*Idées reçues*”, com inúmeros títulos, dedicados a examinar as idéias mais arraigadas relacionadas a diferentes temas. A obra coletiva, “*Le grand livre des idées reçues: pour démêler le vrai du faux*”, reúne um conjunto amplo de *idées reçues*, que todos temos em mente, sobre sociedade, política, economia, entre outros assuntos, que são examinados por especialistas. A proposta da coleção é que se possa pensar sobre os temas de outro ângulo. O livro apresenta as idéias mais frequentemente disseminadas na sociedade francesa. No texto de apresentação, estas “idéias prontas” são definidas como concisas, precisas, “lapidares, afirmadas com convicção, certeza”. No livro que reúne *idées reçues* sobre a extrema esquerda francesa, são examinados os seguintes enunciados constativos: *Le marxisme est dépassé/Le marxisme est mort, L'extrême gauche ne peut répondre aux enjeux du XXIe. Siècle*, entre outros. Em outros títulos, aparecem: *L'Etat, ça ne sert à rien; Il faut privatiser tous les services publics; Apprendre à lire, c'est n'est pas deviner; Les gouvernements sont impuissants; La mondialisation, c'est la tyrannie des marchés financiers* etc.

num dado momento histórico (o que indica que sua permanência pode ser relativizada, como, em geral, ocorre com as fórmulas, segundo Krieg-Planque, que têm uma temporalidade própria). “*Si les idées reçues n’ont pas de contenu véritablement déterminé, elles ont pour trait commun la convention sociale érigée en norme impérieuse, qui règle la vie bourgeoise*” (Herschberg-Pierrot, 1994, p.118).

Esta representação social dominante do discurso do declínio da política, e de suas proposições, referido por meio destes qualificativos pejorativos - lugar-comum, *idées reçues*, clichê –, não é contingente em relação a certos modos de integrá-lo na construção de discursivizações sobre o estado atual da política.

Ocorreu-nos, assim, articular *o modo* como certas discursividades se relacionam com o discurso do declínio, interagem, dialogam com ele, a partir da presença, nos seus enunciados, destas formas lingüísticas por ele “ocupadas” (são expressões que habitualmente *navegam* em *outro* discurso). Nada de novo, portanto, no interesse pela *representação no discurso do discurso do outro*. Entramos assim no terreno da *heterogeneidade mostrada*.

A propósito da análise discursiva que Pêcheux fez das orações subordinadas relativas, Mazière (2007) comenta que “elas são lugares de inclusão, manifestam como um sentido pensado e expresso noutra lugar, antes, discursivamente separado, afeta a sintaxe ao se inserir lateralmente na frase” (p.53); nos termos do próprio Pêcheux, pode haver “separação, distância ou deslocamento na frase entre o que é pensado antes, alhures ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase” (*apud* Mazière, 2007, p.53). Assim, no caso do estudo de Pêcheux, o pré-construído (“uma citação provinda do ambiente doxal”) se encaixa marginalmente no nível da sintaxe. Uma primeira leitura exploratória dos nossos dados pareceu indicar que os significantes ocupados por esse dito *noutro* lugar (esse outro doxal filosófico), em boa parte dos casos, não se “separam” ou se “distanciam” do discurso citante nos moldes convencionais (paradoxalmente, como se as fronteiras fossem tão evidentes, óbvias, que dispensassem qualquer explicitação por meio de aspas, por exemplo).

Em um primeiro levantamento destas ocorrências, estas expressões (que são do “outro”) aparecem “citadas” ou integradas no *continuum*, sem as demarcações usuais, o que não quer dizer *sem nenhuma*.

Pode-se conjecturar que, em alguns casos, essa maneira um pouco diluída de citar, de se relacionar com o outro, quando o limite entre uma voz e outra dispensa as demarcações usuais, constitui um regime de citação específico das “fórmulas”. As proposições do discurso do declínio adquirem, em certos lugares da produção discursiva da sociedade, o estatuto de lugar-comum, *idées reçues*, de discurso “anônimo”, cuja origem tornou-se distante com a circulação, daí, estar integrado de um modo e não de outro na linearidade textual. Trata-se, assim, de investigar formas de integração do discurso outro compatíveis com esta categorização do discurso de outrem, como uma palavra vinda de um lugar social não identificado, não relacionado a um sujeito particular, mas a uma entidade coletiva. Assim, não nos pareceu absurdo pensar que o discurso sobre o declínio da política pudesse ser recebido no fio do discurso, isto é, na linearidade do texto, segundo um “regime [de enunciação] formulaico”, na expressão de Krieg-Planque (2009), porque se trataria de representá-lo como uma opinião geral, comum.

Segundo Bonnaïfous e Fiala (1986), a retomada de fórmulas ou proposições de outrem sem marcação convencional se dá sob a forma de “eco” ou “ressonância”. O termo “eco” é empregado pelos autores no sentido de Barrendonner (1982), para quem estes casos de citação obrigam a postular a existência de duas enunciações distintas, atribuídas a enunciadorees diferentes, nas quais a mesma proposição é assumida pelas duas instâncias de fala. Os exemplos mais prototípicos destas ocorrências de “retomada em eco”, no *corpus* analisado pelos autores, constituído por editoriais da imprensa francesa de direita e de extrema direita, referem-se à incorporação de fórmulas e proposições sem menção explícita a seu autor. Citam como exemplo o enunciado “*Nous sommes plus que jamais persuadés que ‘la 3^a. Voie’ est la seule viable*” (1986, p.47), em que a fórmula (*la troisième voie*) é “citada” sem referência explícita a seu autor (De Gaulle) (trata-se, aqui, de citar um fiador e não um adversário): “*propos et formules de De Gaulle sont repris sous forme d’échos*” (1986, p.56).

Em relação aos nossos enunciados, as circunstâncias mostram-se um pouco distintas, pois nem sempre se trata de integração e, eventualmente, de assimilação de um fiador, mas, no caso, de um adversário, além de, nem sempre, estas retomadas de fórmulas e proposições, “ocupadas” de outros discursos, apresentarem-se marcadas.

Nossa opção de analisar formas de alteridade se justifica, primeiramente, pela sua representatividade no conjunto de textos que fazem a crítica das discursividades do declínio e nos textos da mídia conservadora que retomam estes mesmos significantes. Em ambos os contextos, pertencem ao discurso de outrem, mas as relações estabelecidas com estes significantes mostram-se heterogêneas em função dos já-ditos de que estas expressões estão investidas (ou seja, conforme tenham origem em discursivizações “de esquerda” ou “de direita”).

Foram estas “variações”, na assunção dos significantes (ecos de discursivizações anteriores), conforme os seus lugares de ocorrência, que nos levaram a considerar também outra forma citação do discurso de outrem, o discurso indireto, com ênfase nos verbos privilegiados para introduzir o discurso (cuja peculiaridade, aqui, é, em geral, nomear atitudes subjetivas dos enunciadores do discurso diante do real, ou daquilo que compreendem como realidade).

Na tentativa de exemplificar este aspecto, vamos considerar o que diz Reboul (1975) quando trata da construção de slogans por meio de figuras da retórica, e discute a *expressão* do referente, se ela pode ser neutra ou não situada:

A Retórica Geral dá o seguinte exemplo que serve também às nossas preocupações: um grupo de estudantes exige a autogestão; de acordo como o grupo de falantes, aquele será chamado de *um grupelho, um partido, o poder estudantil, a revolução em marcha*. “Sendo sua ação o que é, para uns eles *estão se agitando*, ou melhor, *agitando* a opinião, para outros eles estão *reivindicando, insurgindo-se* ou *construindo* o mundo de amanhã”. Agora, seria possível encontrar uma formulação neutra, um “grau zero” que permitisse *designar essas pessoas e sua ação sem nenhum slogan?* (REBOUL, 1975, p.81) (grifos nossos)

No que concerne ao “nível microtextual”, o modo como o discurso relatado se inscreve na estrutura lingüística, Maingueneau (1997) admite a relevância dos verbos que introduzem o discurso, na medida em que afetam a interpretação da citação, veiculando

diversos tipos de pressupostos. Quando os significantes são advindos “da esquerda”, recorre-se, em geral, a verbos que incidem sobre o ponto de vista que é atribuído ao enunciador face ao que diz. Chamam atenção para o seu julgamento pessoal, subjetivo, não-objetivo da questão da mutação da política e, concorrentemente, para o seu modo de dizer, o tom da sua enunciação.

Ao longo de constantes visitas ao *corpus*, outras formas lingüísticas, que funcionam como designantes do discurso de outrem, passaram também a ser consideradas. Trata-se de expressões nominais que, em muitos enunciados, funcionam como rótulos que categorizam ou encapsulam, sumarizam outras formulações (segmentos significantes do outro) anteriormente expressos nos textos. Usando a metalinguagem da Lingüística Textual, o que destacamos corresponde a um encapsulamento ou rotulação metadiscursiva ou metaenunciativa. Trata-se de formas nominais cuja função discursivo-textual é categorizar um ato de enunciação.

De acordo com Koch (2008, p. 105),

constitui uma atividade essencialmente metadiscursiva, visto que o produtor do texto se debruça sobre partes do discurso já produzido, resumindo-as por meio de um pronome ou de uma expressão nominal. Neste segundo caso, ao atribuir-lhes um rótulo, cria novos objetos-de-discurso. Em outras palavras, o rótulo vai categorizar o segmento resumido de uma certa maneira, de acordo com a avaliação que o locutor faz do seu conteúdo ou de sua enunciação.

Optamos, assim, por também analisar a recepção do discurso de outrem por meio de categorização metaenunciativa, chamando atenção para as diferentes formas de comentário de um ato de enunciação (expressões nominais, definidas e indefnidas, entre outras, que funcionam como formas metalingüísticas ou metadiscursivas). Outra forma de comentário metaenunciativo são os verbos *dicendi*, pois indicam uma reflexão sobre o próprio dizer do outro.

Assim, estes *índices* de que uma frase ou expressão não pode ser nunca uma constatação neutra (conforme destacou Reboul) expõem a heterogeneidade (ou ambigüidade) de certas expressões conforme o lugar onde apareçam (ou que dela se apropriem). Uma sentença (fórmula), como *A política não cristaliza mais as paixões*, pode frequentar enunciações que as enunciam em tons distintos, assim como as expressões *fim*

da política, fim da história, fim das ideologias evocam sempre um sentido conservador, seja porque são *proclamadas*, seja porque são *constatadas* a partir de um lugar identificado ao conservadorismo intelectual. Ocorreu-nos pensar que também concorre para que estas formas sejam lidas como conservadoras (no sentido de “nostálgicas”), a sua própria *expressão*, ou seja, apresentarem-se como uma enunciação constativa, categórica e generalizante. O que Reboul (1975) diz neste excerto a propósito da tendenciosidade (dissimulada) de todo slogan, quando cotejado com alguns enunciados do nosso corpus (Cf. Parte I), fornece uma boa pista desta articulação entre “conteúdo” e “forma” (ou modo de dizer):

Quando se fala com pessoas simples sobre um escândalo político, elas reagem muitas vezes com a expressão: *Hoje em dia, é cada qual por si!* Esta frase resignada testemunha uma crença tão espontânea quanto estereotipada, a perenidade do mito *dos velhos bons tempos*, quando os homens eram mais simples, mais sinceros, mais desinteressados, mais fraternos do que *nos dias de hoje*, tristes dias de hoje em que não há mais honestidade, não há mais virtude, não há mais mocinhas, não há mais crianças... (REBOUL, 1975, p.98)

Neste último módulo da tese, vamos analisar o modo como estas expressões e proposições (estes significantes investidos de significações prévias), que orientaram a constituição do *corpus*, e aos quais atribuímos o estatuto de “fórmulas”, circulam nos enunciados. Assim, a análise privilegiou as diferentes formas de representação de um discurso outro no discurso, de voltar-se para o dizer de outrem, para comentar, explícita ou implicitamente, inúmeros aspectos deste dizer. Procuramos organizar esta última parte de modo a explicitar a construção do nosso percurso teórico-argumentativo no momento de definir o objeto de investigação e as hipóteses da pesquisa.

Primeiramente, chamamos atenção para algumas formas lingüísticas, para uma articulação ou encadeamento entre termos que parece resultar numa unidade específica de significação, que remete ao interdiscurso (como um eco de outros discursos). Foi basicamente essa articulação entre termos, que parecem convocar uns aos outros, que nos fez pensar na noção de fórmula, ou em atribuir a eles o estatuto de fórmulas. Certas propriedades dão a estas expressões a feição de fórmulas. Antes, precisamos realizar uma discussão teórica, ainda que não exaustiva, sobre os conceitos de fórmula e alguns de seus

subtipos. O termo fórmula recobre uma série de categorias, que, eventualmente, compartilham certas propriedades. O que estamos propondo como o filtro, ou o princípio de interpretação (o interpretante) dos significantes, é a noção de fórmula.

Respaldam teoricamente nosso estudo das fórmulas as pesquisas recentes de Alice Krieg-Planque (2003, 2009), nas quais a autora caracteriza a noção de fórmula como “função”. Na perspectiva de Krieg-Planque, a noção de “uso” é essencial para se caracterizar uma fórmula. Isto porque, segundo a autora, uma fórmula não existe “em si”; na realidade, certas formulações acabam por assumir, em função de usos e circulação, um estatuto formulaico. Assim, os trabalhos desta autora, consagrados à noção de fórmula, serão novamente convocados para responder aquela que se torna a principal indagação da pesquisa: se o conjunto de expressões e proposições, abrigadas sob o rótulo de “declínio da política” e afins (“esquecimento”, “irrelevância”), podem ou não ser apreendidas (funcionar) como “fórmula” em determinadas situações. Consideramos também estas propriedades que a literatura especializada (Herschberg Pierrot, 1994; Amossy e Herschberg Pierrot, 2005; Reboul, 1975) associa à noção de fórmula em sentido amplo (lugar-comum, *idées reçues*, clichê, slogan).

Na sequência desta exposição teórica, procuramos identificar, na linearidade textual, esta voz do outro (caracterizada, no nível do conteúdo, como *idées reçues*, slogans, palavras de ordem, lugares-comuns) por meio de formas (ou esquemas) do discurso relatado.

Trata-se de observar se são (e de que forma são) representadas nos enunciados como um “enunciado geral”, sem origem especificada (trata-se de citação de idéias, opiniões, sem fonte determinada). Por isso, a relação que procuramos estabelecer entre o gênero fórmula e estes significantes, que, circulando no interdiscurso, funcionam ou tem certa propensão a funcionar como fórmulas, na medida em que constituem um referente social, estão associados a já-ditos, a outros discursos, que condicionam o seu uso, ou a sua apropriação.

Nos termos de Krieg-Planque (2003, 2009), estes significantes constituem um referente social, cristalizam o que seria um “sentido” conservador em pelo menos duas perspectivas, sociológica e epistemológica, porque participaram *antes* de discursivizações “conservadoras”. As narrativas das condições históricas de produção do discurso do declínio da política apresentadas na Parte I, que se dividem em uma “história externa”, que

considera os acontecimentos que condicionaram a produção dos discursos, e uma “história interna”, que se fecha sobre os acontecimentos do próprio campo erudito, uma narrativa que acompanha os conceitos em formação e procura mostrar como a epistemologia afeta a percepção das coisas, dão conta da apreensão desta condição ampla de referente social dos significantes.

As seqüências discursivas, em que estas expressões aparecem, são então submetidas a uma análise lingüístico-discursiva mais fina. Considerando que participam de enunciados que comportam marcas explícitas ou não de polifonia, trata-se de identificar estas palavras que parecem ser de outrem segundo as formas de discurso relatado. Vamos tentar explicar a presença, em determinados enunciados, destas formas que associamos a fórmulas a partir das formulações de Bakhtin ([1929] 1994) e Authier-Revuz (1982, 1998) sobre as formas do discurso relatado, e as de Maingueneau (2006a, 2007a) sobre o conceito de *enuniação aforizante e particitação*.

Nós nos detemos, inicialmente, em duas formas específicas de citação do discurso de outrem, o discurso indireto livre (articulado a outro fenômeno lingüístico-discursivo, a citação de fórmulas) e o discurso indireto, com ênfase nos verbos que introduzem o discurso. Também consideramos o fenômeno da rotulação discursiva (Koch, 2006, 2007, 2008).

Basicamente, em termos de análise lingüístico-discursiva, privilegiamos fenômenos polifônicos variados; forçando uma analogia com o que diz Stam (1992, p.73) do “dialogismo” em Bakhtin, “em formas bastante cruas e óbvias como o debate, a polêmica e a paródia, mas também em formas muito mais sutis e difusas, relacionadas com os overtones e as ressonâncias: as pausas, a atitude implícita, o que se deixou de dizer, o que deve ser deduzido”.

Como procuraremos demonstrar ao relatar a nossa trajetória na construção da fundamentação teórica, do “vínculo” entre os dados e a hipótese, foram necessários deslocamentos em relação a muitas destas noções teóricas estabilizadas à medida que voltávamos constantemente ao *corpus* para lê-lo. Nem sempre foi possível integrar os dados à teoria aplicando conceitos já elaborados.

Os encadeamentos

Na apresentação da publicação *Nouveaux Cahiers de l'IUED*, dedicada ao tema da “retórica internacional”, da linguagem administrativa institucional-governamental, o organizador Gilbert Rist (2002) se reporta ao fato de que determinadas palavras correntes em nosso vocabulário cotidiano, conhecidas de todos, com sentidos supostamente precisos quando tomadas isoladamente, ao se juntarem a outras, para constituir um sintagma, ou uma expressão cristalizada, parecem de repente perder todo o sentido. Na seqüência desta constatação, Rist sugere superar este sentimento de estranhamento, provocado pelo que chama de “inflação de palavras”, ou “repetição de fórmulas estereotipadas” e “encadeamentos de afirmações apresentadas como indiscutíveis”, para se interrogar sobre as condições de produção dos discursos especializados (“*discours experts*”) – Rist refere-se a textos, em tese, dirigidos à comunidade em geral, mas que, na realidade, são produzidos para serem lidos pelos pares, uma comunidade restrita de especialistas (*experts*). Cita, por exemplo, os textos produzidos pela ONU e outros organismos internacionais.

Rist considera a possibilidade de identificar, neste tipo de discurso, uma modalidade de enunciação particular ou “formas ritualizadas”. Emprega a expressão “estilo formulaico” para fazer referência a um conjunto de relações sintagmáticas nominais, verbais e narrativas *esperadas* (que constituem unidades indissociáveis).

O autor se refere a diversos tipos de fragmentos textuais, a formulações que constituam uma unidade, sintagmas nominais, verbais e enunciados narrativos cujos elementos constituintes convocam uns aos outros, um acarreta o outro, produzindo, assim, a “previsibilidade do discurso”. Refere-se a formas que denomina de “fórmulas estereotipadas” e das quais fornece os seguintes exemplos: “*élargir l'éventail des choix*”, “*l'éradication de la pauvreté*”, “*mettre (la technologie, les connaissances, etc.) au service du développement (ou des droits de l'homme)*”, “*les interdépendances se renforcent mutuellement*”, “*les avancées (vers la démocratie, les droits de l'homme, etc.) sont le plus souvent “sans précédent”, mais “restent menacées”, le “fossé ne cesse de creuser” entre les pays riches et les pays pauvres, le “chemin qui reste à parcourir” est toujours “encore*

long”, *la reconnaissance d’ “échecs” invite toujours à “tirer les leçons du passé” et à “relever de nouveaux défis”* etc. (Rist, 2002, p.11).

O que faz Rist falar em “estilo formulaico” é a constância, a repetição e a estabilidade significativa destas formulações e expressões nestes textos. Trata-se de formulações esperadas, previsíveis quanto à sua “formação” e circulação neste gênero discursivo.

O autor chama atenção para o que seriam “formulações aparentemente banais”, mas que constituem uma interpretação da história dissimulada, pela presença de um pressuposto. Por exemplo, dizer “a era da informação” (uma descrição definida) pressupõe que a era da informação existe e que, portanto, certas políticas são necessárias, impõem-se por si mesmas. O mesmo pode ser dito em relação à expressão “a era do vazio”, que teria como “pressuposto” alguma forma de crítica à sociedade contemporânea – à desmobilização social, ao conformismo, à despolitização, ao individualismo etc., ou seja, trata-se de uma expressão associada a um conteúdo negativo (e que, por isso, “engana”, conforme vimos).

Outras “asserções” que constituem uma percepção da realidade e que servem à legitimação de certos programas ou medidas “indiscutíveis” citadas por Rist são: o progresso tecnológico, a expansão do mercado, a crise financeira.

O recurso, segundo Rist, a este estilo formulaico deve-se a uma série de razões, algumas não nos interessam comentar por estarem associadas a um tipo e gênero discursivo específico. Uma destas justificativas é que, por serem ambíguas, ou pouco específicas, genéricas, e familiares (reconhecidas por todos ou “evidentes”), garantem o acordo de todos. *“Comment ignorer que le consensus qui est de règle dans les enceintes internationales s’obtient au prix des formules creuses au interprétation variable et constitue une manière de réduire au silence les opinions dissidentes?”* (Rist, 2002, p.16).

O propósito do artigo de Rist para a coletânea é desconstruir esta retórica internacional (espécie de língua ideológica ou de madeira), revelar as estratégias retóricas que utiliza para se impor, dominar, apresentando-se como um discurso que se pretende referencial, isto é, descrever a realidade, quando, na verdade, a constrói e incita à ação. Segundo Rist, trata-se de um discurso prescritivo: suas proposições podem ser tomadas

como ordens, conselhos ou mesmo ameaças. Para o autor, trata-se de mostrar que o recurso a fórmulas e a afirmações não verificáveis leva à adesão do leitor (configura um procedimento para obter o assentimento do leitor).

O que nos interessou propriamente acompanhar no texto de apresentação e no artigo escrito por Rist foi o seu entendimento da noção de fórmula. Na Parte I, destacamos estas sequências, ou combinação de palavras (formas nominais e sentenciosas), que adquirem uma significação própria, constituindo uma unidade. Essa percepção de unidade ou solda entre elementos significantes (as ocorrências destas expressões entre aspas é, pelo menos, um bom indício) nos levou a considerar se constituiriam uma expressão com referente social, se formam um conceito autônomo (são um posicionamento no campo discursivo). Em suma, se reúnem as propriedades mais destacadas de uma fórmula.

Apurando o conceito de fórmula: a noção em Krieg-Planque

Krieg-Planque (2003, 2006, 2009) destaca os deslocamentos de sua noção de fórmula em relação aos sentidos ou significações comumente atribuídos ao termo no âmbito das ciências da linguagem. Para a analista, o termo “fórmula”, independentemente do domínio, incorpora múltiplas acepções, conforme os gêneros e tipos discursivos que o definiram: o religioso, o jurídico, o jornalístico... Em alguns textos do *corpus*, aparecem o que chamamos livremente de “enunciados categorizadores” de diversos gêneros ou tipos de fórmula (clichês, lugares-comuns, *idées reçues* etc.), que são também os qualificativos preferenciais do discurso do declínio da política.

A imagem da “sociedade bloqueada” volta incessantemente ao debate público quando se evoca o “mal-estar francês” diante das necessidades de adaptação às obrigações da economia mundial, de forma que acabou tomando, no decorrer do tempo, a aparência de um lugar-comum. Mesmo sem estar inteiramente errada, corre o risco, como todo clichê, de impedir uma reflexão aprofundada.²¹⁵

²¹⁵ Ferry, 2008, p.75

No reverso dessas idéias feitas, desses clichês que se consideram verídicos pela única razão de serem repetidos à saciedade sem nunca serem pensados, o individual não se opõe ao coletivo, nem a vida privada à vida pública.²¹⁶

*Le lieu du commun devient alors “lieu commun” au sens du clichê, du stéréotype, de l’opinion reçue qui se fait vulgate. Le consensus est le corélat de l’imprécision sémantique et la dilution du concept. C’est bien, comme on l’a déjà relevé, ce que donnait à voir la thèse de Fukuyama relative à une prétendue ‘fin de l’histoire’, elle-même assimilée au devenir-monde de la démocratie.*²¹⁷

Dizer, como faz Giddens, que a nova social-democracia deseja “reconstruir o Estado” – indo além dos neoliberais, que querem “encolhê-lo”, e dos antigos social-democratas, sempre tão “ávidos por expandi-lo” – não inova em nada nem ajuda a repor ou promover a esquerda. Revela, quando muito, que a esquerda está mais dúctil, quem sabe mais dócil. Vão no mesmo rumo alguns dos slogans centrais do programa da “terceira via”: a “democratização da democracia”, a promoção de uma “sociedade civil ativa”, o impulsionamento da “organização democrática da família”, uma “nova economia mista”. Não passam de belas e bem comportadas palavras de ordem, sem pique para projetar um outro futuro. É que a nova social-democracia entregou-se ao fatalismo.²¹⁸

*Si es verdad que estamos obligados a pensar de nuevo la función de la política en siglo XXI, la primera tarea consiste en volver a pensar sus lugares comunes, el concepto que nos hemos forjado del oficio político. La primera parte de este libro examina precisamente esas prestaciones básicas que esperamos de la política: su capacidad de tramitar posibilidades, oportunidades y compromisos, su función mediadora y de atención al bien común, la necesidad que tiene de limitarse a sí misma y generar una ética interna.*²¹⁹

É muito comum estabelecer uma estreita relação entre o fim do político e uma suposta inércia popular. Mais um estereótipo destilado pelos que têm dificuldade para admitir a existência de pensamento sem objetivo ou ação teleológica. Em verdade, pode-se formular a hipótese de que com a saturação do político, a energia transfigura-se, toma outra forma, mas permanece não menos potente.²²⁰

Observando os nossos dados, constatamos que o objeto de polêmica não é propriamente um significante (uma forma lingüística específica), mas o discurso do declínio da política. Em seus estudos sobre fórmula, Krieg-Planque (2003, 2009) investiga segmentos empíricos da língua que se tornam, eles próprios, objetos de polêmica (que é um dos indicadores de sua função fórmula).

²¹⁶ Ibid., p. 112

²¹⁷ Revault D’Allonnes, 1999, p.259

²¹⁸ Nogueira, 2001, p.138

²¹⁹ Innerarity, 2000, p.117

²²⁰ Maffesoli, 2005, p.120

Também consideramos as ocorrências da expressão fórmula (e suas variantes) em textos teóricos da AD, para destacar ou o entendimento pretendido pelos autores ao convocar a expressão/conceito “fórmula”, ou os exemplos de fórmulas que oferecem.

Por exemplo, a menção ao termo em Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994) é um exemplo:

*“L'événement, c'est le merveilleux des sociétés démocratiques...”. “La réalité propose, l'imaginaire dispose...”. Par ces formules bien frappées, P. Nora veut montrer à la fois l'importance décisive de l'information dans la vie actuelle et le statut idéologique de tout événement.*²²¹

Ao comentar que nenhuma paráfrase é neutra, citando “a democracia, que significa o governo pelo povo”, diz Maingueneau (1997), tratar-se de uma fórmula, “que não reproduz o sentido contido em algum dicionário absoluto” (p.97), que “entra em uma rede de outras fórmulas reivindicadas ou rejeitadas (“a democracia é a liberdade de iniciativa” ou “a segurança para todos” etc.)” (p.97).

No capítulo “A noção de hiperenunciador”, de *Cenas da enunciação* (Maingueneau, 2006a), as alusões do autor a variadas fórmulas é frequente, por estarem implicadas em um sistema de citação específico, a *participação*. A idéia de participação dá conta do regime de citação de enunciados autônomos ou autonomizados, que foram previamente destacados de um texto, tendo sofrido ou não alterações formais. Assim, tal sistema de citação aplica-se aos provérbios, “formas comumente consideradas cristalizadas” (2006a, p.92), incluídos no grupo das “participações sentenciosas”, que conta também com os “adágios jurídicos” (“O hábito não faz o monge”, “Todos os delitos são pessoais”, “Cartas têm mais credibilidade que testemunhos”). A respeito das “citações conhecidas”, incluídas no grupo das participações gráficas, diz Maingueneau:

Ao lado dos provérbios, circulam na sociedade muitos outros enunciados curtos, facilmente memorizáveis, cujo significado e significado são extraídos de uma organização mais ou menos pregnante (pela prosódia, rimas internas, tropos...). Muitas dessas fórmulas são extraídas de textos e podem figurar em dicionários de “citações”, onde a noção de citação recobre de modo vago “frases conhecidas”, “provérbios”, “aforismas”, isto é, qualquer enunciado curto (geralmente monofrástico) e autonomizado.²²²

²²¹ 1994, p.19

²²² 2006a, p.96

O narrador de um conto maravilhoso se abria atrás de um hiperenunciador patrimonial, mas, diferentemente do que acontece com a citação conhecida, à qual sua brevidade e sua estrutura pregnante asseguram uma certa estabilidade, para ele não pode se tratar de citar de modo idêntico um enunciado que, por definição, não tem nem ator nem estabilidade.²²³

Em outro capítulo, “Citação e destacabilidade”, Maingueneau (2006a) analisa formas de *destaque* aplicadas a fragmentos de textos provenientes de diversos gêneros de discurso, entre eles o filosófico. Maingueneau diz que a “fórmula filosófica” pode funcionar ao mesmo tempo como enunciado autônomo e como fragmento extraído de um determinado texto.

A fórmula filosófica participa das três dimensões do “espaço filosófico”: campo, arquivo e rede de práticas. Participa do campo na medida em que marca um posicionamento, a singularidade de uma doutrina assinada: delimita um território, traça uma fronteira que, enquanto tal, separa um interior e um exterior da doutrina. Participa também do arquivo, visto que se inscreve na memória, no patrimônio da filosofia. Enfim, ela é inseparável de práticas: uma fórmula filosófica é um objeto de dissertação potencial para os alunos ou o suporte privilegiado para o comentário de texto num curso de filosofia.²²⁴

a fórmula filosófica implica uma tensão constitutiva. Por um lado, é uma enunciação que se volta sobre sua intransitividade, tipo de dizer profético absoluto, atribuído a uma Origem que lhe dá foro de autenticidade: produz um efeito de “iconicidade” e precisa ser citada com um ethos apropriado. Mas, por outro lado, é um fragmento de texto que tem a particularidade de dar acesso ao conjunto de uma doutrina. Poderíamos falar de seu propósito de “fórmula-chave” ou de “fórmula-mestre”. Chave arquitetônica e chave de porta, presumivelmente condensa toda uma doutrina ou parte dela, e constitui uma via de acesso privilegiada a seu universo de sentido. Podemos, assim, analisar os dois sentidos de “mestre”: fórmula *mestre* (condensação ou via de acesso), mas também fórmula *mestre*, atribuída a uma autoridade. Pela condensação semântica que ela implica, associada a uma estrutura significante pregnante, a fórmula filosófica se apresenta como *enigmática*: ela encerra em si uma parte de obscuridade, diz e esconde ao mesmo tempo. É uma criação destinada a um *desdobramento*, que a projeta sobre a doutrina da qual participa.²²⁵

Maingueneau define, assim, a fórmula filosófica, destacando a condensação semântica (o aspecto de súpula) que ela implica e sua estrutura significante pregnante. Basicamente, um enunciado filosófico *destacável* (candidato a fórmula autonomizada ou associada a um enunciador célebre, a uma autoridade) é relativamente breve, generalizante (evita modulações), está em posição de destaque no texto de origem, constitui-se em um

²²³ Ibid., p.106

²²⁴ Ibid., p.77

²²⁵ Ibid., p.77-8

condensado semântico de um posicionamento, doutrina... Para o autor, a fórmula requer algum desdobramento devido a sua opacidade (os seus sentidos têm de ser desvelados).

Sobre o aforismo, forma sentenciosa (texto curto e sucinto) que sintetiza um princípio ou um fundamento, encontramos em Mochet (2000) as seguintes definições e comentários:

« une assertion de caractère général, à valeur de vérité, mais dont la forme n'est pas lexicalisée, à proprement parler, même si l'interlocuteur a le sentiment de déjà-dit et de déjà entendu. On pourrait parler d'unité mémorisée. ». Les premières répliques d'ouverture dans un thème fournissent de nombreux aphorismes. Le thème de la mort est particulièrement productif :

- (2a) - *il faut bien mourir un jour (HR 24 543)*
- (2b) - *on y passera tous [...] on ne peut pas y échapper (HJ 14 17)*
- (2c) - *de toute façon on est nés pour mourir (HJ 19 33)*

Du point de vue de la forme, l'aphorisme se présente de façon autonome et impersonnelle. La stéréotypie qu'on y rencontre s'exerce davantage dans le contenu de pensée, en tant qu' « idée reçue », que dans la forme dont l'actualisation reste ouverte.²²⁶

Krieg-Planque, no entanto, mobiliza o termo “fórmula” em um sentido mais preciso, o qual procura explicitar segundo a apresentação de quatro características ou propriedades essenciais das fórmulas.

A partir dos trabalhos precursores de Faye²²⁷ (1972), Fiala e Ebel (1977, 1982, 1983), propõe determinar uma “fórmula” segundo: 1) *sua forma cristalizada*; 2) *sua inscrição discursiva*; 3) *sua condição de referente social*; e 4) *seu caráter polêmico*.

No entanto, todas estas quatro propriedades são relativizadas, isto é, podem não se manifestar de modo uniforme. Uma fórmula é um pouco uma questão de gradação, conforme ela tenha mais ou menos claramente as quatro características. Trata-se de pensar

²²⁶ MOCHET, M.A. Mention et/ou usage: discours direct discours direct libre en situation de type conversationnel. In: COLLOQUE AUTONYMIE, 5-7 octobre 2000, Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, France. Disponível em: <http://www.cavi.univ-paris3.fr/ilpga/autonymie/theme5/mochetma.pdf>. Acesso em: 03 set. 2009.

²²⁷ A autora justifica por que a sua pesquisa se distancia de trabalhos precursores sobre fórmulas, como, por exemplo, o de Jean Pierre Faye. Explica que Faye emprega o termo fórmula sem qualquer preocupação com sua definição da perspectiva de uma metalinguagem científica. Ele nomeia a expressão “Estado total” de “fórmula” porque outros autores a qualificaram assim. Ela, ao contrário, busca elaborar um conceito de fórmula (aplicável a uma série de outras formulações). Em outros termos, procura construir uma noção relativamente estável, uma categoria de descrição.

a função “fórmula” de uma seqüência verbal em termos de complementaridade de suas propriedades.

Assim, uma expressão pode ser “mais ou menos” uma fórmula, conforme cumpra estes requisitos (a fórmula pode apresentar cristalização forte, mas caráter polêmico fraco – certas expressões tornam-se mais freqüentemente questionadas do que outras em um determinado momento do debate; sua cristalização também pode ser relativa porque depende de critérios às vezes subjetivos, como a percepção de cristalização, ou de que determinados termos constituem um bloco – algo que pode não ser evidente para a coletividade). A categoria fórmula, neste sentido, é, para a autora, uma “categoria gradual”. Estas propriedades são apreendidas em um *continuum* de usos (o que exige a constituição de um *corpus* amplo, diacrônico).

a) Forma cristalizada

A primeira propriedade diz respeito à estabilidade da fórmula em relação ao seu significante (tanto que o percurso de uma fórmula pode ser construído considerando as ocorrências de um dado significante). Em relação a sua extensão, a fórmula pode ser constituída por uma unidade lexical simples (imigração, globalização, por exemplo) ou por seqüências mais extensas ou complexas. É o caso dos sintagmas ou mesmo frases, seqüências autônomas relativamente estáveis da perspectiva formal.

A noção de estabilidade remete, portanto, à forma cristalizada da fórmula. A analista comenta como esta questão aparece no trabalho de Faye (1972), que chama a atenção para uma espécie de solda (ou soldadura) bem-sucedida entre termos (no caso, sintagmas) que formam uma denominação relativamente estável. Diz a autora que, para Faye, esta solda testemunha a própria existência da fórmula.

Em alguns textos do *corpus*, determinadas formulações, ao que parece por esta solda, combinação dos termos constituintes, são identificadas ao discurso do declínio da política na condição de palavras do outro (não são assumidas, embora sejam retomadas, e o distanciamento pode estar ou não marcado). Este também é o caso da expressão “xenófobo”

em Fiala e Ebel (1977, 1983), trabalho no qual Krieg-Planque se inspira pra construir a sua definição de fórmula.

Ainda em relação a esta propriedade (da cristalização), é preciso distinguir a sua natureza, isto é, trata-se de uma fixação formal, da ordem da estrutura ou da ordem da memória coletiva ou da *doxa*. Krieg-Planque remete esta distinção a um artigo de Benoit Habert e Pierre Fiala publicado em 1989. Os autores entendem por cristalização de ordem memorial, “um conjunto de enunciados ou fragmentos de enunciados que circulam em bloco em um momento determinado e que são percebidos como constituindo um todo, cuja origem pode ou não ser identificada” (*apud* Krieg-Planque, 2009, p.66).

A este tipo de cristalização, segundo Krieg-Planque, correspondem preferencialmente a sloganização, as frases comuns (espécies de frases prontas). Dá como exemplo as seguintes frases: “*il faut terroriser les terroristes*” e “*ajouter la guerre à la guerre ne résoudra rien*”²²⁸ (2009, p.67). Há casos, segundo a autora, como o da expressão

²²⁸ “*Ajouter la guerre à la guerre*” foi originariamente dita, em entrevista a um jornal, pelo presidente da República da França, François Mitterrand, a propósito do conflito na Iugoslávia: “*Il y faut de la patience. Pendant que les diplomates discutent, le sang coule. L’urgence est extrême. Allons vite. Mais ajouter la guerre à la guerre ne résoudra rien*” (Krieg-Planque, 2003, p.134). Krieg-Planque apresenta as reações, diversas e duradouras, a essa declaração de Mitterrand. O que as caracteriza, segundo a analista, é que elas se escoram, para criticar Mitterrand, numa seqüência formalmente identificável (não no conteúdo da declaração). A expressão tornou-se uma fórmula: “*Dans le discours sur le conflit yougoslave, cette séquence constitue ce que nous appelons une formule. Les indices du caractère formulaire d’ “ajouter la guerre à la guerre” sont nombreux: le caractère relativement figé de la séquence, sa vaste circulation dans l’ensemble des textes qui parlent de la guerre yougoslave, la capacité qu’elle a de tenir lieu d’un contenu dont elle semble exprimer la synthèse, le fait qu’elle est l’objet de commentaires polémiques, que ceux-ci portent sur la position qu’elle condense ou qu’ils soient de nature métadiscursive*” (2003, p.135). O enunciado de Mitterrand circula de diferentes maneiras: cercado de seu co-texto (mencionadas as condições de sua enunciação), sob sua forma de origem (conforme publicada pelo jornal), introduzida por discurso direto (circula no discurso jornalístico como repetição ou reprodução de uma declaração). Posteriormente, o enunciado adquire certa autonomia e passa a circular como *palavra de ordem* (uma formulação imperativa, com força injuntiva, empregada para denunciar. Cristaliza, assim, um ponto de vista de oposição à postura política do governo francês. A seqüência é retomada, por exemplo, pelos historiadores como “*le fameux ‘ne ajouter la guerre à la guerre’*”. Outras retomadas, que destacam as conseqüências negativas da declaração de Mitterrand (a sua opção pela não intervenção no conflito) são: *Il faut savoir que la non-intervention, sous prétexte de ne pas ajouter “la guerre à la guerre”, comme dit M. Mitterrand, c’est..* (2003:137); *On n’a pas voulu ajouter “la guerre à la guerre”*. *On a permis aux Tchetsniks d’ajouter le massacre à la agression.* (2003:138); *On a souvent repete que la livraison d’armes aux Bosniaques allait “ajouter la guerre à la guerre”. [...] Maintenir l’embargo sur les armes [...], c’est plutôt ajouter le crime au crime et le déshonneur à la tragédie* (2003:138); *Comme en 1940 où, si la Résistance et les États-Unis n’avaient pas ajouté la guerre à la guerre, notre identité aurait été écrasée* (p.138).

“purificação étnica”, que se situam entre os dois eixos: o formal e o da memória. Também reconhece Krieg-Planque que existem graus diferenciados de estabilização.

Autrement dit, le figement s’inscrit sur un continuum dont les bornes (séquence totalement libre et séquence totalement figée) sont moins fournies que la zone intermédiaire. À la suite de Pierre Achard et Pierre Fiala (1997:274), il convient d’ajouter “que le figement n’est pas seulement un phénomène intrinsèque mais relève d’un jugement porté par les locuteurs sur certaines séquences en discours”. (KRIEG-PLANQUE, 2009, p.67)

O mais comum, segundo a autora, é que as formas cristalizadas encontrem-se numa zona intermediária entre os extremos, nem uma seqüência totalmente livre, nem outra totalmente cristalizada (engessada). Tornar-se uma forma cristalizada, ou assumir tal estatuto, depende de julgamento social, ou seja, certas formas adquirem tal estatuto em função de serem socialmente percebidas como tal. Dependendo do contexto e dos locutores, um sintagma pode ser percebido como uma forma estável, ou como uma composição livre.

A análise de uma fórmula, segundo Krieg-Planque, não comporta, dada a natureza heterogênea da sua estabilização significante, uma atitude formalista absoluta. Mas também uma fórmula se identifica a uma materialidade lingüística determinada. Também a noção de estereótipo está na base da noção de fórmula. Para Krieg-Planque, os estereótipos do tipo “as mulheres são mais sensíveis do que os homens” não são fórmulas (do ponto de vista de sua cristalização formal). Krieg-Planque explica que, por um lado, a fórmula como expressão sintética existe através dos enunciados parafrásticos que ela cristaliza, condensa. Mas, por outro, a fórmula não existe independentemente de uma seqüência reconhecida por condensar os múltiplos enunciados parafrásticos. Determinados pressupostos, como os ideologemas²²⁹ ou os estereótipos, de acordo com Krieg-Planque, não correspondem a fórmulas. Para a autora, a noção de fórmula não constitui um termo vago que subsumiria

²²⁹ Angenot (1982) associa o conceito de ideograma ao de lugar aristotélico com a diferença de que o ideograma não é universal (invariável), mas determinado historicamente (não permanente). O ideograma, para Angenot, corresponde a uma máxima ideológica (uma afirmação geral ou princípio regulador) subjacente ao enunciado, cujo sujeito não é materialmente identificável (trata-se de um ser ideológico, reconhecido apenas por um conjunto de máximas relacionadas a um sistema ideológico, a uma doutrina, posicionamento/ideologia). O ideograma está ausente da superfície do discurso (corresponde a uma entidade abstrata, a um discurso ausente); nos termos de Angenot, é um pressuposto do discurso (um postulado comum, um lugar comum). A sua realização material, textualização é múltipla (daí, não ser uma fórmula, no entendimento de Krieg-Planque, porque não tem uma identidade material fixada e visível).

as noções de aforismos, de *idées reçues*, uma vez que estas remetem ou se exercem pelo seu conteúdo do que pela sua forma. Os seus conteúdos podem ser atualizados abertamente, de diferentes formas. E, para Krieg-Planque, a noção de fórmula pressupõe uma seqüência estável e repetível. Assim, estereótipos e *idées reçues* não são fórmulas se não forem co-construídos por uma seqüência verbal estável e repetível. É esta expressão estável e repetível que pode então condensar enunciados identificados a estereótipos e *idées reçues* (os enunciados parafrásticos que a fórmula sintetiza). Isto não quer dizer que seqüências ou versões próximas ou mais distantes deste significante estável não possam ser reconhecidas como variantes de uma mesma fórmula. Krieg-Planque também chama a atenção para formas diferentes, estranhas à fórmula (do ponto de vista formal, sintático-morfológico), mas correlatas no contexto (funcionam como uma alternativa, um substituto da fórmula). Não se trata, portanto, de concorrentes lingüísticos (sinônimos), mas de concorrentes pragmáticos.

Portanto, para a autora, a forma cristalizada, estável, é condição necessária para que uma seqüência seja uma fórmula. Outra característica formal da fórmula é a concisão. Segundo Krieg-Planque, é a concisão que permite à fórmula circular, integrar-se a enunciados que a sustentam, a retomam, a reiteram, a recusam... As questões sociais, políticas, circulam sob a forma concisa de uma expressão sintética (as formas mais privilegiadas, segundo Krieg-Planque são os sintagmas e as nominalizações – seqüências compostas e relacionais, em que dois ou mais termos são associados). Diz Krieg-Planque que a seqüência “Eu tenho um sonho” (do discurso de Martin Luther King) faz circular um conjunto complexo de posições que ela condensa.

Outra propriedade das fórmulas é que tendem, do ponto de vista de sua estrutura, a *reduzir*, a eliminar certos elementos, itens lexicais que a particularizam. À medida que a sua circulação se intensifica, a fórmula torna-se concisa e generalizante (se reduz).

A redução da fórmula também permite que ela seja mobilizada em contextos bastante distintos dos de seu uso original. A fórmula reduzida assume um caráter mais geral, podendo assim designar objetos, realidades, acontecimentos bastante variados (nesse sentido, a fórmula se autonomiza). É o que Krieg-Planque identifica como “propagação da fórmula”, quando uma mesma seqüência serve para designar referentes heterogêneos. Para

Krieg-Planque, certas palavras e expressões somente podem ser consideradas tecnicamente fórmulas se extrapolarem o seu domínio de uso específico. Se não frequentar outros domínios (outros tipos, campos discursivos) não poderá ser tratada como fórmula. Para tal, é necessário que ela esteja presente em tipos discursivos variados, que seus lugares de emergência sejam diversificados.

b) Inscrição discursiva

A segunda propriedade da fórmula é, de acordo com Krieg-Planque, a sua natureza discursiva. Por meio desta propriedade, destaca que a noção de fórmula não é exclusivamente lingüística, mas, antes de tudo, uma noção discursiva. Por isso, a ênfase na sua *função*. O que a autora sublinha é que uma fórmula não existe *a priori* (por exemplo, por ter uma estrutura compatível ou suscetível), mas se torna uma fórmula em função de seu uso.

Krieg-Planque considera que uma expressão ascende à condição de fórmula pela sua forma inusual- surge, em geral, como um neologismo. Assume, portanto, um caráter problemático desde as suas primeiras aparições. Este é o caso da expressão “purificação étnica”. Outros exemplos seriam as expressões (ou os empréstimos) “Glasnost” e “perestroika”, que aparecem, no discurso de língua francesa, como expressões que condensam certos acontecimentos mais tarde nomeados de “*les bouleversements à l’Est*” (2009, p.84).

O caráter problemático da fórmula é consequência de ela possuir um *referente social*, um conjunto prévio de proposições que todos identificam àquela forma verbal, algo como um sentido prévio, comum, compartilhado, o que, às vezes, cria a necessidade de desfazer, desconstruir estas significações anteriores (por meio de operações metadiscursivas, por exemplo).

Também adquirem o estatuto de fórmula expressões preexistentes, comuns do ponto de vista de sua forma. Neste caso, não se trata de uma forma nova, mas do uso particular de uma seqüência que, por uma série de motivos, passa a funcionar de um modo diferente do “normal”. Uma expressão corrente torna-se uma fórmula por causa dos usos que dela se faz

num dado momento, quando ela passa a condensar um conjunto de proposições prévias (tem um referente social), e quando a própria expressão é comentada, questionada, inquirida, contestada (a própria expressão torna-se objeto de uma polêmica).

Assim, para Krieg-Planque, uma expressão (unidade lexical simples, composta, sintagma, sentença etc.) se transforma em fórmula, ou alcança esta condição, quando se torna objeto de debate público (a expressão mesma é questionada porque associada a certas significações, a uma memória, a usos anteriores...). Em suma, a própria expressão, por possuir um referente social, torna-se problemática.

Exemplifica tal propriedade com a expressão “fratura social”, que preexiste formalmente ao seu estatuto de fórmula (adquirido posteriormente), ao seu uso recorrente por Jacques Chirac durante a campanha presidencial de 1995. Foi assim que ela permaneceu na memória coletiva, diz Krieg-Planque. Isso explica, por exemplo, sua retomada posterior por um jornalista que a descreve como “um slogan de campanha eleitoral” (2009, p.91).

Plusieurs mois plus tard, une fois le candidat élu, la “fracture sociale” se maintient comme “la fracture sociale au nom de laquelle le chef de l’État a mené sa campagne”, lit-on dans Le Figaro. En 1998, la “fracture sociale” est encore “la fracture sociale” évoquée par Jacques Chirac les temps d’une campagne présidentielle”. Et pourtant. Pourtant, l’expression elle-même préexistait à ce moment qui la rendit remarquable. (KRIEG-PLANQUE, 2009, p.91)

Krieg-Planque associa a noção de fórmula a um momento, a uma circunstância, em que ela é percebida, notada, em que passa a ser comentada, e que não coincide necessariamente com o seu aparecimento original ou primeiro. A propósito desta mesma expressão, “fratura social”, diz ter descoberto que, em 1992, foi realizada uma jornada de debates sobre o tema “a fratura social”, mas que, neste momento, o sintagma não foi notado ou destacado pelos comentadores.

No projeto teórico de Krieg-Planque, a notoriedade da fórmula é uma questão central. Por notoriedade, pode-se entender, por exemplo, o momento em que os seus usos, a sua circulação no interdiscurso, a propósito de um debate público específico, intensificam-se (é quando a própria expressão torna-se problemática). Assim, um critério de notoriedade é a recorrência da expressão (pode-se observar num corpus estável e diacrônico uma

elevação na frequência dos usos da expressão). Obviamente que o aumento das ocorrências de uso tem de ser relacionado a um acontecimento discursivo. Outro critério seria a sua “produtividade lexical”, outras formas verbais derivadas, originadas da expressão.

Na análise da circulação da fórmula são identificadas (tornam-se visíveis) suas “zonas de turbulência”, quando a expressão prolifera, expande-se, torna-se problemática. Em outras palavras, esta expansão está associada ao fato de a expressão converter-se em passagem obrigatória de certo debate (impõe-se àqueles que tomam parte no debate). Uma fórmula circula apoiando-se em certos acontecimentos ou outros discursos que motivam sua circulação, que fornecem razões para que os locutores recorram a ela de uma maneira ou de outra. Dito de outro modo, certos acontecimentos incitam ou mesmo requerem o seu uso (a sua existência está ligada a fatos, acontecimentos dos quais fazem a descrição, mas sua permanência e duração, não).

La formule circule à l'appui de certains usages qui lui donnent un caractere conflictuel ou problématique, et à l'appui d'événements ou d'autres discours qui motivent son utilisation, donnent des raisons aux locteurs de recourir à elle d'une manière ou d'une autre. (KRIEG-PLANQUE, 2009, p.43)

Em seu trabalho sobre a fórmula “purificação étnica”, localiza este momento em que o sintagma torna-se objeto de um emprego particular. Krieg-Planque destaca a aparição da expressão e correlatas em textos políticos mais ou menos canônicos para as etnias da ex-Iugoslávia. Trata-se, até a descoberta dos campos de prisioneiros sérvios, de usos esparsos. A partir deste acontecimento, as ocorrências se intensificam. Um estudo que seja consagrado à fórmula deve ser capaz de localizar este momento crítico da existência do termo, de circunscrever estas “zonas de turbulência” que existem ao longo da sua história sob a influência de acontecimentos extradiscursivos. E estas zonas podem se referir à detecção de operações metadiscursivas das quais o termo passa a ser objeto. Este aspecto, a circunscrição de um momento de emprego particularmente intenso, massivo da expressão, justifica a constituição de *corpora* amplos (gêneros e tipos de discurso diversos) e de extensa periodização.

No caso do nosso trabalho, não se trata efetivamente de destacar o momento em que uma palavra (ou expressão, ou sentença) assume um lugar de destaque no debate público,

mas de destacar a circulação de uma tese da filosofia política, cuja natureza material (e semântica) é mais ou menos estabilizada. O que propusemos na Parte I, na investigação das condições de produção do discurso do declínio, aproxima-se de uma história conceitual, que localiza estas zonas de turbulência, impulsionadas por acontecimentos históricos. Por exemplo, a emergência da tese de fim da política na sua versão mais contemporânea (uma vez que a desafeição pela política tem sido promovida desde Platão), na década de 1950, é identificada à descoberta dos crimes de Stalin. Outro momento de intensificação da tese é associado à desintegração do socialismo. No final da década de 80 e mais recentemente, às reformas neoliberais.

c) Referente social

Qualquer uso da fórmula deve reunir, portanto, duas de suas propriedades constitutivas e interdependentes: referência social e polêmica. A fórmula tem de ter um uso que lhe associe, atribua um referente social e outro que polemize com essa significação anterior.

Krieg-Planque empresta de Fiala e Ebel²³⁰ a noção de referente social, que considera pertinente porque não implica que as significações associadas à fórmula sejam homogêneas. Ao contrário, tais significações são múltiplas e, às vezes, contraditórias.

²³⁰ Fiala e Ebel (1977, 1983) estudaram a circulação de duas unidades lexicais, “Überfremdung” e “xenofobia”, em um corpus heterogêneo (composto por textos legislativos e artigos publicados em dois jornais francófonos, textos sindicais, entrevistas, testemunhos de líderes nacionalistas etc.), nas décadas de 60 e 70, por ocasião da realização de três referendos na Suíça, nos quais os cidadãos eram convocados a dizer sim ou não à limitação da imigração no país. Deste estudo, pressupõe-se certa definição de fórmula, relacionada ao funcionamento destas duas unidades lexicais, no período dos referendos: ambas cristalizam *certos temas sócio-políticos*. As expressões também aparecem esparsamente em textos legislativos sobre política de imigração/de estrangeiros até os seus usos se intensificarem nos debates sobre as votações, quando adquirem o estatuto de “fórmula” – “*c’est-à-dire à être une unité qui signifie quelque chose pour tous en même temps qu’elle devient l’objet de polémiques*” (Krieg-Planque, 2009, p.54). A expressão “Überfremdung”, que é anterior, remonta à Primeira Guerra mundial, é então retomada nos debates sobre o referendun de 1970 na forma de slogan (“*lutte contre l’Überfremdung*”) pelos movimentos anti-estrangeiros. Os termos “xenofobia” e “xenófobos”, que se constituem em relação à fórmula “Überfremdung”, são utilizados como rótulos, que acusam, condenam moralmente, os partidários das leis anti-imigração. Assim, todos aqueles envolvidos no debate têm de se situar, tomar partido, referir-se aos termos “xenofobia”, “xenófobo”, dado o seu potencial assertivo acusatório de ordem moral. Estas expressões tornam-se passagens obrigatórias neste debate. Esta condição, os autores designam como “referente social”.

Uma condição essencial de toda expressão que almeja o estatuto de fórmula é ser, antes, um referente social, constituir-se em um signo que qualquer locutor sabe ou tem a pretensão de saber o que significa. Pode-se dizer que se tornam expressões correntes, comuns, que significam alguma coisa para todos. Este “alguma coisa” manifesta-se em um conjunto de formulações (enunciados parafrásticos) que remetem a uma temática que a expressão concisa sintetiza (enunciados variados podem ser abrigados sob este termo).

Ao comentar trabalhos realizados em AD sobre o léxico, Maingueneau (1997) os divide em três conjuntos: o primeiro tipo analisa a palavra *X* num determinado *corpus* (interessa os seus contextos de ocorrência, descritos segundo a cronologia, o tipo de discurso, a situação de enunciação etc.); o segundo investiga o modo como determinado termo se constitui em parte integrante do dispositivo de produção de um texto; e o terceiro tipo diz respeito a análises que constroem redes de relações entre termos descontextualizando em algum grau as suas ocorrências (dissocia o termo da superfície textual). Para exemplificar o primeiro tipo de análise, que não se confunde com o método de estudo dos termos-pivôs da fase inicial da AD, Maingueneau menciona justamente o trabalho de Fiala e Ebel sobre os discursos xenófobos suíços. Reproduzimos, na seqüência, a análise de Maingueneau, que nos ajudará na compreensão do conceito de fórmula proposto pelos autores:

O trabalho de J. Boutet, M. Ebel e P. Fiala parte do princípio que duas palavras, *Überfremdung* (“dominação e superpopulação estrangeiras”) e *xenofobia* representam, desde o início dos anos 60, na Suíça, *fórmulas dominantes*. É preciso perceber que estas palavras “condensaram nelas uma massa considerável de discursos, nos quais ocorriam como semanticamente equivalentes. Enunciar uma ou outra implicava colocar em circulação significações múltiplas, contraditórias, que remetiam à existência de séries de enunciados parafrásticos bem comprovados através das quais os termos eram definidos”. Por exemplo:

- “Os estrangeiros são uma pesada carga para nossas instituições sociais.”
- “Depois que os trabalhadores estrangeiros tiveram partido, a habitação será menos cara.” (MAINGUENEAU, 1997, p.136 et seq.)

Ou seja, os partidários de iniciativas anti-imigração, diante desta acusação, são obrigados a dela se defender para tomar sua posição no debate, antes mesmo de defenderem o seu ponto de vista. Os enunciados em que a fórmula consta são, portanto, enunciados “dialogicos” (no sentido mostrado, marcados ou não).

Quando afirmamos que não estudamos uma fórmula propriamente, referimo-nos ao fato de que não nos preocupamos somente com aquelas expressões que sintetizam um conjunto de enunciados, mas com os enunciados parafrásticos que podem ser abrigados sob formulações como “fim”, “esquecimento”, “declínio”, “irrelevância” da política.

Prossegue Maingueneau na análise:

As “fórmulas” remetem a um *referente social*, no sentido que “nos anos 60, todo locutor, individual ou coletivo, sabia ou pretendia saber o que tais fórmulas “significavam”, ainda que nem todos lhes atribuíssem o mesmo sentido. Pertenciam à formação da linguagem da Suíça romana, em iguais condições que outras fórmulas mais antigas, como pátria, neutralidade, independência nacional”. A um dado momento, todos são obrigados a se situarem em relação a estas fórmulas, fazendo-as circular de um modo ou de outro, lutando para impor-lhes sua própria interpretação. (1997, p.137)

Sobre o método dos autores para o estudo de fórmulas, Maingueneau relata que:

A partir de um *corpus* constituído de cartas de leitores xenófobos dirigidos a um jornal, os analistas extraíram os enunciados onde figuravam *xenófobo*, *xenofobia*, bem como um certo número de substitutos semânticos tais como *racismo*, *temor aos estrangeiros...* com vista a “procurar e classificar as formas lingüísticas da rejeição, examinadas em suas características enunciativas e considerar tais formas como índices de empregos diferenciados dos locutores em relação a esta rejeição”. (...) *o trabalho incide sobre um fenômeno enunciativo (um movimento enunciativo)*, e não sobre o conteúdo do termo *xenofobia*. (1997, p.137)

As fórmulas (como expressões sintéticas, textos-curtos) condensam uma massa de discursos, formulações que se equivalem ou não (do ponto de vista de seu tratamento semântico), o que significa enunciar sentenças, sintagmas que carregam significações prévias e múltiplas (às vezes, contraditórias) e marcam um posicionamento.

Segundo Krieg-Planque, são índices da anterioridade da fórmula as expressões definidas que evocam um pré-construído. Por exemplo, as expressões *la mondialisation*, *l'exclusion...* O que elas designam é tomado como algo que existe, que é verdadeiro (real) e conhecido de todos.

Krieg-Planque chama atenção para a importância que Fiala e Ebel atribuem à noção de circulação, sem excluir a produção. Dizer que uma fórmula *circula* significa dizer que

ela se torna objeto de debate, que ela aparece em lugares sociais diversificados, o que não quer dizer que ela não tenha um sentido reconhecido, ou que ela seja significada arbitrariamente em qualquer um destes lugares. Ao contrário, consoante a sua idéia de referente social, mostram como uma fórmula circula com um sentido que é determinado pelo outro (que se impõem a quem a emprega, a quem dela faz uso).

Para a autora, a publicização da fórmula (sua circulação) no espaço público (algo que pode ser atestado pela sua presença no discurso midiático) é condição essencial para a sua existência como referente social. O caráter de referente social da fórmula não está dissociado da noção de espaço público.²³¹ “*Si dire que la formule est un référent social c’est dire qu’elle est un signe qui évoque quelque chose pour tous à un moment donné, alors c’est dire que la formule est un signe qui, par des procédés de publicité, est entré dans l’espace public.*” (Krieg-Planque, 2009, p.117)

Ainsi, pour se constituer en référent social, la formule doit être mise en circulation dans l’espace public, au moyen d’une publicisation dont une part importante est assurée par la presse, la radio et la télévision généralistes. L’étude des discours produits et reproduits par ces médias est de ce fait un passage obligé d’une analyse qui vise précisément à attester l’existence de la formule en tant que référent social. (KRIEG-PLANQUE, 2009, p.121).

²³¹ Krieg-Planque faz uma discussão breve do papel dos meios de comunicação na criação/construção e divulgação das fórmulas. Para a autora, mais do que inventar ou produzir fórmulas, o que as mídias fazem é promovê-las, amplificá-las, ao fazê-las circular. As mídias constituem plataformas de lançamento privilegiadas de fórmulas, segundo Krieg-Planque. Existiria, sugere a autora, uma interdependência entre o espaço de criação das fórmulas (os discursos eruditos, por exemplo) e o espaço de circulação (o discurso jornalístico). A propósito da fórmula “purificação étnica”, Krieg-Planque diz que suas primeiras aparições ou ocorrências na imprensa escrita francesa provêm de acadêmicos, pesquisadores, intelectuais, de “homens das letras”, políticos etc., e não de jornalistas. Nesse sentido, a fórmula entra no discurso jornalístico pela sua “periferia”, e não por meio de seus atores titulares, os jornalistas. Assim, o papel da mídia na fabricação da fórmula é relacionado a sua publicização. A noção teórica de fórmula em Krieg-Planque autoriza (legítima) a construção de um *corpus* que aproxima ou põe em relação discursos com estatutos institucionais diferenciados. Outro exemplo: a primeira ocorrência da expressão (fórmula) “direito de ingerência” no semanário *Le Nouvel Observateur*, no período de 1987 a 1994, se dá num texto assinado pelo presidente da organização Médico Sem Fronteira, num gênero artigo de opinião (*la tribune*), numa seção destinada a publicar a opinião pública (de atores sociais não oriundos do meio jornalismo, não funcionários do jornal, eventualmente, colonistas colaboradores). A fórmula só entra propriamente no debate (experimenta seu momento de ebulição, adquire suas propriedades de fórmula) quando aparece em discursos institucionais sobre o massacre de Kurdos no Iraque. Discute-se a necessidade de intervir, de ter acesso à área do conflito para prestar assistência à população. Segue-se uma discussão pública (envolvendo diversos atores sociais, políticos, juristas, representantes de organizações humanitárias, jornalistas) sobre o direito de ingerência e suas implicações políticas. Mas a responsabilidade pela criação da fórmula não é dos jornalistas.

No nosso caso, podemos presumir que as teses do fim e do declínio da política se impõem àqueles que produzem comentários/diagnósticos sobre o estado atual da política, sejam eles produzidos no interior do campo acadêmico ou no campo jornalístico (essa relação com um discurso anterior aparece marcada na textualidade por meio de índices diversos de polifonia). Falar em “fim”, “enfraquecimento”, “declínio”, “debilitação”, “esquecimento” da política evoca uma memória de proposições e significações associadas a discursivizações anteriores que se referem a certa desordem nas relações entre público e privado. Entendemos que tratar de certos temas, para analisar a conjuntura política contemporânea, no âmbito da produção jornalística ou erudita (teórica), impõe de algum modo a tese, remete a ela, obriga uma tomada de posição a seu respeito, que, de acordo com Krieg-Planque, se manifesta discursivamente de diferentes maneiras ou formas de polemicidade (polifonia). No caso de Krieg-Planque, que considera a fórmula uma expressão fixada, trata-se do questionamento da expressão em si, do termo propriamente dito. O que podemos dizer do nosso material é que: em circunstâncias históricas específicas, em função do estado dos debates sobre a política no campo acadêmico, a tese de declínio da política é retomada para a compreensão dos fenômenos políticos.

d) Caráter polêmico

A última propriedade constitutiva da fórmula é a polemicidade ou o fato de constituir um objeto de polêmica explícita. Ao mesmo tempo em que, historicamente, constitui uma evidência, ela também é alvo de questionamentos. *“La formule est portée par une matérialité linguistique relativement stable, elle a um caractère discursif et elle constitue un réfèrent social. Elle est également polemique: c’est la quatrième de ses propriétés constitutives”* (Krieg-Planque, 2009, p.103)

Segundo Krieg-Planque, o caráter polêmico da fórmula deriva do fato de ela constituir um referente social: “é porque há um denominador comum, território dividido, partilhado, que há polêmica” (2009, p.103). As fórmulas estão investidas de disputas sócio-

políticas, o que explica, segundo a autora, os seus usos polêmicos, conflituosos. Assim, as fórmulas tornam-se objeto de intenso debate.

Segundo Krieg-Planque, ao polemizar acerca de uma expressão, os locutores disputam a descrição do real, confrontam descrições da realidade. A própria expressão aparece como objeto questionado, em geral, por não fornecer uma descrição justa, adequada daquilo que designa (o que se questiona, por meio da *justeza* da expressão, é, na verdade, *o dizer de outrem que a impregna*, a memória, o conjunto de proposições ou enunciados reconhecidos como referentes da expressão mesma).

A ocorrência de discursos sobre a própria palavra é um pré-requisito da fórmula. Tomar posição em relação à própria seqüência é uma exigência para que se ateste o seu caráter formulaico. Discute-se a fórmula como “acontecimento discursivo”, fala-se da própria expressão, de sua origem, seus usos etc. Essas referências do enunciador à própria expressão podem ser as mais diversas (destacar o caráter estereotípico, corrente, profuso, repetido do termo, a percepção de que é palavra de *outrem* –“é uma palavra da moda”, “a chamada ditabranda”, “como se diz”).

Assim, o caráter polêmico da fórmula se manifesta, segundo Krieg-Planque, quando a própria expressão impõe dificuldades aos seus usuários, quando é tratada, por exemplo, como um termo *pouco preciso* ou *eufêmico, genérico, vago* etc., quando se questiona a validade, a adequação da expressão ao que ela pretende designar (à realidade). Assim, os questionamentos que a fórmula suscita corresponderiam, segundo Krieg-Planque, mais ou menos às não-coincidências do dizer propostas por Authier-Revuz: a não-coincidência interlocutiva, a não-coincidência do discurso consigo mesmo, entre as palavras e as coisas e das palavras consigo mesmas. Estas não-coincidências são, para Krieg-Planque, *índices* de problemas de outra natureza, sócio-histórica, que a fórmula carrega.

Basicamente, para tornar-se fórmula, a própria seqüência ou expressão impõe alguma complicação a seus utilizadores, que se vêem obrigados, em certas circunstâncias, a se desvencilhar de suas significações anteriores. Não se trata de uma propriedade exclusiva das fórmulas, considerando este enunciado em que o modificador “de esquerda” impõe alguma complicação:

Perguntado como se definia politicamente, se era de direita ou esquerda, disse que o conceito ficou obsoleto: “O governo Lula é de esquerda? Acho que não dá para falar isso. Virou uma conveniência eleitoral. Mas, com o significado do passado, eu certamente estaria mais à esquerda que o PT. Política de desenvolvimento virou coisa de esquerda. Falar de política econômica se tornou quase subversivo”.²³²

A fórmula é, portanto, essencialmente dialógica, daí a sua percepção corrente como palavra de outrem. Estas expressões do nosso *corpus* (cf. Parte I), reconhecidas como constituindo uma unidade significativa, na medida em que certas proposições, questões etc. podem ser associadas a elas, podem aparecer na textualidade como discurso de outrem, sob a forma de slogan, *idéés reçues*, palavras de ordem (assim explicitamente categorizadas). A circulação de um significante *comum*, conforme demonstramos, não pressupõe qualquer homogeneização de seus sentidos; ao contrário, por circular (em lugares diversificados), o significante recebe múltiplas significações (complementares e antagonistas), ou seja, os seus sentidos são redefinidos. A fórmula não é estável.

Retomando, segundo Krieg-Planque, a fórmula (como um referente social) detém um valor de descrição de fatos políticos e sociais, e, por isso mesmo, é objeto de polêmicas. Neste sentido, uma fórmula é ao mesmo tempo descrita como referente social e objeto polêmico. É esta divisão essencial que orienta a organização das ocorrências da fórmula purificação étnica estudadas pela autora. O mesmo pode ser proposto acerca do nosso material.

Considerando nossos dados, o debate, em geral, é em relação ao discurso; a discórdia (ou polêmica) se dá porque o “declínio” da política não corresponde à realidade (por exemplo, os acontecimentos mostram que o que há *não* é o fim, *mas* a transformação da política). No caso, o alvo da polêmica, da disputa, é a realidade, a incompatibilidade do referente com a exterioridade. A polêmica também acontece quando se questiona o entendimento equivocado de política (como conceito) que o discurso de “crise” da política pressupõe para se constituir. Este equívoco aparece em análises mais sofisticadas do assunto (o problema, no caso, é a sua historicidade, o seu vínculo com posições político-ideológicas, a *crise* da política só pode ser pensada em função de certa conceituação do

²³² “Serra na hora da decisão”. Revista *Piauí*, n.37, out.2009, p. 40-54. Entrevista.

estado de normalidade da política e da noção de espaço público). Basicamente, este modo de crítica dedica-se a desvelar aquelas que seriam as bases epistemológicas das discursivizações do declínio. Não se trata, no caso, de argumentar a partir da incongruência das constatações e a realidade empírica. Os questionamentos focalizam os princípios teóricos que orientam tais julgamentos e apreciações deliberadamente equivocadas de declínio.

Pode-se falar, na realidade, em dois exercícios distintos da crítica: um, de ordem epistemológica, que irá questionar a constituição do próprio discurso do declínio; e outro que questiona a validade do julgamento, do diagnóstico, denunciando o que seriam interpretações equivocadas, desatentas à complexidade dos fenômenos observados. Contudo, estas duas maneiras de contestação estão, de algum modo, implicadas, na medida em que a incompreensão está fundada em um entendimento purista (ou moderno), conforme apresentamos na Parte I, de conceitos como esfera pública e privada.

Temos, aí, uma boa ilustração do processo de interincompreensão fundado em semânticas divergentes. Assim, a tese circula em discursos que a acolhem e naqueles que a rejeitam, o que evidencia o seu estatuto problemático ou polêmico; há os que questionam (a formação histórica da tese, ancorada no conceito de esfera pública, na dicotomia moderna público x privado, em suma, em conceitos essencialistas ou substancialistas, herdados da modernidade, da emergência do Estado etc.) e os que a denunciam como inverdade (ou compreensão, entendimento imperfeito da realidade). Insiste-se, às vezes, numa certa má vontade com a realidade (em compreendê-la “tal como é/se apresenta”). Critica-se, aqui, a ausência de uma “compreensão empática” (Maffesoli, 2007, p.88): “é preciso saber romper com *a opinião comum* quando ela não está mais sintonizada com a realidade do momento” (p.107). Neste último caso, os efeitos colonizadores da esfera privada sobre a pública são interpretados segundo outra lógica, a leitura se dá em outros registros: no da “transfiguração” da política, a ser celebrada, e no da mutação, a ser constatada, admitida, aceita, compreendida...

Uma das formas de os autores (ou políticos)²³³ ditos representativos do pensamento da “terceira via” polemizarem, ou responderem ao declínio da política, é por meio da substituição de um processo de nomeação falho, inadequado, por outra nomeação apropriada. “Todos nós negamos *a paralisia da vontade política* que aparece na obra de tantos autores que, após a dissolução do socialismo, acreditam não haver mais lugar para programas políticos ativos. O que decorre é mais ou menos o contrário.”²³⁴ Fazem parte do conjunto dos textos que “compreendem” a mutação da política, e rejeitam a tese de declínio como uma interpretação inadequada da realidade.

Para uma análise lingüística deste estilo de discursivização, boas entradas seriam, por exemplo, os modificadores do termo política ou o sintagma nominal de cuja composição participa, às vezes, o modificador “da política”: “*la desacralización de la política*”. Quanto aos índices de polifonia na textualidade, a polêmica é marcada pela negação polêmica²³⁵ e pelo conector “mas”²³⁶. Sintaticamente, temos uma oração na

²³³ Cf. MIQUELETTI, F. (2002). Discurso, tom e caráter: uma análise do ethos tucano. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. (dissertação de mestrado).

²³⁴ Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash, 1997, p.09.

²³⁵ Maingueneau (1997) retoma de Ducrot uma distinção entre dois tipos de negação que considera importante para a AD: a descritiva (na qual o locutor descreve um estado de coisas. O exemplo dado é: “Não há uma nuvem no céu”) e a negação polêmica, que, nos seus termos, “contesta, opõe-se a uma asserção anterior, explícita ou não” (1997:82). Maingueneau refere-se a enunciados do tipo “Este muro não é branco”. O fenômeno da negação em Ducrot constitui um fato de língua, isto é, está inscrito na frase (segundo o autor, diferente do que ocorre com a ironia). Em geral, a idéia é que um enunciado declarativo negativo põe em cena duas vozes (dois enunciadores que sustentam dois pontos de vista distintos). Segundo Ducrot, a maior parte dos enunciados negativos “faz aparecer sua enunciação como choque de duas atitudes antagônicas, uma, positiva, imputada a um enunciador E1, a outra, que é uma recusa da primeira, imputada a E2” (1987:202). Sobre a negação polêmica, Maingueneau diz não haver “rejeição de um locutor, mas de um enunciador mobilizado no discurso, enunciador este que não é o autor de um enunciado realizado. O que é rejeitado é construído no interior da própria enunciação que o contesta” (1997:84). A propósito dos enunciados extraídos do discurso presidencial da 3ª. República Brasileira (1964-1984), Indursky (1990) propôs, à luz da AD, distinguir as negações em “negação polêmica” e “denegação”; na primeira, cujos exemplos fornecidos são: “Revolução, em verdade, e não golpe de Estado...”; “Revolução, e não motim militar”. Nestes enunciados, confrontam-se dois pontos de vista incompatíveis, produzidos por enunciadores antagônicos. Segundo Indursky, “a negação estabelece o conflito entre duas posições de sujeito divergentes por estarem afetadas por FD antagônicas, de tal sorte que aquilo que significa golpe de Estado, motim, para uma, é Revolução, para a outra. E, sendo antagônicas, a relação que se estabelece entre os sujeitos por elas afetados também o é, instaurando-se, por conseguinte, uma relação polêmica, responsável pelo que Maingueneau (1989, p.119-121) denomina de interincompreensão, decorrente do confronto entre dois sujeitos cujo discurso se situa em duas redes discursivas simétricas e antagônicas (Courtine, 1981). Tal simetria impede que haja comunicação entre ambas, restando-lhes apenas o recurso à polêmica que repudia e refuta o saber diverso” (Indursky, 1990:119). A denegação, por sua vez, pressupõe a deriva do sujeito, que, devido às circunstâncias, se confronta com enunciados oriundos de sua própria formação discursiva, “a negação incide sobre um elemento de saber

negativa (introduz o que o outro diz) conectada a outra por meio da conjunção “mas”, que introduz a visão assumida pelo enunciador. Outro recurso são as perguntas retóricas (que instigam a uma “reflexão”): “*Lo que solemos lamentar como una sociedad despolitizada, ¿no será más bien que no corresponde al tipo de liderazgo político al que estábamos acostumbrados, es decir, un liderazgo enfático y jerárquico, tendencialmente poco democrático?*”²³⁷. Esse seu modo dizer concretiza um posicionamento “intermediário” (equilibrado) ou compreensivo da transformação da política, que relativiza, concilia, harmoniza, pondera, reflete sobre os diferentes lados da questão, opondo-se a outros extremados, caracterizados por meio de frases assertivas, taxativas. Observamos, no enunciado a seguir, uma discursivização preocupada em ponderar os ganhos e perdas resultantes da mutação da política; isso se dá por meio de uma estrutura, no nível da sintaxe, que combina orações pela relação de comparação. A retomada por meio de “este diagnóstico” indica que o dito em itálico corresponde ao dizer de outrem.

Por um lado, está se desenvolvendo *um vazio político das instituições*; por outro, *um renascimento não institucional do político*. O sujeito individual retorna às instituições da sociedade. À primeira vista, quase tudo parece argumentar contra isso. *As questões que são discutidas nas arenas políticas – ou, poder-se-ia ficar tentado a dizer, cujos antagonismos são ali estimulados – raramente ainda oferecem quaisquer explosivos que possam produzir lampejos do político. Sendo assim, está se tornando cada vez menos possível extrair decisões da superestrutura corporativista e político-partidária. Inversamente, as organizações dos partidos, os sindicatos e grupos de interesses similares fazem uso de inúmeras questões livremente disponíveis para martelar juntos os pré-requisitos programáticos para a continuação de sua existência. Interna e externamente, pelo menos assim parece, o político está perdendo sua polarização e também sua qualidade utópica, criativa.* Em minha opinião, este diagnóstico se apóia em um erro de categoria, a equação entre política e Estado, entre política e o sistema político; a correção desse erro não priva o diagnóstico de seus elementos verdadeiros, mas apesar disso transforma-o em seu oposto. As pessoas esperam encontrar a política nas arenas a ela designadas, e executada pelos agentes devidamente autorizados: parlamento, partidos políticos, sindicatos, etc. Se os relógios da política param aqui; desse ponto de vista, o político como um todo parou de funcionar.²³⁸

próprio à FD que afeta do sujeito do discurso” (Indursky, 1990:120). “O processo de denegação dá-se no interior da rede discursiva em que está inserido o enunciado negativo. Dito em outras palavras: o sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD” (Indursky, 1990:121).

²³⁶ O conector “mas”, nestas ocorrências, em geral, expõe a presença de dois pontos de vista distintos; ao mesmo tempo, refuta e retifica o dizer de outrem.

²³⁷ Daniel Innerarity. Elogio de la desconfianza. **El País**, Opinión, 02 jan. 2008.

²³⁸ Beck, 1997, p.29

Outro aspecto característico seu é a preocupação (expressa por intermédio da modalização autonímica) em *explicar, explicitar, em dizer, e dizer de novo, em outros termos*, o que mostra um esforço tanto para que os “outros” possam compreender o que está acontecendo (a realidade), como para se desvencilhar de *outro* sentido (do passado, caduco) e se comprometer com um novo, mas sem se deixar confundir com as discursividades otimistas e pouco reflexivas.

Em outras palavras, o político invade e irrompe *além* das responsabilidades e hierarquias formais. *Isso é mal compreendido*, particularmente, por aqueles que claramente comparam a política com o Estado, com o sistema político, com as responsabilidades formais e com as carreiras políticas de tempo integral. Um “conceito expressionista de política”, ambivalente e de muitos níveis (Jürgen Habermas), que nos permite posicionar a forma social e a política como mutuamente variáveis, está sendo introduzido aqui por uma razão muito simples. Porque abre a possibilidade de pensar aquilo que cada vez mais enfrentamos hoje em dia: *a constelação política da sociedade industrial está se tornando não política*, enquanto o que era não político no industrialismo está se tornando político. *Esta é uma transformação de categoria do político* sem mudanças de instituições e com elites de poder intactas que não foram substituídas por novas. Assim, procuramos o político no lugar errado, nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais.²³⁹

Nestes enunciados, as expressões (destacadas em itálico) ora demarcadas, ora não demarcadas, freqüentam as discursivizações concorrentes (pressupõe-se, aqui, a existência de duas vozes).

As formas de envolvimento político, protesto e retirada misturam-se em uma ambivalência que desafia as velhas categorias de clareza política. Desse modo, *a individualização dos conflitos e dos interesses políticos não significa desengajamento, “democracia de pesquisa de opinião” e esgotamento da política.*²⁴⁰

Subpolítica, então, significa moldar a sociedade de baixo para cima. *Visto de cima*, isto resulta na *perda do poder de implementação*, no *encolhimento* e na *minimização da política.*²⁴¹

O que parecia ser “*uma retirada não política à vida privada*”, “*nova introjeção*” ou “*cuidado das feridas emocionais*” da antiga visão da política pode, quando visto do ângulo oposto, representar a luta por uma nova dimensão do político.²⁴²

Aqui, as palavras de outrem são mantidas a distância, por meio do emprego das aspas. Destaca-se o modificador “antiga”, que estabelece uma relação de comparação, e pressupõe a existência de uma nova visão que substituiu a anterior.

²³⁹ Beck, 1997, p.30

²⁴⁰ Ibid., p.33

²⁴¹ Ibid., p.35

²⁴² Ibid., p.32

El desinterés [por la política] es también una forma respetable de opinar o decidir, y no necesariamente una falta de compromiso político.²⁴³

*Lo que ha agotado no es la política, sino una determinada forma de la política, en concreto la que corresponde a la era de la sociedad delimitada territorialmente e integrada políticamente.*²⁴⁴

*Aunque carezca de las posibilidades que ofrece una intervención autoritaria, esta política no es ni débil ni inoperante. Todo lo contrario...*²⁴⁵

Así pues, *el actual cansancio político no surge de un desinterés por el bien público sino de la desesperanza de poder hacer algo con la política tradicional.*²⁴⁶

a apatia não é um defeito de socialização, mas, sim, uma nova socialização suave e “econômica”, uma descontração necessária ao funcionamento do capitalismo moderno enquanto sistema experimental acelerado e sistemático.²⁴⁷

*El debilitamiento de los grandes proyectos ideológicos ha situado en primer plano la cuestión del estilo político. Cuando las diferencias ideológicas se atenúan, las preferencias de los electores terminan fraguando por relación con la manera de hacer la política, cuya forma acaba siendo prioritaria frente a cualquier contenido. El aspecto más banalizante de esta transformación lo constituye la tendencia a formular sus elecciones a partir de criterios “estéticos”: la simpatía, la proximidad, incluso el modo de hablar o vestir, es decir, en la dimensión de la representación, que tiene una importancia central en un momento en que la política consiste fundamentalmente en escenificar y gobernar es parecer (...). Pero el estilo en política tiene otra dimensión que merece ser tomada en serio: cuando el estilo es más talante que cosmética. Hay momentos en que la forma anuncia un contenido...*²⁴⁸

*No estamos ante la muerte de la política sino en medio de una transformación que nos obliga a concebirla y practicarla de otra manera;*²⁴⁹

Desse modo, a individualização dos conflitos e dos interesses políticos não significa desengajamento, “democracia de pesquisa de opinião” e esgotamento da política.²⁵⁰

*Muchos se atrincheran, se conforman y murmuran mientras pasan el rosario de los posmodernos (fin de la política, fin de la historia...); entretanto, a su alrededor vuelve a irrumpir lo político. Pero precisamente en el sentido de una nueva idea de lo político que cabe reconocer, comprender y ensayar.*²⁵¹

²⁴³ Daniel Innerarity. Elogio de la desconfianza. **El País**, Opinión, 02 jan. 2008.

²⁴⁴ Innerarity, 2002, p.145

²⁴⁵ Ibid., p.168

²⁴⁶ Ibid., p.11

²⁴⁷ Lipovetsky, 2005, p.25

²⁴⁸ Daniel Innerarity. Cuestión de estilo. **El País**, Opinión, 29 mar. 2004.

²⁴⁹ Daniel Innerarity. Elogio de la desconfianza. **El País**, Opinión, 02 jan. 2008.

²⁵⁰ Beck, 1997, p.33

²⁵¹ Ulrich Beck. Una nueva izquierda. **El País**, Opinión, 17 nov. 2006.

*Mais ce dont il nous faut en réalité fair le deuil, ce n'est pas la politique. C'est une certaine idée, récurrente, de la politique et don la métaphore du dépérissement n'est au fond, à travers se multiples variantes, qu'une illustration exemplaire.*²⁵²

O mecanismo é interessante. Não se trata de subversão ativa contra o sistema, de batalha frontal ou parlamentar, como ensinaram e praticaram os revolucionários ou os reformistas de todas as cores, mas antes de uma série de escapatórias, de pequenas astúcias que tornam a vida suportável. Aceitam-se as diversas injunções das instituições – econômicas, políticas, sociais, morais, religiosas -, mas cada um o faz do seu jeito.²⁵³

não é ao fim da política que estamos assistindo, mas à sua *recomposição democrática num plano superior*.²⁵⁴

Não que seja o caso de falar em “despolitização”; os partidos políticos e as eleições ainda “interessam” aos cidadãos, porém na mesma medida (e talvez até menos) que a loteria, a previsão do tempo para o fim de semana ou os resultados esportivos.²⁵⁵

Em resumo: nos termos de Krieg-Planque, uma fórmula corresponde a “uma unidade que significa alguma coisa – mas não a mesma coisa – para todos, ao mesmo tempo em que se torna objeto de polêmicas”²⁵⁶. “Dizer das fórmulas que elas circulam é dizer que as pessoas falam delas, que seus lugares de surgimento se diversificam, que elas se tornam objeto de debate”²⁵⁷. É neste sentido que a fórmula é um referente social: “O que caracteriza a fórmula como referente social não é que ela seja unanimidade (já que, bem ao contrário, ela não produz consenso), mas é que ela representa, num momento dado, uma passagem obrigatória”²⁵⁸. Em algum momento, todos sabem ou têm alguma idéia do que ela significa, o que não quer dizer que condensa uma massa de formulações semânticas equivalentes, mas que estas formas se impõem a todos com sentidos determinados pelos outros.

²⁵² Revault D'Allonnes, 1999, p.323

²⁵³ Maffesoli, 2005, p.94

²⁵⁴ Tarso Genro. O fim da política. **Folha de S.Paulo**, 03 set. 2006.

²⁵⁵ Lipovetsky, 2005, p.22

²⁵⁶ Entrevista realizada por Philippe Schepens com Alice Krieg-Planque em 2006. A tradução foi publicada na Revista eletrônica **Linguasagem**, n.6, mar.2009. Disponível em: <http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista.php>

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ Ibid.

Não podemos afirmar se é este o caso do observatório do debate sobre o estado atual da política que constituímos para investigar. Entrar ou participar do debate sobre a mutação da política, na posição de crítico, pressupõe ou obriga (talvez, não explicitamente) a tomar partido, posicionar-se em relação à tese do declínio propriamente, para, eventualmente, defender-se da acusação de mobilizar um lugar-comum, de ser conservador, essencialista, moderno etc. Não reunimos dados suficientemente amplos para dizer se exercer a crítica nestes moldes cria esta obrigação de defender-se de acusações de conservadorismo, de se posicionar em relação à tese propriamente dita.

Considerar o tratamento do corpus segundo uma teoria sobre as fórmulas deve-se muito ao fato de alguns comentadores qualificarem certas discursivizações contemporâneas sobre a mutação da política como *clichê*, *lugar-comum*, *idées reçues* (eco da crítica à modernidade). Antes de tratar estes rótulos em termos de interincompreensão (simulacros), propusemos ver se faziam algum outro sentido: no modo típico como as discursivizações críticas se apropriam dos enunciados e expressões identificados ao “declínio” da política.

No caso do estudo de Krieg-Planque (2003), a expressão “purificação étnica” participa dos discursos midiáticos sobre as guerras iugoslavas nos anos 90. A analista qualifica “purificação étnica” com fórmula porque a expressão funciona como tal interior do discurso midiático (conforme os critérios ou as propriedades que definem uma fórmula). Aqui, consideramos alguns destes critérios propostos pela autora, mas também nos apoiamos em outro índice, menos técnico, sem referência a uma metalinguagem científica. Isso quer dizer que agimos como Faye em seu estudo da fórmula “Estado total”. De acordo com Krieg-Planque, Faye escolhe o termo fórmula para se referir à expressão simplesmente pelo fato de outros autores (Carl Schmitt) a qualificarem assim. Krieg-Planque diz em entrevista à revista *Semen*²⁵⁹ que também poderia ter agido assim, evocado o fato de que comentadores das guerras iugoslavas qualificam a expressão “purificação étnica” como uma fórmula.

Queremos assim deixar claro que não assumimos o compromisso de replicar estritamente os métodos e as posições teóricas e conceitos de Krieg-Planque (até mesmo

²⁵⁹ Cf. <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista.php>

porque nosso *corpus* estava constituído quando tivemos os primeiros contatos com os seus textos). O estabelecimento do nosso *corpus* propicia a investigação do percurso de uma questão, um conceito, de uma idéia, uma tese, um discurso, enfim, apreendido na materialidade discursiva por meio de certas expressões, proposições...

Se, desde o início, a decisão fosse a de estudar a circulação de uma fórmula, a construção do *corpus* seria mais criteriosa, mais restritiva, atenta em mostrar as propriedades definidoras da fórmula, com a adoção de procedimentos mais propícios à investigação do percurso típico, *esperado*, de uma fórmula. Um *corpus* com função estratégica – ou dados rentáveis (Possenti, 2004) – nos traria, sem dúvida, mais segurança científica. Teríamos construído um *corpus* privilegiado para definir melhor o nosso objeto de investigação (do ponto de vista da forma, uma expressão relativamente estável, uma unidade lexical que cristaliza uma questão ou um tema político e com funcionamento polêmico etc.).

Não somente não construímos um *corpus* suscetível de manifestar ocorrências de uma fórmula (partindo de uma expressão definida previamente), como também não formulamos, desde o início, a hipótese de que uma expressão (o fim, o esquecimento, o declínio da política) pudesse funcionar como fórmula num debate público. Desde o início, lidamos com algo menos material ou palpável, com uma temática, uma idéia, uma tese, categorias que não têm compromisso estrito com qualquer estabilidade formal ou cristalização significativa. Tampouco nos preocupamos com as diversas possibilidades abertas por um *corpus* (como o de Krieg-Planque) para o manejo dos dados: por exemplo, observar a frequência da fórmula (e suas variantes) em períodos distintos (as aparições fracas, dispersas e as em que as ocorrências se intensificam). Esta conduta de observação das frequências, no caso de Krieg-Planque, a fez identificar a existência de uma protofórmula, a gênese propriamente da fórmula. Também possibilitou ver que a elevação da frequência da fórmula está ligada à “acontecimentalidade midiática”.

Krieg-Planque também considerou as fórmulas “no detalhe”, observando suas variantes, percebendo a hierarquia entre elas (pela contagem das ocorrências). Identificou, assim, três variantes prototípicas (*purificação étnica*, *limpeza étnica* e *depuração étnica*), e, dentre elas, a expressão “purificação étnica” é a mais frequente. Estudou a data em que

algumas variantes apareceram pela primeira vez – estabelecendo uma relação das fórmulas com os acontecimentos extradiscursivos. Concluiu que a profusão da fórmula nestes momentos (no relato de determinados eventos da guerra) a torna passagem obrigatória na narrativa midiática da guerra (ela se impõe aos comentadores do conflito). A autora também se interessou pela circulação da fórmula fora do quadro do conflito iugoslavo (a que outros tipos de acontecimento já se referiu). Por meio desta organização dos dados (observação de frequência, contagem de ocorrências etc.), Krieg-Planque mostra o funcionamento da fórmula como *nome próprio de um acontecimento*, como *nova categoria denominativa*. Krieg-Planque também “separa”, para análises mais finas, os usos opacificados ou opacos (problemáticos) da fórmula, que analisa segundo as categorias de modalização autonímica e heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz. Neste momento da análise, mais no nível do texto, a analista organiza os enunciados em diferentes categorias metadiscursivas de descrição (a fórmula como acontecimento de discurso, a fórmula confrontada à pluralidade de expressões, a fórmula e sua dinâmica de significação, a fórmula confrontada a um exterior discursivo, à nomeação do real...).

Krieg-Planque propõe, assim, uma noção de fórmula bem menos ampla, ou tecnicamente mais restritiva do que o usual.

Em um momento do debate público, uma seqüência verbal, formalmente demarcável e relativamente estável do ponto de vista da descrição lingüística que se pode fazer dela, põe-se a funcionar nos discursos produzidos no espaço público como uma seqüência tão partilhada quanto problemática. Empregada em usos públicos que a investem de questões sócio-políticas por vezes contraditórias, essa seqüência conhece então um regime discursivo que faz dela uma *fórmula*: um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público. (KRIEG-PLANQUE, 2003, p. 14)²⁶⁰

Em geral, no uso cotidiano, e mesmo em domínios especializados, a expressão fórmula abarca fenômenos (ou gêneros) muito distintos. Textos curtos com um

²⁶⁰ Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista.php>

funcionamento sócio-comunicativo relativamente parecido costumam ser classificados como fórmulas. Apesar de trabalharmos aqui com conceituações heterogêneas de fórmula, o caminho metodológico escolhido por Krieg-Planque nos interessou porque a autora concentra sua atenção no fenômeno da circulação discursiva; é menos relevante investigar a sua produção (identificar ou caracterizar o funcionamento de um campo, ou tipo discursivo, um posicionamento, os gêneros discursivos que investe etc.). Não que estes conceitos ou informações não sejam considerados em suas análises em algum momento, apenas ocupam um espaço lateral. Não há necessidade de estudos exaustivos sobre o funcionamento do campo e do discurso jornalístico, sobre os gêneros do discurso (editorial, reportagem, coluna de opinião etc.), sobre a orientação político-ideológica dos jornais, sua identificação a governo, oposição, esquerda, direita... Todos esses elementos estão evidentemente presentes (há referências genéricas a eles nas análises), mas não constituem o objetivo do trabalho, logo não estão desenvolvidos; do ponto de vista metodológico da investigação, ocupam um segundo plano. Deslocado o interesse para a idéia de circulação, a feição do trabalho, em termos metodológicos, é completamente outra. Considerar a circulação de uma expressão ou de uma tese (objeto muito diferente) exige atentar para as transformações (de forma, sentidos, conteúdos) da expressão ou da tese ou idéia em relação aos diferentes lugares discursivos onde circula; de modo geral, é destacar o heterogêneo sem a preocupação com a restituição de uma unidade.

Consideradas as diferenças evidentes de nossa proposta e da de Krieg-Planque, dois aspectos de seu trabalho se mostram essenciais, ou no mínimo produtivos, para avançarmos no nosso.

Vamos, na seqüência, comentar os dois. Assim como acontece com Krieg-Planque, não estamos lidando aqui com fatos, mas com textos, narrativas, relatos, comentários. Não somos nós, como analistas, apoiados em pesquisas históricas ou sociológicas, que associamos a emergência discursiva da “crise” da política, no sentido de declínio, a determinados acontecimentos (são os textos que o fazem e que reconstroem, ou constroem, o debate histórico em torno do discurso e os seus julgamentos como reacionário, conservador, saudosista, nostálgico etc.). A história deste debate é uma narrativa de cuja construção participam, em momentos diversos, textos, tipos e gêneros de discurso e

posicionamentos heterogêneos. São estes discursos que constroem o debate nos termos que o apreendemos.

Esta heterogeneidade nos leva à segunda observação pertinente de Krieg-Planque sobre as fórmulas: o fato de certas fórmulas ou expressões, como “desenvolvimento durável”, amalgamarem objetos (referentes) notadamente distintos.

Um tal “ideologema” só pode encorajar os contradiscursos que, de fato, não cessam de ser enunciados através de discursos que preconizam “decrecimento” (“decrecimento” simplesmente ou “decrecimento sustentável” ou “decrecimento durável” ou “decrecimento equitativo”...). Dispomos, aqui, de uma ilustração gloriosa do dialogismo: o discurso sobre o “desenvolvimento sustentável” se representa como uma reação (mas uma reação de certo modo “progressista” ou, pelo menos, “progressiva”) ao que seriam os “excessos”, os “defeitos”, os “efeitos perversos” do modelo socioeconômico dominante do “crescimento”; quanto ao discurso sobre o “decrecimento” – cujos partidários identificaram quanto do “desenvolvimento durável” se poderia (re)passar, via “crescimento durável”, às formas do “crescimento industrial” e do “crescimento econômico” – se dá a ver como contradiscurso. Todos dois, o discurso do “desenvolvimento durável” e o discurso do “decrecimento”, pretendem muito seriamente salvar o mundo, o homem e o planeta. Temos aí dois vigorosos polos ideológicos encarnados em unidades lexicais elaboradas dialogicamente. Esse nebuloso conjunto de fórmulas e o modo como ele ilustra a noção de “contradiscurso” são fascinantes de estudar, com recurso a *corpora* bem abertos e diversificados.²⁶¹

Desde o início, nosso objetivo no enfrentamento com o corpus foi garantir a visibilidade destes polos ideológicos distintos que os mesmos significantes freqüentam. Krieg-Planque evoca um conjunto de fórmulas (globalização, desenvolvimento sustentável etc.) que, segundo ela, exigem análises mais aprofundadas (ao lado de outros trabalhos em sociologia, história), pois se trata de objetos compartilhados com outros domínios de saber. Segundo Krieg-Planque, é fascinante tal constatação, assim como o trabalho de coleta das formulações, dos referentes que os locutores visam com essas expressões (Cf. Parte I).

A partir desta reflexão de Krieg-Planque podemos sustentar que as “nossas” formas linguísticas não poderiam ser apreendidas como “fórmulas” sem que nos déssemos conta

²⁶¹ Cf. <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista.php>

destas análises mais aprofundadas sobre o tema do declínio da política realizadas em outros domínios de saber.

Quando ainda não fazíamos “AD do lado da Ciência Política”, e ainda lidávamos com as noções de campos e posicionamentos discursivos, chegamos a propor que estas discursivizações que constatarem o declínio da política freqüentavam polos ideológicos distintos. Um destes polos seria também um tipo de reação progressista, ainda que os seus prognósticos críticos admitissem o *desaparecimento* ou a *despolitização* da política. A propósito deste discurso, chegamos a falar em *pequena resistência discursiva*, porque se tratava de reconhecer *vozes críticas* à condição atual de fazer política, em meio a outras vozes conformadas ou entusiasmadas. Posteriormente, quando confrontados com o conhecimento instituído em outro domínio, todas estas vozes foram agrupadas numa única categoria, a visão substancialista de política (ou politicista). Ou seja, *o discurso nostálgico de certa tendência de esquerda* não constituía um contradiscurso, uma crítica ou reação *radical*, mas se desenvolvia na esteira da crítica à modernidade. O nosso *corpus* não foi amplo e diversificado o suficiente para reunir outros posicionamentos teóricos que, no campo da Ciência Política, representam (ou se representam) como contradiscursos ou como uma forma de crítica mais radical.

Fórmulas ou slogans ideológicos?

O slogan faz parte da família das *participações de grupos*, de acordo com Maingueneau (2006a), mais especificamente das *participações militantes*, que também incluem os gritos de guerra, os hinos dos torcedores. As *participações militantes* caracterizam-se por serem produzidas por “enunciador coletivo”, dividido em três entidades distintas, o indivíduo empírico que faz parte do grupo, o ator coletivo ou o grupo, entidade institucional à qual é atribuído o ponto de vista (um partido, uma associação, um grupo de manifestantes) e o hiperenunciador, a entidade transcendente que “funda” os pontos de vista expressos pelos atores (“a Esquerda”, “a Liberdade”, “os Democratas” etc.).

Considerando este quadro, Maingueneau trata do slogan político ou militante nos seguintes termos:

O slogan, a exemplo do provérbio, só pode ser repetido. O slogan se caracteriza como duplamente repetível: ele reclama um lugar de participação (cartaz, panfleto, o mesmo slogan em diferentes suportes); além disso, ele é indefinidamente repetido por aqueles que lhe dão destaque. Ele implica um ethos apropriado (...) a enunciação do slogan militante implica a existência de um exterior hostil ou indiferente frente ao qual se afirma o grupo. Neste caso, está-se em relação com um NÓS que supõe algo complementar, geralmente um concorrente no mesmo domínio. (MAINGUENEAU, 2006a, p.102)²⁶²

Uma de nossas hipóteses, nas análises, é que o pensamento do outro apareça no discurso resumido em fórmulas, correspondentes às expressões que designam os temas do recuo ou do refluxo do político. Estas expressões podem circular e funcionar como fórmulas, dado o seu caráter conciso, de resumir uma perspectiva, um ponto de vista, um posicionamento, um conjunto de enunciados. Em relação a certas propriedades, a noção de fórmula de Krieg-Planque (2009) aproxima-se do slogan ideológico de Reboul (1975).

O exemplo de Reboul sobre “pensar por meio de slogans” (p. 40), referindo-se à expressão “o livre crescimento da criança”²⁶³, pode embasar nossas especulações a respeito de determinadas formas lingüísticas (as formas nominais e sentenciosas) funcionarem como slogans ideológicos.

O slogan tem a pretensão a uma verdade sumária, ou seja, sua verdade não é jamais totalmente fundamentada – o é “sumariamente”. O slogan, segundo Reboul, é “essencialmente polêmico”: nos conflitos políticos ou confrontos ideológicos, “o slogan é sempre aquilo que atalha qualquer crítica e qualquer diálogo; permanece aquilo que foi desde o começo: o grito de guerra de um clã” (1975, p.43). Outro traço distintivo seu é dissimular a sua natureza de slogan (apresentar-se como um adágio). Segundo Reboul, são basicamente três as propriedades que explicam a natureza do slogan: o caráter vago ou

²⁶² Este para ser o caso da afirmação de “centralidade da política”, que reagiria a um “exterior hostil” que afirma o contrário.

²⁶³ “Ouvem-se hoje respeitáveis pedagogos preconizar *o livre crescimento da criança*; seria preciso lembrar-lhes que estão utilizando uma metáfora sabe-se lá quão discutível, pois ela deporta um termo biológico (“crescer”) para o domínio menos natural e mais cultural que existe, o da educação? Não estou dizendo que o seu pensamento seja falso, estou dizendo que estão pensando por slogan” (Reboul, 1975, p.40).

“sumário” (a concisão, a brevidade) – traço essencial do slogan – o caráter tendencioso ou polêmico, e a autodissimulação²⁶⁴.

Compreende-se agora porque o termo é pejorativo. Das cinco razões invocadas no começo deste capítulo, as três primeiras – a repetição, o matraquear psicológico, o conteúdo passional – não explicam todos os slogans, diria até, a essência do slogan. Em compensação, podemos concluir que as duas últimas razões – o caráter vago, ou melhor, “sumário”, e o caráter tendencioso, ou melhor, “polêmico” – explicam perfeitamente a essência do slogan, desde que acrescentemos um terceiro traço distintivo: a autodissimulação. Em resumo, pode-se responder assim à questão deste capítulo: se a palavra slogan é pejorativa é porque aquilo que ela designa é necessariamente uma fórmula sumária, polêmica, autodissimuladora. (REBOUL, 1975, p.43)

Reboul distingue alguns tipos de slogan-argumentos que *mostram* aquilo que propõem. São quatro: o slogan-constatação enuncia um fato; e a constatação pode ser sumária e tendenciosa, o que faz dela um slogan. São exemplos de afirmação sumária (afirmação de um fato) os enunciados supostamente científicos ou qualquer outra expressão com aparência de constatação, evidência (*os fatos não mentem; A pilha Wonder só se gasta quando é usada; as enzimas gulosas; Giscard d'Estaing, um verdadeiro presidente*). Os outros tipos são: slogan-contrato (*Satisfação garantida ou seu dinheiro de volta*), onde o principal não se menciona: o prazo para o reembolso; o slogan-chantagem (*De Gaulle ou o caos*), quando não existe outra alternativa. Segundo Reboul, “o papel do slogan é não deixar senão uma única “escolha”, o que significa ausência de escolha” (p.72); por último, o slogan-manifesto, “um slogan que tende a criar a existência daquilo que afirma com o simples fato de afirmá-lo” (p.72). A afirmação deve agir como se refletisse uma verdade

²⁶⁴Em relação ao terceiro traço distintivo de qualquer slogan, a autodissimulação, os slogans nacionalistas ou belicistas dissimulam a sua natureza de slogan: “O mundo livre é uma expressão respeitável, cujo sentido aparente nada tem de polêmico. Repousa, porém, numa petição de princípio duplamente perigosa: 1) o mundo ocidental é “verdadeiramente” livre; 2) ele é o “único” que é livre, o do lado de lá é “escravo”. Seu impacto real está portanto em justificar uma política repressiva “at home” – já que toda mudança pode ser um atentado contra a “liberdade” – e agressiva “abroad”, impelindo, senão à guerra, pelo menos à “sufocação” do poder comunista. O mundo livre foi o slogan da guerra fria. Um slogan que rachava o mundo em dois: no Ocidente, a luz; no Oriente, as trevas. Mas o contra-slogan, que consistia em colocar “livre” entre aspas, não era menos maniqueísta já que se limitava a negar todas as liberdades, limitadas mas reais, do mundo ocidental. Dogmático, maniqueísta, autodissimulador, o slogan nacionalista ou belicista é mais “slogan” que os do comércio ou da política” (REBOUL, 1975, p.104-105).

exterior ao próprio fato de afirmar, por exemplo, quando se diz: *Este livro é um best-seller* (eu o digo porque é verdade).

Reboul (1975) considera o subtipo *slogan ideológico* “bem mais específico” e “bem mais slogan” (p.98), e propõe defini-lo considerando três traços específicos: o primeiro é a espontaneidade, no sentido de que não é uma criação artificial de um partido ou de uma agência de publicidade, “exprime e resume a opinião de uma coletividade” (p.98). O segundo traço é a duração: o slogan ideológico é recorrente, ultrapassando as circunstâncias que o provocaram. A terceira característica, no que se refere ao seu impacto ou alcance, é justificar a prática de um grupo, por isso os slogans ideológicos constituem fórmulas vazias (de sentido) quando desvinculadas de um contexto social determinado: “dois slogans que dividiam a França em 1955: *Argélia francesa e Paz na Argélia*; a nível de seu sentido explícito, nada tinham de inconciliável; mas as práticas que justificam o eram; admitir o primeiro era aceitar a guerra e todos os seus horrores; admitir o segundo era resignar-se a abandonar a Argélia” (p.103).

O alcance do slogan ideológico é diferente: pode suscitar atos bastante diversos, mas que, juntos, constituem a prática durável de um grupo social. Eis por que o liame entre o enunciado e seu impacto é ainda menos claro aqui do que nos outros slogans. Clichês atuais como *A qualidade da vida* ou *Por uma nova sociedade* querem dizer tanta coisa que acabam não significando grande coisa, salvo em circunstâncias bem precisas. Aqui ainda, aqui sobretudo, o alcance real do slogan não é seu sentido literal, mas seu poder de incitação recorrente num contexto social determinado. (...) O impacto consiste, em todos os casos, em justificar a prática de um grupo social, em provocar as emoções e as paixões que a sustentam e, sobretudo, em cortar a palavra aos que a contestam. (REBOUL, 1975, p.99)

Reboul procura assim mostrar “a natureza de slogan” de certas expressões que nos parecem naturais ou evidentes. O autor conclui que as fórmulas ideológicas que examina no tópico “Slogans nacionalistas” (*O Marrocos para os marroquinos, o protestante é rígido*, entre outras) cumprem os requisitos ou preenchem as condições do slogan: são asserções sumárias, dogmáticas, representam *falas sem réplicas* (a interdição de réplica aparece como efeito do emprego do artigo definido).

Pode-se resumir, assim, a concepção de Reboul dos slogans ideológicos: justificam determinadas práticas sociais, são ambíguos (ou simplesmente heterogêneos), quando

desconectados de circunstâncias e grupos específicos, e dogmáticos, no sentido de “exclusividade” (por não admitir, do ponto de vista da forma, a possibilidade de dissensão).

Reboul também comenta alguns slogans ideológicos no discurso pedagógico. O slogan como proposição geral “contida” sumariza um conjunto de proposições particulares (diversas, e até contraditórias) – digamos ainda que essa seja a função de toda fórmula. Oferece um conjunto de exemplos de slogans que chama de pedagógicos ou educacionais, que condensam, numa expressão única, diferentes proposições (o discurso pedagógico estaria repleto de slogans, fórmulas de autor, que se tornaram “verdades”). Segundo Reboul, *more democracy in the classroom* pode significar: “*Levar os alunos a participar da elaboração dos programas e dos cursos*”; “*Dar a todos a mesma instrução*”; “*Instruir cada um conforme suas capacidades*” (p.105). O slogan *Produce students who think* [formar alunos que pensam] pode significar: “*Retornar às matérias fundamentais*” (*latim, geometria, etc.*); “*Estudar a fundo os problemas sociais mais escaldantes*” (p.106). Segundo Reboul, a frase “*É uma questão de educação*” é um slogan (heterogeneidade referencial): “Trata-se de limpeza dos ambientes, de poluição, de participação eleitoral, de espírito cívico, de compreensão entre os povos, de anti-racismo, de qualidade da vida, é sempre e em todo lugar uma questão de educação” (p.148). Outro exemplo:

A escola na vida é, sem dúvida, o mais popular dos slogans pedagógicos e o mais perigoso. Como não poderia deixar de acontecer, apóia-se num consenso e não se poderia recusá-lo sem passar por um fóssil ou por imbecil. Mas (princípio da polissemia), *na vida* significa tanta coisa que justifica práticas as mais opostas. Conforme o caso, ter-se-á: 1) Uma escola “prática”, que prepara para a vida profissional, em lugar de oferecer um saber teórico. 2) Uma escola “aberta” para o meio, onde os alunos participam dos trabalhos do campo e da usina, onde os pais assistem às aulas. 3) Uma escola “politizada” que alimenta o ensino com reivindicações econômicas, sociais, sexuais mesmo, do meio; uma greve poderá servir, assim, de assunto para as redações, para os problemas, para os desenhos, etc. 4) Uma escola “viva” que promove atividades negligenciadas pelo ensino tradicional, como jogos, trabalhos manuais, enquetes, cooperativas, etc. Eu não estou contestando nenhuma dessas aplicações; estou contestando o slogan, tão sedutor quanto ambíguo. (REBOUL, 1975, p.107)

O slogan constitui uma expressão sem réplica. O mau ou o contra-slogan é o que permite réplica, aquele cujo “fechamento” é insuficiente. Reboul define o anti-slogan como

aquele que faz pensar, como aquele que se opõe a qualquer outro slogan. Dá como exemplos: *Black is beautiful* e *Somos todos judeus alemães*. Portanto, o anti-slogan, segundo Reboul, é aquele que “caminha contra a corrente” (p.136), que se opõe “ao isso é natural do slogan” (p.136).

Por fim, Reboul oferece a sua definição mais completa de slogan:

Daí, a tese central deste livro: os verdadeiros slogans são ideológicos. Sua espontaneidade, sua recorrência, o fato de justificarem a prática duradoura de uma coletividade não atenuam a sua virulência, pelo contrário. São verdadeiros slogans: não apenas sumários, mas dogmáticos: pois se tomam espontaneamente como princípios ou provas; não apenas polêmicos, mas maniqueístas; não apenas dissimuladores, mas aptos a dissimularem-se a si mesmo. O slogan ideológico é o “prêt-à-penser” que, mesmo sendo verdadeiro, destrói em nós as condições da verdade; que impede ao pensamento voltar-se para si mesmo, duvidar, refletir, dialogar. E no combate das ideologias, o slogan é, mais do que em qualquer outro lugar, aquilo que sempre foi: *o grito de guerra* de um clã. (REBOUL, 1975, p.153) (grifos nossos)

Vamos considerar que as expressões e formulações destacadas nos enunciados (Cf. Parte I) funcionem (circulem) como fórmulas em sentido amplo, ou seja, segundo definições pouco ortodoxas, reúnam pelo menos alguns destes traços lingüísticos, funcionais, discursivos socialmente reconhecidos no gênero fórmula, para então analisar como elas efetivamente “ocorrem” em alguns enunciados, como são apreendidas, evocadas, integradas no fio do discurso. Como a sua enunciação (a enunciação de uma fórmula) é representada no discurso

Antes de analisar alguns enunciados, vamos apresentar conceitualmente algumas marcas lingüísticas em que apoiamos o nosso trabalho interpretativo. O que pretendemos apreender na prática por intermédio destes conceitos (slogans, fórmulas) é o trabalho do enunciador sobre as palavras de outrem.

Naqueles enunciados onde os significantes que acompanhamos ocorrem, observamos o que a Lingüística Textual denomina de “rótulos”, que encapsulam o “conteúdo” de segmento textual, nomeando-o segundo formas que classificam ou categorizam certo tipo de atitude ou ação atribuída ao enunciador ou o discurso (por exemplo, o que fulano disse corresponde a um slogan, a uma palavra de ordem).

Comentamos a seleção dos verbos comumente usados nestes textos para introduzir ou relatar o discurso de outrem. Destacamos os verbos *dicendi* que funcionam ao mesmo tempo como um comentário, ao indicar (ou avaliar) o tom ou o ânimo com que a proposição seria prototipicamente enunciada por seus diferentes locutores. Neste caso, trata-se de considerar, digamos, o caráter performativo de determinados enunciados, que, sob a aparência constativa constroem representações distintas da realidade política contemporânea conforme o tom com que são enunciados.

Para analisar a presença, ou as diferentes formas de integração, assimilação, incorporação, citação destas fórmulas (voz de outrem) na textualidade, consideramos a noção de “aforização”, recentemente proposta por Dominique Maingueneau (2007a) como um regime específico de citação de enunciados “destacados”, além das formas clássicas de citação: discurso direto, indireto e indireto livre, com destaque para as formas menos convencionais (menos marcadas) de integração do outro, quando se interrompe a pretensa unidade da enunciação.

Encadeamentos conceituais

Rótulos metadiscursivos e verbos que introduzem opinião

Primeiramente, destacamos o fenômeno da rotulação, que diz respeito ao “uso de uma forma nominal para categorizar ou recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do co-texto, resumizando-os e encapsulando-os (Conte, 1996)” (Koch, 2007, p.84). Como neste exemplo (Koch, 2002, p.40):

“O que falta é um promoter ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil.” *A bronca* não é de nenhum popstar ou dinossauro do rock que ainda não pisou no país, mas do mineiro Max Cavalera, ex-vocalista do Sepultura e atual líder do Soulfly (FSF, Folhateen, 26/03/01, p.5)

Considerando outro enunciado citado em Koch (2007, p.87), a expressão nominal “esses debates intelectualóides” retoma uma porção anterior do texto que reúne diversas marcas de polifonia (não se trata de citação direta, como no exemplo anterior).

(...) Se a direita defendia seus interesses, a esquerda, como sempre, mergulhava em discussões intermináveis, ótimas para “seminários”, sobre a chamada “via” que os partidos socialistas europeus estavam trilhando: segunda, terceira, quarta, quinta? Blair é um traidor? Jospin é um burguesinho? *Esses debates intelectualóides* impediram que se enxergasse outro fato histórico, certamente o nascedouro do Consenso de Berlim, ou o começo do fim do neoliberalismo. (Aloysio Biondi, Fim do neoliberalismo, a virada, Caros Amigos, julho de 2000, p.12)

Outros exemplos:

De um lado, portanto, temos uma França seduzida pelas *idéias liberais*. Para ela, o indivíduo é o conceito essencial, a concorrência o melhor regulador da sociedade, a lei do mercado uma regra intangível e salutar.²⁶⁵

Folha — O colapso dos regimes do Leste derruba definitivamente as possibilidades históricas do socialismo?

Cornelius Castoriadis — *A questão* que você propõe se coloca há muito tempo. O problema nisso tudo é que as pessoas estão embarcando na *conclusão* que você tirou. Todo mundo vai dizer que é assim mesmo, que não deu certo e que é melhor deixar de lado as experimentações. Isso significa, em outras palavras, que não se quer mais fazer política. *Essa apatia* é compreensível, embora seu pressuposto seja falso.²⁶⁶

De fato, não basta deplorar, como tantas vezes se faz, a “perda das referências”, ou estigmatizar a falta de cultura clássica das jovens gerações ou, ainda, lamentar a “deserção cívica” e o declínio da moral comum. Mesmo que se admitam como verdadeiros *esses fenômenos* – o que não está provado, pois é sempre possível que certas aparentes regressões também mascarem a emergência de novos progressos –, não devemos nos limitar aos sintomas.²⁶⁷

Em relação ao fenômeno lingüístico-discursivo da rotulação destes enunciados, interessa certa distinção quanto à natureza dos rótulos: “idéias liberais”, “conclusão”, “essa apatia”, “esses fenômenos”. Todos parecem dar conta do fenômeno da rotulação, da sumarização de certas porções ou segmentos do texto. Contudo, nem todos parecem realizar uma categorização metadiscursiva no sentido estrito do termo, nem todos os rótulos refletem sobre o dizer de outrem, sobre o ato de enunciação propriamente dito, nem todos tratam a porção que encapsulam como uma entidade exclusivamente discursiva (o representam como objeto de natureza languageira).

²⁶⁵ Jean-Louis Andreani. France solidaire et France libérale. **Le Monde**, 15 jun. 2006.

²⁶⁶ SOCIALISMO ESTÁ PROSTITUÍDO, DIZ CASTORIADIS. **Folha de S.Paulo**, 7 de set. 1991.

²⁶⁷ Ferry, 2008, p.14

A categorização operada pela retomada “essa apatia” é de outra natureza: a referência é a um acontecimento da ordem do real (nomeia um fenômeno político). De qualquer forma, não se trata de *categorizar* um segmento do texto como um construto cognitivo-discursivo (e que, supõe por parte do enunciador, nos termos de Austin, o exercício de um julgamento, que será subjetivo ou ideológico), mas de *descrever* uma realidade.

No exemplo anterior, “*Esses fenômenos*” sumariza (retoma e categoriza) as expressões marcadas por aspas, que correspondem ao discurso de outrem, introduzido por meio de verbos que nomeiam uma ação lingüística (realizam um comentário metaenunciativo). Mas o dizer do outro não é retomado por meio de rótulo metaenunciativo explícito. “*Esses fenômenos*” pressupõem que o dito possa ser compreendido como descrição objetiva da realidade. O enunciador dá entender aqui que há um problema em relação à compreensão destes fenômenos, uma inconformidade entre os acontecimentos e o modo como são nomeados (descritos, referidos, comentados, julgados etc.).

Outros exemplos:

Ou seja, nas mais retrógradas tradições da política brasileira desponta *um surpreendente elemento contemporâneo*: consenso em vez de polaridade política, melhoras “incrementais” em vez de soluções drásticas, “avanço” em vez de revolução.²⁶⁸

NESTE PERÍODO de crescente náusea eleitoral, cometeríamos um erro funesto se virássemos as costas à política para nos dedicarmos unicamente aos nossos afazeres particulares. *Esse absentéismo* é a pior forma de fazer política, pois representa o apoio incondicional ao status quo oligárquico.²⁶⁹

A fragmentação das grandes instituições [o socialismo de Estado; a corporação capitalista que proporcionava empregos vitalícios aos empregados; as instituições previdenciárias] deixou em estado fragmentário as vidas de muitos indivíduos: os lugares onde trabalhavam mais se parecem com estações ferroviárias do que com aldeias, a vida familiar se viu desorientada pelas exigências do trabalho; a migração tornou-se verdadeiro ícone da era global, e a palavra de ordem é antes seguir em frente que estabelecer-se. O dismantelamento das instituições não gerou mais senso comunitário. Para os espíritos nostálgicos – e não são assim todas as almas sensíveis? –, *esse estado de coisas* pode ser considerado mais um motivo de pesar.²⁷⁰

²⁶⁸ Otavio Frias Filho. Brasil inzoneiro. **Folha de S.Paulo**, 07 set. 2006.

²⁶⁹ Fábio Konder Comparato. Fora da política não há salvação. **Folha de S.Paulo**, 24 ago. 2006

²⁷⁰ Sennett, 2006, p.12

Koch (2007) defende que todos os rótulos funcionam *sempre* de forma metaenunciativa, mesmo que sejam “nomes genéricos e inespecíficos (estado, fato, fenômeno, circunstância, condição, evento, cena, atividade, hipótese etc.)” (p.84).

Independentemente da seleção lexical, a rotulação de segmentos textuais, segundo a autora, implica não apenas avaliar o que é dito nestes segmentos, mas orientar como isso deve ser visto pelo leitor (como discurso, como acontecimento).

no momento em que o produtor, ao rotular segmentos textuais, constrói um novo objeto de discurso, ele procede a uma avaliação desses segmentos e escolhe aquele rótulo que considera adequado para a realização de seu projeto de dizer (...) Por exemplo, o fato de o produtor rotular o conteúdo que está resumizando como fato, episódio, acontecimento, evento, cena constitui sempre uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa. (KOCH, 2008, p.108)

Koch pretende, assim, demonstrar a precariedade da classificação dos rótulos em duas categorias gerais: os que nomeiam o conteúdo das proposições (recaem sobre o dito) e os metadiscursivos que recaem sobre o modo de dizer, “atribuindo uma qualificação ao próprio ato de enunciação” (Koch, 2007, p.85). Os primeiros seriam “neutros”, os segundos “avaliativos”. Koch discorda deste tipo de classificação, considera que todos os rótulos comportam alguma “argumentatividade”, conforme uma escala que vai dos aparentemente neutros até os retórico-argumentativos:

Postulo, portanto, a existência de uma escala de argumentatividade, ao longo da qual os rótulos podem ser situados, desde aqueles aparentemente neutros, ou seja, em que o produtor opta por apresentar seu discurso como neutro, “afivelando a máscara da neutralidade” (Vogt, 1980), até aqueles dotados de elevada carga argumentativa. (KOCH, 2007, p.88)

Os rótulos que nos interessam corresponderiam assim aos chamados metadiscursivos ou metaenunciativos, que “qualificam metadiscursivamente uma ação ou atividade de linguagem” (Koch, 2006, p.88), avaliam e descrevem o modo de dizer, uma ação lingüística, comentam a enunciação.

não se sumariza o conteúdo de um segmento textual, mas focaliza-se a própria atividade enunciativa, qualificando esse segmento como determinado tipo de ação ou atividade metadiscursiva; ou seja, como afirma Jubran (2003, p. 97), “os referentes rotulados metalingüística ou

metadiscursivamente (...) são claramente entidades discursivas, no sentido de que focalizam a atividade enunciativa, a mise-en-scène do discurso”. (KOCH, 2006, p.88)

Estes rótulos dividem-se em subcategorias, assim identificadas (Cf. Koch, 2006, 2007): os que nomeiam uma ação lingüística, ou categorizam a proposição como um ato ilocucionário (recorre-se aqui a “nomes ilocutórios”: promessa, ordem, asserção, advertência, conselho etc.); os que nomeiam uma atividade cognitivo-discursiva realizada pelo enunciador (reflexão, ponderação, esclarecimento, argumentação, constatação, relato, comentário etc.); os que aplicam à proposição uma denominação metalingüística (frase, sentença, termo, palavra, discurso etc.); e, por fim, os que revelam uma atitude metaenunciativa do enunciador, quando outros rótulos (discurso de outrem) anteriormente expressos no texto são tomados como objeto. Koch associa esta última ocorrência à “conotação autonímica” de Authier-Revuz, a fatos de polifonia “em que o segmento objeto de menção é atribuído à voz de outros enunciadores, do qual o locutor geralmente discorda” (2008, p.109) ou se distancia.

o Fim da História foi complacientemente decretado a partir de uns Estados Unidos que pareciam cada vez mais em risco de terminar com ela de verdade. Não mais existiriam conflitos importantes. Mais tarde ficaria claro que os fundamentalistas islâmicos não estavam prestando suficiente atenção quando *esse anúncio* foi feito.²⁷¹

Hoje, *a denúncia* tem como alvo o “pensamento único”, o desaparecimento dos modelos de ruptura, a absorção da vanguarda artística na quermesse dos departamentos de cultura e dos museus. *A constatação* procede...²⁷²

A conjuntura política, sem dúvida, se modificou consideravelmente: ela é dominada há alguns anos pelos *temas do recuo ou do refluxo do político*. Esses signos são múltiplos: despolitização do corpo social, “desideologização” de certos partidos políticos em nome da modernização, mas também declínio do militantismo e da sindicalização concretas e realistas; a esquerda no poder, portanto, descobre o pragmatismo político. Outros signos ainda: o “silêncio” dos intelectuais, a indiferença ou a apatia da maioria deles, o recolhimento de cada um em si mesmo; a renovação do individualismo, que se desenvolve em um espaço considerado como politicamente vazio, retoma com o fascínio os modelos econômico e cultural da América de Reagan. As ideologias morreram: o declínio espetacular do marxismo, tanto no pensamento político, como na Universidade, marca o fim das “grandes narrativas”. Um após o outro, os “mestres do pensamento” nos deixam ou se calam. Esses desaparecimentos chegam até mesmo a serem acolhidos com um

²⁷¹ Eagleton, 2005, p.75

²⁷² Lipovetsky, 2007, p.76

certo alívio e serem, às vezes, o caso de funerais precipitados e duvidosos. Há *nesse conjunto de temas e de análises* observações que retêm a atenção...²⁷³

No banco dos réus aparece com insistência um nome que teria valor de explicação: a televisão e seus efeitos perversos. As imagens corrompem as palavras, a política-espetáculo deforma o debate de idéias: a democracia estaria doente em sua comunicação. A *explicação* é simples demais para dar conta da generalidade da crise, fácil demais para exprimir sua complexidade...²⁷⁴

O discurso político está em crise nas sociedades ocidentais. *Constatação* daqui para frente banal, à qual chegamos como a algo de inevitável. Mas há aí, entretanto, uma realidade que de maneira surda e constante tende a se agravar e a se generalizar./ *Essa constatação pessimista* foi paradoxalmente reforçada pelo desmoronamento do sistema comunista e pelo celebrado triunfo da democracia...²⁷⁵

Bertrand Richard [coordenador da entrevista com Gilles Lipovetsky]: Dizer que não há alternativa para a democracia não é *uma constatação um tanto deprimente?*²⁷⁶

*Porque una queja gana cada vez más adeptos: esto no hay quien lo controle y el descontrol es una calamidad. Este lamento sólo puede provenir de quien tolera mal azarosidad de muchas cosas y está fascinado por la responsabilidad.*²⁷⁷

[É um novo alvorecer para a Europa. Por todo o continente, partidos pragmáticos de centro-direita estão voltando ao poder. Juntos, eles ensinarão aos presunçosos eurocratas de Bruxelas que devem ficar fora dos negócios de seus cidadãos e deixar que cada nação cuide de seus próprios assuntos.] *Essa é a opinião que vem sendo proclamada em voz alta* em alguns dos círculos mais conservadores da Europa.²⁷⁸

Koch relaciona o fenômeno da rotulação discursiva a gêneros textuais, por serem mais freqüentes (ou aparecerem de forma mais elaborada) em textos de opinião, comentários, textos acadêmicos etc., e a marcas individuais de estilo.

Vamos distinguir a *rotulação* das *designações* destas discursivizações, que constata a transformação da política, e dos seus enunciadores. Trata-se de destacar entre os textos as diferentes formas nominais de se referir indiretamente a outro discurso (mas especificamente a seus enunciados, proposições e a seus enunciadores, ou ao que parecem ser os seus enunciados e enunciadores).

²⁷³ Courtine, 2006, p.31

²⁷⁴ Ibid., p.21

²⁷⁵ Ibid., p.31

²⁷⁶ Lipovetsky, 2007, p.50

²⁷⁷ Innerarity, 2002, p.21

²⁷⁸ Michael Meyer. Pra onde vai a Europa. **OESP**, 03 fev. 2002.

Vamos considerá-las como uma forma de remissão indireta ao dizer de outrem por intermédio de comentários metaenunciativos (expressos no léxico).

*La denuncia ritual de la mercantilización del mundo y del neoliberalismo procede de una tradición intelectual que opone lo social a lo económico, que tiende a privilegiar los determinismos y las construcciones frente a las oportunidades ofrecidas por el cambio social.*²⁷⁹

*La referencia a la globalización y sus restricciones a las posibilidades de acción de los países vulnerables, el calentamiento global y la crisis catastrófica medioambiental y energética, o, en sus expresiones más crudas, el fin de las ideologías y proyectos alternativos y, sobre todo, la necesidad de no perjudicar la estabilidad, el crecimiento y el libre juego de los mecanismos de mercado o la dimensión técnica del problema, son algunos de los argumentos utilizados por esta nueva visión.*²⁸⁰

Entre estes designantes, também destacamos uma estrutura particular. Do ponto de vista sintático, temos, em geral, um nome transitivo seguido de um complemento oracional. A oração, complemento da proposição, que cita ou traduz os enunciados de outrem (opiniões comuns, gerais), delimita referencialmente o nome (por exemplo, não se trata de qualquer “idéia”, ou de qualquer “sensação”, “opinião” etc.). A oração restitui esta que é a opinião geral (proveniente de um discurso outro) e o nominal a rotula, pode-se tratar de um comentário metalinguístico. Não deixa de ser um modo de se referir ao outro (designá-lo) e integrar, apreender o dizer de outrem (como um enunciado genérico ou corrente, autônomo, sem autor, conhecido de todos etc.).

*La idea de que no se puede hacer nada frente a la globalización es una disculpa de la pereza política. Lo que no se puede es actuar como antes. La izquierda no se librará de ese pesimismo que la atenaza mientras no se esfuerce en aprovechar las posibilidades que genera la mundialización y orientar el cambio social en un sentido más justo e igualitario. Un proyecto político tiene que encarnar una esperanza, razonable e inteligente, o no pasará de ser más que la inercia necesaria para seguir tirando.*²⁸¹

*Existen, por tanto, corrientes más de fondo, explicaciones más estructurales sobre lo que está pasando.*²⁸² *Exploraré las dos que me parecen más sugerentes. Primero, la idea de que, a*

²⁷⁹ Daniel Innerarity. *Salir del pesimismo*. **El País**, 07 set. 2007.

²⁸⁰ Manuel Antonio Garretón [sociólogo, docente Unisversidade do Chile]. *La mala costumbre de temer al debate en política*. **Clarín**, 11 mai. 2008.

²⁸¹ Daniel Innerarity. *Salir del pesimismo*. **El País**, 07 set. 2007.

²⁸² A “indistinção entre esquerda e direita”, entre outros temas próprios do discurso do declínio, é retomada para explicar o resultado das eleições parlamentares europeias em 2009, em que a esquerda saiu derrotada, surpreendendo, devido ao contexto de crise econômica que pôs em dúvida o ideário econômico-administrativo dos governos de direita.

*pesar de lo que podamos pensar, existe en realidad una gran dosis de convergencia política entre partidos, lo que da pie a la emergencia de los llamados policy regimes. Y segundo, y en ese contexto, la facilidad con la que algunos partidos de izquierda han asumido programas de corte neoliberal.*²⁸³

A política morreu. Viva a política. O ano de 2007, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo governo e do desgaste amargado pelos partidos políticos e pelo Legislativo, pode se orgulhar de ser aquele onde a política ousou desafiar o "consenso" contra o qual ela se debateu internacionalmente nas últimas duas décadas – *o de que ela é ruim e deve negar a si própria para ter alguma virtude.*²⁸⁴

Ao mesmo tempo, acho que anda muito entranhada na consciência das pessoas a *idéia de que toda mudança é impossível, de que qualquer expectativa é tola, de que a menor esperança, por definição, já é exagerada.* / Uma segunda observação. Estamos acostumados demais com a sensação de que "nada muda".²⁸⁵

É bastante aceita a percepção de que esquerda e direita não existem mais, limitando-se a rótulos sem sentido num mundo pós-ideológico.²⁸⁶

A impressão ainda prevalecente de que a consciência e o consenso social "evaporam" no "calor" dos processos de individualização, com certeza não é inteiramente falsa, mas também não é absolutamente correta. Ela ignora as compulsões e as possibilidades de se fabricarem compromissos e obrigações sociais, não importa até que ponto sejam experimentais (por exemplo, a representação do novo consenso geral em relação às questões ecológicas).²⁸⁷

ELPAÍS.com | Edición impresa | Opinión

TRIBUNA: JOSÉ VIDAL-BENEYTO

Democracias perplejas

La elevada abstención en las últimas citas electorales es una crítica rotunda a la manera actual de hacer política. Los valores públicos están en quiebra y no hay grandes diferencias en los programas de los partidos

JOSÉ VIDAL-BENEYTO 11/07/2009

“En efecto, la descalificación de las elecciones es antes que nada una crítica de la política democrática actual y de su falta de opciones claras, consecuencia de **la atenuación de los perfiles diferenciales de los grandes partidos, que los hace, programáticamente, cada vez más próximos.**” (José Vidal-Beneyeto. Democracias perplejas. *El País*, 11/07/2009)

“La izquierda debería **politizar, en el mejor sentido del término**, frente a una derecha a la que no le interesa demasiado el tratamiento **"político"** de los temas. La derecha hoy exitosa en Europa es una derecha que promueve, indirecta o abiertamente, **la despolitización** y se mueve mejor con otros valores (eficacia, orden, flexibilidad, recurso al saber de los técnicos...). Lo que la izquierda debería hacer es luchar, a todos los niveles (frente al imperialismo del sistema financiero, contra los expertos que achican el espacio de lo que es democráticamente decidible, contra la frivolidad mediática...) para **recuperar la centralidad de la política.**” (Daniel Innerarity. Ideas para la izquierda. *El País*, 28/06/2009)

²⁸³ ANTONIO ESTELLA. *Políticas de izquierda, gobiernos de derecha.* **El País**, 09 jun. 2009.

²⁸⁴ Maria Inês Nassif. O mercado renega a política, mas milita. **O Valor Econômico**, 27 dez. 2007.

²⁸⁵ Marcelo Coelho, A mania de se frustrar. **Folha de S.Paulo**, 19 nov. 2008.

²⁸⁶ PLÍNIO FRAGA. Os nojentos e os assépticos. **Folha de S.Paulo**, 31 maio 2009.

²⁸⁷ Beck, 1997, p.32

Depois da devastação conservadora, espalhou-se *a sensação de que nada pode mesmo mudar muito, que política é o tédio e os cambalachos de sempre, que democracia é simplesmente a vitória do dinheiro e dos interesses*. A candidatura de Obama mostra que o jogo não está jogado.²⁸⁸

Não esqueçamos que, durante o império, quando a escravidão antes aproximava do que afastava o partido conservador do partido liberal (daí o célebre dito: "Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder"), tivemos *a mesma sensação de desimportância da política*. Hoje, com a marginalização dos trabalhadores, os partidos não mais se distinguem por nenhuma prática conseqüente, havendo todos abandonado sua original fidelidade programática, sob a cômoda invocação do fim das ideologias. Voltamos à desalentadora mesmice do passado.²⁸⁹

*Es bastante lógico el lamento por lo mal que funciona la política: es el arte más difícil, donde se tramita más incertidumbre y se manejan asuntos tan solo verosímiles, contingentes, con escasa información y urgencias de tiempo. Y esta dificultad se agudiza cuando la política ya no se deja atrapar en las simplificaciones de las ideologías tradicionales, que hacían de la sociedad algo manejable y previsible. Estamos en una época de transformación de la que ni los optimistas ni los pesimistas pueden predecir si resultará una revitalización de la política o la normalización de su forma degradada.*²⁹⁰

A ausência de respostas ao novo deixa a todos perdidos, transmitindo *a falsa impressão de que "a política não serve para nada"*. Às vezes parece verdade, mas o problema está menos na política do que no hiato entre a nova realidade e a formulação de novos postulados e novos instrumentos de participação, representação e exercício da política.²⁹¹

*No comparto, en absoluto, el pesimismo de los que creen que la izquierda ha perdido capacidad política. Tampoco creo que la izquierda se sitúe en la irrealidad o la utopía, como sostiene Daniel Innerarity. Todo lo contrario: la realidad que la izquierda va moldeando desde el Gobierno –ahora mismo en España- resulta mejor que la heredada de la derecha.*²⁹²

Aqui, o comentário metaenunciativo dá a entender que estes enunciados podem ser ditos (interpretados) segundo perspectivas, polos ideológicos distintos:

os grandes valores que organizavam as épocas anteriores são aos poucos esvaziados de substância (...) Aqui, como em todo lugar, o deserto cresce: o saber, o poder, o trabalho, o exército, a família, a igreja, os partidos, etc., já pararam de funcionar globalmente como princípios absolutos e intangíveis; em graus diferentes, ninguém acredita mais neles, ninguém mais investe neles o que quer que seja (...) A onda de desafeição se propaga por todo lado, despindo as instituições de sua grandiosidade e, simultaneamente, do seu poder de mobilização emocional (...) Isto não deve passar

²⁸⁸ Marcos Nobre. Obama. **Folha de S.Paulo**, 29 jul. 2008.

²⁸⁹ Fábio Konder Comparato. Fora da política não há salvação. **Folha de S.Paulo**, 24 ago. 2006.

²⁹⁰ Innerarity, 2002, p.12

²⁹¹ Carlos Alberto de Melo. Controverso mundo novo: a política como salvação. **Blog do Noblat**, Artigos, 16 ago. 2006.

²⁹² Juan Moscoso del Prado. Cosmopolita y real. **El País**, 31 dez. 2006.

a fazer parte do registro das eternas lamentações sobre a decadência ocidental, a morte das ideologias e a “morte de Deus”.²⁹³

Há nos enunciados que seguem uma série de comentários metaenunciativos relativos ao modo de enunciação, que caracterizam o discurso de outrem em termos de tom.

Gilles Lipovetsky, não obstante o título de seu primeiro livro, *A Era do Vazio*, parece que a crítica encarou os seus trabalhos como uma mensagem preponderantemente otimista. Também houve quem assinalasse que não teriam sido suficientemente realçadas as dificuldades da vida social contemporânea. Contudo, em seus últimos ensaios emerge um tom de pessimismo latente, como se o curso atual das coisas lhe suscitasse certos temores. O que você pensa a respeito?

“Sempre me opus ao *canto de sereia das denúncias apocalípticas*. O que são as diversas sociedades democráticas contemporâneas, no meu entender, não é motivo suficiente para fazê-las objeto de execração. Pretendi esboçar um ensaio teórico sobre uma realidade plural, multidimensional, mas dificilmente vivida (inclusive pelos antagonistas declarados da modernidade) como se fosse um inferno absoluto. Sem dúvida, nosso universo social contém elementos que, simultaneamente, podem induzir-nos ao otimismo e ao pessimismo. Nada disso é contraditório *per se*: tudo depende da esfera de realidade que estamos examinando.”²⁹⁴

A nostalgia de épocas passadas, tão apreciada hoje nos meios neo-republicanos com um prazer, mórbido mas bem real, lamentando o que a modernidade tem de medíocre ou de “declinante”, dá uma impressão de grande sabedoria, que é muito fácil aos mais velhos adotar. A *retórica do “tudo está acabando”*, aliás, já vinha sendo bem ensaiada. Usada com experiência, ela exige um esforço mínimo, para um efeito muitas vezes máximo, enquanto inevitavelmente o otimismo sempre parece meio piegas.²⁹⁵

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes da ação coletiva juntam-se ao *coro neoliberal* para louvar como “estado natural da humanidade” as “forças livres do mercado” e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e insistem na *mensagem* de que deixar livres as finanças e o capital abandonando todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos, não é *uma opção política* dentre outras mas *um ditame da razão e uma necessidade*.²⁹⁶

Há coisa de 30 ou 50 anos, *todas as condenações de esquerda* ao consumismo, à destruição da natureza, à injustiça social, à desordem urbana, ao mundo contemporâneo em geral, tinham um horizonte muito claro: só uma mudança profunda na sociedade poderá solucionar esse conjunto de mazelas e misérias. Continua-se, com todos os motivos aliás, a desgostar do mundo contemporâneo. Mas, eliminada a perspectiva de revolucioná-lo, *a crítica* pode facilmente passar a ser *uma simples lamúria*.²⁹⁷

²⁹³ Lipovetsky, 2005, p.19

²⁹⁴ Lipovetsky, 2007, p.3.

²⁹⁵ Ferry, 2008, p.108

²⁹⁶ Bauman, 2000, p.35

²⁹⁷ Marcelo Coelho. Para uma crítica da teoria crítica. **Folha de S.Paulo**, 25 jun.2008.

Proclamée comme certaine il y a vingt ans, la fin du politique paraît de nos jours s'imposer encore davantage aux yeux de tous. Elle signifie, comme autrefois, le triomphe du monde occidental, la victoire incontestable de la « société ouverte », consensuelle, favorable à la négociation : les valeurs libérales sanctifiées par tous rendent anachronique et presque inconcevable l'hypothèse d'un affrontement interne mené au nome d'une queleconque idéologie. En une génération, un diagnostic qui relevait encore pour une bone part de la prédiction créatrice fait dorénavant figure de constat sans grand originalité. A tel point qu'on s'étonne presque de l'éclat donné aux écrits d'un Francis Fukuyama qui, par beaucoup d'aspects, reprennent simplement, au tournant des années 1990, les analyses qu'avançaient déjà un Daniel Bell et bien d'autres à la fin des années 1950.²⁹⁸

Mediante um enunciado definitório (*Elle signifie...*), que explicita os “referentes” (no caso, enunciados parafrásticos) da expressão “*la fin du politique*”, o enunciador os relata, em seus próprios termos (constrói um simulacro), a enunciação de outrem. O léxico (*triunfo, vitória incontestável*) dá concretude ao modo de dizer, ao tom constativo e exaltado da enunciação (ou do diagnóstico). Nesse sentido, temos aqui um comentário sobre o próprio discurso, no sentido metaenunciativo; destacam-se aspectos da sua enunciação, estilização, retórica etc.

*Curieuse remise au goût du jour de la parabole saint-simonienne sur laquelle reposent, on s'en souvient, la plupart des théories annonciatrices de la fin du politique. Qu'une telle platitude si contestable, marquée par un évolutionnisme indécrottable, une vision naïve de la réalité des sociétés occidentales mais aussi un profond ethnocentrisme que l'on croyait passé de mode, puisse paraître comme parole d'Évangile ou susciter encore d'après querelles surprend tant on croyait ce genre de prédictions devenues surannées.*²⁹⁹

*The events of 1989 should have provided the time for a redefinition to the left, now liberated of the weight previously represented by the communist system. (...) Unfortunately, this chance has been missed. Instead we heard triumphalist claims about the disappearance of antagonism and the advent of a politics without frontiers, without a 'they'; win-win politics in which solutions could be found favouring everybody in society.*³⁰⁰

No tempo em que a política era contestada em nome do social, do movimento social ou da ciência social, ela se manifestava, no entanto, numa multiplicidade de modos e de lugares, da rua à fábrica ou à universidade. A restauração da política enuncia-se, *hoje*, na discrição desses modos ou no ausentar-se desses lugares. Dir-se-á que justamente a política purificada reencontrou os lugares adequados à deliberação e à decisão sobre o bem comum, as assembléias onde se discute e se legisla, as esferas do Estado onde se tomam decisões, as jurisdições supremas que averiguam a conformidade das deliberações e das decisões às leis fundadoras da comunidade. A desgraça é que, nesses próprios lugares, se propaga a *opinião desencantada de que há pouco a deliberar e de que as*

²⁹⁸ Birnbaum, 1995, p.261

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ MOUFFE, 2005, p.31

decisões se impõem por si mesmas, sendo o trabalho próprio da política apenas o de adaptação pontual às exigências do mercado mundial e de uma distribuição equitativa dos lucros e dos custos dessa adaptação.³⁰¹ [Destacamos também no enunciado a combinação de orações pela relação de comparação construída por marcadores temporais.]

O funcionamento dos grupos nominais rotuladores aproxima-se do funcionamento metaenunciativo dos verbos *dicendi* no campo do discurso relatado: explicitam o ponto de vista do enunciador sobre o discurso e os seus enunciadores. Conforme Authier-Revuz (1998), o discurso relatado comenta o sentido do ato de enunciação/linguístico: “isto é, de um acontecimento de fala único na situação particular de enunciação” (p.148). O enunciado “Saíam”, com o qual Authier-Revuz exemplifica sua afirmação, pode significar, segundo a autora, uma ordem, um conselho, se dito por Roxane em *Bejazyet* de Racine, ou uma sentença de morte etc. Nesse sentido, os verbos introdutores orientam quanto ao sentido de uma enunciação, “descrevem”, explicam, analisam (parcial e subjetivamente) o seu significado. Os verbos introdutores indiciam, portanto, uma apreensão apreciativa do discurso do outro (mais distante ou mais fiel) ou uma tomada de posição em relação a outra enunciação. De tudo isso, decorre, segundo Authier-Revuz, a relevância, no discurso relatado, de “sintagmas introdutores”.

Authier-Revuz conclui que:

nenhum DR [discurso relatado] por longa e minuciosa que seja a descrição da situação de enunciação dada por L (quem fala, para quem, quando, onde, em que circunstâncias, que atmosfera, em que tom, com que gestos etc.?) no sintagma indutor, pode ser considerado uma restituição “completa”, fiel, de outro ato de enunciação que ele tenha como objeto. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.148)

Koch identifica na rotulação discursiva as funções que Marcuschi (1991) descreveu para estes verbos introdutores de opinião política em enunciados jornalísticos. De acordo com o autor, “os verbos introdutores de opinião” funcionam como “parafrazeantes sintéticos” na medida em que “resumem numa só palavra o sentido geral do discurso a relatar” (1991:77)

Assim, Marcuschi explica os propósitos do seu estudo dos verbos introdutores:

³⁰¹ Rancière, 1996, p.10

Mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, tentarei analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação. Quanto à seleção, não se trata da escolha de tópicos a reproduzir, mas a seleção dos verbos usados. Como pressuposto de trabalho, parto da premissa de que apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto. Assim, a avaliação lingüística terá um caráter não meramente estilístico, mas sobretudo interpretativo e avaliativo. O mais notável é que isso se processa através do instrumento lingüístico usado e não mediante uma interpretação explícita paralela. Não me refiro, portanto, aos comentários; refiro-me tão somente às palavras que introduzem opiniões alheias com pretensão de fidelidade ao pensamento do autor. (MARCUSCHI, 1991, p.75)

A análise de Marcuschi considera apenas enunciados do discurso jornalístico; mais precisamente, verbos de relato que introduzem opiniões políticas. No caso do discurso jornalístico, os diferentes verbos mobilizados no relato de opiniões agem no sentido de hierarquizar, reforçar, discriminar os autores das opiniões. Esta conclusão do autor provém do estudo da distribuição destes verbos nos textos dos jornais, considerados os contextos discursivos de sua ocorrência: dividem-se entre os que são comumente utilizados para relatar discursos de poder (oficial, para-oficial e de oposição) e os que aparecem nos relatos dos discursos populares.

Os verbos introdutórios fazem parte dos esquemas lingüísticos de relatar opiniões mais convencionais. Mas, além dos verbos, introduz-se “opiniões alheias”, segundo a discriminação de Marcuschi, mediante nominalização, construções adverbiais (“segundo fulano”, “na opinião de...” etc.) e inserção de dois pontos ou expressões aspeadas no continuum. Nesta última, segundo Marcuschi, “a opinião não vem acompanhada de alguma expressão introdutora” (1999, p.77).

O que parecia ser “*uma retirada não política à vida privada*”, “*nova introjeção*” ou “*cuidado das feridas emocionais*” da antiga visão da política pode, quando visto do ângulo oposto, representar a luta por uma nova dimensão do político.³⁰²

³⁰² Beck, 1997, p.32

Nas análises dos enunciados de um *corpus* jornalístico, Marcuschi classifica como fortes e dominadores os verbos anunciar, proclamar, afirmar, chamando a atenção para o seu caráter factual e autoritário, a depender do contexto. Outros verbos subjetivizam as opiniões do outro, são, nas palavras do autor, da “esfera da subjetividade” (p.81). A depender do contexto, o mesmo verbo pode significar diferentemente. Marcuschi dá como exemplo o uso de declarar/declaração no relato das palavras de um presidente da República e de um réu. Neste último, “as declarações são confissões”, no outro, “são afirmações, exposições de princípios ou propósitos” (p.82).

Marcuschi propõe a seguinte classificação dos verbos de relato, segundo sua função no contexto específico em que se deu sua análise, no relato jornalístico de opiniões políticas:

- (I) Verbos Indicadores de posições oficiais e afirmações positivas: “declarar”, “afirmar”, “comunicar”, “anunciar”, “informar”, “confirmar”, “assegurar”
- (II) Verbos Indicadores da força do argumento: “frisar”, “ressaltar”, “sublinhar”, “acentuar”, “ênfatisar”, “destacar”, “garantir”
- (III) Verbos Indicadores de emocionalidade circunstancial: “desabafar”, “gritar”, “vociferar”, “esbravejar”, “apelar”, “ironizar”
- (IV) Verbos Indicadores da provisoriedade do argumento: “achar”, “julgar”, “acreditar”, “pensar”, “imaginar”
- (V) Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso: “iniciar”, “prosseguir”, “introduzir”, “concluir”, “inferir”, “acrescentar”, “continuar”, “finalizar”, “explicar”
- (VI) Verbos Indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos: “comentar”, “reiterar”, “reafirmar”, “negar”, “discordar”, “temer”, “admitir”, “revidar”, “retrucar”, “responder”, “indagar”, “defender”, “reconhecer”, “reconsiderar”, “reagir”
- (VII) Verbos Interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido: “aconselhar”, “criticar”, “advertir”, “enaltecer”, “elogiar”, “prometer”, “condenar”, “censurar”, “desaprovar”, “incentivar”, “sugerir”, “exortar”, “admoestar” (MARCUSCHI, 1991, p.89)

O que os enunciadores que constatarem a crise da política fazem, segundo alguns comentadores, é *lamentar* (se “crise” for sinônimo de “declínio”) ou *proclamar, anunciar*. Neste caso, estrategicamente, não é o conteúdo referencial, se a constatação é falsa ou verdadeira, que está sob julgamento, mas uma atitude, um ato comportamental em relação a um dado estado de coisas (não se negam as transformações, mas se questiona a maneira de interpretá-las, ora de uma perspectiva otimista, eufórica, ora pessimista, disfórica).

Para Austin ([1962] 1990), a declaração (o enunciado constativo) constitui uma “abstração”, um ideal, o que há são atos ilocucionários/performativos. “O que temos de examinar não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação lingüística, não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato.” (p. 115); em outras palavras, a performatividade está presente em todos os casos (até mesmo nos enunciados constativos), não se trata de um caso rebelde, de uma exceção, é a regra (os enunciados constativos podem não passar de “desejos”: “eu quero, eu desejo que seja assim”). A maior contribuição de Austin, segundo alguns pragmaticistas, é jogar por terra a crença segundo a qual aquilo que se afirma e constata é aquilo que está lá. *Afirmar e constatar* são atos lingüísticos performativos. “*O anúncio do “fim da ideologia” pelos comentadores sociais é uma declaração de intenções, mais do que uma descrição das coisas tais como são*”.³⁰³

A maneira própria de as discursivizações citarem os discursos do declínio, do fim da política é mediante verbos que nomeiam uma atitude ou reação dos locutores diante daquilo que constata como realidade.

*Se instala entonces una nueva ideología, por supuesto sin el carácter doctrinario de las anteriores, que proclama que todo consenso es bueno y todo conflicto es dañino y, entonces, hay que negarlo, esquivarlo o superarlo de cualquier manera.*³⁰⁴

Quando os locutores situam-se à esquerda do espectro político, relata-se o seu discurso empregando verbos que designam atos comportamentais, “que supõem adotar-se uma atitude ou expressar um sentimento” (Austin, 1990, p.130). Austin lista as formas “crítico”, “lamento” como performativos comportamentais (a adoção de uma atitude).

Não consideramos, aqui, a distinção entre atos conforme esboçada em Austin (mesmo na obra do autor, ela não é rígida, os atos se interrelacionam). Os verbos introdutórios são analisados como “índices”, que colaboram na caracterização (representação estereotípica) do discurso de outrem em diferentes aspectos, entre os quais o tom ou o modo de enunciação.

³⁰³ Bauman, 2000, p.131

³⁰⁴ Manuel Antonio Garretón [sociólogo, docente Unisversidade do Chile]. *La mala constumbre de temer al debate en política*. **Clarín**, 11 mai. 2008.

Em ambas as situações, ao relatar os discursos mais à esquerda e mais à direita, os comentaristas reiteram, de perspectivas distintas, a idéia de ato subjetivo, sem a devida reflexão distanciada. Assim, a forma de realizar a crítica destas constatações de declínio ou fim da política é pela descrição da atitude, do estado de espírito, ou seja, pela marcação de certa subjetividade, ou relação subjetiva do enunciador do discurso com o seu objeto de análise, que pode ser identificada como uma postura partidária, parcial, situada, não isenta. Destaca-se, sobretudo, a relação entretida com a realidade, com acontecimentos sobre quais o sujeito não tem ingerência. Os verbos indicam na realidade atitudes que criam expectativas em relação ao “tom” das enunciações. Destacamos na seqüência enunciados de natureza diversa que descrevem (analisam) as discursivizações que constata a transformação da política, comentando a sua maneira de dizer específica, caracterizando as particularidades destas diferentes *vozes*.

Talvez os politicistas tradicionais, tanto de esquerda como de direita, *lamentem* este facto cada um a seu modo, mas obviamente não se pode voltar atrás. Enquanto os "de esquerda" choram de nostalgia pela democratização que lhes foi inculcada ideologicamente, os "de direita" não perdem a oportunidade de desdenhar o árido "espírito de merceeiro" e lembram com saudades os tempos em que a política ainda era um monstro marcial de bandeira em riste, em marcha contra os canhões. Por sua vez, os "realistas" sem cor nem pátria julgam-se em sintonia com o tempo, com o mundo e com a modernidade realizada, quando rendem homenagem ao árido "carácter de concertação" de uma "política" agora desencantada, reclamando-o como o melhor legado e a conclusão lógica da racionalidade ocidental.³⁰⁵

A representação do político se transformou, assim, profundamente nos últimos anos. Não se trata aqui de *se condoer* ou de *se encantar* com essa mutação, mas de *compreender* o que está em jogo.³⁰⁶

É muito cedo para *celebrar* o fim das “grandes narrativas”, assim como é estranho e talvez mesmo antiético, à luz da experiência moderna, *lamentar* o seu desaparecimento.³⁰⁷

Em recente entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o sociólogo Francisco de Oliveira *abriu o coração e expressou enorme desalento. Decretou a irrelevância da política diante da financeirização do capitalismo.*³⁰⁸

ÉPOCA - O sociólogo Francisco de Oliveira deu uma entrevista recente em que *lamentou* o fato de a política ter se tornado irrelevante. Ele não está certo?³⁰⁹

³⁰⁵ Kurz, 1994

³⁰⁶ Courtine, 2006, p.31

³⁰⁷ Bauman, 2000, p.135

³⁰⁸ Carlos Alberto de Melo. Controverso mundo novo: a política como salvação. **Blog do Noblat**, Artigos, 16 ago. 2006.

De fato, não basta *deplorar*, como tantas vezes se faz, a “perda das referências”, ou estigmatizar a falta de cultura clássica das jovens gerações ou, ainda, *lamentar* a “deserção cívica” e o declínio da moral comum.³¹⁰

*In a context where the dominant discourse proclaims that there is no alternative to the current neo-liberal form of globalization and that we should accept its dictates, it is not surprising that a growing number of people are listening to those who proclaim that alternatives exist and that they will give back to the people the power to decide.*³¹¹

*The post-political perspective that this book intends to challenge finds its sociological bearings in a Picture of the world first elaborated by a variety of theorists who in the early 1960s announced the coming of a ‘post-industrial society’ and celebrate ‘the end of ideology’. This tendency went later out of fashion but it has been revived in a new guise by sociologists such as Ulrich Beck and Anthony Giddens...*³¹²

É essa identidade que deixam, igualmente, de perceber *os analistas pessimistas ou otimistas* da sociedade pós-industrial. *Os primeiros denunciam* a perda da ligação social provocada pelo esfacelamento das coerções e das legitimações coletivas correlativa ao desencadeamento ilimitado do individualismo e do hedonismo democráticos. *Os segundos exaltam*, ao contrário, a concordância crescente com a livre oferta de mercadorias, o livre sufrágio democrático e as aspirações do individualismo narcísico. Eles concordam acerca da descrição de um estado do vazio, de um vazio das legitimações comunitárias, com o risco de interpretá-lo ou como abismo hobbesiano da guerra de todos contra todos ou como liquidação final da arqui-política da comunidade. Uns e outros deixam assim de perceber a equivalência entre o vazio e o cheio que caracteriza a meta-política pós-democrática (...) Aos que *deploram* a perda da cidadania republicana, a lógica pós-democrática responde com *a proclamação* da cidadania generalizada.³¹³

O discurso relatado

Os verbos que introduzem opiniões participam dos esquemas do discurso citado direto e indireto.

Segundo Bakhtin ([1929] 2004, p.144):

O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma

³⁰⁹ Por um Plano Real na política. *Época*, ed. 429, 05 ago. 2006.

³¹⁰ Ferry, 2008, p.14

³¹¹ Mouffe, 2005, p.70

³¹² Ibid., p. 35

³¹³ Rancière, 1996, p.115

enunciação sobre a enunciação. Aquilo de que nós falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tema de nossas palavras. Um exemplo de um tema que é apenas um tema seria, por exemplo, “a natureza”, o “homem”, “a oração subordinada” (um dos temas da sintaxe). Mas o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, “em pessoa”, como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama lingüística do contexto que o integrou.

Em Bakhtin, as formas de apreensão (ou “recepção ativa”) e transmissão do discurso de outrem (na língua literária russa) não decorrem da subjetividade ou do projeto de dizer de um sujeito – “os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na ‘alma’ do receptor” (p.146). Trata-se de formas determinadas sócio-historicamente, o que quer dizer que a “exterioridade” (o social) investe em formas lingüísticas privilegiadas. Os esquemas sintáticos e estilísticos do discurso direto ou indireto constituíram-se devido a certas tendências dominantes da “compreensão e da apreciação da enunciação de outrem” (p.147) na sociedade, e não “na alma individual” (p.146), que podem ter por objetivo, em um momento, “a conservação da sua integridade” (p.149), e em outro, o contrário, “absorvê-lo e apagar suas fronteiras” (p.150). “Aventuramo-nos mesmo a dizer que, nas formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de outrem e da personalidade do locutor, os tipos de comunicação sócio-ideológica em transformação no curso da história manifestam-se com um relevo especial” (Bakhtin, 2004, p.147).

Bakhtin explica que a prevalência do discurso direto em russo em relação ao esquema indireto se deve a inexistência na história da língua russa de um “período cartesiano, racionalista, durante o qual o ‘contexto narrativo’, racional, seguro de si mesmo e objetivo analisasse e decompusesse o conteúdo objetivo do discurso de outrem” (p.156). Assim, o discurso indireto constitui uma forma de apreensão ativa, analisadora do discurso de outrem – “a análise é a alma do discurso indireto” (p.159)

Bakhtin distingue duas variantes desta tendência analítica do discurso indireto: a variante de discurso indireto analisador de conteúdo e a variante de discurso indireto analisador da expressão. No caso da primeira, a entoação dos enunciados, e outros aspectos

relacionados ao plano da expressão da enunciação de outrem, são expressos objetivamente no conteúdo (segundo a compreensão e os termos do interpretante), em comentários manifestos pelos verbos *dicendi* e expressões equivalentes.

A variante analisadora de conteúdo apreende a enunciação de outrem no plano meramente temático e permanece surda e indiferente a tudo que não tenha significação temática. Os aspectos da construção verbal formal têm uma significação temática, isto é, que são necessários à compreensão da posição semântica do falante, são transformados de maneira temática (...) preserva a autonomia da enunciação, não tanto em termos sintáticos, mas em termos semânticos. (BAKHTIN, 2004, p.161)

Não vamos tratar da representação do “conteúdo” estrito senso, conforme Bakhtin. Os casos de variante analisadora do conteúdo, quando se interpreta o ato de enunciação, nos auxiliam na “elaboração” de padrões discursivos ou registros das diferentes vozes que participam da discussão sobre a mutação da política.

A tendência analítica do discurso indireto manifesta-se principalmente pelo fato de que os elementos *emocionais* e *afetivos* do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo, mas nas *formas* da enunciação. Antes de entrar numa construção indireta, eles passam de formas de discurso a conteúdo ou então encontram-se transpostos na proposição principal como um comentário do *verbo dicendi*. Por exemplo, a enunciação direta: “Muito bem! Que grande realização!” não pode ser transposta para discurso indireto da seguinte maneira: “Ele disse que muito bem e que grande realização”. Ao contrário, esperamos ou “Ele disse que estava muito bem e que era uma grande realização”, ou “Ele disse entusiasmado que estava bem e que era uma grande realização”. As abreviações, elipses, etc., possíveis no discurso direto por motivos emocionais e afetivos, não são admissíveis no discurso indireto por causa de sua tendência analítica. (BAKHTIN, 2004, p.159)

Porque sabemos que ainda existem lutas sociais, formas importantes do conflito nessa sociedade. Certamente elas estão agora menos diretamente organizadas em torno do trabalho do que, no passado, as lutas ligadas aos conflitos sindicais. Entretanto, *não se pode afirmar de modo tão categórico* que está havendo um recuo para a esfera privada.³¹⁴

O enunciador analisa o modo de dizer do outro “todo mundo” (dos que afirmam o recuo da sociedade para a esfera privada). “Afirmar de modo tão categórico” corresponde a suas palavras (ela não representa a expressão de outrem, mas o conteúdo).

³¹⁴ Pergunta dirigida a Castoriadis (Castoriadis, 2002, p.79).

Não ignoro que, diante da importância das preocupações individuais, o refluxo do político mais ritualístico e menos pensado consiste em *declarar, com desalento, com uma ponta de nostalgia na voz e cansaço no olhar*, que com o esgotamento das entidades “grandiosas” (Deus, a República, a Pátria, a Revolução etc.)...³¹⁵

Na geração dos meus pais, mesmo quem não era de esquerda *dizia gravemente*: “o socialismo é inevitável”. Não era. Na minha geração, repete-se o tempo todo que “o neoliberalismo é inevitável”... Será?³¹⁶

Em nome da racionalidade, chegou-se a *defender com enorme convicção* (e esse “chegou-se” inclui muita gente) que as decisões de governo fossem cada vez mais descoladas da política e substituídas, sempre que possível, por automatismos técnicos a cargo de uma burocracia racional – esta sim, imunizada contra pressões e interesses de políticos eleitos por um povo ignorante e pouco informado, ele próprio mais interessado em suas necessidades imediatas do que no futuro do país.³¹⁷

Também é possível, segundo Bakhtin, no esquema do discurso indireto, analisar objetivamente a enunciação de outrem enquanto expressão, o que corresponde a integrar, em termos subjetivos, o próprio enunciador do discurso outro (a sua maneira de falar, o seu estado de espírito, a sua atitude comportamental, a sua intenção): “a própria enunciação, enquanto tal, é analisada em níveis lingüístico-estilísticos” (p.160). Assim,

Ela [a variante analisadora da expressão] integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico são claramente percebidos. Na maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas. (BAKHTIN, 2004, p.162)

De fato, não basta deplorar, como tantas vezes se faz, a “*perda das referências*”, ou estigmatizar a *falta de cultura clássica das jovens gerações* ou, ainda, lamentar a “*deserção cívica*” e o *declínio da moral comum*.³¹⁸

De acordo com Bakhtin, trata-se de integrar palavras e expressões de outrem por intermédio de aspas (e na medida em que são percebidas como tal, como outra voz, provocam certo estranhamento). Os exemplos que Bakhtin fornece desta variedade analisadora da expressão vêm da literatura russa (o leitor deve ser capaz de perceber as

³¹⁵ Ferry, 2008, p.19

³¹⁶ Marcelo Coelho. A mania de se frustrar. **Folha de S.Paulo**, 19 nov. 2008.

³¹⁷ Maria Inês Nassif. O mercado renega a política, mas milita. **O Valor Econômico**, 27 dez. 2007.

³¹⁸ Ferry, 2008, p.14

representações lingüísticas, estilísticas destas inserções, o tom com que foram ditas, e associá-las a outra voz):

A mesma coisa aconteceu também com os poloneses: eles chegaram com uma demonstração de orgulho e independência. Afirmaram em alta voz que, em primeiro lugar, estavam “a serviço da Coroa” e que “o senhor Mítia” oferecera 300 rublos para comprar a honra deles, e que eles tinham visto com seus próprios olhos largas somas de dinheiro nas mãos deles. (Dostoievski, Os Irmãos Karamázov) (BAKHTIN, 2004, p.162)

A respeito do morto [Grigori] declarou, fazendo o sinal da cruz, que o tipo tinha qualidades, mas que era estúpido e “arrasado pela doença”, e pior, que “ele era um descrente”, e que tinha sido Fiódor Pávlovitch e seu filho mais velho que lhe tinham ensinado “essa descrença”. (Dostoievski, Os Irmãos Karamázov) (BAKHTIN, 2004, p.162)

Já a não-participação política, o desengajamento sindical, o desencantamento político e a queda do associacionismo inquietaram os observadores sociais [...] Diante de tantos indícios mais ou menos inquietantes deve-se posar de Cassandra, reclamar as virtudes dos “*bons velhos tempos*” ou adotar outras medidas coercitivas inspiradas no moralismo dominante? Nada menos certo.³¹⁹

Bakhtin destaca uma terceira variante do discurso indireto que denomina de “impressionista”; segundo ele, “essencialmente utilizada para a transmissão do discurso interior, dos pensamentos e sentimentos da personagem” (p.164). Neste exemplo tirado de Cavaleiro de Bronze de Púchkin, certas expressões (que revelam uma maneira de dizer) originam-se na mente do herói, Eugênio:

Em que pensava ele? Que era pobre; que precisava tentar conquistar a independência e o respeito pelo esforço: que Deus bem podia ter lhe concedido um pouco mais de inteligência e de dinheiro. Pois não existem aqueles afortunados preguiçosos, estúpidos, para quem a vida é uma moleza? (BAKHTIN, 2004, p.165)

Das variantes do discurso direto “tal como utilizado na literatura” (p.170), Bakhtin comenta aquelas menos tradicionais (ou mais ambíguas), os casos em que “as palavras citadas espalham-se e enxameiam por todo o contexto narrativo, tornando-o flexível e ambíguo” (p.165). Fala mais detalhadamente de uma variante especial que denomina de discurso direto particularizado ou *discurso citado antecipado e disseminado* – “oculto no

³¹⁹ Maffesoli, 2005, p.92

contexto narrativo e aparecendo realmente no discurso direto do herói” (p.167) –, ao analisar excertos de *Uma história desagradável*, de Dostoievski.

Naquele tempo, numa noite de inverno clara e gelada, por volta da meia-noite, três *cavaleiros extremamente respeitáveis* estavam sentados num *apartamento confortável* e até mesmo luxuosamente arrumado numa *soberba* casa de dois andares, situada em São Petersburgo, e estavam ocupados em uma conversa *séria* e de *alto nível* sobre um assunto *extremamente interessante*. (BAKHTIN, 2004, p.167)

Desta passagem (cf. Bakhtin, 1994, p.167), chama a atenção para um “complexo jogo de entoações”: os qualificativos “medíocres” e “sem originalidade”, que abundam no trecho, constituem “lugares” onde se confrontam ou convergem, segundo Bakhtin, “dois pontos de vista”, “dois discursos”, “duas entoações” com diferentes orientações. Tais apreciações remetem ao discurso da personagem (saíram da sua mente), e são integradas no esquema direto pelo narrador de uma perspectiva irônica, para ridicularizar a personagem. Segundo Bakhtin, elas poderiam ter sido apresentadas entre aspas, mas não o foram porque segundo Bakhtin não pertencem só à personagem (o general Nikíforov), mas também ao narrador, mas são “ocupadas” com entoações distintas. (antes, Bakhtin explica que a distinção entre as vozes foi possível pela caracterização anterior da personagem na narrativa).

Bakhtin explica que:

cada palavra dessa narrativa pertence simultaneamente, do ponto de vista de sua expressividade, da sua tonalidade emocional, do seu relevo na frase, a dois contextos que se entrecruzam, a dois discursos: o discurso do autor-narrador (irônico, gozador) e o da personagem (que não tem nada de irônico). É esta simultânea participação de dois discursos, diferentemente orientados na sua expressão [entoação], que explica a particularidade das construções de frases, as rupturas de sintaxe e a particularidade do estilo. Nos limites de um único desses discursos, a frase seria construída de outra maneira e outro seria o estilo. Estamos em presença de um exemplo típico de um fenômeno lingüístico raramente estudado – as interferências de discurso. (BAKHTIN, 2004, p.169)

Diz Bakhtin que: “Em russo, esse fenômeno da interferência de discurso se realiza parcialmente no quadro da variante analisadora da expressão do discurso indireto, nos casos

relativamente raros em que o discurso indireto conserva não apenas palavras e expressões isoladas mas também a estrutura expressiva da enunciação citada” (2004, p.169)

Retoma, para exemplificar o que acaba de dizer, um dos excertos de Dostoievski representativos da variante analisadora da expressão (aqui, a construção de discurso indireto retém a entoação expressiva da mensagem original):

Ele encontrou Nastasia Filíppovna num estado próximo da completa loucura: dava gritos, tremia, berrava que Rogójin estava escondido no jardim, na sua própria casa, que ela acabava de vê-lo, que ia matá-la... cortar-lhe a garganta! (Dostoievski, O Idiota). (BAKHTIN, 1994, p.162)

Explica Bakhtin que “a construção exclamativa da enunciação direta passou para o discurso indireto, embora numa forma enfraquecida. Resulta disso uma certa discordância entre a entoação calmamente narrativa, conforme às leis de transmissão analítica do autor, e a entoação histérica, excitada, da heroína às beiras da loucura” (p.170). Mas, para Bakhtin, é o discurso indireto livre que pode mais bem expressar a “convergência interferente de dois discursos com diversa orientação do ponto de vista da entoação” (2004, p. 170).

Na análise do discurso literário (“Madame Bovary”, de G. Flaubert), Jørgensen (2002) chama a atenção para fragmentos de textos que não derivam do discurso indireto livre propriamente dito, mas do que considera um discurso indireto livre embrionário, quando a separação ou delimitação das diferentes vozes é ainda mais nebulosa. A autora fala em “embrião de um ponto de vista” (um “eco” do discurso alheio) para caracterizar o fenômeno do discurso indireto livre embrionário, uma espécie de discurso indireto livre em estado rudimentar.

Refere-se a ocorrências, no discurso literário, em que se percebem certos fragmentos como oriundos da subjetividade (da consciência, das percepções e pensamentos) da personagem. Trata-se, por exemplo, de identificar uma mudança de ponto de vista, que pode ser percebida em função do léxico, que revelaria a fonte “indefinida” do enunciado. Certos termos pertenceriam ao registro de uma personagem. Conforme vimos, Bakhtin fala em *discurso citado antecipado e disseminado* para dar conta destas formas de interferência de discurso, quando a caracterização objetiva anterior da personagem na narração é reveladora da origem do discurso. “De maneira semelhante, quando

reconhecemos uma personagem cômica no palco por seu estilo de maquilagem, sua roupa e sua atitude geral, já estamos prontos a rir mesmo antes de apreender o sentido de suas palavras” (Bakhtin, 2004. p.167).

No caso da análise de Jørgensen, não se trata de caracterização objetiva da personagem no sentido estrito. Refere-se ao fato de o registro de Emma Bovary ser o da poesia romântica. Por meio do léxico, que pertence ao registro da poesia romântica, à visão de mundo romântica, é possível identificar fragmentos de texto ao pensamento de Emma.

Para a autora, alguns índices internos do discurso indireto livre embrionário podem ser (no caso de Madame Bovary): o léxico estereotipado e subjetivo, os lugares-comuns da estética romântica, verbos próprios à expressão da subjetividade, entre outros. Também faz referência a elementos contextuais que indicam que se trata do pensamento, do ponto de vista particular da personagem.

Algumas das análises de Jørgensen apóiam-se, assim, num estereótipo verbal ou padrão discursivo, em representações estereotipadas anteriores do que seria uma enunciação ou um estilo oral, um estilo subjetivo, um estilo romântico...

Nossa aproximação das especulações de Jørgensen sobre o discurso indireto embrionário, que talvez se articule a este fenômeno da interferência de discursos, se explica pela nossa aposta em analisar certos enunciados polifônicos como provenientes de formas do discurso relatado não convencionais; para nós, a percepção do outro (de um desnivelamento enunciativo, de instâncias de enunciação distintas) nas análises, apóia-se também no reconhecimento de um padrão discursivo, de um estilo característico, ou em “atitudes” (ou *ethé*) estereotípicas, em “lugares-comuns” identificados à crítica ao declínio da esfera pública, e nos tons requeridos para enunciá-la. Também supomos, nas análises, que certos fragmentos de texto remetem a outra voz porque são provenientes, digamos, do estilo (estereótipo verbal) “do declínio”, da “decadência”. Recorremos aos mesmos índices internos de reconhecimento do discurso indireto livre embrionário, segundo Jørgensen: léxico estereotipado, os “lugares-comuns” do declínio da política, o estilo, a maneira de falar própria de um discurso socialmente definido (as representações estereotipadas das falas deste discurso do declínio remetem a fórmulas ou a formulações no estilo formulaico: enunciados curtos, generalizantes, mais ou menos repetíveis, formas mais ou menos

estáveis ou cristalizadas etc.). Considerando a idéia de padrão discursivo (noção mencionada na Parte II), somos assim capazes de reconhecer a entoação dita prototípica dos partidários da tese do declínio (segundo a opinião de seus críticos) e assim identificar (por intermédio desta sua entoação, e também de uma série de outros índices lingüísticos) a sua *presença* em outros discursos.

Estamos no campo da recepção do discurso do outro (um outro específico) tal como imaginado (caracterizado) pelos seus comentadores (vozes concorrentes e contraditórias).

Em Bakhtin, o discurso indireto livre “propriamente dito” é apresentado como uma variante do discurso indireto. Sua “tendência inerente”, nas palavras de Bakhtin, é assimilar o conteúdo do discurso de outrem na linearidade do texto, de forma que “a substancia do discurso do outro permanece palpável, como um todo auto-suficiente” (2004, p.145).

Segundo Bakhtin, o discurso indireto livre “é a forma última de enfraquecimento das fronteiras do discurso citado”. Ao contrário do discurso indireto convencional, que visa à delimitação do discurso citado, no discurso indireto livre (e suas variantes), as fronteiras entre citante e citado são menos nítidas. Não existem marcas claras (formais, tipográficas, sintáticas, verbo introdutório) desta separação, da exterioridade do dito, daquilo que é tomado de outrem, que vem de outro lugar.

Na apreensão (sempre ativa) da palavra do outro, no caso de discurso indireto livre, diferentes entoações entram em contato. Com isso, Bakhtin quer dizer que não se trata de integrar o discurso de outrem de forma neutra ou isenta, sem modificações (pode-se imprimir às palavras do outro um “acento” novo, por exemplo, que resulta da sua assimilação “ativa” pelo discurso citante). Para o discurso indireto livre, Bakhtin menciona uma interferência apreciativa (em que a tonalidade da personagem subordina-se à do narrador).

Segundo Bakhtin,

No discurso indireto livre, identificamos a palavra citada não tanto graças ao sentido, considerado isoladamente, mas, antes de mais nada, graças as entoações e acentuações próprias do herói, graças à orientação apreciativa do discurso. Nós percebemos que os acentos e as entoações do autor estão senão interrompidos por esses julgamentos de valor de outra pessoa. É é isso, como sabemos, que distingue o discurso indireto livre do discurso substituído, no qual nenhum acento novo aparece em relação ao contexto narrativo. (BAKHTIN, 2004, p.191)

Na análise que faz dos procedimentos utilizados em russo para o discurso indireto livre, a partir de um trecho tirado de *Poltava* de Púchkin, Bakhtin destaca um caso de entoação dupla: a sintaxe e o estilo são determinados pelas tonalidades de lamento e humildade da personagem, cujas palavras são assimiladas pelo narrador segundo outra tonalidade apreciativa, a da indignação. Segundo Bakhtin, lendo o excerto em voz alta, é possível “pôr em evidência com indignação a hipocrisia de Mazepa, pela própria leitura de sua lamentação” (cf. Bakhtin, 2004, p.192). Referindo-se ao discurso indireto livre, Bakhtin fala também em “interferência de dois discursos” (p.192), em “passagem constante do horizonte apreciativo do autor ao do herói e vice-versa” (p.193), em “mudança de tonalidades” (p.193), de “voz” (p.193), “transições entoativas” (p.194).

Considerando o que diz Bakhtin, que “toda atividade verbal consiste, então, em distribuir a “palavra de outrem” e a “palavra que parece ser de outrem”” (2004, p.195), e que “o discurso literário, retórico, filosófico, e o das ciências humanas tornam-se o reino das ‘opiniões’, das opiniões notórias, e mesmo nessas opiniões não é tanto o “que” mas o “como” individual ou típico da opinião em causa que ocupa o primeiro plano”, vamos considerar o modo como certas discursivizações “distribuem” essa “palavra que parece ser a de outrem”.

A propósito da conceituação tradicional destas formas do discurso relatado nas gramáticas, Authier-Revuz (1998) questiona algumas descrições correntes – “parciais e empobrecedoras” – de discurso direto, indireto e indireto livre. Segundo Authier-Revuz, “o discurso direto não é simples”, “nem ‘objetivo’ nem ‘fiel’ (...) na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação” (p.134); o discurso indireto livre “não é uma forma especificamente literária” e o discurso indireto “não é um discurso direto subordinado” (p.134). Destas observações³²⁰ de Authier-Revuz,

³²⁰ De acordo com Authier-Revuz, no discurso direto, o enunciador “faz menção às palavras da mensagem que relata” (postas entre aspas substituem as funções de objeto direto do verbo dicendi) e relata “um outro ato de enunciação, e usando suas próprias palavras na descrição que faz da situação de enunciação” (p.139). Authier-Revuz postula um estatuto autonímico para o discurso direto: “a mensagem ‘mostrada’ em discurso direto é dada em sua materialidade significante; o discurso direto não enuncia um conteúdo como o discurso indireto, ele mostra uma cadeia significante” e o sintagma introdutor “descreve um ato de enunciação” (1998, p.140). No discurso indireto, segundo Authier-Revuz, “o enunciador relata um outro ato de enunciação e,

enfatizamos as diferenciações que estabelece entre o discurso direto livre e o discurso indireto livre.

Authier-Revuz faz uma distinção entre modos explícitos de representação de um discurso outro (por meio de marcas lingüísticas) e de modos não-marcados, não inventariáveis, que corresponderiam a inúmeras configurações de discurso; as marcadas dividem-se entre unívocas (discurso direto, indireto, modalização autonímica, modalização em discurso segundo) e as que exigem um trabalho interpretativo (aspas, itálicos...); as não-marcadas correspondem a formas puramente interpretativas, mas interpretáveis a partir de índices de natureza diversa.

Dentre as formas puramente interpretativas, “o grau zero da marca de modalidade autonímica”, menciona “citações escondidas”, “alusões”, “reminiscências”, ironia, discurso indireto livre, discurso direto livre, estereótipos.

Na falta de marcas, uma alusão pode, é claro, não ser reconhecida; mas tal segmento pode também ser identificado, interpretado pelo receptor como vindo de outro lugar, eco de um outro discurso, fora de toda intenção do enunciador para o qual esse “já-dito” terá o estatuto de alusão intencional, mas de reminiscência (ao qual ele poderá, aliás, em conflito sobre esse ponto com o receptor, denegar toda a realidade) – isso nos levando, por um continuum, desde os fatos de representação do discurso outro no discurso (formas da heterogeneidade representada) até o fato da presença constitutiva de um outro lugar discursivo no discurso, independentemente da vontade e da consciência que o enunciador tenha disso. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.145).

Segundo Authier-Revuz, uma proposição (ou significante) somente pode ser caracterizada como discurso direto livre ou discurso indireto livre a partir de um contexto discursivo, situacional, nunca isoladamente.

Os exemplos de discurso direto livre se caracterizam basicamente pela menção do significante, das palavras pronunciadas por outrem, mas com supressão das marcas de

usando suas próprias palavras, por meio das quais ele reformula as palavras de outra mensagem” (p.139). Para Authier-Revuz, os discursos direto e indireto constituem duas formas distintas de representação de um outro ato de enunciação. Do ponto de vista da textualização do discurso indireto (reformulação do enunciado outro em seus próprios termos), destaca os verbos dicendi (introdutores) que dão margem à questão da interpretação da força ilocutória dos enunciados, que quem cita “reconhece”, “identifica”, “decodifica” e, ao mesmo tempo, julga – o que Authier-Revuz considera re-codificar. Há também casos em que o discurso indireto, nos termos de Authier-Revuz, “assinala, localmente, um elemento como ‘não traduzido’, como fragmento conservado da mensagem de origem” (p.142). Chama esta variação de “ilha textual em discurso indireto”.

pontuação e tipográficas (pela ausência de aspas) e de sintagmas introdutores (compostos por verbos dicendi, descrições definidas, advérbios etc.), tornando, assim, a distinção entre as vozes fluida.

Diz Authier-Revuz que o discurso indireto livre não é uma forma específica do discurso literário, “ele abunda no discurso oral cotidiano, como também – no campo político – na imprensa ou nos ensaios” (1998, p.134). Diferentemente das formas marcadas de discurso relatado e de modalização autonímica, no discurso indireto livre, a presença do outro no discurso não é explicitada, segundo Authier-Revuz (1982), por meio de “marcas unívocas”. Na literatura sobre o discurso indireto livre, o destaque é para esta ausência de marcas morfológicas e sintáticas, que explicaria o seu caráter ambíguo. Fora do contexto (incluindo aí um inventário exaustivo de índices que auxiliam na sua identificação: verbos, advérbios, conectivos, estilo etc.), não é possível decidir a quem atribuir determinado fragmento de texto. Evocando, aqui, os termos de Authier-Revuz (1982), o outro “é apenas dado a reconhecer, a interpretar, a partir de índices recuperáveis no discurso, em função de seu exterior. Esse modo de “jogo com o outro” no discurso opera no espaço do não-explicito, do “semi-desvelado”, do “sugerido”, antes que do mostrado, do dito”.³²¹ Assim, o discurso indireto livre costuma ser de delimitação difícil ou incerta; devido à ausência de marcas, a fronteiras fluidas, encontra-se disperso (diluído) no enunciado. Sobre o discurso indireto livre em Bakhtin, Authier-Revuz (1982) comenta:

Mas é sobretudo o discurso indireto livre que retêm a atenção de MPL [*Le marxisme et la philosophie du langage*], como “tendência completamente nova (...) na apreensão ativa da enunciação do outro (...) da interação do discurso narrativo e do discurso relatado”. Superando firmemente as análises que fazem dessa forma uma mistura de duas outras e aquelas que lhe dão valor de “adivinhação” que concerne “quem fala”, “um ou outro”?, Volochinov coloca que “o que faz aí uma forma específica é o fato de que o herói e o autor se exprimem conjuntamente, que, nos limites de uma só construção lingüística se entende ressonar os acentos de duas vozes diferentes”.³²²

³²¹ Authier-Revuz, J. Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: Fala Múltipla – Aspecto Retórico, Lógico, Enunciativo e Dialógico. Revue de Linguistique. Centre de Recherche de l’Université de Paris VII. Paris, 1982. (Mimeogr.)

³²² Ibid.

Uma ocorrência de discurso indireto livre, descrita por Authier-Revuz, encontra-se citada em Maingueneau (1997, p.98). Neste exemplo de polifonia, o trecho em itálico é apresentado como discurso indireto livre (alude a presença de outra voz, que não a de Bluwal).

[discussão entre Marcel Bluwal e o escritor Berandar Pingaud] M. Bluwal: Lembro-me que, em 68, exatamente, para retomar o exemplo de 68, um certo número de valores tradicionais foram jogados ao lixo, e surpreendi-me com o lado não dialético dessa atitude. Ela foi puramente moral: *os valores poluídos pela burguesia deviam ser rejeitados (...)*. Dizíamos, nós, que gerar valores culturais, é também transformá-los, desde que o sistema social mude (...). B. Pingaud objeta então a M. Bluwal que não é muito “dialético lembrar valores eternos, objetivos, que um determinado grupo social teria maculado”; a isto, Bluwal replica: “Estou absolutamente de acordo com Pingaud e digo-o de imediato, tanto é assim que empreguei uma linguagem entre aspas que não era minha”. Retirado de seu contexto, não seria possível interpretar o fragmento sublinhado como discurso indireto livre; é esta ausência de marcas explícitas que explica o erro de Pingaud. É o contexto imediato (a presença de uma alusão à condenação de certos valores, a oposição assinalada por “dizíamos, nós...” bem como o que se sabe sobre as posições de Bluwal que permitem vislumbrar, eventualmente, a presença de uma outra voz. (MAINGUENEAU, 1997, p.98)

Sobre o discurso indireto livre, seu caráter polifônico, Maingueneau (1997) o distingue de outros fenômenos cuja heterogeneidade associa-se a marcas explícitas, sejam elas lingüísticas ou tipográficas: “a heterogeneidade por vezes deve ser reconstruída a partir de índices variados; é o caso, particularmente, do discurso indireto livre ou da ironia” (p.97).

Ao examinar seu caráter polifônico e traços essenciais, Maingueneau diz ser possível localizá-lo precisamente “nos deslocamentos e discordâncias entre a voz do enunciador que relata as alocações e a do indivíduo cujas alocações são relatadas” (p.97). Essa discordância pode ser percebida em relação a modos de enunciação distintos.

A dubiedade se deve à impossibilidade de se separar formalmente os enunciados, de distribuí-los a seus respectivos locutores. Daí, para que um fragmento ou uma seqüência textual seja percebida como discurso indireto livre, na ausência de marcas claras, apela-se ao contexto (num sentido amplo) ou a um *saber anterior* (que, aqui, corresponde aos discursos que se ocuparam em *narrar* a “anterioridade” das teses do declínio e do fim da

política). Embora o discurso seja constitutivamente polifônico, porque se constitui em vista do outro, em alguns enunciados, na ausência de marcas da heterogeneidade, o conhecimento anterior de relações estabelecidas no interdiscurso permite reconhecer “sob a voz de um enunciador, a de outro” (Fiorin, 2003, p.34). A primeira parte do trabalho oferece esta contextualização necessária, para vislumbrar nos enunciados a presença de uma outra voz, ou de vozes misturadas.

Fora do contexto, nada permite conferir, com segurança, a um enunciado o estatuto de discurso indireto livre; isto está ligado à propriedade notável que possui de relatar alocações fazendo ouvir duas vozes diferentes inextricavelmente e misturadas, para retomar os termos de Bakhtin ou, dois “enunciadores” segundo palavras de Ducrot. (MAINGUENEAU, 1997, p.97)

Se falarmos de fórmulas em sentido estrito, como formas fixadas, e já conhecidas de uma comunidade, coletividade, não podemos, de acordo com Maingueneau, referi-las ao campo do discurso relatado. Maingueneau diz que não é possível tecnicamente citar um provérbio, mas apenas retomá-lo (como eco), “referi-lo a um Outro absoluto no qual estaríamos incluído por direito” (p.102). O recurso ao provérbio constituiu uma citação de autoridade. Nesse sentido, retoma-se uma verdade imemorial, ou seja, todas as suas enunciações anteriores. O que Maingueneau parece sugerir nesta observação é a existência de um regime especial de citação, distinto das modalidades convencionais (aplicável a provérbios e, talvez, estendido a outros tipos de fórmulas).

Estamos falando em discurso relatado sem realizar uma distinção terminológica: entre a citação de seqüências efetivamente realizadas anteriormente, de acordo com algumas correntes, o discurso relatado propriamente dito, e as ocorrências de discurso evocado, que é a representação de um discurso (socialmente definido) genérico ou impessoal (coletivo), sem enunciador definido (*diz-se* ou *como se diz*), que atualiza uma opinião comum (de uma comunidade, ampla ou fechada, da doxa). Nesta situação, não se trata de relatar um discurso “real”, mas um discurso “prototípico” (imaginado), manifesto sob formas generalizantes. Não nos preocupamos, por ora, com a ambigüidade do termo “relatado”, nem com a impropriedade de falar em discurso relatado para o fenômeno da retomada de fórmulas.

Discurso relatado, enunciação aforizante ou participação?

O conceito de *aforização ou enunciação aforizante*, segundo Maingueneau (2007a), descreve o funcionamento dos enunciados *destacados*. O autor chama a atenção para a ambigüidade do termo: “destacado” pode fazer referência à dissociação completa do enunciado do seu contexto original (é o caso dos provérbios ou fórmulas sentenciosas que pressupõem um rompimento com o texto de origem); ou então “destacado de um determinado texto”, procedimento que se inscreve na lógica tradicional da citação.

Maingueneau distingue, assim, a enunciação *aforizante* da *textualizante*. Esta última diz respeito a formas clássicas ou convencionais de citação, na medida em que inscreve o enunciado no interior de um texto que pertence a um gênero discursivo. Já a enunciação aforizante não entra na lógica de um gênero discursivo (o enunciado não é percebido como constitutivo de um texto). Diz respeito à citação de enunciados autônomos, descontextualizados, desprovidos de um gênero do discurso, independentes de um contexto, que podem ser reinscritos em outros gêneros textuais e contextos, e que, no uso corrente, recebem designações diversas, ou seja, são socialmente percebidos como “fórmulas”, “pensamentos”, “máximas” etc. Maingueneau (2007a) diz que o essencial é a tensão que se estabelece (e é percebida pelo analista, que, na condição de sujeito falante, porta uma competência discursiva, intuição, para reconhecer este tipo de enunciado “sentencioso”) entre uma *aforização* e o texto que a acolhe. A aforização corresponde, em princípio, a uma forma de citação (não se apresenta como um dizer *original*, mas como *relato, retomada, repetição de proposições com caráter de fórmula, vindas de outro lugar*).

O conceito da “aforização” designará então “o regime enunciativo específico dos chamados “enunciados destacados”, isto é, “enunciados curtos, na forma oral ou escrita, representados, em geral, por uma única frase, que são retirados de seu contexto original”.

Maingueneau propõe uma distinção do regime de enunciação aforizante da *sobreasseveração*. Enquanto a aforização concerne ao estatuto pragmático-discursivo de certas formas verbais – “a enunciação aforizante confere um estatuto pragmático específico

a um enunciado desprovido de contexto” (2007a, p.159) –, a sobreasseveração diz respeito a enunciados que comportam alguma marca de ênfase, que os credencia a serem destacados de seu texto fonte para se reinscreverem em outros textos. Trata-se de seqüências que, em seus textos de origem, apresentam-se sobreasseridas (porque contrastavam com os outros enunciados precedentes na linearidade textual, porque figuravam como enunciados conclusivos, generalizantes, porque portavam um outro ethos etc.). Mas enunciados não sobreasseridos em um texto também podem ser destacados e transformados em uma fórmula, em uma frase única, generalizante, remetida a uma instância enunciativa, anônima ou não. Assim, Maingueneau relaciona a noção de fórmula e o conceito de aforização à polifonia: o enunciador introduz, relata uma enunciação que não é sua, mas garantida por um enunciador genérico, universal, “todo mundo”, ou uma subjetividade particular. Em relação à enunciação aforizante, Maingueneau menciona dois tipos: a “sentenciosa” e a “pessoal”. A primeira concerne a enunciados autônomos e generalizantes (provérbios, adágios, ditos, slogans), é necessariamente polifônica, uma vez que o locutor atribui a responsabilidade pelo que disse a uma instância anônima (um hiperenunciador). A enunciação aforizante pessoal, ao contrário, atribui o dizer a um indivíduo (reproduz a opinião de alguém especificado) e não tem necessariamente o aspecto de enunciado generalizante. Em geral, a enunciação aforizante não se confunde com os demais enunciados que pertencem ao texto. A aforização implica que determinada seqüência textual funcione ilocutoriamente como um enunciado absoluto, sem contexto, produzido fora de um gênero discursivo, para fazer sentido(s), para poder circular em outros textos e contextos; é, nesse sentido, um enunciado autônomo.

Maingueneau indaga sobre a possibilidade de “manter a noção de sobreasseveração tanto para os enunciados destacáveis, inscritos em seu co-texto, quanto para os enunciados destacados” (2006a, p.90), e conclui pela separação entre uma lógica da sobreasseveração e da aforização:

Se existe uma mudança de ordem entre o textual e aquilo que poderíamos denominar o aforístico, que escaparia à oposição entre frase e textos, somos tentados a nos perguntar se o emprego do conceito de sobreasseveração para os dois casos em questão não cria suma continuidade artificial entre um e outro. Parece-nos preferível não confundir uma lógica de sobreasseveração – que faz aparecer uma

seqüência sobre um fundo textual – e uma lógica de aforização (parar ser exato, um destaque aforizante) que implica um tipo de enunciação totalmente diferente: uma outra figura do enunciador e do co-enunciador, do estatuto pragmático do enunciado. A aforização atribui um novo estatuto à citação. Não se trata mais de representar, mas de apresentar, de tornar presente, de fazer ouvir uma reserva de sentido na própria exibição de uma enunciação, de tornar enigmático um enunciado que manifesta e esconde tudo ao mesmo tempo, que apela para a interpretação (MAINGUENEAU, 2006a, p.90).

Maingueneau, assim, distingue os enunciados sobreasseridos em um texto dos enunciados efetivamente destacados. É a estes últimos, portanto, que a noção de aforização diz respeito.

La surassertion, qui pose un fragment comme détachable, est un phénomène qui relève du fonctionnement textuel, alors que l'énoncé détaché implique un régime énonciatif spécifique, non textuel, que nous désignons par le terme "aphorisation". Autrement dit, on ne confondra donc pas une logique de surassertion, qui fait ressortir une séquence sur un fond textuel, et une logique d'aphorisation – ou plus exactement d'énonciation aphorissante -, qui confère un statut pragmatique spécifique à un énoncé dépourvu de contexte. (MAINGUENEAU, 2007a, p.159)

Se a noção de *aforização* descreve, nos termos de Maingueneau, “um regime enunciativo específico dos chamados ‘enunciados destacados’” (2007a, p.155), no sentido de enunciados autônomos, a noção de *participação* (fusão de “participação” e “citação”) constitui, segundo Maingueneau (2006a), “um sistema de citação singular que se distingue da citação prototípica” (p.91).

A “*participação*” difere da citação prototípica, daquilo que geralmente vem ao espírito quando se fala de discurso “citado”: corte de um fragmento, explicitação de sua fonte, inserção de uma situação de comunicação de caso pensado em outra situação (com todos os problemas associados ao conflito de localização dêitica entre os dois espaços), distância variável entre mundo do discurso que cita e mundo do discurso citado em função da estratégia de modalização que o relator adota. (MAINGUENEAU, 2006a, p.92)

Na *participação*, compara Maingueneau, o enunciado “citado” é autônomo, “porque ele já o é originalmente ou porque ele foi previamente autonomizado mediante sua extração de um texto” (p.92); a sua citação deve ser reconhecida como tal, sem indicação de sua fonte, ou realizada por intermédio de um verbo introdutor; “o enunciado citado é

apresentado em seu significante” (p.92) ou o seu significante é restituído dentro de uma lógica à qual Maingueneau se refere “de discurso direto, mas levada ao extremo”; “o locutor que cita mostra sua adesão ao enunciado citado, que pertence àquilo que se poderia denominar de *Thesaurus* de enunciados de contornos mais ou menos fluidos, indissociável de uma comunidade onde circularam” (p.92), corresponde, assim, a uma forma de co-enunciação; e, por fim, supõe a figura de um *hiperenunciador*, *uma entidade validante* que funda os pontos de vista expressos pelo enunciador/locutor. Pode corresponder a um indivíduo (Deus, Cristo) ou a um “Sujeito Universal dóxico”, no caso dos provérbios ou a instâncias transcendentais ou institucionais (a Antiguidade, a Sabedoria, a Esquerda, os Democratas etc.). A questão aqui, segundo Maingueneau, é que “*modo de existência*” deve-se conferir a entidades deste tipo? “Cada artigo [da imprensa escrita] tem um autor singular, mas a instância que é o jornal transcende essa multiplicidade (...) É o que permite, por exemplo, dizer que existe um tom específico do *Libération*, por exemplo, ou que tal jornal tem esse ou aquele posicionamento político” (p.109).

O hiperenunciador aparece como uma instância que, por um lado, garante a unidade e a validade da irreduzível multiplicidade de enunciados do *Thesaurus* e, por outro, confirma os membros da comunidade em sua identidade, pelo simples fato de manterem uma relação privilegiada com ele (...) As práticas de *participação* são, assim, ligadas a *ethé* discursivos característicos que cavam um desnivelamento enunciativo, e o locutor mostra com isso que ele é apenas o porta-voz contingente de uma Fala vinda não importa de onde, passível de ser assumida não importa por qual membro da comunidade. (MAINGUENEAU, 2006a, p.107)

Maingueneau compara o fenômeno da *participação* ao discurso direto livre na ausência da fonte, mas os distingue em relação ao estatuto desta fonte anônima: enquanto no discurso direto livre citam-se enunciados da doxa (ou “discursos-clichê”), uma voz ordinária (enunciados atribuídos a uma pessoa qualquer), na *participação*, os enunciados advêm de uma voz anônima “extra-ordinária” (a instância validante do enunciado corresponderia ao sujeito universal, ou a sabedoria popular, ou a entidades transcendentais etc.). No caso dos provérbios e adágios jurídicos, segundo Maingueneau: “o enunciador invoca um hiperenunciador, uma outra instância não nomeada – a sabedoria das nações ou

do Direito francês – reconhecida pelos seus interlocutores, membros de uma comunidade de experiência, da mesma tradição” (2006a, p.96).

Conclui Maingueneau que:

o locutor que cita em discurso direto livre se situa acima do propósito citado, ele não se encontra em uma lógica de co-enunciação” (2006:93). A ausência de fonte e de marcas formais indicativas de citação se explica na participação, segundo Maingueneau, porque “o acordo entre as duas instâncias é tal que se faz inútil a presença de outras marcas de adesão ao PDV [ponto de vista]. (MAINGUENEAU, 2006a, p.107).

Além dos provérbios e do adágio jurídico, Maingueneau dá como exemplos de *participação* as fórmulas em sentido geral (qualquer enunciado curto e/ou genérico e automatizado, com relativa estabilidade significante, e autor não explicitado), como os aforismas, as frases célebres ou citações conhecidas (como as fórmulas filosóficas, por exemplo), gritos de guerra, slogans, citações bíblicas, etc. A *participação* implica, assim, a inserção (citação) de enunciados sem autor, que pertencem ao “Thesaurus” de uma comunidade, ampla ou restrita, conhecidos de todos que dela participam.

Maingueneau (2006a) propõe a seguinte análise para um caso de *participação* do Thesaurus bíblico:

Neste excerto do *Tratado de Amor de Deus* de São Francisco de Sales

(8) “Teotimo: *quem olha para a mulher de seu próximo desejando-a, já adulterou com ela em seu coração*, e aquele que amarra seu filho para imolá-lo, já o sacrificou em seu coração.”

não existe indicação do autor, recorre-se somente ao itálico. Do leitor modelo, cristão, neste caso, espera-se que perceba que se trata de uma frase do Cristo (Mateus, cap.5, 28). Observar-se-á que o texto distingue bem as falas citadas *propriis verbis* e as alusões a uma passagem da Escritura, como aquela no episódio do sacrifício de Isaac na frase que segue (“que amarra seu filho para imolá-lo”). Nesse exemplo a *participação* implica diretamente o *hiperenunciador*, por menos que se admita que Jesus é Deus: por intermédio do Cristo, exprime-se o *hiperenunciador* que funda o *Thesaurus* católico, o próprio Deus. [...] Essa prática leva logicamente ao desaparecimento das marcas de discurso citado: cabe ao leitor ou ao ouvinte reconhecê-lo. O verdadeiro crente é aquele que tem essa competência... (MAINGUENEAU, 2006a, p.100)

De certo modo, as análises de *participação* exigem também uma distinção nestes moldes: entre aquilo que corresponderia a falas citadas (no nosso caso, de expressões

comumente consideradas cristalizadas, pelo seu pertencimento ao “arquivo”, ou à “memória” ou “Thesaurus” de uma comunidade, doutrina, à opinião pública etc.) e a alusões.

É possível considerar os enunciados a seguir como casos de *participação*: os enunciados em itálico correspondem a formulações (opiniões) típicas de um discurso anterior e exterior (“ecos” da crítica à política tal como se apresenta na atualidade) e são retomadas ou integradas no *continuum* dada a adesão dos enunciadores ao enunciado. Elementos do cotexto e sua identificação a um posicionamento pressupõem que sejam enunciados no tom requerido (não se trata de tom triunfal, por exemplo). Cita-se o “Thesaurus” de uma comunidade ou doutrina.

Um senador italiano, Mario Tronti, escreveu um livro ao deixar a política, dizendo que as forças do mercado igualaram a todos. *Não há mais autonomia do político*. Esse é um problema, mas não é o único.³²³

Esperança coletiva, solidariedade social e política... Essas palavras eram as mais utilizadas em maio e junho de 1936 (quando a Frente Popular, uma coalizão dos partidos de esquerda então no poder, instituiu muitas leis trabalhistas, tais como a das férias remuneradas). Setenta anos depois deste “belo verão”, o contraste é espantoso entre a França da Frente Popular, por vezes ingênua com o seu entusiasmo excessivo, em particular no plano internacional, e aquela do verão que está começando: *não há mais nenhum projeto coletivo*, instaurou-se uma angústia social multiforme, enquanto a solidariedade está em frangalhos diante dos avanços de uma verdadeira ideologia do individualismo.³²⁴

Quanto aos efeitos dos procedimentos de aforização e sobreasseveração, apresentamos, na sequência, alguns exemplos comentados por Maingueneau.

Ao tratar do destacamento efetivo de enunciados, Maingueneau cita uma querela envolvendo católicos e jansenistas. O Papa Inocêncio X condenou determinadas *proposições* citadas na tese de estudantes, e extraídas do texto Augustinus, de Jansenius. A defesa dos jansenistas à acusação consistiu em mostrar que estes enunciados destacados (e convertidos em teses vigorosas) não figuravam como tal (como teses vigorosas, afirmações categóricas etc.) no texto do autor (na realidade, no destacamento, os enunciados foram

³²³ Fernando Gabeira. Onde jogam os políticos? **Folha de S.Paulo**, 17 jun. 2006.

³²⁴ Jean-Louis Andreani. France solidaire et France libérale. **Le Monde**, 15 jun. 2006.

modificados, convertidos em enunciados autônomos e, assim, se construiu certa representação do pensamento de Jansenius).

A objeção dos jansenistas consistia em dizer que essas proposições não figuravam no texto de Jansenius, que eles não eram objeto de uma asserção de sua parte no livro, que ele não podia, portanto, ser seu locutor, no sentido modal. Vê-se que os os adversários dos jansenistas operaram uma “sobreesseveração derivada”, por meio de uma mudança que condensa em alguns enunciados autônomos a doutrina que Jansenius presumivelmente defende (...) A estratégia de defesa dos jansenistas consistirá, logicamente, em desfazer esse nó, em romper todo elo entre o locutor Jansenius e esse sobreesseverador construído pelo trabalho sobre os textos. Neste caso, o sobreesseverador é particularmente autônomo em relação a Jansenius. (MAINGUENEAU, 2006a, p.88).

Qual a razão histórica que leva a reduzir o que o outro diz a fórmulas? Pode-se supor que seja a polêmica, a disputa de poder entre grupos, posicionamentos discursivos, doutrinas, num espaço dialógico de confronto de pontos de vista.

A respeito da querela envolvendo o papa e os jansenistas, Maingueneau oferece a seguinte resposta:

Os adversários dos jansenistas não o condenaram integrando elementos da doutrina numa forma de discurso citado (“a idéia defendida por Jansenius segundo a qual”, “Jansenius afirma erroneamente que...”, etc.); eles acreditaram ser necessário condensar aquilo que pensavam ser sua doutrina em alguns enunciados sobreesseverados. Queriam condenar proposições, suscetíveis de serem assumidas por um sujeito responsável diante do mundo, e não se confrontar com um livro que faz uma exposição argumentada, que desdobra um espaço dialógico de confronto de pontos de vista dentro dos limites impostos por certo contrato genérico. (MAINGUENEAU, 2006a, p.89)

Quanto à enunciação aforizante, Maingueneau alerta sobre as “aforizações originais” (espécie de enunciação por aforismas):

On peut néanmoins se demander s'il existe exceptions, c'est-à-dire des aphorisations en quelque sorte primitives comme telles par un locuteur. De tels énoncés existent. On peut penser à ceux que produisait la Pythie antique, ou plus largment n'importe quel devin ou gourou qui, interrogé, ne répond pas par une argumentation ou par un récit mais en proférant un énoncé bref, énigmatique, absolu. On ne peut pas parler ici de citation, mais on observera que l'on a affaire à des locuteurs très particuliers, qui se présentent comme parlant au nom d'un Esprit qui les inspire; leur statut fait qu'ils n'appartiennent pas pleinement au monde de ceux à qui il s'adressent. Ainsi, même s'il se trouve que l'immense

majorité des aphorisations personnelles résultent d'un travail de détachement textuel, on ne peut pas exclure que dans certaines situations de communication très particulières on ait affaire à des aphorisations qu'on pourrait dire "originelles", données d'emblée comme telles. En fait, tout se passe comme si l'aphorisation "originelle" poussait à l'extrême la logique de la citation: la personnalité charismatique d'emblée une aphorisation vouée au commentaire, dans une sorte d'autocitation originelle. Avec l'aphorisation, on touche à l'archaïque. A travers elle, c'est la Vérité qui se manifeste para la bouche d'un Sujet en majesté. (MAINGUENEAU, 2007a, p.161)

Considerando esta observação de Maingueneau, de condensar o dizer de outrem em proposições gerais, e os nossos dados, podemos interrogar se não estamos, na realidade, no domínio devidamente assentado do fenômeno da interincompreensão regrada, se a mobilização destas novas conceitualizações não resulta de um exercício intelectual inútil. Mas observamos, em alguns enunciados do corpus, que não se trata de casos de interincompreensão clássica, de tradução, sob a forma de simulacro, do dizer de outrem. Por exemplo, onde o discurso do declínio lê “privatização do espaço público”, “colonização da esfera pública”, “modernização [entre aspas] da política”, o seu opositor lê “evolução das relações entre o público e o privado” ou “modernização da política/ da esquerda”. A expressão “redefinição das relações entre o público e o privado” denota aparente neutralidade, faz pretensamente uma descrição do fenômeno observado, ao contrário de “privatização”, “colonização” e “evolução”, que marcam abertamente um posicionamento.

De fato, a tendência oposta à advertência é a que parece estar se operando – a *colonização da esfera pública* por questões anteriormente classificadas como privadas e inadequadas à exposição pública. O que está ocorrendo não é simplesmente *outra negociação da fronteira notoriamente móvel entre o privado e o público*. O que parece estar em jogo é uma *redefinição da esfera pública* como um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos.³²⁵

Entretanto a política como veremos mais adiante, ignorava isso e continuava sem qualquer hesitação em sacrificar a vida privada em prol das exigências reais ou, supostamente, de interesse comum. Todas as guerras comprovam. Foi exatamente o que mudou e, sem sombra de dúvida, sob influência da história da família moderna. É *essa evolução das relações público/privado* que se deve tentar analisar e compreender se quisermos situar corretamente os desafios da política com relação às expectativas atuais, às vezes inéditas e de espantosa força, das famílias.³²⁶

³²⁵ Bauman, 2000, p.83

³²⁶ Ferry, 2008, p.80

As análises de Sennett permitem compreender de que modo *essa redefinição das relações entre o privado e o público* vai afetar profundamente as formas de recepção dos discursos políticos. Ela vai fazer com que cada vez mais a crença política dependa estreitamente da percepção psicológica da autenticidade do orador, do espetáculo de sua sinceridade, da encenação de seus sentimentos. Certamente, isso não é próprio dos Estados Unidos.³²⁷

*¿Qué tienen en común cosas en apariencia tan dispares como la política de Sarkozy en relación con su vida privada, las recientes manifestaciones de los obispos españoles o la personalización de las campañas electorales, reducidas a una cuestión de confianza en la persona de los candidatos? La respuesta a esta adivinanza es: se está modificando el esquema de articulación entre lo privado y lo público al que estábamos acostumbrados.*³²⁸

Não queremos tratar da tradução dos enunciados do outro nestes termos, mas de uma simulação ou representação (uma *citação*) daquilo que, eventualmente, corresponderia ao dizer do outro. Também não se trata de citação de qualquer fragmento ou sequência textual, mas de enunciados-fórmula (com aparência de fórmula no sentido amplo e no sentido apurado de Krieg-Planque), que resumem um posicionamento discursivo. Enfim, trata-se de reconhecer na “expressão” a citação destas “opiniões comuns” (do discurso do declínio da política), textualizadas (da perspectiva formal) como tais e proferidas (da perspectiva do tom) como tais.

O que pode explicar um procedimento discursivo – uma maneira específica de citar não é contingente – em relação às ocorrências registradas no nosso *corpus* (circunscrito a uma temática específica) é a “entidade” de origem destas proposições (o seu hiperenunciador), o seu estatuto discursivo-pragmático, de discurso da doxa filosófica, do senso comum. O discurso, neste contexto, não provém de um indivíduo (autoridade) ou fonte transcendente, mas de uma doutrina, de grupos (de nostálgicos, conservadores, velhos utopistas desgostosos, de certa esquerda e de certa direita etc.), que têm um modo de existência próprio. Ao ser citado se opera então o “desnivelamento” enunciativo entre as

³²⁷ Courtine, 2003, p.133

³²⁸ Daniel Innerarity. La privatización de la vida pública. **El País**, Opinión, 28 jan. 2008.

O título, que contém uma expressão marcada, “engana”:

ELPAIS.com Edición Impresa Opinión

TRIBUNA: LA CUARTA PÁGINA DANIEL INNERARITY

La privatización de la vida pública

El "lado humano" de las cuestiones políticas (el carácter, estilo, simpatía, talante, popularidad de los gobernantes) adquiere primacía sobre su competencia profesional. Se vota por los atributos personales

DANIEL INNERARITY 28/01/2008

vozes. Estamos considerando que mesmo nos casos em que o enunciador não está de acordo com o enunciado citado, é possível falar em hiperenunciador (esse “modo de existência” da fonte dos enunciados que orienta o modo de enunciação da sequência citada).

Outra explicação é a eficácia (devido a opacidade) deste tipo de citação descontextualizada a que corresponde a aforização: “*quand on veut condamner quelqu’un pour ses propôs, en général ce n’est pas un texte – toujours relatif à un contexte – mais une aphorisation ou un ensemble d’aphorisations que l’on condamne*” (Maingueneau, 2007a, p.162). Assim, o regime discursivo aforizante cita proposições, referidas a um sujeito de pleno direito (a instâncias institucionais). É importante lembrar a caracterização do discurso como lugar-comum filosófico (por isso, a referência anterior a um hiperenunciador, ainda que não se comporte como “instância validante”).

Maingueneau, para exemplificar, cita os versículos do Evangelho de São Marcos sobre o julgamento de Jesus, em que os testemunhos dos que querem condená-lo exibem (representam) as suas palavras como uma espécie de aforização sacrílega: “E, levantando-se alguns, testificaram falsamente contra ele, dizendo: Nós ouvimos-lhe dizer: Eu derrubarei este templo, construído por mãos de homens, e em três dias edificarei outro, não feito por mãos de homens” (Mc, 14, 57-59).

Ceux qui veulent le faire condamner exhibent une aphorisation sacrilège, don’t l’absence de contexte n’a rien de contingent: c’est la mauvaise nature du Sujet qu’il faut dénoncer, et non un énoncé dans un genre du discours (MAINGUENEAU, 2007a, p.162).

Mas se pode também conjecturar relações entre um gênero discursivo e uma maneira de citar.

Temmar (2007) destaca, entre outras propriedades do discurso filosófico, a construção de um universo conceitual que reivindica autonomia e singularidade em relação a outras doutrinas filosóficas, o que explica, segundo a autora, o seu regime de citação usual ou preferencial não se confundir com formas de discurso relatado tradicionais ou de repetição do discurso de outrem. No caso do discurso filosófico, observa-se o que Temmar denomina de “integração distanciada”:

Le propre du discours philosophique serait de construire, à partir de ses conditions d'institution, un univers conceptuel qui revendique l'autonomie et la singularité en se situant par rapport aux autres doctrines ou traditions philosophiques. Dans ce travail philosophique de desconstrution du sens (instauration discursive), la relation citacionnelle, pour prendre ce procede discursif exemplaire, n'est jamais reproduction/répétition, mais elle est prise dans un processus qui fait que, tout en posant le discours de l'autre, le philosophe se pose a travers lui par intégration distante. Le discours philosophique est engagé dans ce Double jeu, riche d'énoncés détachables (sorte de formules, sentence, maximes) circulants ils sont apparaît comme un lieu de "transit" et de réinscription d'énoncés ou formules qui viennent d'autres philosophies. Mais c'est aussi à travers le jeu de citations que se pose l'autonomie, la spécificité de tel discours philosophique par rapport à tel autre. (TEMMAR, 2007, p.158)

O espaço doutrinal, segundo Temmar, não é fechado, ao contrário, aparece como um lugar de passagem (de circulação) de enunciados ou fórmulas advindos de outras filosofias.

Ao estudar o discurso filosófico, Temmar (2007) põe em relevo a maneira como certas formas expressivas são coerentes, isto é, articulam-se aos pressupostos teóricos das doutrinas filosóficas. No nível da textualização, se se trata de "lugar-comum", a sua inscrição é coerente com essa orientação ou expectativa no plano do conteúdo (dos princípios). É em função deste gesto de categorização do discurso outro como lugar-comum (da doxa e da filosofia) que se pode também explicar os procedimentos discursivos de inscrição/incorporação do outro na materialidade, quando o enunciador faz intervir outros pontos de vista (por intermédio de enunciados que parecem ser os de outros enunciadores, correntes, doutrinas), produzindo um efeito polifônico.

As observações de Temmar, acerca do discurso filosófico e de seu regime de citação, nos dão base para insistirmos na localização, nos textos que pertencem ao domínio das ciências humanas e sociais, de enunciados que *citam* o discurso do declínio por intermédio de fórmulas. Aquelas expressões, tipicamente associadas ao discurso do declínio da política, circulam, nestes lugares, como retomadas de "já-ditos" (lugares comuns, velhas verdades etc.). Temos a impressão de que a alteridade, em algumas partes dos textos (no caso dos textos teóricos, na introdução e nas considerações finais, nos espaços mais

subjetivos³²⁹), se dá pela presença destas “fórmulas” (conforme a discussão que fizemos da noção), ora marcadas, ora não-marcadas.

Contudo, esse modo de citação (pelo menos, em relação a esta temática) parece não ser exclusivo dos textos filosóficos. Nos enunciados jornalísticos, o outro também é convocado nestes termos (o gênero jornalístico também pode explicar esse modo de apropriação de enunciados em um espaço de transmissão de informações de massa). Assim, a maneira como a mídia apreende, em determinados gêneros do discurso jornalístico, estes enunciados categorizados como opinião comum articula-se à prática discursiva midiática de transmissão de informação.

Mas com base nos nossos dados, podemos dizer apenas que, nos casos de adesão ao enunciado citado, a citação sem autor, das múltiplas expressões (ou índices) da mutação da política, na imprensa, explica-se pela sua assunção como fato, ou verdade “no bom sentido” (não se trata de idéia pronta, nem de velhas verdades).

(1) Agora, dois fatores se combinaram para produzir o torpor que foram esses intermináveis meses de anticampanha, culminando com o melancólico espetáculo de anteontem, que, como não podia deixar de ser, se resumiu numa sucessão de rajadas contra o alvo ausente, o presidente Lula. Um dos fatores da dormência é de natureza estrutural: o sistema de propaganda eleitoral e as regras dos debates na televisão. O outro, a conduta de Lula, antes e durante o processo. É certo que, na era da videopolítica, conforme a expressão do pensador italiano Giovanni Sartori, a telegenia dos candidatos, o maior ou menor appeal de sua figura e de sua personalidade - uma coisa e outra construídas pelos marqueteiros -, tem um peso desmedido nas decisões do eleitorado. E, apesar da relativa convergência das posições políticas, *no mundo que já não se divide em torno de grandes e conflitantes concepções sobre a organização da economia e o funcionamento da sociedade*, nos países amadurecidos o eleitor é capaz de identificar programas próprios nas diversas correntes partidárias.³³⁰

(2) Mas existe agora uma diferença importante. *O mundo não está mais dividido entre duas visões antagônicas que reclamavam uma tomada de partido. Foi-se a era das revoluções, a grande política está extinta, a vida pessoal adquiriu um relevo cada vez maior e a mentalidade pragmática impera em todos os sentidos.* Ou seja, nas mais retrógradas

³²⁹ Tomando emprestado o exemplo do tratado de matemática usado por Foucault para justificar sua definição de sujeito como “função”, e demonstrar a sua dispersão, Foucault diz que, no prefácio, a posição de sujeito enunciativo somente pode ser ocupada pelo autor: “Na frase do prefácio em se explica porque o tratado foi escrito, em que circunstâncias, para responder a que problema não resolvido ou a que inquietação pedagógica, utilizando que métodos, depois de que tentativas e fracassos, a posição de sujeito enunciativo só pode ocupada pelo autor ou autores da formulação” (2007, p.105).

³³⁰ A pior de todas as campanhas. **OESP**, 30 set. 2006. Notas e informações, p. A3.

tradições da política brasileira desponta um surpreendente elemento contemporâneo: consenso em vez de polaridade política, melhoras "incrementais" em vez de soluções drásticas, "avanço" em vez de revolução.³³¹

- (3) Com o segundo mandato de Lula, o sistema político se organizou em dois pequenos pólos (PT e PSDB/DEM) e numa imensa massa política indistinta disposta, em sua grande maioria, a se aliar ao governo. Qualquer governo. Para completar, *os dois pólos não têm grandes divergências quanto às decisões políticas e econômicas mais fundamentais*. As diferenças são, de fato, marginais. Nove fora a corrupção e o banditismo, isso é *o que se chama hoje de um sistema político moderno* e de uma economia devidamente integrada ao mercado mundial (...) a discussão política atual se divide entre quem se adapta aos limites estreitos dessa política institucional e quem "rejeita tudo o que está aí". Nos dois casos, o que se tem é uma negação da própria política, porque se confunde política e democracia com o sistema político. É uma alternativa conservadora (...). Não só a nova geração de políticos brasileiros é especialmente talentosa em falar muito e não dizer coisa nenhuma (sendo que os mais velhos não ficam atrás). Também a produção cultural e o debate político em geral simplesmente desistiram de falar de coisas relevantes. Ficam entre a futilidade e a negação abstrata da política. Recusar os termos limitados em que se dá o debate na lógica do sistema político atual não tem nada de incompatível com intervir nesse sistema, explorando as margens de ação para alargá-las o quanto possível.³³²

Chamamos a atenção para as frases sentenciosas. Em (1) e (2), "anunciam" uma constatação objetiva da realidade (como se advindas de saber geral). Em (3), temos uma forma metalingüística explícita de distância, que indica uma não-coincidência interlocutiva, segundo a classificação de Authier-Revuz (1998): "conjurar o ato de que uma maneira de dizer ou um sentido não são inteiramente, ou absolutamente, 'partilhados'" (p.22). É possível supor também um desacordo quanto à adequação da "palavra" moderno à "coisa" (uma não-coincidência entre as palavras e as coisas). Como neste outro exemplo, em que as não-coincidências se confundem:

*Los ciudadanos europeos son cabalmente conscientes – todos los estudios empíricos competentes coinciden – de la impotencia, dígame así, de los grandes partidos tradicionales frente a la transformación de la vida social impulsada sin estorbos aparentes por las empresas transnacionales y los mercados financieros internacionales.*³³³

Na realidade, sinaliza afastamento em relação ao que vem de outro lugar, representado como uma opinião geral (*isso é o que se chama hoje de "x"*). Em (3), o enunciador *mostra*, deste modo, que não está comprometido com essa posição (que é de

³³¹ Otavio Frias Filho. Brasil inzoneiro. **Folha de S.Paulo**, 07 set. 2006.

³³² Marcos Nobre. Modernidade. **Folha de S.Paulo**, 19 junho 2007.

³³³ Domenèch, Antoni. Reventós, Daniel. Tras la era de la codicia. **EL País**, 31 dez. 2006.

outrem) e, de outro, categorizando o seu próprio ato de enunciação como um ato de *recusa* (ao invés de aceitação, capitulação, resignação etc.). Na realidade, responde a dois outros discursos. Estas *constatações* quanto ao estado atual da política impõem sempre um problema ao enunciador, que tem de se desvencilhar de seu sentido mais conservador (*o de fim das ideologias, o de fim da história...*). O enunciador se vê obrigado a marcar o seu posicionamento, a se comprometer com uma perspectiva, ao usar “expressões problemáticas” (no sentido de Krieg-Planque).

Nas análises que seguem vamos procurar distinguir os diferentes regimes de enunciação segundo as noções de *aforização* e *participação* e as descrições estabelecidas no campo no discurso relatado (Bakhtin e Authier-Revuz).

- (4) A REFLEXÃO sobre o populismo na Europa afixou-se com a ascensão dos partidos de direita, sem golpes de força e com notável desempenho eleitoral. As causas desse fenômeno são colhidas, pelos que o estudam, *na fictícia negação dos confrontos políticos, correlata ao consenso "para além da direita e da esquerda" [Trecho 1]*. Essa "Terceira Via" tentou conciliar eficiência econômica com igualdade e justiça social, minorando as seqüelas do setor financeiro hegemônico e da "estabilidade com crescimento sustentável". O desfecho foram retração econômica, desemprego, queda na renda, peso de impostos, "flexibilização" das relações de trabalho, insegurança pessoal e pública, propiciando o declínio democrático e o controle político da ansiedade e das frustrações. *O discurso despolitizado e a fantasia da pacificação social dissolvem as lutas reais e retiram da esfera pública as decisões de alcance coletivo [Trecho 2]*. O slogan é "governabilidade e coalizão partidária", sacralizando o consenso na "política sem adversários" (De Voos). O campo conflituoso entranha-se na massa de insatisfações e carências, fonte do populismo de direita. "Quando a política democrática se limita a assegurar o bom funcionamento do mercado, estão reunidas as condições para que demagogos talentosos expressem as frustrações populares" (C. Mouffe). Surge, aí, o fantasma do "inimigo interno" (C. Schmitt). O mesmo feixe econômico, sociopolítico e doutrinário desdobra-se no Brasil [Trecho 3]. Lula quer governar "sem oposição", *a esquerda é doença juvenil, o centro é equilibrado. Todos "amadureceram"*: figuras do regime militar aliam-se a seus opositores, hoje no poder. Para atenuar a rude dominação, Lula expandiu as "solidariedades" de FHC. Dilatadas, surtiram votos, unindo-se à projeção, no líder, "das camadas C e D", cujo ressentimento açulou-se "mexendo na auto-estima das pessoas" [Trecho 4]. J. Santana lança temas "de imensa comoção política" - a mística nacionalista -, "utilizados do ponto de vista tático", visando "o brasileiro comum", a classe média que decidiu o 2º turno [Trecho 5]. Esse nacionalismo foi temperado pelo preconceito às avessas, pela exploração das fronteiras culturais, iluminando o migrante desvalido. Note-se que a direita européia camufla o racismo acentuando as diferenças culturais e os óbices à integração social. A categoria política "povo" é forjada contra "o outro", encarnação do mal. O oprimido é vítima das "elites", o demagogo é voz do pequeno ("kleiner Mann", Haider, Áustria), tal como Lula comemorou, em sua fala inaugural, a vitória do "andar de baixo". O populismo moderno, "globalizado", mobiliza

ideários análogos, complexo cujo peso negativo é agravado por nossa condição "colonial".

334

O texto se constitui a partir de enunciados destacados de outros textos, com ou sem explicitação da fonte e segundo diferentes modos de citação, algumas (cf. trechos 3 e 5) próximas do discurso citado usual (recorte de um fragmento, indicação da fonte, e integração das palavras do outro por intermédio de aspas). Também ocorre a integração de algumas passagens (o que aparece entre aspas), sem que o enunciador recorra a verbos introdutores de opinião. Não sei se podemos tratar como um caso de ilha textual em discurso indireto, na definição de Authier-Revuz. Na referência a João Santana³³⁵, o “marqueteiro” da campanha do presidente Lula à reeleição em 2006, tanto conserva fragmentos da formulação original, como produz outro enunciado com o “mesmo” sentido

³³⁴ Maria Sylvania Carvalho Franco. Populismo: direita ou esquerda? **Folha de S.Paulo**, 01 fev. 2007.

³³⁵ FOLHA - Como foi pensada *a mudança de enfoque* da campanha no segundo turno, e, mais especificamente, como foi definida a abordagem a respeito do tema privatização?

SANTANA - Esse é um tema riquíssimo que foi muito bem pensado. Nós tínhamos alinhado alguns dos *temas de intensa fragilidade e de imensa comoção política*. Estava em primeiro lugar a privatização. Não usamos no primeiro turno porque não houve necessidade de embate direto.

FOLHA - A forma como o assunto foi usado não se prestou a deseducar o eleitor? Propagou-se a noção de que a privatização em si é algo ruim...

SANTANA - Foi deseducativo de acordo com determinado ideário. Para o 'consenso de Washington', sim. No Brasil, para alguns setores, revigorou-se um sentimento cívico. Não faço juízo de valor, mas o fato é que *a privatização se apresenta no imaginário brasileiro com uma série de emoções políticas que poderiam ser, do ponto de vista tático, utilizados pela gente*.

[...]

FOLHA - Sim, mas estamos aqui falando de *uma percepção dos eleitores, do imaginário da população*, não necessariamente do que de fato ocorreu. Nesse sentido, não é desonesto se beneficiar de uma idéia geral que vigora na sociedade? Algo que possivelmente o próprio presidente da República sabe que não é *a verdade completa*?

SANTANA - Não. Eu trabalho com o imaginário da população. Em uma campanha nós trabalhamos com produções simbólicas. Não considero que exista aí desonestidade, pois o tema foi, pelo menos, discutido. É bom que a população fale e reflita sobre esses temas. No primeiro turno, analisando as pesquisas, eu vi que essa discussão poderia ser retomada. Enxerguei ali um 'monstro vivo' que poderia ser jogado.

[...]

FOLHA - E no caso *do debate sobre privatização* houve também um subproduto propagado pelo presidente da República: privatizar é ruim. E todos sabem que não é esse o conceito que de fato vigora dentro do governo Lula.

SANTANA - Não. Eu acho que a mensagem passada foi a de que privatizar como eles, os tucanos, fizeram é que é ruim. O debate aqui é quais são os limites éticos dentro de uma campanha política. Não acredito ter rompido nenhum limite com a discussão sobre privatização. E ainda enriquecemos o debate político. *A percepção de que esta foi uma campanha eleitoral vazia, sem debate e inócua é um equívoco*. Daqui a 10 ou 20 anos ao se comparar esta campanha com outras anteriores vão concluir que foi uma das mais politizadas que o país já teve. Não houve rendição ao marketing. (Entrevista com João Santana. “Lula sempre se beneficia na situação de vítima”. **UOL Últimas Notícias**, 05 nov. 2006)

(brasileiro comum, entre aspas, é, na realidade uma tradução; no original, Santana fala em população, imaginário do brasileiro, diferentemente das outras sequências entre aspas que correspondem à “expressão” de outrem). Também reformula as palavras de Lula³³⁶, transformadas em frases sentenciosas, absolutas, generalizantes: *a esquerda é doença juvenil, o centro é equilibrado*. Temos uma situação em que se representa a palavra do outro como sentenciosa, e sem relação com a fala original. A presença do outro não é explicitada segundo marcas claras (aspas, pontuação, verbos *dicendi*), mas pela forma sentenciosa (enunciados curtos, sumários) na linearidade; são percebidas como vindas de outro lugar, associadas, não necessariamente a um hiperenunciador individual (Lula), mas a uma opinião comum, compartilhada. Pode-se falar em enunciação aforizante. Outra sequência (trecho 2) pode ser pensada em termos de particitação (*O discurso despolitizado e a fantasia da pacificação social dissolvem as lutas reais e retiram da esfera pública as decisões de alcance coletivo*). Temos a menção das palavras “dos que estudam o fenômeno”, pronunciadas no texto, sem os sinais de pontuação, tipográficos, sintáticos esperados. A presença do outro não é explícita, mas apreendida segundo marcas difusas. No trecho 1, o modificador “*fictícia*” sinaliza discordância quanto à opinião dos discursos que negam os confrontos e pregam o consenso. Os enunciados na sequência seriam representações típicas das discursivizações críticas da terceira via, cujas palavras são integradas (e mantidas a distância) por meio de aspas (“para além da direita e da esquerda”, “flexibilização”). Entendemos que podem corresponder à transmissão do discurso dos que realizam a crítica à terceira via, ao qual o enunciador é solidário (certas expressões ali têm origem no discurso dos críticos). A adesão é tão evidente que é desnecessário citar da

³³⁶ “... eu não sei se o Delfim Neto está aqui, porque eu agora sou amigo do Delfim Neto. Passei vinte e poucos anos criticando o Delfim Neto e agora o Delfim Neto é meu amigo e eu sou amigo dele. E por que eu estou dizendo isso? Porque eu acho que é a evolução da espécie humana. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda, e as coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo e de acordo com a responsabilidade que você tem, não tem outro jeito. Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ele está com problema. Se conhecer uma pessoa muito nova de direita, também está com problema. Então, quando a gente tem 60 anos, Antônio Ermírio, é a idade do ponto de equilíbrio, em que a gente não é nem um nem outro, a gente se transforma no caminho do meio, aquele caminho que precisa ser seguido pela sociedade.” (Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos prêmios: “Brasileiro do Ano” pela revista *IstoÉ*, “Empreendedor do Ano” pela revista *IstoÉ Dinheiro* e “Personalidade do Ano” pela revista *IstoÉ Gente*. São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2006)

maneira convencional (o enunciador assume as palavras vindas de um hiperenunciador “os que estudam o fenômeno”, os críticos da terceira via).

- (5) Com suas diversas caras, o conservadorismo brasileiro deixou há já algum tempo os salões e se espalhou pelas páginas dos jornais, das revistas, da internet. O ex-ministro Pedro Malan *adota tom triunfalista* sobre seus críticos e pontifica que a chamada “questão social” (falando claro: 90 milhões de brasileiros, por baixo) é assunto para ser resolvido em décadas. É autor da profecia que ele mesmo realizou: foi Malan quem aumentou alucinadamente o endividamento público e engessou o orçamento por décadas. O cientista político Leôncio Martins Rodrigues insiste em que não se poderia mesmo esperar muito do governo Lula: sendo pouco sofisticados e não tendo nunca chegado ao governo federal, foram com muita sede ao pote do poder. Falta classe a esse governo. Ou tem “classe” demais, talvez. E o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso o secunda nesse preconceito de classe desbragado sempre que lhe convém. Claro e direto foi Olavo Setubal. Tendo servido à ditadura militar sempre que pôde e foi chamado, Setubal diz que tanto faz Lula como Alckmin porque os dois são conservadores. A lição implícita é: *o conservadorismo venceu, a política já não tem nenhuma importância, é um espetáculo irrelevante*. Difícil mesmo de entender é o que está acontecendo do lado oposto do espectro político. Que não pare qualquer dúvida: as análises de Francisco de Oliveira em nada e nem de longe podem ser aproximadas desse novo conservadorismo. O espanto provocado por sua posição é político: diante dessa vitória esmagadora de uma direita brasileira de nova cara, como é possível defender que, para a esquerda, a política se tornou irrelevante? Porque a autêntica vitória do conservadorismo é sempre essa: tornar a política irrelevante, tornar a própria democracia irrelevante e decorativa. Não se trata de ignorar os estreitos limites impostos pela vitória conservadora atual. Trata-se de agir dentro desses limites para alargá-los, para mostrar que não são naturais, que são limites estabelecidos na e pela luta política. É sim de política que se trata, mesmo que esse debate crucial ainda esteja ausente desta eleição.³³⁷

Chamamos a atenção para dois aspectos em (5): os comentários metadiscursivos e a representação que se dá do discurso do outro por intermédio de fórmulas. Comenta-se o “modo de existência” do discurso conservador, o tom, triunfalista (que *anuncia, proclama*), a partir do qual se infere o modo de dizer dos enunciados *citados*: *o conservadorismo venceu; a política já não tem nenhuma importância; [a política] é um espetáculo irrelevante*, pronunciados pelos “conservadores”. Estes enunciados ocupam uma posição destacada (formulação introdutória, “a lição implícita”, e dois pontos, que assinalam tratar-se de citação). As palavras que parecem ser do outro são incorporadas com o seu acento, proferidas num tom triunfalista, representando a enunciação conservadora como de slogans ou frases sentenciosas. Para Reboul (1975), assim como a palavra de ordem, normas e

³³⁷ Marcos Nobre. A cara dos conservadores. **Folha de S.Paulo**, 16 ago. 2006.

divisas, o slogan é uma espécie de fórmula. O slogan apresenta-se sob a forma de um enunciado sumário (sem brechas para réplica), polêmico (expressa um ponto de vista situado), e os enunciados correspondem a afirmações sumárias e parciais. Outra característica do slogan é a repetição, evoca a idéia de um martelar, aspecto que aparece no texto (a apresentação de diferentes figuras conservadoras dizendo basicamente o mesmo sob formas variadas). A afirmação do slogan pode ser julgada verdadeira ou falsa, porque se trata de uma afirmação, uma opinião “situada”, parcial, partidária. O slogan perde o seu caráter polêmico e se torna uma espécie de lugar comum (quando todos estão de acordo), e se torna uma divisa (passa a servir a um ideal ao invés de a uma ideologia).

Novamente, o que está sob análise aqui é o fenômeno da polifonia, mais centralmente, a representação do dizer do outro, que julgamos se dar por meio de enunciação aforizante, mas desde que se reconheça socialmente o estatuto de fórmulas, no sentido amplo, dos enunciados. O reconhecimento dos enunciados como “citados” decorre de se considerar o desnivelamento na enunciação segundo o critério do tom. As palavras conservadoras são incorporadas em um esquema sem delimitação explícita das vozes, no tom triunfalista pressuposto (como se apresentasse o enunciado citado em sua expressão). Esta percepção, ou o reconhecimento, de que se trata de citação de fórmulas está assentada em uma caracterização prévia do modo de enunciação do discurso conservador, no conhecimento de suas palavras, daquele que seria o seu padrão discursivo (cf. Parte II).

ISTOÉ – O que mudou em relação às últimas eleições presidenciais?

Franco – A grande novidade, relacionada à mansidão dos mercados, é a *convergência programática*. *Acabaram as veleidades revolucionárias, as possibilidades de ruptura*. Em muitos temas, não há como fugir de consensos internacionais solidamente estabelecidos em toda parte, com as exceções irrelevantes de praxe (Venezuela, Cuba e Coréia do Norte, etc.).³³⁸

A inferência do tom, por meio de representações (estereotípicas) do que seja um discurso conservador, de “direita” (*que enuncia verdades absolutas*), ou de “esquerda” (*que lamenta ou sucumbe*), identifica o hiperenunciador (a “voz” da esquerda, dos

³³⁸ Entrevista com Gustavo Franco. “A economia não tem mais um homem forte. E isso é bom”. **IstoÉ**, 19 abr. 2006.

conservadores, do senso comum etc.) nos textos. A incorporação de fórmulas implica a presença de outra voz, do hiperenunciador, mesmo quando se cita para polemizar.

Certas formulações (*a política é um espetáculo irrelevante*) são divididas com a esquerda, mas estão longe de aparecerem (de serem exibidas) como repetição de slogans num tom triunfalista. Quando freqüentam o discurso da esquerda são *citadas* de outra maneira.

Estamos aqui nos referindo também a uma representação do pensamento da direita conservadora triunfalista por meio de enunciados autonomizados (descontextualizados), que se assemelham formalmente a fórmulas (enunciados curtos, generalizantes, assertivos). A diferença em relação à condensação do pensamento de Jansenius em teses vigorosas pelo discurso citante, conforme o exemplo de Maingueneau, é que não foram extraídos de um texto, não foram propriamente destacados. Nesse sentido, podem ser compreendidos como enunciados autônomos, se se reconhecer algum sinal da sua natureza formulaica ou de seu estatuto pragmático de enunciados advindos de uma discursividade conservadora (se for possível reconhecer ali um padrão discursivo “conservador”).

Na sequência, retomamos o que Bakhtin ([1929] 2004) diz sobre as *interferências de discurso* e Jørgensen (2002) sobre o *discurso indireto livre embrionário*, para comentar alguns enunciados nos quais se observam discordâncias de entoações, pela presença dos significantes da enunciação direta em esquemas de discurso indireto.

Com isso, queremos dizer que a preparação do discurso citado é feita por elementos que participam de outros esquemas de discurso relatado, e também pela antecipação (o conhecimento prévio) das discursivizações que habitam as palavras e de seu padrão discursivo ou estereótipo verbal. A “discordância” ou “troca” de entoações entre o discurso do enunciador e a porção do texto que corresponde a palavras e expressões de outrem, ou “mistura de vozes”, é percebida, assim, por meio de elementos do próprio co-texto do discurso citante: os verbos introdutórios, e rótulos metadiscursivos que encapsulam e re-categorizam o discurso de outrem, elementos típicos do esquema sintático do discurso indireto. Mas não se trata de casos ilha textual, de integração do outro em seu significante ou expressão com recurso a aspas. O enunciado citado é apresentado em seu significante, o que dá a impressão de que se trata de um enunciado autônomo citado sem explicitação da fonte. Se retomarmos o exemplo de discurso citado antecipado e disseminado em Bakhtin,

diríamos também que os significantes pertencem a duas enunciações e que a caracterização objetiva das discursivizações feitas pelo discurso citante (e apoiadas em um estereótipo verbal o padrão discursivo) influenciam na percepção de que nestas palavras se entrecruzam, conforme Bakhtin, dois discursos: o direto (pois estas palavras freqüentam outros discursos) impregnado pela tonalidade emocional que o discurso citante lhe atribui.

(1) *In this book I want to take issue with the view which informs the ‘common sense’ in majority of Western societies: the idea that the stage of economico-political development that we have now reached constitutes a great progress in the evolution of humanity and that we should celebrate the possibilities that it opens. Sociologists claim that we have entered a ‘second modernity’ in which individuals liberated from collective ties can now dedicate themselves to cultivating a diversity of lifestyles, unhindered by antiquated attachments. [The ‘free world’ has triumphed over communism and, with the weakening of collective identities, a world ‘without enemies’ is now possible. Partisan conflicts are a thing of the past and consensus can now be obtained through dialogue.] Thanks to globalization and universalization of liberal democracy, we can expect a cosmopolitan future bringing peace, prosperity and the implementation of human rights worldwide. I want to challenge this ‘post-political’ vision. My main target will be those in the progressive camp who accept this optimistic view of globalization and have become the advocates of a consensual form of democracy.*³³⁹

Nossa análise deste enunciado propõe que, no trecho entre colchetes, os enunciados pertençam ao discurso de outrem e que estejam, aqui, citados em seu significante, mas com a entoação que é projetada pelo discurso citante, otimista, triunfante, convicta. “Nos limites de um único desses discursos, a frase seria construída de outra maneira e outro seria o estilo” (Bakhtin, 2004, p.169). Vamos retomar o que Marcuschi (1991) diz de verbos como afirmar, anunciar, proclamar, que são fortes e dominadores, de caráter factual. *To inform* e *to claim* produzem este mesmo efeito de afirmação categórica.

Nesta situação, não se trata de relatar um discurso “real”, enunciados realizados, mas um discurso “prototípico” (imaginado), manifesto sob formas generalizantes. Não nos preocupamos, por ora, com a ambigüidade do termo “relatado”, nem com a impropriedade de falar em discurso relatado para o fenômeno da retomada de fórmulas.

O estabelecimento de relações (ora conflituosas, ora harmoniosas) entre os diferentes conceitos, discurso relatado, discurso indireto livre, fórmulas, aforização etc. constitui a base para uma investigação das propriedades discursivas e formais do que

³³⁹ Mouffe, 2005, p.1

supomos ser casos de *mistura de vozes*. Preferimos não nos comprometer com estas nomeclaturas firmadas, propondo esta outra, não nova, mas não totalmente instituída, as “interferências de discurso” (expressão que empregamos em sentido livre e não conceitual).

Vamos considerar outra seqüência de enunciados que se estruturam de forma semelhante, e que julgamos representativos destes casos de interferências de discurso. De maneira geral, apresentam comentários metadiscursivos, que incidem, em alguns casos, sobre as próprias palavras, mas, mais freqüentemente, são exercidos por meio de rótulos metaenunciativos que servem para caracterizar o discurso de outrem, e pelos verbos introdutores de opinião. Alguns destes verbos introdutores subjetivizam o discurso outro, designam atos comportamentais de reação emocional, ao invés de reflexiva, em conexão com a “*realidade dos fatos*” – outro lugar-comum que Werneck registra em seu dicionário! Nota-se que as palavras do outro são integradas no enunciado em seu significante (em alguns casos, a presença do sinal de pontuação assinala tratar-se de uma citação). A responsabilidade pelos sintagmas (pelas fórmulas) não pode, assim, ser atribuída ao autor do texto; não é o autor que fala, ele *cita, retoma*, fazendo usos de marcações convencionais de distanciamento: verbos dicendi e rótulos metadiscursivos (e, em certas ocorrências, sem qualquer destaque tipográfico ou de outra natureza que garanta tratar-se de citação da expressão e não do conteúdo). Os enunciados correspondem, assim, a *citações* sem autor explicitado, referem-se ao dizer de um grupo, uma comunidade, uma visão de mundo. São enunciados autonomizados pertencentes a certa “escola” ou forma de crítica política, identificados a um discurso (coletivo) de grupo, cujas proposições (como as “representadas”) são comumente categorizadas como clichê, lugar-comum, *idées reçues*, opiniões comuns, correntes, ordinárias... Não estamos discutindo se estas ocorrências detêm, de fato, este estatuto doxológico, de uma “opinião comum” ou um julgamento de valor estereotipado sobre a política – um clichê, um lugar-comum etc. Não negamos, contudo, que este seja o seu estatuto pragmático-discursivo, e que explica o modo de relacionamento com elas. O dizer do outro (suas percepções e julgamentos sobre o estado da política) é relatado como (*mostrando*) um ponto de vista estereotipado. Um indício formal, que pode sustentar este seu estatuto pragmático, é a representação do seu

pensamento como uma série ou um conjunto de proposições, um encadeamento de generalidades, ou de slogans ideológicos, julgamentos negativos de valor que são justapostos, que remetem a uma “ladainha” (ênfatizam uma repetição). A percepção de uma ruptura de entoações no continuum se dá através destes múltiplos recursos lingüísticos e discursivos para os quais chamamos atenção.

(2) *La politique est atteinte d'une maladie de langueur: elle n'en finit pas de finir. Et au catalogue des idées reçues, son “dépérissement” occupe aujourd'hui une place très en vue: vidée de son contenu, vouée à l'impuissance, tombée en déshérence, elle n'oriente plus les conduites, elle ne cristallise plus les passions, elle ne propose plus d'idéaux. D'où la kyrielle des termes, et l'on en passe, qui qualifient le rapport subjectif que nous entretenons avec elle: déception, désintérêt, désenchantement, méfiance, discrédit... La doléance est-elle si neuve? Non, si l'on en juge par ce qui est attesté depuis un certain temps: le taux d'abstention dans les votes électifs ou l'ignorance dont font preuve les citoyens à l'égard du fonctionnement des institutions. Ce sont, dira-t-on, les conditions de fonctionnement de la démocratie moderne, qualifiée à cet égard de “démocracie de masses”. Mais, il y a bien longtemps déjà, Démosthène se plaignait du manque de conscience civique des citoyens et Périclès déplorait qu'il y eut à Athènes des “indifférents” qui ne se mêlaient pas de politique...*³⁴⁰

Quanto a sua posição, os rótulos metadiscursivos podem ser prospectivos (quando sinalizam o que virá no texto) e retrospectivos (quando se referem a uma extensão textual específica anteriormente expressa, operando uma sumarização). Em (2), o enunciador sinaliza que o que vem “citado” na sequência (a presença de dois pontos assinala uma “citação”) corresponde a enunciados parafrásticos da expressão (e “*idée reçue*”) “*le dépérissement de la politique*”.

O rótulo “*la doléance*” encapsula todo esse dizer anterior sobre o desaparecimento da política, retoma a série de formulações (ou “queixas”) típicas deste discurso, e faz referência a um tipo de comportamento, de “atitude” (ou “estado de ânimo”) dos partidários da tese de declínio da política. Também orienta a mudança de tom na citação. Estas expressões são próprias do outro, mas, neste caso, não são integradas mediante aspas. Isto se explica porque há outros indícios de que se trata de citação da expressão, ou porque se trata de integrar expressões autônomas, cuja responsabilidade se atribui a uma instância

³⁴⁰ Revault D'Allonnes, 1999, p.7

anônima. O que é do outro, portanto, não aparece entre aspas, mas se pode pressupor, com base no cotexto (a presença dos “rótulos” “*la doléance*” e “*idées reçues*”). A seqüência é dita num outro tom, de lamento. Gramaticalmente o dizer de outrem corresponde a orações assertivas, com marcadores de pressuposição, que dizem que antes a política tinha estas propriedades ausentes (uma opinião que não faz sentido para o discurso citante).

(3) Gilles Lipovetsky é um autor inclassificável. Até mesmo os títulos de alguns dos seus livros dificultam o trabalho dos que adoram rotular sem tomar o cuidado de examinar a fundo o conteúdo de uma obra. A era do vazio, por exemplo, remete, num primeiro instante, a algum inventário catastrófico e apocalíptico dos tempos atuais. Na terminologia intelectual, parece o título de um “frankfurtiano”, um daqueles pensadores da chamada Escola de Frankfurt – cujas estrelas foram Theodor Adorno e Max Horkheimer – que denunciaram a “indústria cultural”, a manipulação das massas pelo entretenimento, a diluição da arte e o poder devastador da mídia. Ainda são muitos os intelectuais que, inovando a Escola de Frankfurt, vêem no estado atual da cultura o pior dos mundos: *uniformização, alienação (embora essa palavra esteja fora de moda), perda da capacidade de criticar, crise de identidade, desconstrução da cultura erudita, triunfo da baixa cultura, vitória do lixo da mídia, dominação simbólica dos indivíduos pelo espetáculo da televisão*. Gilles Lipovetsky felizmente não se encontra entre esses pessimistas acostumados a ver na nostalgia de um passado que nunca existiu a imagem de um futuro melhor.³⁴¹

(4) *Comment, à la lumière de ces hypothèses, s’interroger sur le présent ? On n’en pas de gloser, interminablement, sur la multiplication des signes disparates qui, aujourd’hui et plus que jamais, semblent porter à son point extrême l’épuisement de la politique : la disparation des passions, la lassitude et le désenchantement des individus, le déclin de la vie publique et le repli sur les ‘satisfactions’ privées, l’impuissance des peuples et même des États à contrôler les diverses modalités de la décision, le triomphe corrélatif de la ‘mondialisation’ et des particularismes qui échappent aux critères de la logique et de l’action politique. Nous allons déplorant pêle-mêle la pente fatale de l’individualisme de masse, l’avènement de la ‘pensée unique’ et la fin des conflits qui structurent positivement l’existence de la cité, la perte de sens du signifiant démocratique, livré à une indétermination qui recouvre des acceptions contradictoires autant qu’hétérogènes. (...) En un sens, la déploration relève de cette généalogie ambiguë qui croise avec tant d’insistance les stéréotypes, les dispositions subjectives et le pré-supposés théoriques, fussent-ils inavoués. Elle fait se reconter la doxa du discours ordinaire et celle d’une philosophie qui entend posséder le monde.*³⁴²

Em (4), destaca-se o uso da forma de impessoal em francês *on* e depois um *nous*. Os dois pontos indicam a citação de palavras « anônimas », de formas nominais definidas,

³⁴¹ Juremir Machado da Silva. Apresentação: Vazio e comunicação na era “pós-tudo”. In: Lipovetsky, 2005, p.X

³⁴² Revault D’Allonnes, 1999, p.249

autonomizadas, que circulam em outros gêneros e contextos, e que são também um posicionamento (em suma, « fórmulas »). Destacam-se os verbos que introduzem opinião : *gloser* poderia ser classificado como « um verbo interpretativo do caráter ilocutivo do discurso » (Marcuschi, 1991, p.89) ; o verbo *deplorer* e o rótulo *la déploration* indicam emocionalidade. O enunciador, ao introduzir o discurso do outro, mediante os verbos e rótulos, esclarece como se deve entender, compreender o que foi dito.

Estas formas impõem percepções que envolvem o modo de dizer, estados de ânimo, sentimentos e atitudes. São verbos que veiculam ou associam ao discurso (ao enunciado) uma maneira de dizê-lo (nos termos de Austin, veiculariam a força ilocutória do proferimento). O advérbio “interminavelmente” também ajuda na construção desta tensão entre tons das palavras do “on” e as do enunciador que as analisa. Podemos falar em uma forma de citação híbrida que combina a nomeação/rotulação, « signos contemporâneos», « constelação confusa », e « discurso», que categorizam uma série de formulações que corresponderiam à fala de outrem, condensadas no sintagma «*l'épuisement de la politique* ». Trata-se de representar o discurso de outrem como *falação* – a forma « falação » expressa uma ação frequente e excessiva³⁴³ – confusa, que mistura uma série de proposições e temáticas.

Este mesmo aspecto de *falação*, insistente e repetitiva, é construído no enunciado (3). A expressão “inventário catastrófico e apocalíptico” funciona como rótulo prospectivo da uma sequência ou rol de enunciados denunciastas, que são socialmente percebidos como formas cristalizadas ou estereotípicas de uma comunidade discursiva. O comentário sobre a palavra “alienação” reforça este aspecto de retomada de um discurso anterior, de repetição e de certo descompasso destas avaliações atuais sobre a cultura. O léxico revela o tom como são enunciados.

(5) No banco dos réus *aparece com insistência* um nome que teria valor de explicação: a televisão e seus efeitos perversos. *As imagens corrompem as palavras, a política-espetáculo deforma o debate de idéias*: a democracia estaria doente em sua comunicação. A

³⁴³ Cf. Perini, 2006

explicação é simples demais para dar conta da generalidade da crise, fácil demais para exprimir sua complexidade...³⁴⁴

As sequências *as imagens corrompem as palavras* e *a política-espetáculo deforma o debate de idéias* apresentam-se como enunciados sentenciosos, autônomos, que são repetidos. Ambos são retomados pelo rótulo “a explicação” que, além de realizar um comentário sobre a enunciação, categorizando-a, assinala o seu caráter de citação, de discurso de outrem, e confirma a existência de uma segunda instância de enunciação, de origem anônima. Pode-se inferir, por meio do léxico, a sua enunciação segundo um tom de condenação (“no banco dos réus”) continuamente repetida.

Assim, a partir do levantamento das principais características lingüísticas e discursivas das fórmulas, passamos a considerá-las em contextos particulares de ocorrência, nos textos que tomam o discurso sobre o declínio da política como objeto de discussão (um discurso sobre outro dizer). Neste contexto, analisamos o modo como o dizer de outrem se lineariza no texto. A presença do outro no discurso, além de constitutiva, pode ser mostrada, por intermédio de formas marcadas – os verbos dicendi, os rótulos metaenunciativos, que nomeiam uma ação lingüística, as aspas e outras marcas tipográficas, a pontuação, entre outras – e de formas não-marcadas ou mais diluídas – que integram o discurso outro “enquanto expressão”. Em relação às formas não marcadas, preferimos usar um termo neutro, e falar em “interferências de discurso” ou em “mistura de vozes”, sem nos comprometer com as divisões instituídas, discurso direto livre, discurso indireto, discurso indireto livre e aforização (mesmo considerando tais descrições conceituais nas análises e na formulação de interpretações).

O aparato teórico relativamente amplo concorre para que possamos tratar de uma forma de citação – a convivência entre diferentes instâncias de enunciação (fenômeno que não é novo) –, e localizar, em uma seqüência discursiva, elementos (sentenças, sintagmas), percebidos por nós (e incorporados pelo discurso citante), como advindos de outro ato de enunciação, do qual o sujeito enunciador não participa, e que, ao retomá-los, o apresenta

³⁴⁴ Courtine, 2003, p.21

em sua entoação e significante (como se fosse possível perceber no continuum do texto maneiras de dizer heterogêneas, como tradicionalmente ocorre nos casos de discurso indireto livre no discurso literário, ou então na aforização, que implica ora um regime próprio de citação de “fórmulas”, ora uma forma de representação, “estratégica”, de uma posição discursiva, do dizer do outro como uma enunciação aforizante).

Considerando algumas destas ocorrências, não estamos tratando da representação do “conteúdo” estrito senso, conforme Bakhtin, mas da apreensão da “expressão” (o que implica reconhecer no léxico, na forma, e no modo de dizer a voz de outrem). Vamos supor que o tom (a entoação expressiva do locutor de origem) possa ser restituído à nossa percepção mediante o léxico, pela seleção do verbo introdutório e pelas rotulações, espécies de comentários metaenunciativos que se voltam sobre o próprio discurso (*defender com enorme convicção e em nome da racionalidade* concretizam um tom), sem também desconsiderar certo conhecimento prévio do padrão discursivo ou da *retórica do declínio*. Nos excertos analisados é o léxico que dá concretude (cf. Possenti, 2003) ao tom e, mais amplamente, ao ethos característico (ou estereotípico) do (hiper)enunciador.

Nos enunciados analisados, o léxico, portanto, é a nossa principal pista (há outras) a respeito desta mudança no tom, no reconhecimento do fenômeno da interferência de discursos, além de um conhecimento anterior, ou nos termos de Maingueneau, da competência discursiva do analista.

Notas finais

Recuando um pouco no tempo, e construindo uma leitura retrospectiva do trabalho, podemos dizer que tudo começou com uma questão política que desembocou em fórmulas. Ou podemos assumir que partimos da materialidade das fórmulas (então temas, no sentido comum) para desembocar no conceito.

De forma “artesanal”, fomos construindo um arquivo. Os textos que as expressões *irrelevância*, *esquecimento*, *fim da política*, entre outras, freqüentavam, costumavam desenvolver temas muito variados (mas nem por isso estranhos uns aos outros): tratavam da hegemonia de políticos com perfis pragmáticos; ou da falta de identidade dos partidos políticos, sobretudo os de esquerda; ou então da apatia política dos eleitores, da convergência de agendas políticas à esquerda e à direita, das mínimas diferenças de estilo dos atores políticos como condição de sua sobrevivência eleitoral etc.

Na medida em que os discursos na sociedade são controlados, e conforme avançamos na compreensão destes referentes dos temas do recuo do político, estas formas polissêmicas de dimensões breves passaram a cristalizar o discurso do declínio da política, com o qual as discursividades contemporâneas se relacionam de maneiras distintas, porém recorrentes (não se trata de uma heterogeneidade ilimitada).

A constituição desta heterogeneidade resultou tanto do caráter polissêmico das expressões, quanto da forma pouco ortodoxa de reunião dos textos nos quais elas próprias ou seus referentes apareciam. Chegamos a diferentes posicionamentos discursivos por meio do léxico. Estas expressões são consideradas como fazendo parte do léxico de uma comunidade ou lugar discursivo no campo filosófico. O léxico nos levou a textos que “acolhiam ou integravam” estas expressões como discurso de outrem, com elas polemizando.

Na perseguição de um vocabulário, o corpus reuniu enunciados de dois tipos básicos. De um lado, os enunciados que tem como referente um acontecimento ou o real. De outro, enunciados que tem como referente o discurso do declínio. Enunciados que

questionam as bases epistemológicas deste tipo de formulação, e não necessariamente a sua conformidade ou adequação ao real.

Na medida em que estas discursivizações atuais ou contemporâneas aludem, retomam, dialogam, opõem-se, enfim, estabelecem relações diversas com discursividades anteriores, produzidas no espaço erudito, sobre o fim das ideologias, da história e sobre o declínio da política, era necessário compreender a produção teórica deste discurso que parece ser retomado em circunstâncias específicas. Há, portanto, uma relação óbvia com a história, que inclusive os seus próprios enunciadores sublinham.

Do contato com a Ciência Política, que tornou evidentes certos controles sobre a leitura ou a interpretação do discurso do declínio, a compreensão das bases epistemológicas iluministas deste discurso (que, apesar de crítico, não rompe com conceitos e valores da modernidade) nos levou a compreender as reações mais prototípicas às discursivizações contemporâneas, ou os modos de recepção deste discurso (na condição de objeto de reflexão e comentário). Foi mais ou menos este o caminho que percorremos até a análise das formas de apreensão do outro.

O último ensaio, no qual analisamos uma porção do corpus, ou um subcorpus, deriva tanto das etapas anteriores quanto de uma preocupação nossa desde o início do trabalho: encontrar os meios para conduzir uma análise que se ocupasse da materialidade lingüística dos discursos tanto quanto de suas circunstâncias sócio-históricas de produção e circulação.

Até optarmos pela noção de percurso, o que nos movia era levantar problemas, daí o nosso empenho em descobrir por onde entrar no corpus. Nossa hesitação em decidir por uma ou outra forma também tinha outro componente, o modo usual de construção de objetos de pesquisa em AD, que privilegia mais as circunstâncias de produção dos discursos, tanto as históricas (conjunturais), como as propriamente discursivas (ligadas aos conceitos de *campo*, *posicionamento*, *tipos* e *gêneros discursivos*). Se, por um lado, este tipo de abordagem, com ênfase na produção em detrimento da circulação, em diferentes graus, restringia a heterogeneidade do discurso, conforme procuramos justificar, por outro, também deixava em segundo plano certos fenômenos lingüísticos que gostaríamos de pôr em relevo.

A freqüentação assídua do corpus foi tornando cada vez mais difícil compatibilizar todas as possibilidades de análise da materialidade discursiva. Foi preciso abandonar algumas pela impossibilidade evidente de integrá-las. Esta dificuldade constituiu-se em uma justificativa para que descartássemos as perspectivas de análise integradoras, e nos voltássemos para abordagens que, ao contrário, dessem relevo à dispersão. Conforme fomos nos afastando do fetiche acadêmico da unidade, de revelar uma coerência escondida (Cf. Maingueneau, 2006a), pudemos encontrar alternativas e respaldo teórico e metodológico em trabalhos que focalizam a circulação dos discursos. Alguns destes trabalhos, especialmente os da analista francesa Alice Krieg-Planque, que constrói seus *corpora* como percurso, toma como ponto de partida materiais verbais variados e procura cobrir o mais amplamente as suas ocorrências, sem se preocupar necessariamente em fechar os espaços. Obviamente que estas escolhas influenciaram na feição fragmentada que o trabalho assumiu, distanciando-o dos modelos mais tradicionais ou mais prestigiados, mas não o afastou por completo, é no que acreditamos, das análises, ainda que breves e aparecendo somente na última seção da tese.

No momento de compatibilizar o nosso corpus com a unidade percurso, quando passamos a confrontá-lo com os trabalhos modelares deste procedimento, o de Guilhaumou e Maldidier (1997) sobre trajetos temáticos e o de Krieg-Planque (2003) sobre fórmulas, também enxergamos ali um princípio de organização para o corpus, que nos permitisse isolar alguns dados que passariam pelas tais análises mais refinadas.

Considerando que os significantes que orientaram a construção do corpus atendiam algumas das condições para funcionar como fórmula no sentido de Krieg-Planque, tratava-se de identificar os seus contextos de uso e menção. Assim, as suas ocorrências podem ser divididas conforme os textos usam a fórmula, ou seja, os que tratam a mutação da política como fenômeno sócio-histórico contemporâneo (ou nem tão contemporâneo assim), e os que tratam como um discurso, comentando-o. Estes últimos foram destacados para constituir o nosso subcorpus de análise. Da perspectiva lingüística (a nossa preocupação constante), tal opção significou considerar a polifonia e suas modalidades de expressão, buscando isolar no que é dito as palavras do outro.

Voltando à Parte II, que parece a mais problemática, sobretudo porque frustra as expectativas dos leitores, ao não desenvolver as análises, esclarecemos que enxergar tais possibilidades de construção de objetos da pesquisa, de natureza diversa, alguns mais familiares ou menos ao aparato teórico conceitual da AD, visou transformar uma inquietação, que é pessoal, em uma contribuição teórica e metodológica, no sentido de problematizar conceitos que são postulados e nem sempre são confrontados com objetos que os desafiam. Exercitando a autocrítica, reconhecemos que, na Parte II, estivemos um pouco longe deste intento, mas o mesmo não ocorreu em nosso último ensaio sobre o corpus, quando, enfim, colocamos algumas categorias novas para funcionar para valer.

Podemos, assim, resumir o nosso itinerário, aqui, a tentativas de delimitar fronteiras para o nosso objeto (construí-lo) e, a partir daí, buscar os conceitos apropriados para investigá-lo.

Trabalhar com configurações não rotineiras, em geral, cria condições para problematizar, mover, provocar a teoria. Não foi necessariamente o que resultou do nosso trabalho, que se ocupou, na maior parte do tempo, em dar visibilidade às ações dos pesquisadores, *ao trabalho que fazem na cozinha*, retomando a expressão de Krieg-Planque e, que, em geral, permanece ausente das teses.

Assim, desde o início, o “objeto”, ou “para onde olhar” nos textos se tornou para nós uma *questão*. Em nenhum momento, tivemos a pretensão de captar a real natureza dos nossos dados. Tratamos abertamente do “ato violento” do analisa de decidir como constituir o seu objeto de pesquisa, estabelecidos os interesses da investigação e um corpo teórico-metodológico mínimo.

Em nenhum momento foi o material empírico que levantou os problemas, mas um espírito inquieto que relutou em construir o objeto em moldes tranqüilos a ponto de nos conduzir a uma reflexão epistemológica.

Referências bibliográficas

- ALI, T. **Medo de espelhos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- D'ALLONES, M. R. **Le dépérissement de la politique: genéalogie d'un lieu commun**. Paris: Alto-Aubier, 1999.
- AMOSSY, R.; HERSCHBERG PIERROT, A. **Estereótipos y clichés**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- ANGENOT, M. **La parole pamphlétaire**. Paris: Payot, 1982.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- . **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- . **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ARON, R. **O ópio dos intelectuais**. Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- . **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- . **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- . **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GUIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p.11-71.
- BELL, D. **O fim da ideologia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: ———. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BIRNBAUM, P. **La fin du politique**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- BOBBIO, N. MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 2000. 2v.
- BONNAFOUS, S. “La dégénérescence du discours politique”, un “lieu commun” de l’Antiquité et de la fin du vingtième siècle. In: BONNAFOUS, S. *et al.* **Argumentation et discours politique**. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2003. p.249-257.
- ; FIALA, P. Marques et fonctions du texte de l’autre dans la presse de droite et d’extrême droite (1973-1982). **Mots**, vol. 12, n.1, p. 43-63, 1986.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.
- . **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CARLIER, P. Avant-propos. In: BONNAFOUS, S. *et al.* **Argumentation et discours politique**. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2003. p.11-15.

- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- . Cornelius Castoriadis. In: Lefort, B. (Org.). **Sobre o fim da história**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.57-65.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, M. O que é política. In: Novaes, A. (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007. p.25-53.
- COSSUTTA, F. Neutralisation du point de vue et stratégies argumentatives dans le discours philosophique. **Semen**, 17, Argumentation et prise de position: pratiques discursives, 2004. Disponível em: <http://semen.revues.org/document2321.html>. Acesso em: 04 dez. 2008.
- . **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista dirigido aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- . **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- . Os deslizamentos do espetáculo político. In: Gregolin, M. R. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p.21-33.
- . **Corps et discours: elements d’histoire des pratiques langagieres et expressives**. 1989. 101p. Dossier de Thèse d’Etat sur Travaux – Université de Paris X Nanterre, Paris, 1989.
- DUCROT, O. “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. In: ———. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- EAGLETON, T. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- . **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- EBEL, M.; FIALA, P. La situation d’enonciation dans les pratiques. **Langue Francaise**, Paris, n. 50, p.53-74, mai1981.
- DUARTE, A. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- FERRY, L. **Famílias, amo vocês**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- FIORIN, J. L. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- . **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- . Polifonia textual e discursiva. In: FIORIN, J.L.; BARROS, D.L.P. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 29-36.
- . Tendências da Análise do discurso. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n.19, p.173-179, ju./dez. 1990.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- . **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- . Sobre a arqueologia das Ciências: resposta ao círculo epistemológico. In: Neves, L. F. B. (Org.). **Estruturalismo e Teoria da Linguagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. p. 9-55.

- FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. **Habermas and the public sphere**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992. p.109-142.
- GUILHAUMOU, J. **Linguística e História**: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.
- . Considerações sobre a Análise do Discurso: um trajeto crítico em torno de Michel Pêcheux ao final dos anos 1970. In: Baronas, R. L.; Komesu, F. (Orgs.). **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p.55-75.
- . Le corpus en analyse de discours: perspective historique. **Corpus et recherches linguistiques**, n.1, nov. 2002. Disponível em: <http://corpus.revues.org/document8.html>. Acesso em: 14 nov. 2008.
- ; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do Discurso no lado da história. In: Orlandi, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.163-183.
- ; MALDIDIER, D; ROBIN, R. **Discours et Archive: expérimentations en analyse du discours**. Liège: Mardaga, 1994.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- . **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- HERSCHBERG PIERROT, A. Histoire d’ « idées reçues ». **Romantisme**, vol. 24, n. 86, p. 101 -120, 1994.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, n.19, p.177-122, jul./dez. 1990.
- INNERARITY, D. **La transformación de la política**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.
- JACOBY, R. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- . **Imagem Imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- JASMIN, M. Por que república? In: Novaes, A. (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007. p.221-245.
- JØRGENSEN, K.S.R. Les verbes de perception, les connecteurs et le discours indirect libre embryonnaire. **Polyphonie**, n.5, juni 2002. Disponível em: http://www.hum.au.dk/romansk/polyfoni/Polyphonie_V/Kathrine5.pdf. Acesso: 01 set. 2009
- KOCH, I.V. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. **Calidoscópico**, vol. 4, n. 2, p. 85-89, mai/ago 2006.
- . Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. **Veredas**, v.6, n.1, p.29-42, 2002.
- ; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA online**, vol. 14, 1998. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300012.

Acesso em: 06 ago. 2009.

———. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. **Revista Investigações**, vol. 21, n. 2, p. 99-114, jul. 2008.

———. A estratégia metadiscursiva da rotulação. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL DISCURSO, VII, 2007. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. CD-ROM

KOSELLECK, R. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1999.

KRIEG-PLANQUE, A. **La notion de “formule” en analyse du discours: cadre théorique et méthodologique**. Paris: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.

———. A palavra etnia: nomear o outro. Origem e funcionamento do termo *etnia* no universo discursivo francês. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 22, p.9-33, 2008.

———. Travailler les discours dans la pluridisciplinarité. Exemples d’une “manière de faire” en analyse du discours. In: BONNAFOUS, S.; TEMMAR, M. (Eds.). **Analyse du discours et sciences humaines et sociales**. Paris: Editions Ophrys, 2007a. p.57-71.

———. Marcar o eufemismo: operação doua ou declaração de compromisso? In: Machado, I. L.; Menezes, W.; Mendes, E. (Orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b. p.24-44.

———. Formules et lieux discursifs: propositions pour l’analyse du discours politique. **Semen**, n.21, Catégories pour l’analyse du discours politique, 2006. Disponível em: <http://semen.revues.org/document1938.html>. Acesso em: 24 jan. 2009.

———. Souligner l’euphémisme: opération savante ou acte d’engagement? Analyse du jugement d’euphémisation dans le discours politique. **Semen**, n.17, Argumentation et prise de position: pratiques discursives, 2004. Disponível em: <http://semen.revues.org/document2351.html>. Acesso em 19 jan. 2009.

———. « **Purification ethnique** »: une formule et son histoire. Paris: CNRS Editions, 2003.

———. Vacances argumentative: l’usage de (sic) dans la presse d’extrême droite contemporaine. **Mots. Les langages du politique**, vol.58, n.1, p.11-34, mars 1999.

———. La « purification ethnique » dans la presse: avènement et propagation d’une formule. **Mots. Les langages du politique**, vol.47, n.1, p. 109-126, juin 1996.

LE GRIGNOU, B. Citoyens du dimanche. Politique télévisée en fin de siècle. In: BONNAFOUS, S. *et al.* **Argumentation et discours politique**. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2003. p.131-140.

LESSA, R. Anamnese, amnésia, transfigurações. In: Novaes, A. (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007. p.107-125.

LÉVY, C. Le “lieu commun” de la décadence de l’éloquence romaine. In: BONNAFOUS, S. *et al.* **Argumentation et discours politique**. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2003. p.237-247.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade da decepção**. Barueri, SP: Manole, 2007.

———. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MAFFESOLI, M. **O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

———. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: Motta, A. R.; Salgado, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008a. p.11-29.
- . Discurso e análise do discurso. In: Signorini, I. (Org.). **(Re)discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b. p.135-155.
- . Michel Pêcheux: três figuras. In: Baronas, R. L.; Komesu, F. (Orgs.). **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2008c. p.79-92.
- . L'enonciation aphorissante. In: CHRISTÓFARO SILVA, T.; MELLO, H. R. (Org.). **Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística**. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007a. p.155-163.
- . Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas. In: Baronas, R. L. (Org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007b. p.63-74.
- . **Cenas da Enunciação**. Curitiba: Criar, 2006a.
- . **O discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006b.
- . **Contre Saint Proust ou la fin de la Littérature**. Paris: Belin, 2006c.
- . **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.
- ; PHILIPPE, G. Les conditions d'exercice du discours littéraire. In: ROULET; BURGER (Org.). **Les modèles du discours au défi d'un « dialogue romanesque »: L'incipit du roman de R. Pinget « Le Libéra »**. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2002. p. 351-379.
- . Analisando discursos constituintes. **Revista do Gelne**, vol.2, n. 2, p. 1-12, 2000.
- . **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. **Intercom**, São Paulo, ano XIV, n. 64, p.74-92, jan/jun1991.
- MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MICHÉA, J.C. Introdução. In: Lefort, B. (Org.). **Sobre o fim da história**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.53-6.
- MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 250-273.
- MOUFFE, C. **On the political**. New York: Routledge, 2005.
- NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- NOVAES, A. (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007.
- OGER, C. Analyse du discours et sciences de l'information et de la communication: au-delà des corpus et des méthodes. In: BONNAFOUS, S.; TEMMAR, M. (Eds.) **Analyse du discours et sciences humaines et sociales**. Paris: Editions Ophrys, 2007. p.23-37.
- OLIVEIRA, F. Das invenções à indeterminação. In: ———. ; Rizek, C. S. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.15-45.
- PALONEN, K. **A Struggle with Time: A Conceptual History of "Politics" as an Activity**. Lit Verlag, 2006.

- PÊCHEUX, M. O estranho espelho da análise do discurso. In: Courtine, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 21-26.
- . Análise automática do discurso (AAD-69). In : GADET, F. ; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra da Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. p.61-161.
- . **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.
- . **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997c.
- PERINI, M. **Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- POSSENTI, S. Um percurso: o caso “por qué no te callas”. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v.1, n.8, p.109-117, 2008.
- . **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. Curitiba: Criar Edições, 2004.
- . Observações esparsas sobre discurso e texto (notas de trabalho). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.44, p.211-222, jan./jun. 2003.
- POSTMAN, N. (1985) **Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business**. New York: Penguin Books, 2005.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- REBOUL. **O slogan**. São Paulo: Cultrix, 1975
- RENNES, J. Analyser une controverse. Les apports de l'étude argumentative à la science politique. In: BONNAFOUS, S.; TEMMAR, M. (Eds.). **Analyse du discours et sciences humaines et sociales**. Paris: Editions Ophrys, 2007a. p.91-107.
- ROBIN, R. L'Analyse du Discours entre la linguistique et le sciences humaines: l'éternel malentendu. **Langages**, vol 21, n.81, p.121-128, mars 1986.
- RIST, G. Le prix des mots. **Nouveaux Cahiers de l'IUED**. Le mots du pouvoir: sens et non-sens de la rhétorique internationale, n.13, p.9-23, mars 2002.
- . Le texte pris aux mots. **Nouveaux Cahiers de l'IUED**. Le mots du pouvoir: sens et non-sens de la rhétorique internationale, n.13, p.25-41, mars 2002.
- SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2006.
- . **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- STAM, R. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992.
- STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TEMMAR, M. Analyse du discours et philosophie: perspectives croisées. In: BONNAFOUS, S.; TEMMAR, M. (Eds.). **Analyse du discours et sciences humaines et sociales**. Paris: Editions Ophrys, 2007. p.153-165.
- WOLFF, F. Esquecimento da política ou desejo de outras políticas. In: Novaes, A. (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2007. p.55-81.
- VENTURA, Z. **1968: o que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta, 2008.
- . **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Planeta, 2008.
- WERNECK, H. **O pai dos burros: dicionário de lugares-comuns e frases feitas**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2009.